

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Rodrigo da Silva Paiva

FALACIAS NO PLANEJAMENTO DO LEGADO ESPORTIVO DA COPA DO
MUNDO FIFA NAS DOZE CIDADES-SEDE NO BRASIL

Doutorado em Ciências Sociais

São Paulo
2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Rodrigo da Silva Paiva

FALACIAS NO PLANEJAMENTO DO LEGADO ESPORTIVO DA COPA DO MUNDO
FIFA NAS DOZE CIDADES-SEDE NO BRASIL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Lúcia Maria Machado Bógus.

São Paulo
2018

RODRIGO DA SILVA PAIVA

FALACIAS NO PLANEJAMENTO DO LEGADO ESPORTIVO DA COPA DO MUNDO FIFA NAS DOZE CIDADES-SEDE NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Lúcia Maria Machado Bógus.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adriano José Rossetto Júnior _____
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof.^a. Dr.^a. Lúcia Maria Machado Bógus _____
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof.^a. Dr.^a. Marisa do Espírito Santo Borin _____
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Roberto Gimenez _____
Universidade Cidade de São Paulo

Prof. Dr. Sérgio Vasconcelos de Luna _____
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Dedico este trabalho à minha querida e amada filha, Bruna Pojar Paiva. Cada linha lida e cada palavra escrita representaram um momento longe de você. Meu amor, meu carinho, meu respeito e meu compromisso com sua formação e felicidade são, para você, o meu legado.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa integral de estudos para realização desta pesquisa.

Agradecimentos

A realização de um trabalho tão longo e complexo não seria possível sem a participação direta e indireta de tantas pessoas especiais. Por certo que não é possível registrar, nestas poucas linhas, nominalmente, todas elas, mas deixo aqui minha singela lembrança, admiração, gratidão e meus agradecimentos para:

- Ana Paula, minha querida e amada esposa. Por estar sempre ao meu lado como uma esposa fantástica, uma parceira para todos os momentos da vida. Meu amor e meu desejo de estar sempre ao seu lado são minhas maneiras de retribuir todo o apoio em todos os momentos. Parceira para a vida, em todos os dias e em qualquer canto do planeta. Te amo tudo.
- Aos meus pais (Sandra e Beto), meus irmãos (Alessandra, Alex e Lígia) por acreditarem em mim e comemorarem cada vitória. Por estarem sempre por perto nos momentos em que precisei e, principalmente, por me oferecerem amor e carinho, cada um ao seu modo. Vocês são fundamentais em minha vida, afinal, Paiva....é Paiva.
- Minhas avós (Arari e Rachel) e meu avô (José *in memoriam*) pela forma como sempre cuidaram de mim com tanto amor que jamais poderei expressar em palavras. Serei eternamente grato.
- Ao tio Mané, por acreditar e torcer, sempre mais que todos.
- Ao primo Bruno, por sua forma carinhosa de sempre oferecer apoio incondicional e um ombro amigo e familiar.
- Dra. Lúcia Maria Machado Bógus, pelo apoio constante, incentivo, confiança e pelas contribuições intelectuais que somete a experiência e a maturidade acadêmica permitem. Reuniu muitas qualidades que se mostravam únicas: professora ímpar no ambiente acadêmico, conselheira nas incertezas da vida, companheira nas alegrias e amiga nos momentos de dificuldades. Por certo que não haveria nenhuma outra pessoa mais indicada para orientar-me, não apenas na Tese, mas no percurso acadêmico durante os anos de doutoramento.
- Dr. Adriano Rossetto. Amigo de muitos anos, em todos os momentos e nos mais variados contextos. No cotidiano profissional nos diferentes espaços de trabalho em que atuamos, nas viagens pelo Brasil e pelo mundo, nas dificuldades, nos desentendimentos, que foram muitos, nas alegrias, que foram muito maiores, nas divergências acadêmicas, nas convergências humanas. Agradeço pelo apoio e pelo constante desafio em tornar-me

cada vez melhor. Sempre aprendi muito com você e sempre sinto que ainda falta muito para me ensinar. A você, meu grande amigo, todo meu respeito e admiração em todos os aspectos que se possa vislumbrar a experiência humana.

- Dr. Roberto Gimenez. O que dizer de você, meu amigo? Sem dúvida uma inspiração acadêmica. Suas provocações, seu profissionalismo, seu comprometimento com uma Educação Física que proporcione melhores condições e oportunidades para todos, sempre. E todos, são todos. Quando eu achava que estava próximo de compreender o papel social da Educação Física e da Educação, suas reflexões fizeram-me avançar. Não sei, de verdade, quais serão os próximos percursos acadêmicos que ainda percorrerei, mas sei que será uma honra poder continuar tendo-o por perto como amigo, professor e principalmente como inspiração humana e profissional.
- Dr. Sérgio Luna. Companheiro de tanto tempo. Um grande mestre. Um professor inigualável. Um orientador que todo mestrando deveria ter para se tornar um pesquisador melhor, um leitor melhor, mas principalmente um ser humano melhor. Creio que me faltariam adjetivos para descrever sua generosidade, bondade, seu carinho e seu comprometimento com o que faz. Talvez eu resuma dizendo, emocionado, meu amigo.
- Dra. Marisa Borin, pelas valiosas contribuições que foram dadas no processo de elaboração deste trabalho. Sua experiência, sua humildade e suas considerações permitiram que chegássemos ao término deste texto. Muito obrigado.
- Aos meus amigos Leandro, Wendel, Rui, Alan, Ricardo, Marcos, Dani, Douglas, Netto e todos aqueles que sentiram minha falta e souberam, ao mesmo tempo, respeitar minha ausência e apoiar minha caminhada.
- Todos os participantes do Projeto Cidades da Copa que se dispuseram, em cada cidade-sede, a debater sobre o futuro país. Entregaram seu tempo e só o que pediram em troca foi um país onde mais crianças e jovens tivessem oportunidades de práticas corporais.
- Subcoordenadores do IEE que me acompanharam durante este percurso
- Bethania minha grande amiga. Pelos momentos profissionais e pessoais. Pelos ensinamentos e reflexões típicos de que tem a honra de conviver com você. Meu muito obrigado por tudo.
- Erinaldo, professor e amigo que me serviu de motivação e referência desde o início da trajetória acadêmica. Sem saber, ou pretender, sempre foi fonte de inspiração.
- Professores do programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais
- Por fim, aos companheiros espirituais de todas as jornadas

Há que se mudar de ponta a ponta o sistema de educação universitária. Esse sistema abominável em que os jovens aprendem a tornar-se doutores, questionadores, argumentadores, sem perdão e misericórdia.

(PIERRE-JOSEPH PROUDHON, 1846/2007, p.282.)

Resumo

No Brasil, as políticas públicas de esportes e lazer tem sido orientadas, desde a realização dos jogos Pan-americanos de 2007, pelo objetivo explícito de projetar internacionalmente o país, nos âmbitos, político e econômico. O país sediou, no intervalo alargado de uma década os maiores eventos esportivos da terra: Jogos Militares (2011), Copa das Confederações (2013), Copa Do Mundo F.I.F.A. de futebol (2014), Copa América (2015) e Jogos Olímpicos (2016). O argumento adotado pelos gestores, dos diferentes subníveis de governo, explicitado nos documentos de candidatura do Ministério dos Esportes, para legitimar a assunção de uma agenda demasiadamente comprometida com esportes era a de que o legado social dos megaeventos esportivos possibilitaria uma modernização da infraestrutura, requalificação dos serviços, mobilização social, descentralização econômica, estímulo às múltiplas formas de inovação, compromisso com o meio-ambiente e sustentabilidade, aprimoramento da transparência na gestão pública e disseminação da prática esportiva. Tomando este último aspecto como principal referência, o objetivo deste estudo foi verificar se, e em que medida, as doze cidades-sede brasileiras que receberam a Copa do Mundo de Futebol F.I.F.A. planejaram programas de democratização esportiva como legado do megaevento. Para a realização do estudo, foram coletados, analisados e discutidos os dados reunidos entre os anos de 2012-2016 em um projeto nacional, Cidades da Copa, de observação, proposição e monitoramento de documentos elaborados para o legado da copa, a partir da realização de um programa capitaneado por uma instituição esportiva do terceiro-setor, financiado com dinheiro público e viabilizado por meio de renúncia fiscal do setor privado, através da Lei de Incentivo ao Esporte. Realizaram-se encontros com todos os secretários de esportes das cidades-sede e demais setores da sociedade. Compararam-se as matrizes de responsabilidades e os planos de legado produzidos no Cidades da Copa. A análise pormenorizada de um conjunto de indicadores acordados pelos gestores públicos, das cidades-sede, relacionados ao legado esportivo, quais sejam, investimentos em infraestrutura, qualificação profissional para a universalização do acesso ao esporte, redimensionamento de políticas de incentivo ao esporte social em detrimento do esporte elitizado e de rendimento, desenvolvimento de programas de universalização do acesso ao esporte no ambiente escolar, demonstrou que nenhuma cidade-sede da Copa do Mundo prospectou quaisquer ações efetivas para o legado esportivo. Os planos de ação desenvolvidos não garantiam a representatividade do cabedal diversificado de interesse dos atores esportivos de cada localidade. Os gestores do esporte nos múltiplos subníveis de governo demonstraram pouco ou nenhum comprometimento com o legado esportivo. Os planos elaborados sequer passaram a fazer parte da agenda política de esportes das cidades-sede. O Projeto Cidades da Copa, com resultados obsoletos, poderia nunca ter sido realizado e se os investimentos que consumiu fossem direcionados ao atendimento direto de crianças e jovens em programas esportivos de longo prazo diminuiria a contradição quanto ao discurso falacioso de legado esportivo do megaevento e a efetivação de políticas públicas de universalização de acesso ao esporte.

Palavras-chave: Legado; Megaeventos esportivos; Copa do Mundo F.I.F.A.; Políticas Públicas de Esporte;

Abstract

In Brazil, the public policies of sports and leisure have been targeted, since the realization of the Pan American Games of 2007, by the explicit goal of designing internationally the country in political and economic areas. The country hosted, in the range of a decade, the biggest sporting events of the Earth: Military games (2011), Confederations Cup (2013), F.I.F.A. World Cup (2014), America's Cup (2015) and Olympic Games (2016). The argument adopted by the managers of the different sublevels of government, explained in application documents of the Ministry of Sports, to legitimize the assumption of an agenda too committed to sports, was that the social legacy of sporting mega events would a modernization of infrastructure, upgrading of services, social mobilization, economic decentralization, stimulation to the many forms of innovation, commitment to the environment and sustainability, improvement of transparency in public management and dissemination of sports. Taking this last aspect as main reference, the objective of this study is to verify whether, and to what extent, the twelve host cities in Brazil that received the F.I.F.A. World Cup planned programs of democratization as the legacy sports mega event. For the study, were collected, analyzed and discussed the data gathered between 2012-2016 in a national project, World Cup cities, of note, proposing and monitoring of documents prepared for the legacy of the World Cup, from carrying out a program led by a sports institution of the third-sector, financed with public money and made possible through tax waiver for the private sector, through the law of Incentive to the sport. Meetings were held with all the sports Secretaries of host cities and other sectors of society. Compare arrays of responsibilities and the legacy plans produced in Cities. The detailed analysis of a set of indicators agreed by public managers, of the host cities, related to the sporting legacy, namely, investment in infrastructure, professional training for the universalization of access to sports, resizing of policies to encourage the social sport to the detriment of the elite sport and performance and development of programs of universalizing access to sport in the school environment, showed that no host city of FIFA World Cup designed any effective actions for the sporting legacy. The Developed action plans did not guarantee the representation of diverse interests of leather sports actors of each locale. Sports managers in multiple sublevels of Government have shown little or no commitment to the sporting legacy. The elaborate plans even became part of the political agenda of sports of host cities. The World Cup Cities Project, with obsolete results, could never have been accomplished and, If the investments that consumed were directed to the direct care of children and young people in long-term sports programs would decrease the contradiction as fallacious speech sporting legacy of the mega event and the implementation of public policies for universalization of access to sports.

Keywords: Legacy; Sporting mega events; F.I.F.A. World Cup; Public policies for sport;

Sumário

1.	Aquecimento	15
1.1	Esporte, megaeventos, sociedade e capitalismo: contradições evidentes	15
1.2	Percursos do Esporte: conceitos, historicidade e transformações	24
1.3	Megaeventos e Legados: a construção do consenso, coesão e falácias discursivas	40
2.	Entrando em Campo	48
2.1	Procedimentos Metodológicos	48
3.	Políticas Públicas: definições, dinâmicas e relações com o esporte.....	58
3.1	Primeiras aproximações	58
3.2	Políticas Públicas: do que falamos?	59
3.3	Tipologias de Políticas Públicas.....	66
3.4	Ciclo das Políticas Públicas.....	70
3.4.1	Identificação do problema	72
3.4.2	Formação da agenda.....	74
3.4.3	Formulação de alternativas	75
3.4.4	Tomada de decisão.....	76
3.4.5	Implementação da política pública.....	80
3.4.6	Avaliação da política pública	83
3.4.7	Extinção da política pública	85
3.5	Atores do cenário político	86
3.5.1	Atores Governamentais.....	89
3.5.2	Atores Não Governamentais	91
3.6	Políticas Públicas de Esporte no Brasil.....	93
3.6.1	Disposições legais de democratização do esporte no Brasil	93
3.6.2	Inspirar crianças e jovens de todo o mundo a praticarem esportes e atividades físicas	107
4	Primeiro tempo.....	117
4.1	Projeto Cidades da Copa	117
4.1.1	Objetivos gerais do Projeto Cidades da Copa:	121
4.1.2	Metas de execução do Projeto Cidades da Copa:.....	122
4.1.3	Etapas do Projeto Cidades da Copa	125
4.1.3.1	Reunião de Trabalho e Apresentação do Projeto.....	125
4.1.3.2	1ª - Lançamento Oficial do Projeto.....	126
4.1.3.3	2ª - Elaboração do Plano de Ação	128
4.1.3.4	3ª - Apresentação Pública do Plano	130
4.1.3.5	4ª- Monitoramento dos Planos	132
5	Segundo Tempo	134
6	Prorrogação	154
7	Pênaltis.....	197
7.1	Considerações Finais	197
	Referências Bibliográficas	205
	Anexos	215

Lista de quadros

Quadro 1 Exemplo de quadro de Desafios e Potencialidades.....	131
Quadro 2 Local de realização da apresentação pública do plano de ação.....	134
Quadro 3 Exemplo de Plano de Ação do Projeto Cidades da Copa.....	147

Lista de figuras

Figura 1 Representação dos subníveis propostos por Bronfenbrenner

Figura 2 Representação esquemática do problema público

Figura 3 Estrutura do cabo de aço - metáfora de políticas públicas interconectadas

Figura 4 Políticas públicas de esporte no Brasil: a metáfora do cabo de aço

Figura 5 Adaptação da Representação esquemática do ciclo de políticas públicas

Figura 6 Problemas em busca de soluções

Figura 7 Soluções em busca de problemas

Figura 8 Problemas e soluções ajustados mutuamente

Figura 9 Representação esquemática de uma janela de Oportunidades de Políticas Públicas

Figura 10 Representação esquemática do modelo top-down

Figura 11 Representação esquemática do modelo bottom-up

Figura 12 Categoria de atores

Figura 13 Representação esquemática de redes centralizadas, descentralizadas e distribuídas

Figura 14 Distribuição Territorial da Copa do Mundo F.I.F.A. no Brasil e abrangência do Projeto Cidades da Copa nas doze cidades-sede

Figura 15 Perfil do praticante de Esporte e Atividade Física no Brasil

Figura 16 Distribuição de frequências dos participantes no projeto por Cidade-Sede

Figura 17 Distribuição de frequências das instituições no projeto por Cidade-Sede

Figura 18 Sobreposição da frequência de participantes e instituições

Figura 19 Distribuição nacional das metas estipuladas

Figura 20 Prioridades Nacionais para a consecução do legado de acordo com as metas estipuladas nas cidades-sede

Figura 21 Cidades-sede da região norte

Figura 22 Metas priorizadas na região norte

Figura 23 Cidades-sede da região nordeste

Figura 24 Metas priorizadas na região nordeste

Figura 25 Cidades-sede da região centro-oeste

Figura 26 Metas priorizadas na região centro-oeste

Figura 27 Cidades-sede da região sudeste

Figura 28 Metas priorizadas na região sudeste

Figura 29 Cidades-sede da região sul

Figura 30 Metas priorizadas na região sul

Figura 31 Incidência da meta CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Figura 32 Incidência da meta TRABALHO INTERSECRETARIAL E INTERINSTITUCIONAL

Figura 33 Incidência da meta CAMPANHAS DE INCENTIVO À POPULAÇÃO

Figura 34 Incidência da meta AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS

Figura 35 Incidência da meta QUALIFICAR A GESTÃO

Figura 36 Incidência da meta POLÍTICAS DE INCENTIVO

Figura 37 Incidência da meta QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Figura 38 Incidência da meta SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Figura 39 Incidência da meta AMPLIAÇÃO DO ORÇAMENTO

Figura 40 Incidência da meta INCLUSÃO

Figura 41 Incidência da meta DESCENTRALIZAR O ATENDIMENTO

Figura 42 Incidência da meta EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Figura 43 Incidência da meta CONSELHO MUNICIPAL

Figura 44 Incidência da meta ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Figura 45 Incidência da meta DIVERSIFICAR AS MODALIDADES

Figura 46 Incidência da meta CONTRATAÇÃO PROFISSIONAL

Figura 47 Incidência da meta TORNEIOS E EVENTOS ESPORTIVOS

Figura 48 Incidência da meta PLANO MUNICIPAL DE ESPORTES

1. Aquecimento

1.1 Esporte, megaeventos, sociedade e capitalismo: contradições evidentes

O modo de produção capitalista segue em crescimento em todo o mundo. Ainda que permeado por tantas crises e contradições internas, o capitalismo universal, ou sistema mundial (Wallerstein, 1998), é dotado de uma estrutura globalizada que lhe impõe a necessidade de expansão no espaço e no tempo com características que se adequam temporariamente à cada Estado, até compeli-los ao ajuste inverso. O estado adequado ao sistema mundo (OURIQUES, 2014).

No Brasil estes ajustes devem considerar as características capitalistas marcadas pela dependência, desigualdade acentuada, hiperexploração das forças de trabalho, desarticulação da sociedade em busca de seus interesses e direitos e uma burguesia historicamente subordinada aos interesses dos países centrais.

O esporte, de forma generalizada, mais precisamente o futebol, compõe o quadro de infinitas mercadorias transplantadas culturalmente pelos países europeus nos séculos passados que necessitam ser produzidas, comercializadas, mantidas como fator crucial de sustentação da indústria cultural.

Os ciclos de expansão marítima comercial dos países da Europa central fizeram com que várias nações “periféricas”, como o Brasil, recebessem a mais ampla variedade de produtos e mercadorias atreladas a um conjunto de práticas culturais, normas e valores sociais que emoldurariam definitivamente a maneira de ver e viver no mundo capitalista. A reboque do estandarte imperialista que invadia colonizando cada curva do planeta estavam sempre algumas práticas corporais de esporte e lazer que, aos poucos, eram incorporadas à cultural local e que, bastasse uma questão de tempo para que passassem a ser consideradas como cultura nacional (OURIQUES, 2014).

As relações econômicas estiveram sempre acompanhadas de relações sociais de difusão e dominação cultural, política e ideológica. O esporte, ao ser enxertado no solo nacional, incorporou-se ao dia a dia a partir de determinadas condições históricas concretas das formações sociais dos países periféricos, que

terminaram por construir uma identidade nacional em torno das práticas corporais.

O esporte reproduz integralmente todo o aparato característico da estrutura cultural, política e ideológica do capitalismo colonizador. O esporte é, ele mesmo, o reflexo inegável do próprio espírito do capitalismo (OURIQUES, 2014).

O esporte moderno, surgido como produto direto da revolução industrial, representa uma ruptura em relação aos diferentes tipos de práticas corporais praticadas nas sociedades anteriores ao desenvolvimento do capitalismo na Europa e é inseparável de sua estrutura e funcionamento e, provavelmente, daí decorrem todas as similitudes ao sistema de produção capitalista.

O sistema esportivo atual vai, pouco a pouco, se complexificando e se institucionalizando através de múltiplas modalidades esportivas representadas por federações e confederações, clubes e instituições que tem por finalidade a competição, a vitória (por vezes, a qualquer custo), a busca constante de mais e mais rendimento, a superação de recordes de produção - individuais e coletivos – e a exploração da força do trabalho por meio de corpos escravizados que se submetem a jornadas de trabalho exaustivas e, quando não, sobre-humanas. Adicionem-se a isso a estruturação burocrática das atividades esportivas e se poderá constatar definitivamente o aparato moderno do sistema mundo no campo esportivo.

Tais constatações são corroboradas por Capela e Tavares (2014, p10), que demonstram de algumas formas como o esporte replica o modo de produção do sistema mundo:

[...]em nome da espetacularização extrema de suas vidas, são submetidos a situações extremadas de insalubridade humana ao experimentarem-se em comparações máximas obrigatórias de performances superlativas em relação a outros seres humanos[...] o que denominamos de dimensões inumanas das práticas esportivas corporais. As performances esportivas espetacularizadas [...] só são obtidas por meio de sofisticada tecnologia esportiva antivida. Nessa lógica de promover os esportes, a dor vivida pelos atletas é mascarada. [...] os atletas são produtos à venda, máquinas de rendimento feitas para produzir os lucros elevadíssimos e mensagens ideológicas de seus patrocinadores ligados à indústria cultural do lazer esportivo e aos órgãos dos sistemas esportivos mundiais tais como o COI, F.I.F.A., Federações e Confederações, empresários etc.

Quaisquer similitudes que o leitor estabeleça entre o sistema de produção capitalista e o conjunto cultural de práticas esportivas não serão coincidências ou casualidades.

Notadamente a estrutura de funcionamento do esporte moderno é idêntica ao sistema mundial (Wallerstein, 1998), o modo de produção capitalista que domina todas as formas de relações na contemporaneidade.

Paradoxalmente, o esporte cumpre a função de legitimação política e social do próprio sistema capitalista, funcionando como mecanismo de dinamização das tensões sociais causadas pelo próprio sistema, incluindo o esporte.

A válvula de escape do modo de produção pertence ao próprio sistema de produção.

É possível identificarmos uma explícita contradição atual no campo social, político, ideológico e capitalista quanto ao papel social do esporte. O modo de produção capitalista na pós-modernidade atingiu um patamar de desenvolvimento pautado na desigualdade e na crescente diminuição dos direitos sociais, desemprego estrutural, aumento exponencial da miséria, especialmente em países periféricos, mas simultaneamente um incremento inédito em programas de fomento esportivo por meio da realização de megaeventos que não se justificariam se analisados frente às contradições expostas.

Apesar disso, megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol (F.I.F.A.) e os Jogos Olímpicos(COI), são vistos pelas nações como a panaceia para superar desafios estruturais e de desenvolvimento econômico e social (OURIQUES, 2014). A crescente concorrência dos Estados para sediarem estes megaeventos denuncia a importância simbólica que eles desempenham no estágio atual de desenvolvimento do capitalismo (COTTLE, 2014).

Uma análise pormenorizada realizada por Capela e Tavares (2014, p10) sobre as relações existentes entre a prática esportiva e o sistema de produção capitalista sinaliza a discrepância existente entre as reais necessidades dos países “em desenvolvimento” e as falácias discursivas dos Estados e instituições que promovem o espetáculo esportivo. De acordo com estes autores:

Os megaeventos esportivos, longe de caminhar com a população, são marcados por interesses econômicos particulares, que

consumirão muitos recursos públicos, explorarão os trabalhadores e seguirão produzindo o desenvolvimento do subdesenvolvimento.

De maneira ainda mais assertiva Cottle, Capela e Meirinho (2014, p19) apontam ações de dilapidação do patrimônio nacional quando da realização de megaeventos que atendem prioritariamente (para que não se incorra no risco de dizer exclusivamente) aos interesses das empresas privadas dos ramos de entretenimento e construção, conforme se segue:

Através de práticas de conluio, fraude nas licitações e superfaturamento, as empresas de construção de obras para a Copa F.I.F.A. vêm obtendo em todo mundo enormes ganhos financeiros à custa dos trabalhadores e dos contribuintes dos países-sede. [...] implicitamente, isso significa que as metas de desenvolvimento propostas pelos governos nacionais que sediam a Copa F.I.F.A. de Futebol são frustradas em parte pela transferência maciça de riquezas desses Estados para empresas privadas, em detrimento da criação de emprego e redistribuição de renda para a população, inibindo, assim, os ganhos econômicos a que se destinam. É nesse contexto que insurge o descontentamento nacional[...] São as práticas de conluio de empresas de construção que produzem os custos exorbitantes dos estádios da Copa do Mundo e dos projetos de infraestrutura.

Megaeventos, esportivos ou não, são acontecimentos de curto prazo com impactos localizados de grande escala, concentração elevada de capital e dão um real sentido à noção de redução de tempo e espaço do desenvolvimento no qual governo e setor privado conseguem produzir a infraestrutura e os serviços necessários para sediar o evento com um aumento concomitante na mobilização de uma força de trabalho flexível e altamente explorável (COTTLE, 2014).

O argumento em favor da realização destes megaeventos consiste na perspectiva de que criam empregos e geram renda, potencializam o turismo de longo prazo, possibilitam reformas urbanas significativas no âmbito da mobilidade urbana, da segurança e do desenvolvimento de tecnologias de negócios e telecomunicações, entre tantos outros. Embora esses empreendimentos possam trazer inovações e melhorias reais para as cidades-sede, o montante de recursos públicos empregados para sua realização é altíssimo e os resultados ou legados de longo prazo são pouco avaliados(RIBEIRO, 2008 e PREUSS, 2008). Mas quando da realização de um megaevento são vislumbradas oportunidades de negócios globais, nichos de oportunidades ímpares para promover, dentre tantos

outros elementos, a própria cidade como um produto mundial, a cidade posta à venda na vitrine mundial.

No atual momento histórico os megaeventos esportivos – Copa do Mundo e Jogos olímpicos – cumprem uma função política de procurar espaços geográficos, países e regiões onde o esporte, o futebol principalmente, possa gerar formas de reprodução e acumulação do capital no espaço e no tempo.

Tais assertivas podem ser verificadas nos apontamentos de McKinley (2014, p 51)

A intensificação da busca pelo capital corporativo multinacional por novas maneiras de romper as restrições sobre o crescimento e acumulação impostas por várias barreiras nacionais, encontraram um veículo prontamente disponível nos esportes. A doutrina da competição capitalista e o “livre mercado”, tão evidentes na esfera intra e internacional do desenvolvimento global pós Segunda guerra mundial, estava agora mirando o campo dos esportes. Lenta, mas de forma segura, o desenvolvimento global do esporte, em especial do futebol, tornou-se parte integral do desenvolvimento global do próprio capitalismo. O capital corporativo multinacional começou a “entrar”, associar-se e a cada vez mais interferir nos principais esportes em busca de lucros e melhoria da imagem.

A gênese desta associação histórica de legitimação da realização de megaeventos esportivos remete ao Jogos Olímpicos de Barcelona no ano de 1992. Naquele contexto marcado pelo esfacelamento do Estado de Bem-Estar Social, consolidado nas décadas anteriores nos países da Europa Central, foi marcante a preocupação com a questão da degradação urbana acentuada. Para melhor demonstrar a origem das propostas de revitalização urbana que tiveram seu ápice em Barcelona, cabe retornar ao modelo inaugurado pelo então presidente francês François Marie Mitterrand de transformação das áreas urbanas como solução contra a degradação. A idéia central era a construção e revitalização de grandes espaços urbanos transformados em equipamentos culturais que simbolizassem uma arquitetura moderna e dinâmica. Tais equipamentos aqueceriam o mercado imobiliário local, diversificariam e ampliariam o turismo associado ao chamado “marketing da cidade”. A justificativa para tais revitalizações pautava-se no gasto menor do que em programas sociais, com a vantagem de promover uma imagem positiva da cidade capaz de atrair os fluxos de investimentos do capital financeiro (FERREIRA, 2014).

Tal qual uma receita milagrosa a proposta difundiu-se rapidamente pelos países da Europa e do mundo todo. Tanto que, em pouco tempo, foi possível verificar uma espécie de hegemonização das cidades, ou, conforme Arantes (2002), um “pensamento único das cidades” (p.8), “arquitetura do espetáculo, com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição, de efemeridade e jouissance¹”(p.20) ou “espetáculo urbano” (p.22).

Por trás do aparente sucesso do empreendedorismo urbanístico estavam os altos gastos do orçamento público gerando lucros para empresas privadas e a valorização extremada do mercado imobiliário sob a alegação de que era imprescindível manter a competitividade global nas cidades-vitrine.

O principal efeito colateral percebido foi o repúdio por parte da sociedade internacional quando contrapostos os custos da espetacularização das cidades às reais necessidades de investimento em políticas de atendimento aos direitos sociais.

O trecho a seguir demonstra a estratégia de mitigação das discórdias e argumentos contrários às reformas urbanas tendo, como elemento justificativo, a realização de grandes eventos, dentre eles, os megaeventos esportivos:

Era necessário legitimar esse modelo de alguma forma. Percebeu-se então que grandes eventos, sobretudo os esportivos, que movem paixões nacionais, tinham a grande “qualidade” de serem popularmente aceitos. A ideia era associar esses eventos às obras de requalificação urbana desejadas. Assim, ao redor de um grande estádio, de um pavilhão de exposições, começaram a ser erguidos centros de negócios. Bairros de alto padrão etc. Operações casadas em que governantes e investidores saíam ganhando, com a vantagem do apoio popular[...] F.I.F.A. e COI perceberam o poder que tinham nas mãos. Governantes passaram a tratá-los como fontes milagrosas de capitais. Quem obtivesse o direito de sediar seus eventos teria uma justificativa de inquestionável popularidade para dispor de rios de dinheiro público em nome da “modernização” da cidade, alavancando negócios milionários para o setor privado[...] Tanto F.I.F.A. quanto o COI souberam transformar espetáculos esportivos em grandes negócios[...] (FERREIRA, 2014, p.9).

Retornando à raiz supracitada, a primeira grande cidade a concretizar o plano de reconfiguração urbana associado ao megaevento esportivo foi

¹Gozo, desfrute.

Barcelona, quando da realização dos Jogos Olímpicos de 1992. Mesmo já contando com um excepcional plano urbanístico, Barcelona lançou com sucesso a nova fórmula que seria prontamente aceita por diversos países do mundo. Na esteira destes acontecimentos estava posta uma *best-practice*, que, se replicada integralmente pelos demais países-sede, garantiria o sucesso do megaevento coadunado com a reestruturação urbanística e aplicação desmedida de investimentos sem necessidade de justificativa social.

A associação infalível de megaeventos esportivos, ou não, com o modelo de transfiguração urbana estava agora exposta na vitrine das novas oportunidades do fluxo de investimentos do capital globalizado.

Como qualquer outra indústria o esporte interage com vários setores produtivos do mundo capitalista que necessitam do esporte como fenômeno e mecanismo catalisador da acumulação de capital e do lucro a fim de consolidar seu modo de (re) produção.

O capital é movido pela expansão e orientado pela acumulação e o esporte não segue lógica distinta.

Mesmo diante de tantas contradições, o Brasil se candidatou para sediar os maiores megaeventos esportivos do planeta e venceu a disputa. Restam, agora, analisar criticamente os impactos da priorização de uma agenda política demasiadamente comprometida com eventos esportivos, mas divorciada das reais necessidades sociais que se lhe explicitam à sociedade brasileira no limiar do século XX e nas primeiras décadas do século XXI.

O estudo se justifica pela tentativa de preencher uma lacuna intelectual na literatura sobre o legado esportivo dos megaeventos. Ainda que a produção acadêmica sobre megaeventos e legados tenha um volume surpreendente, cabe notar, a escassa atenção direcionada pelos diversos intelectuais que se debruçaram sobre o tema no que diz respeito aos múltiplos mecanismos de acompanhamento e monitoramento no âmbito dos impactos dos megaeventos nos processos de democratização do esporte como direito social (CAHSMAN, 2003; BLOYZE E LOVETT, 2012; GIRGINOY E HILLS, 2008). As produções inclinaram-se, prioritariamente, sobre o esporte de rendimento/espetáculo (Mast, Reis e Puhse, 2017), impactos econômicos (Capela e Tavares, 2014), a espetacularização das cidades (Arantes, 2002), dentre tantos outros temas, mas

sem um olhar comprometido com os resultados e legados destes acontecimentos para o campo em questão, o esporte como direito universal.

Diante dos argumentos supracitados, identificaram-se como questões que orientaram a pesquisa:

A realização dos megaeventos esportivos, em geral, Copa do Mundo F.I.F.A. de Futebol 2014, especificamente, no Brasil seria uma efetiva oportunidade de implantação de políticas públicas de universalização de acesso ao esporte no país?

- Os compromissos assumidos e os discursos pronunciados pelos gestores públicos, nos diferentes subníveis de governo, inclusive pelo Ministério do Esporte, de que haveria um legado social e esportivo dos megaeventos são reais ou apenas ufanistas e falaciosos?
- A realização de um projeto nacional, capitaneado por uma instituição esportiva do terceiro-setor, financiado com dinheiro público, replicando um modelo britânico, contribuiria para a assunção de compromissos, por parte dos atores políticos das doze cidades-sede da Copa do Mundo F.I.F.A. de Futebol, que possibilitassem a universalização do acesso ao esporte como legado dos megaeventos?

Como forma de direcionar os estudos e produção textual frente à amplitude dos questionamentos demonstrados, foram estabelecidos como objetivos gerais da pesquisa.

- Identificar e discutir se, e em que medidas, as doze cidades-sede brasileiras que receberam a Copa do Mundo de Futebol F.I.F.A. planejaram programas de democratização esportiva como legado do megaevento;
- Descrever os procedimentos de monitoramento dos impactos do Projeto Cidades da Copa na agenda política de cada cidade-sede da Copa do Mundo no processo de democratização de acesso ao esporte como legado do megaevento.

Destes objetivos amplos derivaram os objetivos específicos que conduziram às análises finais, quais sejam:

- Analisar quão efetivas foram as metas propostas no documento do plano de ação do Projeto Cidades Da Copa antes e depois da realização do megaevento em cada cidade-sede.

As páginas que se seguem conduzirão o leitor, tal qual numa disputa oficial da Copa do Mundo, pelas diferentes etapas que envolvem um jogo do megaevento. Do aquecimento, onde serão expostos os conceitos amplos que perpassarão todo o texto, como os de esporte, megaeventos e legado e uma aproximação à gênese do Projeto Cidades da Copa, tendo como “inspiração” um programa de legado esportivo dos Jogos olímpicos de Londres.

Entrando em campo, o momento em que se inicia a pesquisa de fato e são demonstrados ao leitor os procedimentos metodológicos adotados e que conduziram a pesquisa e os processos de coleta de informações, categorização e transformação em dados e propostas de análise.

Noprimeirotempo, serão detalhados os percursos e etapas do Projeto Cidades da Copa.

O segundo tempo, por sua vez, explicitará os resultados obtidos quando da sua realização em todas as cidades-sede, antes e depois da Copa do Mundo. Serão apresentadas e debatidas as metas elaboradas em cada cidade-sede, a partir de categorias de análise, e sua distribuição e priorização por região geográfica do país.

Na prorrogação os impactos das metas nas políticas públicas das cidades-sede e, nos pênaltis, as considerações finais deste trabalho, além de apontamentos para possíveis programas de legado esportivo dos megaeventos nas próximas cidades-sede nas edições futuras do megaevento.

Toda a partida terá um bate-bola com a literatura promovendo a discussão dos dados e acontecimentos em tempo real.

Lances específicos também serão comentados.

1.2 Percursos do Esporte: conceitos, historicidade e transformações

O esporte passou a fazer parte da história da sociedade moderna e contemporânea de tal forma que hoje é praticamente impossível imaginá-los sem ele.

Não é incomum que se façam relações diretas entre a origem dos esportes praticados nos dias de hoje e aqueles experimentados na antiguidade. Por certo que alguns fatores contribuem para esta errônea associação, mas o principal é uma correlação histórica das práticas esportivas contemporâneas aos Jogos Esportivos realizados na Grécia Helênica, que não se restringiam aos Olímpicos (ASSIS, 2005; GODOY, 1996; PAIVA, 2011, RUBIO, 2002).

Vários eram os Jogos realizados na Grécia Antiga, todos eles em um período quadrienal, em diferentes cidades. Os jogos Pan-Helênicos, denominação de quatro grandes competições - Jogos Olímpicos, Píticos, Ístmicos e Nemeus - eram realizados para celebrar homenagens a deuses como Zeus, em Olímpia, **Jogos Olímpicos**; Apolo, em Delfos, com o nome de **Jogos Píticos**; em Coríntio, festejavam-se os **Jogos Ístmicos** a Poseidon; em Nêmea os **Jogos Nemeus**, dedicados a Hércules. Além dos Jogos Pan-Helênicos, outras celebrações aconteciam em forma de Jogos. Eram eles os Jogos Heranos, dedicados à deusa Hera, esposa de Zeus, com a participação exclusiva de mulheres; e os jogos Fúnebres, considerados os mais antigos e talvez precursores dos Jogos Olímpicos, dedicados aos mortos, como descreve Homero na Ilíada, sobre a homenagem a Pátroclo; as Panatéias, evento realizado em honra a Athena, tendo sido construído especialmente para esse evento, em 380 a.C. por Licurgo, o estádio Panatenaico, em Atenas, e reconstruído e ampliado por Herodes Ático no século II, para abrigar 50 mil espectadores (GODOY, 1996 pg.131).²

No entanto, recorremos aqui à Bracht (1989), que sugere que não é correto pressupor tal linearidade para compreender o esporte contemporâneo, uma vez que não permite a identificação de uma importante e fundamental ruptura: o motivo pelo qual a prática esportiva fez/faz parte do cotidiano social. Se, na antiga Grécia, se reverenciavam os “Deuses”³, se promoviam a confraternização entre os povos e a paz durante as práticas esportivas, na contemporaneidade reverenciam-se a quebra de recordes, a espetacularização, o automatismo, a submissão às regras universais,

²Grifos meus

³Ou como sugere Valente (1997), prática esportiva “ecumênica”.

a especialização e hipertreinabilidade, o lucro e a exploração de mercadorias e imagens midiáticas, os megaeventos, entre outros motivos (GOELLNER, 2004).

Bracht (1989), Brohm (1982), Goellner (2004) e Marques, Gutierrez e Almeida (2008), sugerem, também, que há rupturas⁴ contextuais na história do esporte e que, portanto, é possível falar-se em pelo menos três momentos do esporte: o esporte clássico (antigo e medieval), o esporte moderno e o esporte contemporâneo (pós-moderno).

Parece não haver nenhuma discordância na literatura quanto à localidade da gênese do esporte moderno. Inglaterra, Europa. O mesmo não se pode dizer quanto à sua data. Alguns autores sugerem os séculos XVII (Dunning, 2014), XVIII (Bracht, 2006) e até XIX (GOELLNER, 2004).

Ainda que não se busque, neste texto, uma especificidade quanto à precisão da data de origem do esporte moderno, cabe lembrar que as mudanças históricas experimentadas pela Europa entre os séculos XVII e XIX foram muito significativas. Diante dessa divergência supracitada, este pesquisador priorizará Dunning por dois motivos: 1- por transcorrer um período mais longínquo baseado em estudos históricos de diferentes práticas corporais compreendidas como “esporte” e, 2- por ser este um dos mais importantes e respeitados pesquisadores da sociologia do esporte, inclusive tendo trabalhado diretamente com Norbert Elias no estabelecimento das relações entre o desenvolvimento social europeu, o processo civilizatório e as práticas corporais.

Vale dizer, no entanto, que o próprio Dunning (2014) sugere que o contexto de uso da palavra esporte no século XVII é bastante diferenciado daquele usado no século XVIII.

Os termos esporte e jogo são empregados em diferentes contextos e sob as mais variadas circunstâncias.

A abordagem atual mais ampla sobre o fenômeno é apresentada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2003), ao definir esporte como “todas as formas de atividade física que contribuem para a boa forma física, para o bem-

⁴Quanto ao aspecto apontado pelos autores supracitados, a ruptura, cabe fazer uma ressalva. É possível que haja uma ruptura do esporte antigo e medieval para o esporte moderno. Mas o que dizer da transição do esporte moderno para o pós-moderno? Resignificou-se, sem que ninguém pudesse notar? É possível encontrar alguma elucidação em Anderson (1999). Segundo este autor, enquanto a modernidade é violenta e abrupta buscando erradicar os costumes e comportamentos dos períodos históricos que a antecederam, a pós-modernidade é sutil, delicada e opera de forma quase imperceptível as novas configurações contextuais a que somos submetidos atualmente. Com o esporte, essas mudanças “sutis” se deram da mesma forma.

estar mental e para a interação social”. Embora esta amplitude possa parecer interessante por sua abrangência, contribui pouco, ou quase nada, para que se compreenda de maneira mais efetiva e precisa o que realmente venha a ser o esporte. Seriam igualmente esportistas os atletas que submetem seus corpos às práticas inumanas em busca de superação e quebra de recordes e crianças e jovens que dançam livre e descontraidamente em uma festa?

Esta abordagem estaria mais próxima da observação de Dunning (2014, p.171) sobre a origem da palavra esporte. Segundo este autor é necessário, em primeiro lugar, lembrar que por aproximadamente duzentos anos a Inglaterra foi governada por tropas francesas. O termo *desporter* é, portanto, franco-inglês. Dele se deriva a palavra *sport*, empregada até os dias de hoje. O emprego era genérico, irrestrito a diferentes tipos de práticas corporais de lazer, mas, a partir do século XVIII, passou a ser usado prioritariamente por membros da nobreza e aristocracia para designar quatro atividades particulares, as “*corridas de cavalo, críquete, o boxe e a caça à raposa*”.

No entanto, quando consideramos o contexto de aplicação contemporâneo do termo esporte, dificilmente nos permitiríamos considerar quaisquer práticas de lazer dentro de suas categorizações.

Mais adiante, no capítulo sobre políticas públicas (p.37), o leitor encontrará uma abordagem de Bauman (1999) sobre uma característica da modernidade, da qual o esporte, invariavelmente, não deixaria de ser abarcado. A delimitação e categorização da maior parte dos fenômenos sociais. Definindo, na medida do possível, o que cabe e o que não cabe, precisamente, em cada categoria do que se poderia chamar de esporte.

É nesse contexto que o uso do termo esporte começa a designar uma parcela cada vez menor de um conjunto de práticas corporais que se lhe permitam “*pertencer à categoria esportiva*”.

O esporte que as sociedades contemporâneas conhecem, reverenciam, consomem, assistem e praticam é o mesmo que se consolidou entre meados do século XIX e início do século XX e que traduz o significado de uma sociedade (inglesa/capitalista) que enaltece as competições, a busca incessante de superação do outro, do tempo, da distância, do próprio praticante, assim como os desafios, as conquistas, as vitórias e o esforço individual como forma de ascensão social (GOELLNER, 2004).

Autores como Bento (1997) e Marques, Almeida e Gutierrez (2007) corroboram tais características e sugerem que esportes são práticas corporais que possibilitam a superação constante das capacidades humanas, com regras e normas próprias, definidas pelos participantes da atividade ou pelas entidades normatizadoras, com invariável caráter competitivo contra adversário, ou contra as próprias realizações.

Tais definições compartimentalizadas agradariam mais à modernidade do que à Bauman.

Como quaisquer categorizações, é impossível englobar em tais definições tão restritas todas as possibilidades de manifestações do fenômeno social, nesse caso, esportivo.

Na tentativa de alargar as fronteiras impostas pela “conceituação” supramencionada, alguns autores, notadamente com estudos mais direcionados às ciências sociais, e, freqüentemente, divorciados dos estudos mais particulares da área da Educação Física, consideram o esporte como um fenômeno que aglutina um sem número de práticas, apesar de ainda vinculá-lo à institucionalização: [...] é uma ação social institucionalizada, convencionalmente regrada, que se desenvolve com base lúdica em forma de competição entre duas ou mais partes oponentes ou contra a natureza, cujo objetivo é, através de uma comparação de desempenhos, designar o vencedor ou registrar o recorde (Betti, 2002, p. 29).

Ou ainda, como sugerem Marchi Júnior e Afonso (2007), em virtude da pluralidade de possibilidades e facetas sócio humanas que se interconectam com o fenômeno esportivo, este deverá, portanto, ser considerado em sua amplitude de contextos, sentidos, significados e compreendido de forma polissêmica.

De forma mais abrangente, temos que:

O esporte é compreendido como um fenômeno processual físico, social, econômico, cultural, historicamente construído (e dinâmico), presente na maioria dos povos e culturas intercontinentais – independentemente da nacionalidade, língua, cor, credo, posição social, gênero ou idade –, e que na contemporaneidade tem se popularizado globalmente redimensionando seu sentido pelas lógicas contextuais dos processos de mercantilização, profissionalização e espetacularização (MARCHI JUNIOR, 2014).

Há, ainda, que se considerar outro aspecto quando da delimitação do campo social que se pretende chamar de esporte. Os motivos e sentidos atribuídos pelo próprio praticante às diferentes formas de manifestação do fenômeno.

Bourdieu (1990), Paiva (2011) e Sergio (2003), já abordaram este assunto. Alertam que, considerar, apenas, as múltiplas divisões semânticas e tipológicas que compartimentalizam as formas de prática esportiva, como fragmentos desconectados, põe em risco alguns pressupostos presentes na Carta da Internacional de Educação Física e Esportes (UNESCO, 1978) como, por exemplo, os interesses dos praticantes. Neste sentido, os autores hipervalorizam os sentidos e as representações que o praticante atribui à sua prática esportiva e veem como perfeitamente possível, o sujeito participar de equipes de treinamentos intensos, com compromisso profissional e cobranças inerentes ao esporte de rendimento e, ainda assim, considerar sua prática uma atividade de lazer (princípio do prazer e bem estar) ou de educação (compreensão das regras, respeito aos horários, ao técnico, ao adversário, alimentação regrada etc.). Da mesma forma, consideram pertinente, também, que ao participar de atividades recreativas no âmbito esportivo o sujeito atribua-lhes valores de superação, busca exacerbada pela vitória, competição e seriedade, características do esporte de rendimento. Em síntese, os autores defendem que nenhuma categorização será válida se desconsiderar as representações sociais e psicológicas dos participantes das modalidades esportivas.

Assim, a vivência de uma mesma modalidade esportiva impactará diferentemente cada sujeito de acordo com a subjetivação e os valores que lhe atribuírem, os motivos, desejos, a intenção, as variadas formas de acesso das classes sociais e dos atores envolvidos com a mesma manifestação esportiva pode variar e gerar sentidos diferentes (PRONI, 1998).

O conjunto mais marcante de características que denotam o que vem ou não a ser esportes está diretamente ligado às transformações sociais pelas quais passou a Europa, mais precisamente a Inglaterra, berço do esporte moderno, durante os últimos três séculos. Especificamente a revolução industrial e a constituição do Estado nacional-democrático. Estes rearranjos sociais advindos com a modernidade impactariam definitivamente as formas de

expressão e as experiências de muitos aspectos da vida humana, inclusive das práticas corporais.

Como forma de desvelar as relações que se pretendem fazer nos trechos a seguir, cabe recorrer a Giddens (1991, p8). Sugere-nos:

Modernidade" refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isto associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial (p.8)

Só será possível compreender, profundamente, as interconexões com o modelo de vida e organização social que se estruturava na Europa e as práticas corporais, se forem amalgamadas as similitudes entre a modernidade e o sistema desportivo. As quatro dimensões da modernidade, apresentadas por Giddens (1991, p.56) estabelecem correlações diretas com a sistematização das práticas corporais da antiguidade e idade média, os jogos populares, e sua transformação e ressignificação em práticas esportivas. São elas:

- **Capitalismo**, acumulação de capital e superação, cuja natureza é essencialmente competitiva e expansionista;
- **Industrialismo**, transformação e controle da natureza.
- **Vigilância**, supervisão e controle da informação e da vida social
- **Poder militar**, diminuição da tolerância à violência individual e detenção do poder bélico essencialmente pelo Estado-nação

O sistema de estados-nação foi forjado por miríades de eventos contingentes e da coadunação das quatro dimensões citadas.

A sistematização das práticas corporais seguiu as mesmas lógicas. Promoção da acumulação de vitórias e prestígio e superação, constante, baseada essencialmente na competitividade. Modificação dos tipos de experiências corporais diretamente relacionadas às práticas ecumênicas, festivas, agrárias, espontâneas para formas menos naturais, com exigência de técnicas e padrões que se universalizariam. Sistematização com regras de conduta que permitissem vigiar e punir quaisquer participantes com comportamentos desviantes. Imposição de autocontrole da conduta e da violência por parte do próprio praticante, uma vez que o uso deliberado de poder e da violência era função precípua do Estado-nação.

Sobre este último aspecto, Elias e Dunning (1985) sugerem que o esporte foi elemento partícipe de todo o processo civilizador da sociedade contemporânea. Clausewitz (1979) e Paiva, Rossetto Júnior e Bógus (2015) também já sinalizaram as correlações entre esporte e violência, esporte e guerra e esporte e o poder do Estado.

Os autores que mais se debruçaram sobre o estudo do esporte e suas correlações com a diminuição acentuada da tolerância à violência, inicialmente na Europa, e depois por todo o mundo, foram, notadamente Elias e Dunning (1985). Para estes autores, a reorganização social orientada pela constituição de um Estado nacional-democrático, onde as decisões deixam de ser exclusividade da nobreza e passam a compor o cotidiano do recém-criado parlamento inglês no século XVIII, era imperativo que houvessem novas formas de acordos, legislação e deliberações políticas pautadas menos na violência, característica da idade média, e mais na argumentação e no diálogo ou argumento. Esse rearranjo, inédito, tem correlação temporal direta com a sistematização das formas de práticas corporais tendo como elementos predominantes as regras de comportamento, válidas para todos os participantes, o autocontrole da conduta e a intolerância às formas irrestritas e mais violentas de manifestação dos jogos corporais populares.

Vejamos a argumentação nos trechos que seguem (p.41-43)

[...]os modelos sociais de conduta e de sensibilidade, particularmente em alguns círculos das classes sociais altas, começam a transformar-se muito drasticamente, numa direção específica, desde o século XVI em diante. O domínio da conduta e da sensibilidade tornou-se mais rigoroso, mais diferenciado e abrangendo tudo[...] Investigações posteriores tornam provável que o processo de formação do Estado, e, em particular, a sujeição da classe guerreira a um controlo mais severo, a “civilização” dos nobres nos países continentais, possuía algo de comum com a mudança verificada no código de sensibilidade e de conduta[...] Se compararmos os jogos populares realizados com bola nos finais da Idade Média, ou até nos inícios dos tempos modernos, com o futebol e o raguebi, os dois ramos do futebol inglês que emergiram no século XIX, pode notar-se que existe um aumento da sensibilidade em relação a violência. A mesma mudança de orientação pode ser observada no caso do desenvolvimento do boxe. As formas mais antigas de pugilato, uma maneira popular de resolver conflitos entre os homens, não eram inteiramente desprovidos de regras. Porém, o uso dos punhos desprotegidos era acompanhado, frequentemente, pela utilização das pernas como uma arma. [...] O aumento da sensibilidade revela-se pela introdução das luvas e, com o tempo,

pelo acolchoamento destas e a introdução de várias categorias de jogadores de boxe, o que garantia [...] um nível superior de igualdade de oportunidades. De facto, a forma popular de luta só assumiu as características de um “desporto” quando se verificou a conjugação entre o desenvolvimento de maior diferenciação e, de certo modo, de formas mais estritas de um conjunto de regras, e o aumento de proteção dos jogadores quanto aos graves danos que podiam advir dos confrontos.[...] A transição dos passatempos a desportos, a “desportivização”, se é que posso utilizar esta expressão como abreviatura da transformação dos passatempos em desportos, ocorrida na sociedade inglesa e a exportação de alguns em escala quase global, é outro exemplo de um avanço da civilização.

Pelo que foi exposto é possível, portanto, retomar aos argumentos citados anteriormente de que não há divergência na literatura sobre a gênese das novas formas de práticas corporais sob a denominação de “desportos”. Seriam, claramente, originários da Europa de forma geral, mas, mais precisamente na Inglaterra, caracterizados por uma reatribuição de normas, valores e significados a um conjunto de práticas e experiências corporais, muitas vezes sob a forma de jogos populares. Tais práticas rapidamente se espalharam por diversos países da Europa e muito rapidamente pelo mundo. Não causaria estranheza questionar os motivos pelos quais esta sistematização se globalizou.

Por que razão é que confrontos altamente regulamentados, exigindo esforços físicos e competência técnica para poucos, caracterizados como forma de espetáculos –desporto – aparecem primeiro durante os séculos XIX e XX entre as classes altas, a aristocracia proprietária de terras e por fim chega à pequena pobreza? Por acaso? (ELIAS E DUNNING, 1985 p.46)

Quem mais se aproximou deste debate foi o sociólogo Pierre Bourdieu. Para ele há um conjunto de comportamentos e costumes que se engendram com a dinamização das práticas corporais sob a forma regrada de esportes. Sem dúvida, a imposição simbólica de normas de controle da conduta, como elemento de reprodução dos valores dominantes, de uma sociedade experimentada pelos praticantes de quaisquer modalidades, é o fator preponderante pelo qual, os mais variados setores de formação da sociedade apropriaram-se, disseminaram, inculcaram e universalizaram as práticas do desporto por todo o mundo.

Se a maioria das organizações, seja a igreja, o exército, a escola, os partidos, a indústria, etc. dão tanto espaço as disciplinas corporais, é porque, em grande parte a obediência é a crença... E a crença é o que o corpo admite mesmo quando o espírito diz não. Talvez seja refletindo sobre o que o esporte tem de mais

específico, isto é a manipulação regrada do corpo, sobre o fato de o esporte, como todas as disciplinas em todas as instituições (...) ser uma maneira de obter do corpo uma adesão que o espírito poderia recusar, que se conseguiria compreender melhor o uso que a maior parte dos regimes autoritários faz do esporte. A disciplina corporal é o instrumento por excelência de toda espécie de “domesticação”. (BOURDIEU, 1990 p.220.)

Ora, por certo que não se pretende aludir nenhuma forma ingênua de interpretação dos novos significados e normas das práticas corporais ao fim da violência física nas atividades esportivas. Longe disso, o leitor atento deve verificar incontáveis ocasiões onde a violência apresenta-se como característica inerente do próprio desporto, como, por exemplo, no boxe, em partidas de Hockey sobre o gelo, no futebol, futebol americano, *rugby* e cada vez mais nas práticas midiáticas das diferentes lutas e modalidades desportivas de combate. Pode-se, portanto, inferir, que se na modernidade houve uma busca de sistematização das práticas corporais, como forma de controle conduta, resultante do aumento da sensibilidade humana às múltiplas formas de violência, na pós-modernidade, notadamente esta sensibilidade alargou-se. A violência, atualmente, não só é mais tolerável como, se é que se pode inferir, desejável, desde que contida dentro de certos limites, mais frouxos, talvez. Uma espécie de controle que se aproxima da fronteira do descontrole (ainda que controlado), como sugerem Elias e Dunning (1985).

O que se pretendeu demonstrar foi que o esporte que a sociedade conhece, vivencia, pratica e ensina nos dias de hoje é datado. Inventado. Não estabelece relações lineares com as práticas corporais naturalizadas dos jogos populares medievais e, muito menos, com as atividades ecumênicas e comemorativas da antiguidade nos Jogos Olímpicos, Píticos, Ístmicos e Nemeus (GODOY, 1996; RUBIO, 2002). O então esporte surge como uma forma de refinamento das condutas e crescente autocontrole nas relações sociais e pessoais, em substituição aos jogos populares, existentes antes dos Estados modernos, que eram extremamente violentos, grosseiros e menos civilizados. Dessa forma, o Estado, por meio das Escolas e das Associações, passa a regulamentar as práticas corporais e físicas de maneira a controlar a agressividade e possibilitar a generalização dos sistemas de regras pelo Estado (ROSSETTO JUNIOR, 2016).

Até aqui discorreu-se sobre a relação entre o esporte moderno e o surgimento dos Estados nacionais-democráticos na Europa. Há ainda que se estabelecer uma outra breve, mas importante, relação entre o desenvolvimento do esporte moderno e a sociedade burguesa do período correlato à revolução industrial no século XVIII. Os processos de industrialização permitiram que a elite burguesa, detentora dos meios de produção, pudesse desfrutar de tempo ocioso cada vez maior sem prejuízo econômico. Aliás, os conceitos de lazer e diversão em tempo livre emergem neste contexto. Uma das formas de diferenciação social entre as classes operárias e as elites burguesas era, notadamente, a possibilidade de realizar práticas corporais de lazer e recreação em tempo livre. Escasso para os primeiros, mas abundantes para os segundos.

Nesse período emergem as primeiras associações desportivas burguesas de práticas esportivas que enfatizavam valores da elite da sociedade moderna como competição, rendimento e produção, porém norteados pelo princípio do Fair Play (jogo limpo, não violência, honestidade, ética, respeito ao árbitro, regras e adversário, solidariedade, cooperação, interação, etc.), com similitudes ao cavalheirismo da aristocracia inglesa. Essas associações foram as responsáveis pela codificação e normatização das práticas esportivas para possibilitar as disputas entre as equipes e associações de diferentes regiões (ROSSETTO JUNIOR, 2016).

Sendo forma de distinção entre costumes e comportamentos das classes de proletariados e industriais, o esporte mostra sua primeira face social. A diferenciação. Ainda, vista como forma hipervalorizada pelas classes dominantes como instrumento de inculcação de valores e normas de conduta como disciplina, respeito, polidez, cavalheirismo, civilidade, educação e nobreza a prática de esportes passa a ser disseminada nos ambientes formativo dos futuros membros da sociedade. A escola, ambiente social por excelência de reprodução de valores dominantes de uma classe, num determinado tempo histórico, passa a ser o cenário de ensino do esporte.

No bojo destes acontecimentos e interconexões históricas o esporte é enxertado no ambiente escolar burguês inglês, nas primeiras décadas do século XIX, no colégio Rugby, por um professor de atividades físicas, Thomas Arnold. As práticas corporais ofertadas impostas como fator de desenvolvimento do cavalheirismo e do autocontrole do comportamento mudaria definitivamente todas

as formas de práticas corporais da humanidade. Uma ascensão sem precedentes deste modelo se viu nas décadas subsequentes e, atualmente, o esporte é o elemento da cultura corporal mais disseminado e praticado em todo o mundo.

Sobre esta ressignificação dos jogos populares e inserção dos desportos no ambiente escolar⁵, temos que:

Parece indiscutível que a passagem do jogo ao esporte propriamente dito tenha sido realizada nas grandes escolas reservadas às “elites” da sociedade burguesa, nas Publics Schools inglesas, onde os filhos das famílias da aristocracia ou da grande burguesia retomaram alguns jogos populares, isto é, vulgares, impondo-lhes uma mudança de significado e função [...] (BOURDIEU, 1983, p. 139).

Mas a sociedade humana é ela mesma complexa. Fatos e acontecimentos que mudam o percurso histórico e os rumos de toda a civilização podem, por vezes, parecer resultados do acaso. Mas não são.

Em diferentes locais da Europa, o esporte, com todas as suas características modernas, era disseminado como forma de plagiar os valores sociais, costumes e estilo de vida britânicos. Em especial por aqueles que tendiam a ser influenciados pelo modelo de educação das classes burguesas dominantes da Inglaterra. O entusiasta mais acalorado estava na França e dentre os muitos aspectos ingleses o que mais o atraía era o sistema de *desportivização* do professor Arnold. Foi assim, inspirado, deslumbrado com as novas possibilidades de formação moral por meio das práticas esportivas que o Barão Pierre de Coubertin empenhou-se em organizar por toda a Europa uma reedição dos Jogos Olímpicos realizados na antiguidade. Assim o fez em 1896. Os Jogos Olímpicos da era moderna moldariam a percepção humana sobre o esporte no século seguinte (HOBBSAWN e RANGER, 1977).

Assim tem início o contexto de práticas esportivas no século XX.

⁵Talvez caiba, aqui, uma ressalva. O esporte que se ensina nos mais distintos espaços de aprendizagem corporal, em sua forma, conteúdo, método e objetivos, reflete a incapacidade de percepção da maioria dos profissionais de Educação Física e do movimento humano, conforme já demonstrado neste trabalho. A replicação alienada até hoje denuncia o entendimento atrofiado sobre o esporte. O esporte ofertado para as crianças e jovens, em todos os seus moldes, no século XXI, tem sua origem datada no século XIX, tencionando abrandar problemas de conduta humana nos séculos XVII e XVIII. *Ou, em outras palavras, o esporte ofertado na pós-modernidade, pouco difere do inventado na modernidade para mitigar comportamentos humanos violentos e desregrados da idade média.*

Coubertin organizou um comitê para sistematizar as regras de funcionamento do modelo moderno de Olimpíadas. Faziam parte deste comitê alguns escolhidos diretamente por ele que tivessem como principal característica títulos de nobreza como duques, lordes, burgueses industriários, condes e barões.

Baseados nos valores das classes burguesas dominantes, os Jogos da era moderna tinham um duplo sentido: aproximar os povos e nações e educar os jovens das classes altas sob os princípios do movimento olímpico: excelência, amizade e respeito, cujo objetivo era o de criar estilo de vida baseado no esforço, no valor educativo do exemplo e respeito pelos princípios éticos fundamentais. (ROSSETTO JUNIOR, 2016 p. 67)

Estabeleceu-se uma periodicidade de realização dos Jogos Olímpicos com intervalos de quatro em quatro anos. A proposta inicial de aproximação pacífica dos povos não perdurou. Durante as primeiras edições, já no século XX, o que se vislumbrou foi um confronto corporal nos limites das regras do esporte nos ginásios e estádios nos diferentes países que sediaram o evento. Mas o confronto maior, o simbólico, estava por inaugurar uma nova forma de disputa bélica entre os Estados.

No decurso do século XX, as competições físicas, na forma altamente regulamentada a que chamamos “desporto” chegaram a assumir-se como representação simbólica da forma não violenta e não militar de competição entre Estados [...] Esta situação é um indicador do aumento da importância atribuída às proezas no desporto, compreendidas como símbolo do estatuto das nações. [...] quando isso se verifica, a pressão social exercida sobre as atividades desportivas no sentido do autocontrolo conduz estas a um nível que chega a levar o atleta a prejudicar-se a si próprio, na medida em que tenta evitar agredir os outros.

Também Paiva, Rossetto Junior e Bógus(2015a) abordaram as tensões exacerbadas nas relações existentes entre as práticas esportivas e os Estados.

Segundo Proni e Lucena (2002), o esporte foi, provavelmente, o primeiro fenômeno que se universalizou/globalizou antes mesmo da modernização dos processos de telecomunicações e dos grandes avanços tecnológicos ocorridos na segunda metade do século XX, configurando-se como um dos mais importantes fenômenos transnacionais de todo o período.

No decorrer do século XX, o esporte foi empregado como importante ferramenta político-ideológica. É possível tomar como exemplo disso os Jogos Olímpicos de Berlim (1936) em que todos os atletas foram obrigados a saudar Hitler antes do início das competições e, a bandeira do nazi-fascismo foi ostentada mais alto que a bandeira de qualquer confederação. Vale lembrar que foi nesta olimpíada que um negro, americano, venceu pela primeira vez a prova mais conceituada do atletismo mundial, os 100 metros rasos. Jesse Owens tornou-se, na Alemanha, o homem mais rápido do mundo, mas o anfitrião (Hitler) recusou-se a entregar-lhe a medalha. Em 1968, nos Jogos Olímpicos realizados no México, 68 atletas americanos negros, conhecidos como os *Panteras Negras*, protestaram contra o racismo e as discriminações sociais que sofriam, tomando o esporte como espaço de manifestações. Perderam suas medalhas e foram deixados no México. Durante os Jogos Olímpicos de Munich, em 1972, 17 atletas judeus foram sequestrados e mortos (PAIVA, 2011).

Ao longo da história da humanidade, exemplos como estes se repetiram e o uso do esporte como ferramenta de manipulação ideológica/social passou a ser cada vez mais conspícuo (SIGOLI e DE ROSE JÚNIOR, 2004).

No decorrer do século XX os Estados investem cada vez mais recursos para promover sua imagem nacional em competições esportivas e projetar-se no cenário mundial macroeconômico, buscando uma associação entre rendimento esportivo e a supremacia de seus modelos, seja capitalista ou socialista, democrático ou ditatorial, comunista, socialista ou liberal. O objetivo implícito na busca voraz por mais e mais medalhas é a correlação entre ranking, pódios, mercado e bandeiras nacionalistas.

A associação do rendimento esportivo a regimes políticos, econômicos e a disseminação de ideologias não inerentes ao esporte geraram um cenário de reações internacionais contra o uso negativo do esporte (TUBINO, 2010) e, na segunda metade do século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria, surgem movimentos de reinterpretação das práticas esportivas que promovem o direito/acesso ao esporte e as atividades físicas a todas as pessoas como uma forma de desenvolvimento humano. Este movimento fica conhecido como Manifesto Esporte para Todos⁶. Pouco mais de

uma década depois, a UNESCO publica a Carta da Educação Física e Esportes (1978). Estes manifestos realizados pelos organismos internacionais que reagiam às exacerbações do esporte de alto rendimento foram fundamentais para as reflexões sobre o sentido do esporte na sociedade e, pela primeira vez, consideram os interesses e as possibilidades dos agentes envolvidos – os praticantes – compreendendo o esporte em dimensões sociais, a saber: esporte de rendimento/performance, esporte de participação/lazer e esporte de educação/educacional (TUBINO, 2010).

Desde a década de 1960, foram várias as manifestações de intelectuais e organismos internacionais que aprofundaram o seu entendimento, a exemplo do Movimento Esporte para Todos e da Carta Internacional de Educação Física e Esportes, editada pela UNESCO, em que o esporte passou a ser reconhecido como um direito humano, e seu conceito foi renovado, incorporando as dimensões do lazer e da educação, e definindo-as como práticas diversas do rendimento (TUBINO, 1996; p. 18)

Observando a proposta de emancipação do fenômeno esportivo em relação a quaisquer outras ideologias a ele não inerentes, o leitor pode, ingenuamente, acreditar que o problema estaria resolvido. Na verdade, os movimentos internacionais pela universalização da prática esportiva e ressignificação dos objetivos do esporte foram importantes, mas insuficientes para dar conta do problema.

Ao retomar o contexto histórico destes movimentos, é possível observar que tiveram início em 1964, portanto, antes dos Jogos Olímpicos do México e de Munich. Mesmo a Carta Internacional de Educação Física e Esportes (1978) antecedeu as comparações feitas entre comunismo/capitalismo e o rendimento esportivo que, de certa forma, sugeriam analogias de superioridade de um regime político-econômico em relação ao outro: o boicote do EUA realizado nos Jogos Olímpicos de Moscou (1980) e o revide da União Soviética nos Jogos Olímpicos de Los Angeles (1984) são exemplos claros da ineficiência destes movimentos no que diz respeito ao fim do uso do esporte como ferramenta de manipulação social/política/ideológica/étnica/econômica (PAIVA, 2011).

Provavelmente, a maior contribuição destes movimentos tenha sido a reatribuição de significados à prática esportiva. Os documentos ampliaram a visão em relação ao esporte e diante dessa nova forma de se enxergar o esporte e da

possibilidade de este manifestar-se em quaisquer dessas dimensões⁷: o esporte de rendimento, de lazer e de educação passaram a ser considerados práticas esportivas como direito legal a todos os cidadãos e, juntos, compõem as chamadas dimensões sociais do esporte.

Se, por um lado, a ampliação do entendimento do esporte como fenômeno multidimensional parecia sinalizar novas perspectivas para o esporte no final do século XX, as complexas relações que se estabeleciam entre esporte e mercantilização, esporte e mídia, esporte e grandes eventos esportivos e esportes e empresas globais de financiamento do espetáculo, levaram para o ralo as expectativas de que o século XXI vislumbraria a democratização e humanização das práticas esportivas.

Conforme apresentado na introdução, Capela e Tavares (2014), denunciam as novas conexões entre o esporte espetáculo e a indústria cultural na pós-modernidade, sugerindo que a mídia e a espetacularização que envolve os megaeventos esportivos compelem os atletas a condições inumanas de competição e comparação de suas performances em situações antívidas. Os esportistas se tornaram produtos. Mercadorias negociáveis que viabilizam lucros altíssimos e ideologias das empresas que financiam o espetáculo e das organizações que os regulam.

Sob este aspecto, Rossetto Junior (2016, p.73) aponta que:

A pseudo-profissionalização dos atletas que recebem salários para se dedicar, exclusivamente, aos treinamentos, em razão da valorização das competições esportivas pelos Estados, as quais se tornam mais acirradas e envoltas de significados e ideologias, acarreta, também, a melhora das suas performances e qualifica as disputas, embelezam as destrezas corporais dos atletas e tornam as contendas mais atrativas e emocionantes, gerando maior excitação e tensão aos espectadores. Esses fatores vão lapidando os eventos esportivos em grandes espetáculos que atraíam mais e mais pessoas.

As últimas décadas do século XX sinalizam uma nova função e característica social do esporte. Circular pelas Economias globais como mercadoria de consumo. Aqui podemos recorrer a Marques, Gutierrez e Almeida (2008). Para estes autores este período histórico compreende uma nova ruptura

⁷O entendimento do esporte como fenômeno multidimensional extrapola o escopo deste trabalho. Para saber mais, sugiro a leitura da tese de doutoramento de Adriano José Rossetto Junior (2016).

no percurso histórico, distinguindo-o do esporte antigo (clássico) e do esporte moderno. Tem início a era do esporte pós-moderno.

No limiar do século XX o esporte já se tornara uma excelente oportunidade de negócios e dinamiza a lógica do sistema mundo, capitalista, apresentado por Wallerstein (1998), a expansão globalizada, a acumulação e centralização de riquezas e poder. O aumento do número de participantes, espectadores, consumidores de produtos relacionados ao esporte possibilita esta dinâmica.

Ao adentrar o século XXI, impulsionado pelo avanço dos meios de comunicação e alcance globalizado de empresas do entretenimento e da indústria cultural, o esporte se apresenta das formas mais diversificadas como produto a ser consumido. Esportes eletrônicos, esportes da natureza, esportes radicais, esportes infanto-juvenis, esportes, esportes e mais esportes.

O catalisador pós-moderno que possibilita a dinamização do esporte em escala é global e, curiosamente, moderno.

A manobra mais ousada e oportuna para a exposição do fenômeno esportivo para o maior número possível de pessoas retorna um século para sua gênese moderna. Os megaeventos esportivos.

Será que Pierre de Coubertin poderia antever, com um século de latência, depois de reeditar os Jogos Olímpicos da era moderna, que seriam os megaeventos esportivos a principal válvula de escape de recursos dos governos liberais para promoção do espetáculo esportivo? A contradição que se lhe apresentaria seria mais ou menos assim: Quando da ocasião de sua edição, os megaeventos eram financiados prioritariamente por entidades privadas, buscando aproximar os povos e universalizar, em certo ponto, o acesso às práticas do esporte. Na pós-modernidade são investidos muitos recursos públicos que geram lucros concentrados para pequenos grupos de interesse privado relacionados ao espetáculo esportivo, os meios de comunicação possibilitam que plateias em todo o mundo assistam aos eventos sem nenhuma conexão espacial, e que têm como efeito colateral, uma diminuição aguda de recursos disponíveis pelos Estados, nos diferentes subníveis de governo, para oferecer o esporte como direito democrático.

O paradoxo do megaevento esportivo.

1.3 Megaeventos e Legados: a construção do consenso, coesão e falácias discursivas

Megaeventos⁸ são acontecimentos dramáticos com enorme apelo popular (Almeida, Mezzardi e Marchi Junior, 2009), de duração relativamente curta, caracterizados pela alta concentração de recursos financeiros com elevados investimentos dos Estados que reverberam, invariavelmente, em acúmulo de capital para os setores privados (Cottle, 2014; Dacosta e Miragaya, 2008). Ocasionalmente centralizados e ressignificam a relação espaço-tempo. Como forma de dinamizar e viabilizar os megaeventos, governos se coadunam com o setor privado para produzir a infraestrutura necessária para sediar o acontecimento, com um incremento temporário de força de trabalho terceirizada e facilmente explorável (Cottle, 2014). Considerados grandes fenômenos de popularidade, permitem a participação direta e indireta de um público grandioso e ocasiona efeitos políticos e socioeconômicos nas localidades-sede (Estender, Volpi e Fittipaldi, 2011; Marcelino, 2013), compreendidos como o mecanismo pós-moderno de maior capacidade de expansão e acumulação do capital, resultado da ambição econômica e busca para perpetuar o poder de grandes grupos financeiros do século XX (SANTIM, 2009).

No atual momento de desenvolvimento do capitalismo globalizado, os megaeventos desempenham uma função crucial para a acumulação e expansão dos mercados de exploração financeira, qual seja, encontrar novas localidades dispostas a submeterem-se à lógica da exceção dominada por grandes grupos privados em troca da chancela popular e legitimadora da F.I.F.A. e do COI.

Diante de tantas contradições contemporâneas, do sistema mundo, quanto ao direcionamento e financiamento de políticas públicas, desemprego estrutural, concentração de renda nunca antes experimentada na história, desigualdade globalizada, degradação dos centros urbanos, aumento da violência, intolerância religiosa, guerras civis, califados terroristas, dentre tantas outras mazelas que assolam a humanidade na pós-modernidade seria, no mínimo, curioso, para que não se incorra no risco de dizer paradoxal, que

⁸ Esportivos, culturais, religiosos, comerciais, tecnológicos entre outros.

governos de diferentes partes do mundo concorressem como glutões para promover, nos seus desmantelados países, megaeventos esportivos.

Seria, realmente, necessário para os países “emergentes/em desenvolvimento” realizar megaeventos esportivos?

A primeira década do século XXI vislumbrou a ascensão do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) despontando como novas economias globalizadas. Somente a Índia, ainda, não sediou um megaevento esportivo. O Brasil sediou a Copa 2014 e Jogos Olímpicos 2016, Rússia J.O. 2020, China J.O. 2008 e África do Sul a Copa de 2010.

Coincidência?

É possível que se estabeleça uma correlação temporal entre a emergência de novos paradigmas de governança e empreendedorismo urbanos e a ascensão do neoliberalismo nos países centrais (COTTLE, 2014; RIBEIRO e SANTOS JÚNIOR, 2015), onde os megaeventos esportivos desempenham papel crucial de mecanismo globalizado de exploração e acumulação de capital.

O que torna os megaeventos esportivos um fenômeno tão atrativo e disputado pelos governos em diferentes níveis e continentes é, dentre outros aspectos, a possibilidade de criação de consenso e coesão social tendo como pano de fundo legitimador o discurso falacioso do legado do evento.

Segundo Cashman (2003), o conceito e as propostas de legados não devem ser considerados como novidades dos últimos megaeventos, afinal, desde 1896, quando da realização dos primeiros jogos olímpicos da era moderna, sempre houve alguma forma e entendimento sobre o legado. O que se apresenta como uma novidade pós-moderna é o planejamento para certos tipos de legado e a forma como tais conceitos e prospecções se sobrepõem até mesmo às disputas esportivas durante o curto período do evento (GIRGINOV,2011).

Dessa forma, realizar estudos e monitorar sistematicamente os impactos e legados da realização dos megaeventos nas sociedades contemporâneas é fundamental no enfrentamento dos discursos falaciosos, das promessas impossíveis de serem cumpridas e avaliadas e dos dados imensuráveis, conforme aponta Preuss (2008).

Geralmente os governos pleiteantes das cidades-sede à realização dos megaeventos esportivos se precipitam em anunciar o legado como consequência benéfica e natural da realização dos jogos. Cabe chamar a atenção do leitor às

propostas de Dacosta (2008), Filgueira (2008), Paiva e Rossetto Junior (2015) e Preuss (2008). De acordo com estes autores, legados são resultados intencionais (ou não), sistematizadas (ou não) das diferentes formas de atividade humana. Isto posto, a qualidade, intensidade, amplitude, ganhos e perdas e direção dos legados derivarão do comprometimento e da conduta daqueles que estiverem diretamente relacionados com a promoção do megaevento. O discurso naturalizante de legado benéfico a partir da realização dos jogos é veementemente criticada por este conjunto de autores.

Autores como Preuss (2008) e Estender, Volpi e Fittipaldi (2011), sugerem que existem diferentes dimensões prospectadas como legado do megaevento que vão desde os impactos e benefícios socioeconômicos e culturais, perpassando pela infraestrutura urbana e desenvolvimento de tecnologias, até a imagem da cidade-sede, este último aspecto é corroborado por Arantes (2002).

Cabe retomar, no entanto, que em sendo o legado o resultado da ação humana, é possível que existam aspectos negativos e, neste sentido, Preuss (2008) alerta para o fato de que quando da realização do megaevento existirão os ganhos e as perdas. Ainda, os vencedores e os perdedores.

Apenas para ilustrar a complexidade desta disputa ao leitor. A modernização da infraestrutura para mobilidade urbana favorecerá indiscutivelmente aqueles que passarão a utilizar frequentemente o trajeto, mas tem como efeito colateral a desapropriação de famílias instaladas nas áreas obras. Para aproximar do campo esportivo. Se o governo federal duplicar o investimento em esportes de rendimento como resultado do desempenho do Brasil nos Jogos Olímpicos, redirecionando os recursos anteriormente destinados ao esporte de lazer e educação, haverá nesta contradição um legado positivo e negativo, vencedores e perdedores, incluindo-se e excluindo-se mutuamente.

Outros elementos de difícil análise que compõem o cipoal do conjunto de fenômenos que se pretende chamar de legado é que alguns acontecimentos são impossíveis de serem contabilizados, são imateriais, intangíveis como, por exemplo, a mudança de comportamento cultural de uma cidade como orgulho por ter sediado o evento. Ou, ainda, a satisfação de um povo, os ganhos culturais, o interesse por outras culturas, entre outros (ROSSETTO JUNIOR, 2016).

Diante desta complexidade o legado parece englobar todos e quaisquer benefícios, ignorar todas as dificuldades e superestimar os ganhos como se ocorressem de forma generalizada para toda a população.

Uma das estratégias comuns adotadas para criação do consenso acerca do legado é a exacerbação dos possíveis ganhos locais/nacionais oriundos da realização do megaevento. Ou como sugere McKinley (2014, p.69), o fulcro das argumentações sugere que o sucesso das Copas do Mundo F.I.F.A. é tornar-se um unificador social e político para a consolidação das nações.

No entanto, na contramão destes argumentos, cabe-nos observar os apontamentos de Taylor (2014, p.238) que diz:

A F.I.F.A. é um negócio regulado por e para os lucros: não é uma entidade beneficente que nos proporciona todo o desfrute das proezas viris desportivas e promove o bem-estar físico através do futebol. O objetivo é fazer dinheiro[...]

Rossetto Junior (2016) analisa a forma como os dados e benefícios dos megaeventos são prospectados e sugere que existem exageros nas estimativas, ou ainda, uma espécie de otimismo desmedido e irreal sobre os legados como forma de os governos legitimarem os altos gastos públicos com a produção da infraestrutura necessária para a realização, por exemplo, da Copa do Mundo.

Sobre a dubiedade dos dados e estimativas, também Cottle (2014, p83) apresenta de forma bastante crítica sua assertiva:

A maior parte dos estudos de impacto econômico são contratados para legitimar uma posição política ao invés de buscar a verdade econômica. Geralmente, isso resulta na utilização de procedimentos maldosos para produzir um grande número de estudos que procuram patrocinadores para suportar uma posição predeterminada.

O mesmo autor continua demonstrando os relatórios de uma das maiores empresas de consultoria empresarial do planeta, a Price Waterhouse Coopers, comentando as previsões de legado para a Copa do Mundo F.I.F.A. da África do Sul, 2010, (apud Cottle, 2014, p 83):

Não auditamos ou verificamos qualquer informação fornecida, por isso não nos responsabilizamos pela precisão das informações fornecidas por terceiros[...] algumas hipóteses inevitavelmente não se concretizarão⁹, eventos imprevistos e outras

⁹Grifo meu

circunstancias podem ocorrer, resultados reais alcançados, portanto, durante a análise podem variar daqueles descritos no relatório[...]

Ainda assim, as falácias referentes ao legado da realização dos megaeventos esportivos favorecem a perpetuação do consenso para a utilização de recursos públicos vultosos das cidades-sede.

Como forma de desvelar ainda mais os fatores escusos que aproximam governos e entidades esportivas, Oliveira (2014, p30), denuncia os mecanismos de conluio que resultam no discurso falacioso e geração de consenso social nas cidades-sede:

Facilitada pelo discurso de um suposto legado, a estratégia adotada é a transferência de responsabilidade financeira para cidades e países-sede, através de rigoroso controle político e jurídico sobre estes territórios. É exatamente neste ponto que a produção do espetáculo esportivo e a da cidade neoliberal convergem. Na busca de agentes capazes de bancar as condições materiais de realização dos megaeventos, as instituições promotoras encontram maquinas burocráticas sedentas por realizar tal proeza em troca de exposição midiática e legitimação para projetos nababescos e de dificuldades de aprovação em circunstancias normais.

Tomando como base os dados apresentados por Rossetto Junior (2016), referentes aos custos de investimentos previstos e executados para a construção e reforma dos estádios das doze cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, houve um aumento da ordem de 66% com termos aditivos e alterações nos projetos iniciais, chegando ao custo final de R\$8,5 bilhões, dos quais R\$ 5,6 bilhões sob a responsabilidade do BNDES. Ainda que Rossetto não tenha feito tal análise, comparativamente, o valor excedente é diretamente proporcional ao valor atribuído ao financiamento público.

Se os impactos e legados se apresentam fictícios, irreais, utópicos, imensuráveis e intangíveis em várias de suas multidimensões, as falácias referentes ao fomento de práticas esportivas e de atividade física como decorrência e legado natural dos megaeventos esportivos também acabam divorciadas das expectativas criadas pelos mais eufóricos/ingênuos/entusiastas.

O período que antecedeu a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos no Brasil se configurou uma oportunidade única para o investimento e fomento da universalização do acesso às práticas esportivas nas doze cidades-sede

do megaevento, ou, como sugerem Paiva e Rossetto Junior. (2014), uma janela de oportunidades políticas, econômicas, sociais e midiáticas para o esporte.

Mas vale ressaltar que o legado dos megaeventos não é natural. A realização da Copa do Mundo não produz de forma mística e milagrosa um aumento significativo do número de pessoas entusiastas com as práticas corporais. O que se vislumbra, especificamente durante os jogos, é a audiência passiva do fenômeno esportivo e os comentários, debates e análises pela população nos dias que se seguem.

No entanto, Coakley (2008) e Coakley e Souza (2015) indicam que não há aumento de práticas corporais espontâneas pelo simples fato dos jogos serem televisionados. De acordo com estes autores os dados disponíveis relacionando a realização de megaeventos e o desenvolvimento o esporte nas cidades-sede são pouco confiáveis, de natureza questionável e geralmente falaciosos, encomendados pelos próprios financiadores dos megaeventos, além de superestimar a relação causal, ignorando as complexas relações que se estabelecem na ecologia do desenvolvimento humano e as motivações que conduzem os sujeitos a participarem de quaisquer atividades (BRONFENBRENNER, 1996; ALVES, 1997 e MARTINS E SZYMANSKI, 2004).

Por certo que a realização de um megaevento tem um potencial único para o desenvolvimento do esporte, uma vez que são investidos recursos públicos na construção de equipamentos nas cidades-sede. Mas vale chamar atenção ao fato de que as arenas não serão utilizadas pela população em geral, dessa forma, o planejamento de reformas, qualificações e construções de equipamentos esportivos públicos deve fazer parte do programa de legado de qualquer cidade que pretenda democratizar o acesso às práticas corporais como legado do megaevento. No entanto, “isto tende a não ocorrer porque governos e organizações esportivas normalmente não estão preparados para otimizar as oportunidades de promoção do esporte a partir da realização de megaeventos esportivos (COAKLEY E SOUZA, 2015, p. 678)”.

Ainda que já se tenha apresentado inúmeras vezes a ideia de que o legado esportivo e social não ocorre de forma natural, mas deve ser cuidadosamente planejado, monitorado, acompanhado, reformulado, cabe ainda uma ressalva diante da complexidade do que se busca, uma mudança de comportamentos da população, tornando-a física e desportivamente ativa. O planejamento do legado

esportivo deve considerar os diferentes subníveis das relações do desenvolvimento humano, conforme propõe Bronfenbrenner (1996), Alves (1997) e Martins e Szymanski (2004). Para este autor existem quatro núcleos de análises (pessoa, processo, contexto e tempo), sempre diretamente interligados e que não devem ser considerados de forma compartimentalizada, que compõem o cipoal do desenvolvimento humano. Há, ainda, subníveis compreendidos por esferas relacionais. Os microssistemas, mesossistemas e os exosistemas que comporão, juntos, os macrossistemas.

Assumindo os aspectos apresentados por este autor, é possível inferir razões pelas quais as prospecções de legado social e esportivo tem falhado quando da realização dos megaeventos. A primeira hipótese aventada, certamente, é a de que os governantes sequer se debruçaram sobre o planejamento de legado esportivo dos megaeventos. Esta hipótese será melhor debatida adiante, suportada pelos dados desta pesquisa. Mais, quaisquer indicativos encontrados de planejamento de legado desconsideravam os subníveis de Bronfenbrenner, limitando-se apenas ao macro e, por vezes, ao exosistema, que não se relacionam com o cotidiano concreto e participam pouco da mudança dos hábitos em curto tempo.

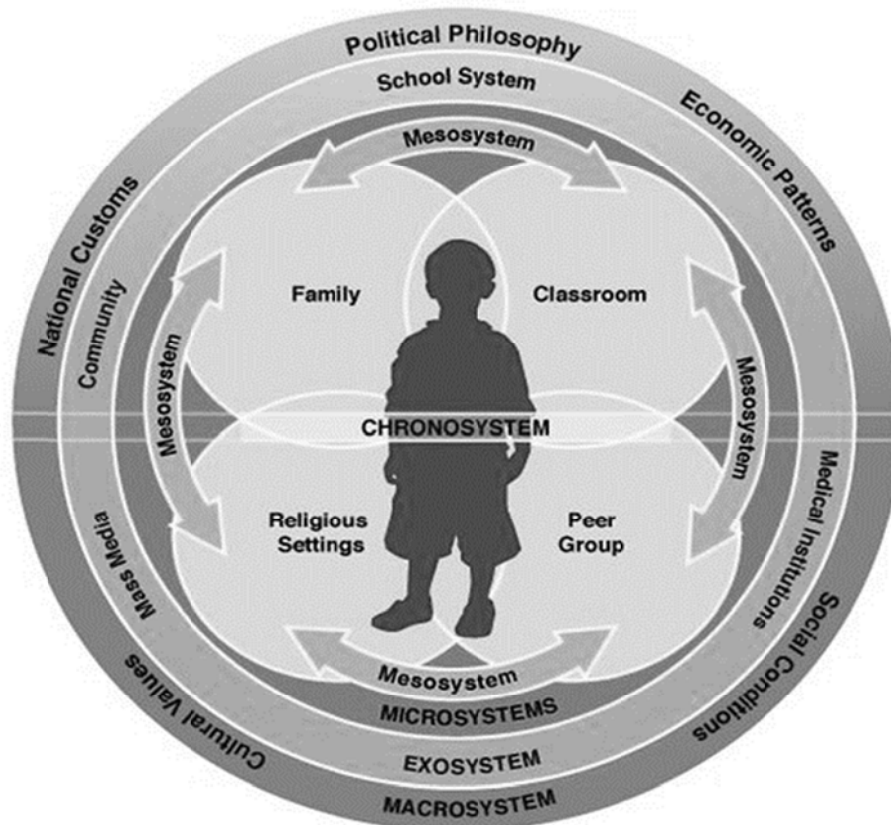


Figura 49 Representação dos subníveis propostos por Bronfenbrenner disponível em Pinterest.com

Uma vez que estes aspectos bioecológicos interagem de forma bidirecional é fundamental compreender que a mudança da cultura envolve uma mudança do comportamento das pessoas, que por sua vez, a mudança comportamental pressupõe uma mudança cultural. Esta complexa bidirecionalidade denuncia a difícil tarefa de se planejar um legado social e esportivo, tendo em vista que este confirmar-se-á se, e somente se, for planejado de maneira ampla.

Outro aspecto sinalizado por Coakley e Souza (2015) é uma inversão das políticas de legado prospectadas pelos países-sede, orientando suas práticas, programas e investimentos prioritariamente no esporte de rendimento, em detrimento de fortalecer programas de democratização de acesso ao esporte. E mais, apenas algumas modalidades mais próximas da identidade nacional recebem aporte e conseqüentemente, se desenvolvem com o legado dos megaeventos.

2. Entrando em Campo

2.1 Procedimentos Metodológicos

O envolvimento deste pesquisador nesta empreitada teve início no ano de 2012, como funcionário do Instituto Esporte e Educação, designado para desenvolver etapas do Projeto Cidades da Copa nas primeiras cidades financiadas (Sul-Sudeste e DF).

A princípio foram estabelecidos os conteúdos que seriam abordados durante os encontros de formação. Um dos pontos fundamentais para este estudo é que se definiu que cada cidade-sede da Copa do Mundo produziria um documento que sistematizasse suas pretensões, expectativas e metas para que se alcançasse o que se pretendia chamar de Legado Social e Esportivo da Copa do Mundo F.I.F.A. 2014.

Estes planos de ação foram objeto de análise nesta pesquisa.

Com as equipes formadas internamente, iniciaram as articulações com os gestores, secretários municipais de esportes, educação, lazer, turismo, atores políticos e grupos de interesse relacionados com o esporte em cada localidade.

Durante a realização da primeira Etapa, em Brasília, como parte integrante do processo de prestação de contas para a lei de incentivo do ministério dos esportes e aos financiadores diretos do programa, coletavam-se diversas informações como número de participantes, número de instituições presentes, localidade dos participantes, secretaria onde estavam alocados, e-mails, telefones, e outras meramente factuais.

A sistematização destas informações para prestação de contas resumia-se em aglutiná-las em documentos pré-definidos.

Estas informações não necessitam de nenhum critério de interpretação e puderam ser organizadas no que Luna (1997) denomina categorias de registros.

Como os documentos comprobatórios da realização das atividades em cada cidade-sede eram confeccionados pelo próprio Instituto Esporte e Educação, não havia a necessidade de composição de nenhuma outra informação além destas anunciadas.

Acompanhado de outro profissional do Instituto Esporte e Educação com perfil de pesquisador, pensamos em coletar informações referentes aos

acontecimentos, discursos dos atores políticos, entrevistas às emissoras locais, fala dos participantes, entre outras que não podem ser simplesmente anotadas e necessitam de interpretação por parte do pesquisador, mas esse conjunto de informações não tinha nenhum objetivo acadêmico durante as etapas que se sucederam até o final do ano de 2012.

Próximo do encerramento daquele ano este pesquisador tomou conhecimento das atividades realizadas pelo Observatório das Metrópole¹⁰, departamento de pesquisas vinculado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Com o advento da realização dos megaeventos esportivos no Brasil, e uma bolsa de estudos disponibilizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), o observatório desenvolvia atividades de pesquisas relacionadas às transformações urbanas que ocorriam em decorrência da Copa do Mundo em São Paulo.

Pesquisadores de outras cidades, vinculados aos observatórios locais, faziam tarefas semelhantes, mas direcionados às modificações em suas cidades-sede.

No início de 2013 o observatório contava com pesquisadores das áreas de segurança pública, mobilidade urbana, especulação imobiliária, arquitetura e urbanismo das cidades-sede, entre outras. Excluía-se deste grupo pesquisadores comprometidos com impactos dos megaeventos no contexto da democratização do acesso ao esporte.

Sobre este aspecto cabe chamar atenção ao que apontam Capela e Tavares (2014) Paiva e Rossetto Junior (2014), Preuss (2008), Rossetto Junior (2016) e Rúbio (2008), de que os estudos sobre megaeventos esportivos estão pouco comprometidos com os legados esportivos e de práticas corporais.

¹⁰O Observatório das Metrópoles na Região Metropolitana de São Paulo foi criado em 1997 com a participação dos pesquisadores do NEPUR – Núcleo de Estudos de Pesquisas Urbanas da PUC/SP (fundado em 1982, no Departamento de Sociologia, sob a coordenação das Profs. Maura Véras e Lucia Bógus) e do LABPLAN – Laboratório de Planejamento do Departamento de História e Estética do Projeto, da FAU/USP (fundado em 1995, no Departamento de Projeto na USP, sob a coordenação do Prof. Antonio Cláudio Moreira e Moreira). Criado a partir da aprovação do Projeto PRONEX/CNPq “Metrópole, Desigualdades Sócio-espaciais e Governança Urbana” sob a coordenação – em São Paulo – da Profª. Lucia Maria Machado Bógus, da PUC/SP, o Observatório foi instalado nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP. (<https://goo.gl/whPw8E>)

Assim, no início do ano de 2013 o Observatório das Metrópoles publicou um edital de chamamento de pesquisadores, ocasião em que este pesquisador ingressou no programa de doutoramento.

As informações coletadas até então nas etapas realizadas e em todas as posteriores do Projeto Cidades da Copa passaram a compor o arcabouço de material de análise deste trabalho.

Dentro do sem número de informações disponíveis para a análise, optou-se por compreender quais as expectativas de cada cidade-sede em relação ao projeto, expressadas no documento Plano de Ação, e se, e em que medida, tais expectativas se converteriam em ações efetivas de políticas públicas para a universalização do acesso ao esporte e às diferentes práticas que compõem a cultura corporal de movimentos.

Uma vez que a produção de um plano de ação em cada cidade-sede estava prevista como parte de desenvolvimento do Projeto Cidades da Copa, os documentos utilizados para análise foram os próprios planos. Desta forma, não foi necessário que este pesquisador realizasse nenhuma proposta de produção às cidades e, ainda, minimizando a intervenção do pesquisador como sujeito com interesses nos dados.

Para Gunther (2006) Godoy (1995), Ludke e Andre (1986) as pesquisas realizadas no campo das ciências sociais foram fortemente influenciadas, por muito tempo, pela valorização de métodos numéricos e quantitativos, descritivos, que poderiam, em algumas situações, não expressar efetivamente o que a realidade objetiva denunciava, uma vez que, geralmente, num estudo de caráter quantitativo o pesquisador define a priori, seu plano de trabalho, suas hipóteses estão claramente definidas e as variáveis foram operacionalmente estipuladas e busca, evitando distorções e muitas interpretações, uma margem segura que diminua a subjetividade das análises. Por outro lado, os estudos realizados nas ciências sociais, especialmente, a partir da década de 1930, tinham perspectivas mais qualitativas e analíticas nesta área, os métodos e focos de interesse da pesquisa se aprimoravam à medida que o estudo se desenvolvia.

No intuito de compreender quais as expectativas das cidades-sede em relação aos planos de ação, todas as metas foram analisadas e categorizadas. As categorias se estruturaram de maneira que pudessem ser suficientemente abrangentes para que todas as metas fossem enquadradas, sem exceção, e

suficientemente delimitadas, para que fosse possível delimitar, com o máximo de precisão, em que categoria cada meta melhor se encaixava.

Para além das formas de categorização e tratamento das informações, as pesquisas qualitativas costumam demonstrar algumas características multi-metodológicas (GUNTHER, 2006; QUEIROZ et al, 2007), dentre as quais podem-se inserir as entrevistas (individuais ou coletivas em grupo-focal), análise de documentos, etnografias, observações participantes, ou não, pesquisa-ação, entre outros.

Esta pesquisa se caracteriza por participante observador, em que o pesquisador se relaciona de forma multilateral, complexa, por um prazo relativamente longo em contexto natural com os sujeitos e com o objetivo de desenvolver alguma compreensão científica sobre o grupo observado. (MAY, 2001)

De acordo com Ludke e André (1986), o que diferencia o participante observador, do observador participante é o quão explícito estarão os interesses e objetivos para os sujeitos observados. Enquanto o observador participante revela ao grupo desde o início seus objetivos e intenções com o estudo, o participante observador revela parcialmente seus objetivos. Explicita apenas o que interessa ao grupo saber para que permita sua presença.

Este método foi praticamente imposto pelo contexto, uma vez que a pesquisa iniciou depois que o Projeto Cidades da Copa estava em andamento, portanto, não seria possível explicitar aos participantes, de imediato, antes da realização do programa, os objetivos. Os próprios objetivos acadêmicos surgiram depois do início. Ainda, se os participantes soubessem imediatamente que os Planos de Ação seriam objeto de estudo acadêmico, provavelmente, seriam muito diferentes.

O tempo prolongado de convívio do participante como observador com o grupo permite que sejam realizadas interpretações mais complexas que o contato pontual em situação laboratorial pode não revelar. Pode, ainda, favorecer a percepção de certos comportamentos demonstrados pelos sujeitos que se desvirtuem dos discursos, uma vez que em qualquer pesquisa ou condição social não se pode tomar o discurso como comportamento futuro ou passado das pessoas. Diferente de anotar o que as pessoas dizem, o observador deve registrar como elas se comportam.

Há vários aspectos que favorecem a adoção deste método, mas, aqui, especial atenção será dada à correlação que a participação observante estabelece

com os pressupostos de Bronfenbrenner, adotados por este pesquisador. Para Bronfenbrenner (1996), quaisquer modificações comportamentais dependem da complexa e intrincada relação entre o tempo, a pessoa, o processo e o contexto.

Ainda que tal aproximação possa parecer estranha aos mais experimentados em estudos metodológicos, este pesquisador compreende que há, sim, muita coerência na aglutinação destes conteúdos.

A participação observante permite ao pesquisador uma compreensão ampliada sobre o contexto e as circunstâncias, ou processos, em que as pessoas atuam. A permanência do pesquisador durante o desdobramento das atividades possibilita identificar as transformações que ocorrem, ou deixam de ocorrer, em decorrência da relação contexto-tempo.

Sem tais reflexões seria impossível compreender alguns desdobramentos durante o processo de coleta de informações do Projeto Cidades da Copa.

É interessante notar, por exemplo, que quando os encontros aconteciam em órgãos públicos, com maior envolvimento de funcionários concursados, debatia-se muito sobre políticas de trabalho Inter secretarial. Falava-se muito sobre licitações, demora, “funcionamento da máquina pública”. Quando havia participação maior de ONGs, os objetivos mudavam. A presença de uma figura política também influenciava no comportamento das pessoas. Este pesquisador não ignora a relação entre contexto comportamento, processo e comportamento, tempo e comportamento, etc.

Parece fundamental recorrer às indicações de Ludke e André (1986) sobre os critérios que devem ser adotados pelo pesquisador quando da realização de uma pesquisa qualitativa com alguma forma de observação:

Desde os contatos iniciais com os participantes, o observador deve-se preocupar em se fazer aceito, decidindo quão envolvido estará nas atividades e procurando não ser identificado com nenhum grupo particular. Esses cuidados são fundamentais para que ele consiga obter as informações desejadas. Além dessas qualidades pessoais e das decisões que deve tomar quanto à forma e à situação de coleta de dados, o observador se defronta com uma difícil tarefa, que é a de selecionar e reduzir a realidade sistematicamente. Essa tarefa exigirá certamente que ele possua um arcabouço teórico a partir do qual seja capaz de reduzir o fenômeno em seus aspectos mais relevantes e que conheça as várias possibilidades metodológicas para abordar a realidade a fim de melhor compreendê-la e interpretá-la.

Por certo que basta acompanhar o que sugerem as autoras supracitadas para que se possa verificar que a realização de pesquisas de cunho qualitativos não são tarefa fácil e empreitada a ser enfrentada por pesquisadores inexperientes no campo das ciências sociais. Mas vale chamar atenção ao fato de que para Godoy (1995) estas abordagens privilegiam o pesquisador, e não as teorias, como fonte de análise:

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. No trabalho intensivo de campo, os dados são coletados utilizando-se equipamentos como videoteipes e gravadores ou, simplesmente, fazendo-se anotações num bloco de papel. Para esses pesquisadores um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte. Aqui o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coleta dos (GODOY, 1995 p. 62).

Ainda que tais apontamentos possam parecer sedutores, o fato de o próprio pesquisador ser o “instrumento mais confiável” deve ser visto de maneira crítica, ou, como sugere Luna (1997, p.50):

se é verdade que, em muitos casos, a observação direta “reduz” o viés inevitável dos relatos orais, nem sempre será possível, em outros, reduzir o viés do observador; ao mesmo tempo, é possível que o viés do sujeito seja exatamente a informação que se pretende obter.

O campo delimitado pelas pesquisas qualitativas é também repleto de tensões, tendo em vista a própria estrutura sobre a qual se desenvolvem os estudos e se estabelecem os métodos. Para Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2000), é um campo difícil porque, diferente do que se costuma estabelecer no caso das pesquisas quantitativas, por sua natureza de maior flexibilidade e diversidades, muitas vezes, não admitem as regras rígidas e previamente estabelecidas dos procedimentos quantitativos.

Aqui é fundamental fazer uma reflexão. De que nem os autores supracitados sugerem que os métodos qualitativos tenham menos rigor ou credibilidade, nem os autores vinculados, prioritariamente, aos métodos quantitativos, não estejam

suficientemente sensíveis à flexibilização dos métodos. E ainda, que estes últimos não o façam de forma descritiva e pormenorizada.

Estudos de abordagem qualitativa devem ser adotados em ocasiões apropriadas, dependendo da natureza do problema e dos objetivos que o pesquisador persegue. Em situações em que o campo de conhecimento é novo e exige maior exploração e descrição, por exemplo. Em ocasiões em que a objetividade numérica pode não representar efetivamente o que o pesquisador acompanhou durante a coleta de informações, ou, ainda, quando da tentativa de compreender o cipoal de intenções e tensões implícitas nas relações sociais e culturais do ambiente pesquisado, as pesquisas qualitativas se mostram opções metodológicas mais coerentes.

Isto posto, este estudo, de caráter qualitativo, buscou, categorizar descrever e analisar as formas como os atores sociais de cada cidade-sede expressaram suas expectativas por meio de metas de intervenção nos documentos Planos de Ação e quão efetivas foram as metas estipuladas.

Como era de se esperar, a quantidade de informações foi enorme e, então, surgiu a necessidade de sistematizar todas as metas em esquemas de análise.

Pesquisas qualitativas tipicamente geram um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos. Isto se faz através de um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado. Este é um processo complexo, não-linear, que implica um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados que se inicia já na fase exploratória e acompanha toda a investigação. À medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando tentativamente identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores, o que, por sua vez, o leva a buscar novos dados, complementares ou mais específicos, que testem suas interpretações, num processo de "sintonia fina" que vai até a análise final (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2000, p.170).

Em qualquer situação em que se busque estabelecer classificações que permitam compartimentalizar as intenções e expressões dos sujeitos, existem riscos metodológicos.

Como sugerem Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2015), quando um pesquisador cria categorias para classificação de respostas, não segundo os termos que as constituem, mas segundo o sentido que o próprio pesquisador lhe conferiria,

caso ele mesmo as tivesse proferido, ele acaba por embutir o conjunto de ideias e valores dos sujeitos pesquisados em seus compartimentos filosóficos. Ou, ainda:

Para escapar desse etnocentrismo linguístico, não basta, como já vimos, submeter as afirmações coletadas pela entrevista não-diretiva à análise de conteúdo, correndo o risco de nos deixarmos influenciar pelas noções e categorias da língua utilizada pelos sujeitos [...] Ainda não foram tiradas todas as consequências metodológicas do fato de que as técnicas mais clássicas da sociologia empírica estão condenadas, por sua própria natureza, a criar situações de experimentação fictícia, essencialmente, diferentes das experimentações sociais produzidas, continuamente, pelo desenrolar da vida social. Quanto mais as condutas e atitudes estudadas dependerem da conjuntura, tanto mais a pesquisa corre o risco de se limitar a apreender, na conjuntura particular permitida pela situação de enquete, atitudes e opiniões que não têm valor além dos limites de tal situação (p57).

Assumindo que por mais que se busque tornar o conhecimento científico neutro, é impossível ignorar as pré-noções dos pesquisadores. A empreitada foi realizada. Afinal, um conjunto de metas descritas em planos aleatórios não podem ser consideradas dados de pesquisa. Não são mais que meras informações à espera de algum tratamento (LUNA, 1997). O que conferirá às informações o status de dados será o modo como o pesquisador as tratará e, fundamentalmente, seu referencial teórico. Algumas informações sobre o Projeto Cidades da Copa, como o número de presentes, a variabilidade de local ou as agendas dos encontros, são apenas factuais. Neste caso, como sugere o mesmo autor, categorias de registro são suficientes para a transformação de informações em dados. Por outro lado, o que os sujeitos efetivamente pretendiam dizer quando registram como meta “mais políticas de apoio ao esporte”, não explicita aos olhos de nenhum pesquisador o que compõem pretensão políticas de apoio. A complexidade deste tipo de informação suscita a constituição de categorias de análise.

A própria delimitação das categorias convida-nos de forma tentadora a estabelecer diferentes métodos e caminhos para que encontremos aquilo que buscamos, antes mesmo de iniciar de forma criteriosa uma análise das informações.

Sobre este aspecto, também Popper (1980) alerta para o fato de que o pesquisador sempre realiza sua empreitada intelectual em busca de algo previamente definido.

[...]só lemos e compreendemos um livro com expectativas definidas em nossa mente. Isso, de fato, pode ser considerado

uma das consequências de minha tese de que abordamos tudo à luz de uma teoria preconcebida.

Atento ao fato de que a elaboração de categorias de análise, o enquadramento das metas nas categorias elaboradas, e por fim, a própria análise dos resultados obtidos, exigiriam o máximo distanciamento possível por parte das leituras, preferências, vivências e expectativas deste pesquisador, mesmo cômico da impossibilidade de total distanciamento, tomaram-se como lição os apontamentos de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2015 p.56),

Considerando que é possível perguntar seja lá o que for a quem quer que seja e que todo sujeito tem quase sempre suficiente boa vontade para responder, no mínimo, qualquer coisa a qualquer pergunta, mesmo que esta seja irreal, o questionador que, por falta de uma teoria do questionário, não se interroga sobre a significação específica de suas perguntas, corre o risco de encontrar facilmente uma garantia do realismo de suas perguntas na realidade das respostas recebidas.

Após a realização da empreitada de participar, observar, registrar, categorizar e analisar as informações para que se convertessem em dados para a discussão, cabia, ainda, como tarefa a este pesquisador, apresentá-las de maneira objetiva e sucinta aos leitores.

Uma experiência com o Software Atlas T.i de análise de conteúdo permitiu o agrupamento dos dados e optou-se pelo sistema de demonstração por meio de imagens como sugere o *Balanced Scorecard*. O BSC, como é conhecido o método, surge no ambiente empresarial e possibilitava, ao mesmo tempo, uma maior efetividade da consecução das metas estabelecidas no ambiente corporativo como a demonstração das estratégias de ação aos colaboradores (KAPLAN E NORTON, 1997).

Este pesquisador só tomou conhecimento do BSC após a finalização do Projeto Cidades da Copa. Sendo assim, o método de gerenciamento das metas não pode ser adotado. Mas a demonstração facilitada pelo agrupamento das metas, derivou do estudo do BSC.

Cabe, ainda, uma reflexão. Certamente, mesmo conhecendo o BSC durante a realização do Projeto, o método não seria adotado uma vez que este pesquisador não tinha ingerência sobre nenhum desdobramento dos planos de ação elaborados em cada cidade-sede sobre as agendas política e formal.

Por fim, foi uma opção metodológica deste pesquisador realizar a discussão dos dados com os achados da literatura em tempo real, à medida em que as informações aparecem no texto. Todo o desdobramento do referencial teórico e apresentação dos dados e resultados serão contrapostos à literatura pertinente simultaneamente.

3. Políticas Públicas: definições, dinâmicas e relações com o esporte

3.1 Primeiras aproximações

O campo de estudos em políticas públicas pode ser considerado relativamente novo. A delimitação sobre a origem histórica da área de pesquisa em políticas públicas apresenta certa divergência entre alguns autores. Por exemplo, para Secchi (2014), ainda que na década de 1930 já fosse possível identificar algumas contribuições teóricas sobre o tema não é incomum que os pesquisadores assumam o ano de 1951 como um marco definitivo para a consolidação dos estudos em políticas públicas. Obviamente que não se pretende dizer que as produções anteriores não foram relevantes, mas a publicação dos livros de Truman- *The governmental process* – e de Lerner e Lasswell – *The policy sciences* – simbolizam a um ponto crucial e o crescente interesse de pesquisadores sobre os processos relacionados à implantação e avaliação de políticas públicas. No entanto, para Souza (2007), é possível considerar que existem quatro fundadores deste campo de estudos, a saber: H. Laswell (1936), H. Simon (1957), C. Lindblom (1959; 1979) e D. Easton (1965).

Ainda que as raízes possam sinalizar uma divergência entre estes autores, é possível afirmar que concordam que o desenvolvimento das pesquisas e produções em políticas públicas alicerçou-se, inicialmente, nos estudos de ciências políticas, direito, sociologia e economia (Souza, 2007) e posteriormente em administração pública, teoria de organizações, engenharia, psicologia social (Secchi, 2014) e vem se alargando à medida que as relações multisetoriais se complexificam.

A apropriação das produções intelectuais no campo de políticas públicas, por parte de distintos segmentos sociais, ainda que aparentemente tão dispersos, sinaliza claramente o compartilhamento de elementos político/administrativos que perpassam, de forma transversal, diferentes setores. É possível afirmar, ainda, que quaisquer que sejam os contextos de intervenção das políticas públicas os mecanismos institucionais são semelhantes, os comportamentos dos atores exibem traços comuns e os conteúdos das políticas públicas podem ser decompostos em categorias muito próximas.

A perspectiva epistemológica analítica que permitiu a consolidação dos estudos, pesquisas e produções no campo das políticas públicas é a de que, “em

democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes” (SOUZA, 2006 p 22). Neste capítulo serão debatidos alguns conceitos que permitam uma melhor compreensão sobre políticas públicas, algumas tipologias apontadas pela literatura específica, obviamente com discussões sobre suas potencialidades de análise e suas limitações, os ciclos das políticas, desde a identificação do problema como público até a avaliação ou extinção, as múltiplas influências exercidas pelas instituições, o papel desempenhado pelos atores, assim como a delimitação dos espectadores/beneficiários das políticas públicas finalizando com uma categorização de estilos de políticas públicas. Durante todo o percurso teórico serão realizadas aproximações entre o conceito amplo apresentado de políticas públicas e o fenômeno esporte. Pretende-se conduzir o leitor a uma compreensão sobre as inter-relações existentes entre estes campos que constituirão as políticas públicas de esportes.

3.2 Políticas Públicas: do que falamos?

A primeira, e árdua, tarefa que se lhe apresenta a qualquer um que queira delimitar com alguma precisão um campo teórico é a seleção dos conceitos que lhe servirão de base. Diferentes pontos de vista, análises interpretativas e entendimentos sobre um certo conceito são frequentes, uma vez que existem grupos que se refutam, falseiam simultaneamente. Adicione-se a isso a instabilidade de determinados conceitos quando interpretados por diferentes culturas e ressignificados em distintas línguas.

O conceito de políticas não é imune a tal complexidade.

A língua latina faz com que em países como França, Itália, Espanha e Brasil o termo política acabe por apresentar certa ambiguidade, uma dupla conotação que em outros países de língua inglesa não se verifica. Isso porque é possível diferenciar os termos *policy* e *politics*.

De acordo com Bobbio (2002), *politics* corresponde à atividade humana destinada à obtenção e manutenção de recursos necessários para o exercício do poder. Esta estreita relação com a ideia de atividade e competição política é mais representativa nos países de língua portuguesa. No entanto, outro termo designa as orientações para a decisão e a ação, *policy*.

Basicamente, seria possível representar a aplicabilidades dos termos em situações como estas: “O ministério e as secretarias de esporte por todo o país são cargos claramente políticos” -(*politics*); “A nova política de democratização do acesso ao esporte de base mudará definitivamente a história do esporte no Brasil” - (*policys*).

Esta diferenciação é preciosa, neste momento, pois, o conceito de política pública que será aqui apresentado dialoga e vincula-se mais com este do que aquele, ou seja, engendra-se no termo *policys* por dizer respeito aos conteúdos concretos e simbólicos das decisões e ações políticas e dos processos a elas relacionados. Política pública diz, portanto, respeito às diretrizes para o enfrentamento, ou não, de problemas públicos.

Neste momento torna-se cabível recorrer às ideias apresentadas por Souza (2006, p.24),que afirma:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Existem pelo menos dois elementos partícipes do conceito de políticas públicas (SECCHI, 2014 p.2)

[...] intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Observando os conceitos apresentados por Souza (2007) e contrastando-os com Secchi (2014) é possível identificar, ainda, que o fato de não fazer nada diante de uma situação de interesse coletivo também constitui uma forma de realizar políticas públicas.

Frequentemente o termo política remete à ideia de ação generalizada do agente estatal. Seriam, portanto, as políticas públicas delimitadas exclusivamente pelo Estado?

Algumas abordagens estatistas sugerem que é monopólio e cargo do Estado e o que determinará, por fim, se uma ação é ou será uma política pública é a personalidade jurídica do ator que a protagoniza (SARAIVA, 2007). Neste sentido, enquanto não houver envolvimento direto de ator estatal estabelecido no governo, não será considerado política pública.

Os argumentos que suportam esta abordagem ancoram-se na superioridade percebida que o Estado tem para fazer leis e compelir a população a cumpri-las.

Em direção diametralmente oposta estão os que pressupõem que diferentes atores protagonizam os processos de estabelecimento das políticas públicas, quais sejam, o setor privado, as organizações multilaterais e as não-governamentais, burocratas, juízes, partidos políticos, cidadãos e grupos de interesses mobilizadores e articuladores que compõem redes sociais de politização e os próprios beneficiários das políticas públicas, juntamente com o ator estatal.

Ainda que as abordagens estatistas ou multicêntricas discordem sobre a exclusividade do papel do Estado no estabelecimento de políticas públicas, concordam que sua participação é indispensável e decisiva. Mais, é admissível aceitar que atores não estatais tenham algum papel de influência no processo de elaboração de políticas públicas, porém, sem nenhum privilégio de liderança, deliberação ou decisão final. Talvez uma boa forma de equalizar estas questões seria interpretá-las sob a perspectiva de autonomia relativa do Estado, que desvela uma capacidade própria de atuação estatal para o estabelecimento de políticas públicas, embora permeável a influências externas e internas.

Para facilitar a compreensão sobre estes embates teóricos, cabe elucidar da seguinte forma: para os estatistas, a implementação de programas de esportes, atividades físicas e qualidade de vida para os aposentados da reserva do exército brasileiro é uma forma legítima de realização de política pública. Para o grupo que acredita que a multidimensionalidade dos processos de estabelecimento das políticas públicas deva privilegiar a coletividade do Estado, enquanto não houver

programas de democratização de acesso às práticas corporais para toda, ou parte significativa, da população não estarão sendo implantadas políticas públicas.

Vale sinalizar que, nesta abordagem, não se deve confundir o estabelecimento das políticas públicas a partir da filiação de seus beneficiários, funcionários públicos ou não, mas à diversidade e amplitude dos grupos de interesse e dos que necessitam destes programas. Em outras palavras, o que definirá a adequabilidade do termo política pública será a natureza do problema a ser suplantado, que deverá ser, impreterivelmente, universal ou público.

O embate entre quem, quais ou quantos atores podem ser contabilizados quando do estabelecimento de políticas públicas não parece sinalizar consenso. Antes, demonstra divergências e conflitos. No entanto, parece haver um entendimento convergente sobre a prioridade do Estado sobre os demais atores. De acordo com as palavras de Secchi (2014), este privilégio, esta centralidade do Estado no estabelecimento de políticas públicas decorre, dentre outros fatores, do fato de:

1) A elaboração de políticas públicas é uma das razões centrais do nascimento e da existência do Estado Moderno; 2) o Estado detém o monopólio da força legítima e isso lhe dá uma superioridade objetiva com relação a outros atores; 3) o Estado moderno controla grande parte dos recursos nacionais e, por isso, consegue elaborar políticas robustas temporal e espacialmente (p. 4 – 5).

Em síntese, indiferente dos atores envolvidos, a premissa defendida por este autor é a de que o fulcro do debate sobre políticas públicas é o *problema público*. O que, por fim, definirá se as ações serão ou não políticas públicas é sua intenção de responder a problemas cujo interesse represente a coletividade pública e não a natureza jurídica do ator responsável pela tomada de decisão.

Há ainda, uma outra questão fundamental que perpassa este debate, especialmente no Brasil, quando o assunto é política. Para que se possa aprofundar tal debate faz-se necessário elucidar que as ações realizadas essencialmente pelos atores governamentais recebem o nome de Políticas Governamentais. Estas sim,

dizem respeito exclusivamente à personalidade Estatal e que poderão subentender-se em dois subgrupos: 1) de governo - quando correspondentes ao conjunto de ideias de um determinado grupo político em mandato eletivo e; 2) de Estado – quando correspondentes ao interesse geral da população, indiferentemente do grupo político, com compromissos de longo prazo, em busca de resultados perenes e que independem de ciclos eleitorais.

Notadamente o cipoal conceitual sobre os atores, as delimitações, a participação ou não de entidades jurídicas estatais e não estatais, a intenção positiva, a ação ou a negligência frente a um problema público são fatores que tornam a delimitação do campo de políticas públicas uma tarefa complexa e quase insolúvel.

Ao menos uma questão parece perpassar as diferentes teorias: “o problema público”. Sjöblom (1984 apud Secchi, 2014) define problema como a “*diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível*”. Assim, problemas existem quando as condições objetivas são percebidas como inadequadas e vislumbram-se outras realidades possíveis, melhores.

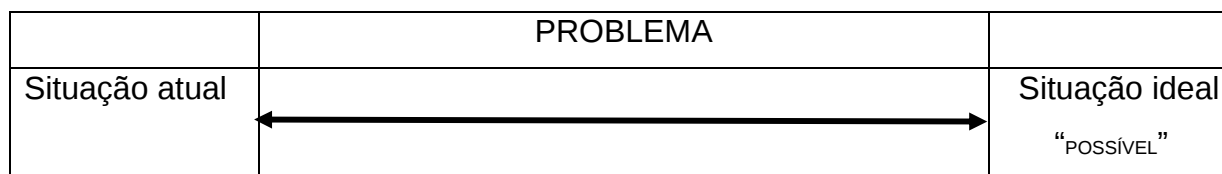


Figura 2 Representação esquemática do problema público

Para que uma situação concreta seja considerada um problema público deverá atender a duas questões básicas: 1) os múltiplos atores políticos devem percebê-la como inadequada, insuficiente, injusta ou incorreta e; 2) devem ser relevantes para a coletividade, para um número ampliado e significativo de membros direta ou indiretamente envolvidos com a mudanças das condições objetivas. Mas mesmo esta tentativa de categorização criteriosa de elementos partícipes daquilo que será ou não considerado política pública envolve níveis elevados de subjetividade e interpretações.

Tomemos como exemplo o caso a seguir.

O ministério dos Esportes desenvolve, em nível nacional, o programa segundo tempo oferecendo oportunidades de práticas esportivas em todo o território nacional à milhões de crianças e jovens. Simultaneamente financia a participação

de alguns atletas em jogos e torneios globais como Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. Apoia, ainda, via loteria federal, os Clubes Esportivos de Futebol. Implantou uma lei de incentivo ao esporte que corresponde a um valor proporcional de renúncia fiscal - de valores de imposto de renda devido por pessoas físicas e jurídicas. Instituições sem fins lucrativos podem captar estes recursos para fins próprios. Os tipos e a amplitude dos grupos de interesse são drasticamente distintos em todos os casos. Alguns poderiam dizer que o investimento em um pequeno grupo de Atletas representa uma questão de extrema particularidade dos envolvidos com tais modalidades e que não se pode caracterizar política pública. Outros, no entanto, argumentarão que são representantes da nação em âmbito global nos megaeventos esportivos. Todas estas ações podem ser consideradas políticas públicas de acordo com o pano de fundo teórico-interpretativo adotado.

Um recurso explicativo e integrador que possibilita a coexistência destes diferentes modelos e percepções sobre a questão do problema e do público é a *“metáfora do cabo de aço”*.

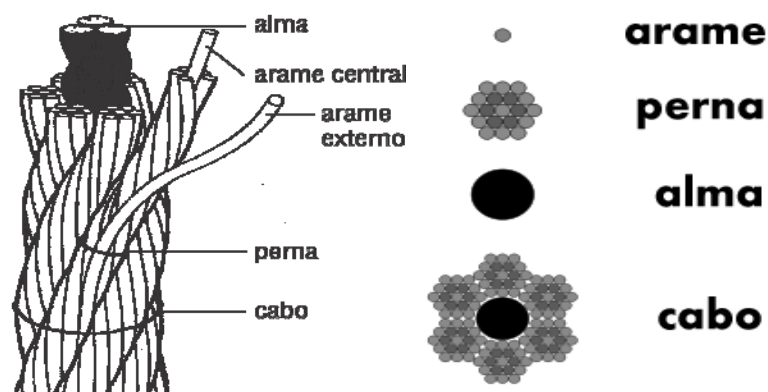


Figura 350 Estrutura do cabo de aço - metáfora de políticas públicas interconectadas

A capacidade de resistência de um cabo de aço é notável e conhecida por todos. A metáfora de políticas públicas representadas pelo cabo de aço permite um olhar ampliado sobre as interconexões de diferentes ações/ políticas públicas



Figura 4 Políticas públicas de esporte no Brasil: a metáfora do cabo de aço (elaborado pelo autor)

Esta representação tem por objetivo facilitar a compreensão, por parte do leitor, da metáfora do cabo de força na constituição de políticas públicas de esporte no Brasil. Um primeiro ponto a ser destacado é que este modelo esquemático não sintetiza, obviamente, todas as políticas esportivas do país. Longe disso, o que se pretendeu foi sinalizar que a interconexão de diferentes tipos de políticas públicas, voltadas à superação de múltiplos problemas públicos, comporá o sistema de enfrentamento às idiossincrasias de cada grupo de interesse, buscando, na alma do cabo, a democratização do acesso ao esporte no Brasil.

Refletindo sobre a própria descrição esquemática acima, seria possível dizer, ainda, que este modelo espelha muito mais o vislumbre de uma situação ideal do que a realidade percebida nos programas públicos nacionais, uma vez que, em verdade, o centro do cabo, a alma das políticas esportivas no Brasil é, primeiramente, conforme demonstrado na introdução, o investimento em eventos que projetem o Brasil no cenário político-econômico do capitalismo global, seguida do fomento à detecção de talentos esportivos e investimentos no esporte de rendimento.

Para que seja possível aprofundar este debate e avançar no cipoal de programas, políticas, ações e discursos públicos sobre o esporte no Brasil, serão discutidas, a seguir, diferentes tipologias de políticas públicas, suas aproximações e distanciamentos com âmbito esportivo.

3.3 Tipologias de Políticas Públicas

Tipologias são formas, mecanismos classificatórios que permitirão, em maior ou menor grau, e com certa probabilidade de erro, enquadrar um conjunto de ações, atores, ideias, métodos e formas de políticas públicas em certos determinados parâmetros. É, antes de tudo, um esquema simbólico de interpretações e análises que se baseia em algumas características que permitirão que o fenômeno investigado possa ser compartimentalizado. Para que quaisquer tipologias tenham alguma valia analítica é fundamental que atendam dois critérios fundamentais: 1) as categorias previstas devem compreender a totalidade de possibilidades de ocorrências do fenômeno e; 2) devem ser auto excludentes. A tentativa de categorizar os fenômenos sociais foi analisada detalhadamente por Bauman. Modernidade é ambivalência. Para este autor, uma das principais características da modernidade é a fragmentação da complexidade vivida em busca de uma simplificação compartimentalizada sob o manto seguro da ciência. No entanto, sinaliza-nos o autor, esta tarefa não se mostrou completamente satisfatória, uma vez que a maioria dos fenômenos que se lhe apresentam ao cientista social não são dicotômicos e indissociáveis (BAUMAN,1999 p 20-22):

A modernidade orgulha-se da fragmentação do mundo como sua maior realização. A fragmentação é a fonte primária de sua força [...] Todo o empenho da ciência tem sido explicar o todo como a soma das partes e nada além disso[...] uma maneira de colocar as coisas é dizer que a grandiosa visão da ordem foi trocada em miúdos, em pequenos problemas solucionáveis. Se algum pensamento lhe é dedicado, espera-se que a harmoniosa totalidade emerga, como Fênix das cinzas, dos esforços zelosos e surpreendentemente bem-sucedidos de fragmentá-la (p20) [...],mas a fragmentação transforma a resolução de problemas num trabalho de Sísifo e a incapacita como instrumento ordenador[...],porém, foi mais ambivalência o produto final dos impulsos modernos, fragmentados, para a ordem (p21) [...] **O horror à mistura reflete a obsessão de separar**¹¹ (p.22).

Com base nos argumentos supracitados é possível depreender que quaisquer tipologias são igualmente frágeis, insuficientes. Os fenômenos sociais e políticos são demasiadamente complexos para que sejam enquadrados em uma única categoria de análise. Mesmo que tencionadas a facilitar a interpretação e emoldurar as ações políticas em certas categorias, inquestionavelmente, a natureza

11Grifo meu

dúbia e titubeante destas ações permite que sejam enquadradas, com muita frequência, em mais de uma categoria. São, portanto, úteis como pano de fundo explicativo, mas na realidade apresentam limitações que não podem/devem ser desconsideradas quando da tentativa de circunscrevê-las neste, ou naquele compartimento de análise.

Muitos critérios podem ser adotados quando da elaboração de uma tipologia. As diferentes categorias que lhe constituirão serão dependes dos esquemas classificatórios pretendidos por cada autor.

Iniciemos observando as tipologias de políticas públicas concebidas por Lowi(1964 citado em Secchi, 2014). Para este autor o fulcro da observação está no impacto que as políticas públicas terão na sociedade. Basicamente, as políticas públicas podem ser compreendidas em quatro categorias (Ibidem), que sinalizam se, e em que medida, a população em geral, os beneficiários das políticas públicas serão impactados conforme descrição a seguir:

- *Políticas Constitutivas* - Caracterizadas pelas decisões jurídicas. Estabelecem as regras e definem as competências e responsabilidades, as jurisdições, os administradores da gestão das políticas. Geralmente cercam-se de conflitos entre os atores e grupos de interesses diretamente relacionados interessados (os partidos, os políticos e burocratas, instituições sociais, entre outros), embora mobilizem pouca atenção dos destinatários das políticas públicas, uma vez que estas não representam atendimentos diretos ou ações concretas de prestação de serviços. São exemplos de políticas constitutivas as regras para nomeação dos ministros e secretários de esportes, composição do Conselho Municipal de esportes, delimitação dos critérios para assunção de cargos diretivos em federações esportivas. Esta categoria, por vezes, recebe a nomenclatura de *meta-policies*, por tratar-se de níveis mais elevados de decisões e encontrar-se, hierarquicamente, acima das demais descritas por Lowi.
- *Políticas Regulatórias* – ações que delimitam os padrões gerais de comportamentos, estabelecem imperativos/ obrigаторiedades, interdições, condições específicas de funcionamento. Impactam mais de perto a população por representar diretamente a forma como percebem a política. No entanto, a real amplitude de impacto desta categoria, um maior ou menor

equilíbrio dos custos e benefícios, assim como o risco de que privilegiem os privilegiados, dependerá essencialmente do acesso aos mecanismos de poder por parte dos grupos de interesse e dos atores abarcados. A Lei de Incentivo Fiscal do Ministério dos Esportes serve de exemplo. O valor teto permitido de renúncia fiscal envolve grupos de poder. O tempo de mandato dos dirigentes esportivos é uma política regulatória e dependerá, também, do poder dos atores envolvidos nas decisões. Basta que sejam observadas as condições históricas de perpetuidade de gestão administrativa dos dirigentes esportivos no Brasil, as formas como administram com certa tirania as estruturas esportivas, entre outros elementos quase Maquiavelianos (Paiva, Rossetto Junior e Bógus, 2015a), para que se tenha uma ideia do quão fundamental é o poder quando da elaboração de políticas regulatórias. De maneira ainda mais impactante, e que melhor atende às tensões deste trabalho, os valores destinados ao esporte nos documentos regulatórios do orçamento municipal, como Lei de Orçamento Anual (LOA)¹² e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)¹³. Ainda, a distribuição mais ou menos equânime dos valores destinados ao esporte no município entre as dimensões de rendimento, lazer ou educação simbolizam claramente como grupos de poder influenciam positiva ou negativamente o equilíbrio das políticas regulatórias. Se na categoria *constitutiva* é possível verificar uma Lei Nacional (10.264/2001) que determina que uma parte dos valores arrecadados com a loteria Federal será destinada ao fomento do esporte no país, no âmbito *regulatório* estipulam-se quem, quanto e como serão distribuídos tais recursos.

12A Lei Orçamentária Anual (LOA): estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo, assim como faz com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA). Os Orçamentos da União dizem respeito a todos nós, pois geram impactos diretos na vida dos brasileiros. O Orçamento Brasil é um instrumento que ajuda na transparência das contas públicas ao permitir que todo cidadão acompanhe e fiscalize a correta aplicação dos recursos públicos.

13, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento

- *Políticas distributivas* – caracterizadas por um modelo de geração de benefícios concentrados para um determinado grupo social, mas custeados de forma difusa, por toda, ou boa parte, da coletividade de contribuintes. Políticas redistributivas geram menos conflitos, justamente por seu caráter de arrecadação difusa. É mais amena, por ser generalizada. A destinação de parte do orçamento geral da União, por meio de emendas parlamentares, para a construção de um campo de futebol nas comunidades que os elegeram certos deputados são ótimos exemplos de políticas distributivas. Aliás, não é incomum que haja um notável desequilíbrio, um privilégio inexplicável de investimentos em localidades específicas em detrimento da miséria de outros. Como a “conta” é paga por todos, os custos se pulverizam, assim como as tensões, mas os beneficiários são concentrados.
- *Políticas redistributivas* – apresentam-se de forma concentrada, tanto na delimitação de seus beneficiários, quanto da distribuição dos custos sociais. Em outras palavras, uma espécie de *Robin Hood* legitimado pela nação. Um grupo determinado receberá certos benefícios que serão custeados por um pequeno grupo social. Obviamente que se cercam de muitas tensões, especialmente pela ambiguidade de interesses. De um lado os que esperam ser beneficiados e de outro os que esperam que tal política jamais se concretize. Uma terceira ocorrência quando um novo grupo espera ser contemplado em detrimento do primeiro, mas sem abdicar do segundo que custeia a política. Recorrendo mais uma vez ao caso da Lei que determina que uma parte do dinheiro arrecadado pela loteria Federal seja destinado ao fomento esportivo (custeado pela parcela da população que recorre às loterias), verifica-se que apenas uma mínima parcela da sociedade obtém vantagens com esta concentração de recursos. Ao mesmo tempo em que as loterias poderiam ser mais baratas se estes recursos fossem descontados do valor dos bilhetes, poderiam, ainda, estes recursos ser destinados à ampla parcela da população que pratica esportes na dimensão do lazer e educacional – escolar, minimizando a concentração e as tensões. O mesmo se replica quando da Lei de incentivo ao Esporte. Custos concentrados redistribuídos para públicos concentrados, mas, especificamente neste caso,

com menos conflitos pois que custeia obtém vantagens fiscais. De toda forma, a aglutinação dos beneficiários caracteriza o mecanismo redistributivo.

3.4 Ciclo das Políticas Públicas

Após apresentar ao leitor os principais conceitos básicos sobre políticas públicas, cabe agora avançar em um dos mais interessantes modelos de análise: o ciclo de políticas públicas.

Cabe chamar a atenção, primeiramente, aos apontamentos de Howlett, Ramesh e Perl (2013), Secchi (2014) e Raeder (2014). Para estes autores, dentre outros, a abordagem de análise de ciclos e fases de políticas públicas é apenas heurística ou didática, uma forma de esquematização fundamental importante na identificação e compreensão de qual estágio estariam as políticas no momento em que são discutidas, implantadas, propostas, avaliadas, observadas, etc. No entanto, na prática essas fases não se apresentam de forma linear e intransitiva. Ao contrário, existem retrospectos e sobreposições podendo ocorrer, inclusive, que certas fases sequer aconteçam no contexto real.

Outro aspecto importante que deve antecipar a leitura sobre os ciclos de políticas públicas são as fragilidades identificadas por Jenkins-Smith e Sabatier (1993 apud Dias, 2012). Para estes autores existem seis fatores comprometedores do modelo proposto, a saber: 1- não existe a aparente causalidade entre as diferentes fases e estágios; 2- a inexistência desta linearidade/causalidade impede a adoção do modelo para testes empíricos; 3- a sucessão de 'estágios' não descreve o processo de forma acurada; 4- a ênfase no modelo top-down¹⁴ conduz a erros analíticos; 5- as fases são apresentadas de forma imprópria como a unidade temporal de análise, quando o foco deveria ser em ciclos múltiplos e interativos, que envolvem múltiplos níveis de governo e; 6 – um modelo integrativo possibilitaria menos falhas interpretativas.

¹⁴ Existem duas formas inversamente proporcionais para implementação de políticas públicas: *top-down* e *bottom-up*. A perspectiva *top-down* sugere que as condutas de implementação de uma política derivam das decisões estabelecidas pelo Estado ou autoridades responsáveis pela formulação. Por outro lado, a perspectiva *bottom-up* apresenta uma estrutura onde as políticas públicas são implementadas a partir das forças das localidades, dos grupos de interesse, atores sociais e beneficiários da política pública (Raeder, 2014). O modelo será apresentado a seguir em implementação de políticas públicas

Por certo que tais fragilidades não inviabilizam as múltiplas qualidades do modelo, no entanto, explicitá-las aos leitores é tarefa deste pesquisador. Ainda que admitidas as fragilidades acima, o estudo sobre ciclo de políticas oferece, sim, um ótimo modelo metodológico de entendimento e análise sobre as fases que compõem a implantação de uma nova política.

Há diferentes formas de conceber os estágios do ciclo.

O ciclo de uma política pública explicita as fases sequenciais e interdependentes do processo de elaboração de uma política. Corresponde aos processos pelos quais as políticas transitam antes de se concretizarem no cotidiano social.

A literatura sobre os ciclos e etapas das políticas públicas sinaliza uma razoável coerência. Mesmo que pequenas divergências possam ser observadas, delas não se deve depreender que haja dissenso entre os autores.

É possível notar, de maneira geral, as fases de identificação/percepção/definição dos problemas (Frey, 2000; Secchi, 2014); formação da agenda política, formulação das políticas, tomada de decisões, implementação e avaliação (Howlett e Ramesh, 1995; Frey, 2000; Secchi, 2014). Cabe sinalizar que apenas Secchi (2014) sugere uma sétima fase, de extinção.

Ainda que tais fases sejam apresentadas de forma sequencial e propositiva, o analista de políticas públicas não deve ignorar o dinamismo e a multidimensionalidade de fatores que interferem no processo de implantação de novas políticas. Mais, deve ponderar que todas as etapas podem igualmente ser consideradas pontos de partida para a implantação de políticas públicas. Neste sentido, cabe realizar uma adaptação à proposta esquemática de Secchi (2014), adotada por diversos autores que coadunam com a ideia de início intermitente do ciclo, mas reproduzem o esquema sem ajustar visualmente que o ciclo não se encerra após a avaliação/extinção, uma vez que estes últimos podem servir como elemento de identificação de novos problemas públicos para, inclusive, a retomada de uma política equivocadamente extinta.

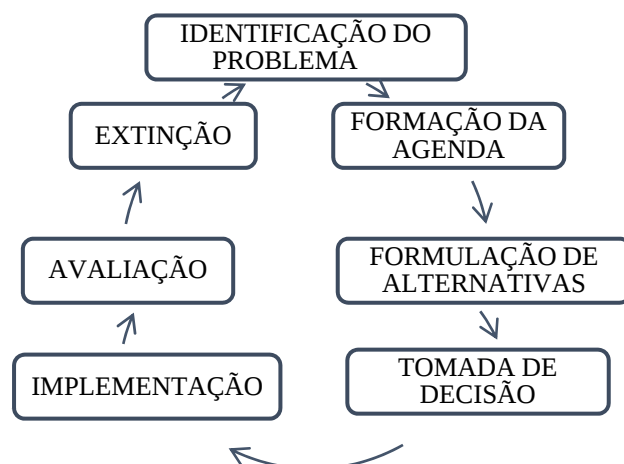


Figura 5 Adaptação da Representação esquemática do ciclo de políticas públicas (SECCHI,2014).

3.4.1 Identificação do problema

Conforme já se apresentou, um problema público pode ser compreendido como a discrepância entre a situação real vivenciada no cotidiano da população e uma condição ideal possível.

Os problemas podem ser identificados de diferentes formas. A mais extravagante apresentada pela literatura é o formato da “lata de lixo”(RUA e ROMANINI, s/d).

O modelo *garbage can*¹⁵ foi desenvolvido por Cohen, March e Olsen (1972 citado por Raeder 2014), argumentando que escolhas de políticas públicas são feitas como se as alternativas estivessem em uma “lata de lixo” onde existem vários problemas e poucas soluções. Os problemas não seriam minuciosamente analisados e dependeriam do conjunto de soluções que os *policy makers*¹⁶ já dispõem no momento. Este modelo sugere que as organizações são formas anárquicas que elegem um conjunto de ideias de pouca ou nenhuma consistência e que constroem as preferências para a solução dos problemas pautadas na estratégia, ao invés de pautarem as ações baseadas nos objetivos. A compreensão do problema e das soluções é limitada e as organizações operam em um sistema de tentativa e erro. Em síntese, o modelo advoga que soluções procuram por problemas. As escolhas compõem uma “lata de lixo” (RAEDER, 2014, RUA e ROMANINI, s/d) .

¹⁵Lata de lixo

¹⁶Elaboradores das políticas públicas- tradução livre do autor

Nesta proposta os problemas se apresentam de maneira desorganizada e aleatória aos *policy makers*, que os percebem sem critérios claramente definidos, ora por uma preferência partidária, ora por uma característica de alguma localidade, ora porque alguém tem uma solução aparente para um problema para pequenos grupos, ora para atender a opinião pública, ora para relacionar a política nacional com alguma política externa. Os personagens protagonistas responsáveis pela elaboração da agenda política escolhem-nos dentro de limites pouco delimitados, mais obscuros que transparentes e mais pessoais que universais.

Um problema público pode se apresentar de outras maneiras, como por exemplo, novos problemas ou velhos problemas. No caso dos novos problemas, a população sinaliza insatisfação com certas e determinadas condições observadas, como por exemplo, o surgimento de gastos públicos decorrentes da má gestão das arenas esportivas. Ou, ainda, problemas velhos com os quais a população aprendeu a conviver e demonstra razoável tolerância, como a qualidade da educação, os recorrentes problemas de segurança pública, a falta de leitos hospitalares e, no âmbito do esporte, a pouca oportunidade de prática e o sucateamento dos espaços de vivências corporais nos parques, praças, escolas, etc. São problemas de ordem temporal distintos, mas que se lhe apresentam à escolha para a inserção na agenda política.

Segundo Secchi (2014), a interação entre os problemas é ainda mais complexa. Um problema pode passar a ser percebido a partir da qualificação de um ambiente semelhante. Tomemos o seguinte exemplo: Para a realização da Copa 2014 Salvador ampliou os recursos financeiros da secretaria de Esportes em X%. Fortaleza, cidade-sede do evento, não aportou nenhum recurso extraordinário ao fomento do esporte após a realização do evento. Surge um problema por comparação. Ou ainda, o megaevento proporcionou melhorias no transporte público na linha norte/sul, mas não na leste/oeste.

Um problema público, portanto, é um conceito razoavelmente subjetivo. Uma situação pública passa a ser insatisfatória e assumida para inserção na agenda quando percebida por diversos sujeitos, principalmente quando estes são atores políticos.

Outro aspecto importante apontado por Secchi (2014) é que a própria superação do modelo “lata de lixo” é complexa. Se por um lado, “escolher” problemas a partir da solução não é a melhor forma, por outro, escolher um

problema que não apresente nenhuma possibilidade de solução também torna a inserção na agenda algo inviável. Ainda que nem sempre as políticas públicas consigam sanar um problema percebido e, por vezes, só consiga minimizá-lo, alguma possibilidade de intervenção deve ser vislumbrada quando da escolha deste ou daquele problema público. Por isso, reforça o autor, um problema sem solução não é um problema (p.35).

Segundo Dias (2012), quando um determinado problema é identificado e selecionado por algum ator relevante no processo de elaboração das políticas públicas que se proponha solucionar a situação de insatisfação haverá uma luta de interesses para que este problema passe a ser entendido como prioridade. Essa lista de prioridades é conhecida como agenda.

3.4.2 Formação da agenda

A agenda pode ser compreendida, portanto, como um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes e prioritários.

Basicamente existem três tipos de agendas que podem convergir ou divergir, sendo, inclusive, absolutamente iguais ou diferentes.

- Agenda Política – conjunto de problemas, assuntos, temas e situações que a comunidade política compreende merecedora de intervenção e solução. Cabe dizer que esta é enorme e muitos problemas podem nunca ser enfrentados efetivamente.
- Agenda formal –ou institucional – são os problemas que o Estado, os *policy makers*, os diferentes atores políticos já decidiram enfrentar. Muitas vezes já estão em andamento e compõem o quadro de prioridades temporais.
- A agenda da mídia é representada pelos problemas sociais divulgados com maior frequência pelos meios de comunicação. Tem grande influência sobre a opinião pública, de tal forma, que pode exercer pressão e condicionar as agendas políticas e formais.

Neste ponto é fundamental chamar atenção ao fato de que a agenda é flexível e influenciável. Problemas entram e saem de acordo com a relevância,

notoriedade, pressão social, grupos de interesse, recursos financeiros, disposição ou falta de interesse político, entre outros fatores (RAEDER, 2014).

Segundo Cobb e Elder (1983 citado por Capella e Tavares 2014), um problema comporá a agenda formal em três condições:

- I. atenção: diferentes atores (cidadãos, grupos de interesse, mídia etc.) deverão entender a situação com insatisfatória e merecedora de intervenção por parte do Estado; neste caso quanto maior o grupo de interesse maior a probabilidade de inserção na agenda.
- II. resolubilidade: é necessário que haja alguma forma real e factível de enfrentamento da situação em tela.
- III. competência: o problema deve tocar responsabilidades públicas. Se *policy makers* não forem sensibilizados existência e resolubilidade são insuficientes.

3.4.3 Formulação de alternativas

A etapa de construção de alternativas é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos. Um mesmo objetivo pode ser alcançado de várias formas, por diversos caminhos (SECCHI, 2014)

Após a inserção de um problema na agenda formal, são necessários esforços coletivos em busca de mecanismos viáveis e combinados de solução, associados aos estudos dos impactos destas ações.

Capella e Tavares (2014) são enfáticos ao dizer que o principal mecanismo de poder é a definição de alternativas, uma vez que prioriza a escolha de conflitos e formas de enfrentamento. Neste momento analisam-se custos e benefícios. Também são estabelecidos os objetivos que permitirão intervir no problema público.

Quanto mais delimitados forem os objetivos e metas, mais fáceis de se verificar nas fases de avaliação. Alguns objetivos de natureza qualitativa mais ampla são mais complexos de se avaliar, como por exemplo, identificar a percepção de valorização cultural de um povo a partir da realização do megaevento esportivo. Outros, no entanto, de ordem mais quantitativa e restrita, permitirão níveis de confiabilidade muito maiores de acordo com a acurasse estabelecida no objetivo, por exemplo, acompanhar o número de freqüentadores dos jogos durante a Copa do Mundo.

3.4.4 Tomada de decisão

Um dos aspectos mais interessantes do ciclo das políticas públicas, sem dúvida, é o momento da tomada de decisões. Esta etapa se caracteriza pelo equacionamento dos interesses, intenções, objetivos e estratégias para a tentativa de solucionar, ou minimizar, um problema público.

A literatura (Rua e Romanini, s/d; Raeder, 2014; Secchi, 2014 e Dias 2012) sugere três formas distintas que compõem os mecanismos de tomada de decisão para o enfrentamento dos problemas públicos.

1. Problemas em busca de soluções – quando os *policy makers* tem problemas claramente públicos e recebem algum tipo de pressão pela agenda da mídia e buscam alternativas para solucioná-lo. A tomada de decisão envolve identificar as melhores respostas, com menor custo, maior aceitação, rapidez, equidade, etc.

Neste caso os problemas podem ser percebidos por grupos de interesse (os esportistas, os atletas, os dirigentes), por ideologias (empresários, sindicatos, professores) que exerçam influência sobre os *policy makers*. A realização dos megaeventos deixou a “lata” repleta de problemas. O legado. As arenas. As manifestações. A tarifa do transporte. “Não vai ter copa”. Por que Arenas ao invés de escolas e hospitais? E por aí se vão sobrepondo inúmeros problemas dispersos. Algum ator político escolhe um problema e o encampa como bandeira.

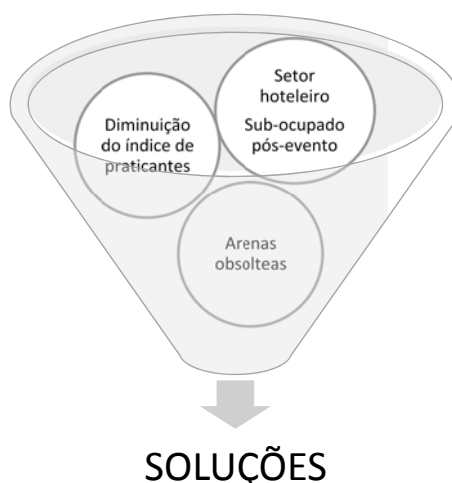


Figura 6 Problemas em busca de soluções

2. Soluções em busca de problemas –alguns *policy makers* tem, de antemão, alguma alternativa ou estratégia que, para que possa

reverberar, precisa solucionar algum problema que, até então, não fazia parte da agenda ou da prioridade da agenda.

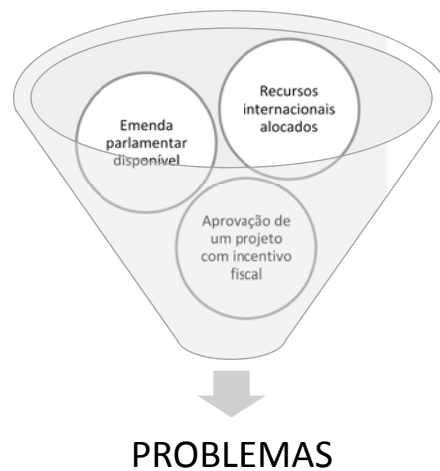


Figura 7 Soluções em busca de problemas

3. Problemas e Soluções ajustados mutuamente – esta forma mais dinâmica busca equalizar a urgência de certos problemas e a exequibilidade com certas e determinadas estratégias reais e factíveis, que combinem eficiência, sustentabilidade, razoabilidade de custos, etc.

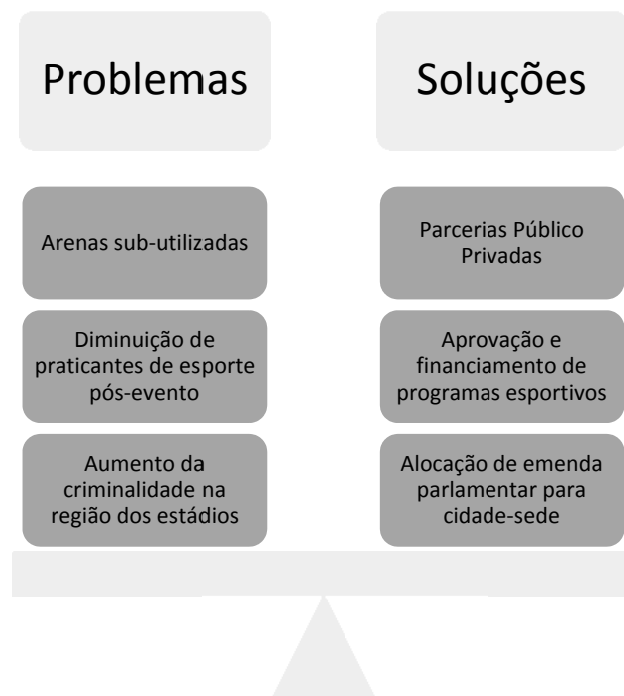


Figura 851 Problemas e soluções ajustados mutuamente

A questão central que deve ser debatida, novamente apoiado em Dias (2012), Raeder (2014), Rua e Romanini (s/d) e Secchi (2014) é que este modelo é também didático e formativo. Afinal, os problemas nem sempre são claros e urgentes, os objetivos nem sempre são bem delimitados, as alternativas nem sempre são eficientes aos problemas da agenda e os problemas da agenda nem sempre encontram alternativas disponíveis, a coadunação de problemas e soluções de maneira mutuamente dinâmica não se apresenta tão simples ou interessante aos *policy makers*, o tempo e os recursos tornam as alternativas apenas parciais, entre outros.

Especificamente neste estudo, uma quarta forma de tomada de decisão assume relevância papel central no debate, a chamada Janela de Oportunidades (Rua e Romanini, s/d, Secchi, 2014, Paiva e Rossetto Junior, 2014; Rossetto Junior, 2016; Moser, Rossetto Junior e Paiva 2016).

Uma Janela de Oportunidades é a convergência das formas e fluxos, quando problemas, soluções, condições políticas, opinião pública, cenário econômico nacional e internacional, entre outros, estão alinhados e possibilitam a inserção de uma nova política pública mesmo com outros assuntos prementes. Os megaeventos esportivos se configuram uma Janela de Oportunidades. Não por menos, nas últimas edições de todos os megaeventos esportivos realizados nos BRICS criaram-se Estados de exceção e foram priorizadas ações que não se justificariam ou não seriam aprovadas em outro momento histórico-político-econômico destes países-sede.

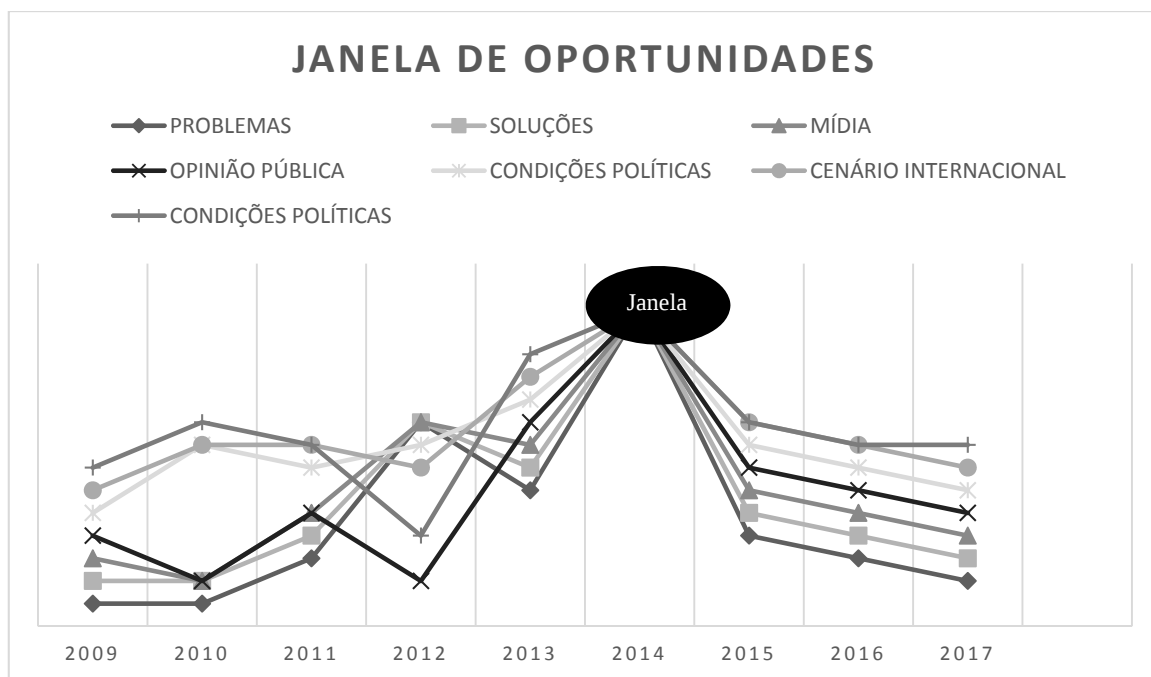


Figura 9 Representação esquemática de uma janela de Oportunidades de Políticas Públicas (elaborado pelo autor)

O exemplo elaborado, para facilitar a compreensão do leitor sobre a Janela de Oportunidades, utiliza a realização da Copa do Mundo F.I.F.A. de Futebol no Brasil no ano de 2014. Embora seja apenas uma representação esquemática tenta demonstrar como a aproximação do início do evento converge as condições necessárias para a implementação de políticas públicas, contratações emergentes, aprovações relâmpago de obras sem projetos, superfaturamento, entre outras... Não restam dúvidas, que se não estivessem dadas as convergências necessárias para a chamada Janela de Oportunidades, sem a realização, por exemplo, da Copa do Mundo F.I.F.A., que fossem realizadas tantas obras de infraestrutura e construídas tantas arenas esportivas em conluio com as megaconstrutoras, sem que houvesse pressão da opinião pública, da mídia, de grupos políticos ou outros grupos contrários, como se viu nas ruas em Junho de 2013, etc.

Estes são os principais modelos de tomada de decisão no ciclo de políticas públicas apresentados pela literatura, mas, neste ponto, julgo conveniente sinalizar ao leitor, ainda, que mesmo após as decisões serem tomadas, não significa, sob nenhuma circunstância, que serão implantadas e, se forem, não da maneira como foram idealizadas. O estabelecimento de mecanismos regulatórios bem delimitados será fundamental para a mensuração da efetividade da implantação da política. A

atuação eficiente dos burocratas e uma sensível percepção de mudança na condição inicial do problema público permitirá, também, avaliar os efeitos desta implantação, como veremos a seguir.

3.4.5 Implementação da política pública

A fase de implementação das políticas públicas se caracteriza pela passagem das ideias e propostas para ações e resultados. O momento em que o problema público é realmente enfrentado.

Especial atenção deve ser dada às ideias de Carvalho, Barbosa e Soares (2010). Para estes autores, existem muitos elementos que contribuem para a implementação ou não de uma política pública, como por exemplo, suporte institucional - técnicos e administrativos, destinação de orçamento, foco na execução, entre outros. Para estes autores, ainda que haja empenho e boa intenção por parte dos *policy makers* quando da elaboração de uma política pública, até a ideologia do agente executor da proposta pode interferir na qualidade e eficiência no enfrentamento ao problema público.

Para clarificar ao leitor, tomemos como exemplo a seguinte situação: Imaginemos que o número crescente de brasileiros sedentários e os altos custos de saúde pública se tornaram um problema na agenda oficial. Mais, as insatisfações sociais com o legado dos megaeventos fizeram com que os grupos de “deputados da bancada do esporte” aprovassem um projeto de universalização de acesso ao esporte nos parques e clubes das cidades-sede do evento. Orçamento alocado, recursos disponíveis, suporte operacional... tudo como deveria ser. No entanto, se o professor concursado que realizará o atendimento direto destas crianças e jovens no processo de democratização acreditar que o papel do esporte é revelar talentos e promover o espetáculo esportivo, se selecionar os mais habilidosos, se investir tempo e energia, dando ótimas aulas de aperfeiçoamento de habilidades, terá comprometido todo o mecanismo de implementação das políticas públicas de universalização do acesso ao esporte por discordar ideologicamente da proposta geradora.

O estudo dos processos e mecanismos envolvidos no período de implementação permitem identificar de forma mais estruturada os acertos e atalhos,

os obstáculos e empecilhos que possam facilitar ou inviabilizar o enfrentamento do problema público, conforme sugere Secchi (2014):

Além de analisado, o momento da implementação também deve ser gerenciado. É no momento da implementação que funções administrativas, como liderança e coordenação de ações, são postas à prova. Os atores encarregados de liderar o processo de implementação devem ser capazes de entender elementos motivacionais dos atores envolvidos, os obstáculos técnicos e legais presentes, as deficiências organizativas, os conflitos potenciais, além de agir diretamente em negociações, construção da coordenação entre implementadores e cooperação por parte dos destinatários. A fase de implementação é aquela em que a administração pública reveste-se de sua função precípua, a de transformar intenções políticas em ações concretas. Também nessa fase entram em cena outros atores políticos não estatais: fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, além dos grupos de interesse e dos destinatários da ação pública (p.46).

Basicamente, dois modelos explicativos são utilizados pela literatura (Carvalho, Barbosa e Soares, 2010; Raeder, 2014; Rua e Romanini, s/d; Secchi, 2014) para demonstrar os processos básicos de implementação de uma política pública. Atrelados a estes modelos, estão concepções sobre as possibilidades de maior ou menor influência na determinação social da agenda.

O primeiro modelo. *TOP-DOWN*¹⁷, pressupõe uma clara separação entre a tomada de decisão e a implementação das políticas públicas. A primeira como tarefa dos políticos eleitos e a segunda, dos burocratas, funcionários executores. A decisão é política e a execução é administrativa. No modelo *top-down*, conforme Secchi (2014, p.47) os políticos elaboram as políticas e depois “lavam as mãos”, uma vez que a execução não lhes cabe. Assim, se algo desviar do que foi planejado é comum atribuir a responsabilidade aos executores.

Por exemplo, o Ministro dos Educação elabora uma política de atendimento às crianças e jovens nas aulas de Educação Física escolar, com vistas à saúde da população. Se durante as aulas, os professores enfatizarem o treinamento e a política não diminuir problemas de saúde pública da população em idade escolar, a culpa é dos professores.¹⁸

¹⁷De cima para baixo – tradução livre do inglês

¹⁸Aqui, chamo especial atenção. Não pretendo desvincular responsabilidades, mas, mais adiante, demonstrarei como este modelo explicativo é razoavelmente coerente e que a assunção de certos comportamentos por parte dos burocratas de carreira, executores das políticas públicas, pode, definitivamente, inviabilizar o sucesso de uma política pública em quaisquer âmbitos.

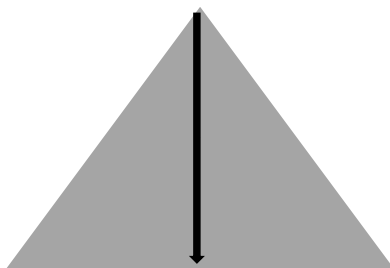


Figura 1052 Representação esquemática do modelo top-down (SECCHI, 2014)

A segunda proposta explicativa, diametralmente inversa, é a BOTTON-UP¹⁹. Uma das principais diferenças entre os dois modelos, é que nesse segundo, o formato que a política pública terá será delineado no cotidiano pelos executores. É menos uma política do “cumprir ordens” e mais uma política “ajustar à realidade”. Neste caso, portanto, a política será avaliada a partir dos resultados alcançados e, frequentemente, os *policy makers*, quando diante de bons resultados, assumem para si os méritos do trabalho burocrático²⁰.

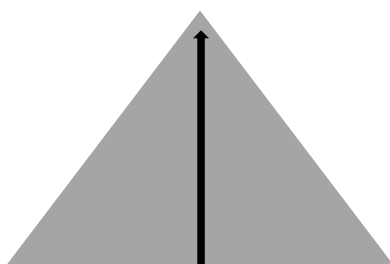


Figura 11 Representação esquemática do modelo botton-up (SECCHI, 2014)

Agora, um ponto simultaneamente animador e preocupante é, ainda que por vezes, algumas ações iniciadas pela sociedade civil, ou estimulada ao funcionalismo, venham, efetivamente, se configurar no futuro como políticas

19De baixo para cima – tradução livre do inglês.

20Um ótimo exemplo pode ser encontrado no filme Saneamento Básico do cinema nacional. Para abreviar a explicação, basta dizer que os moradores de uma certa localidade, após anos de solicitações sem resposta à prefeitura, iniciam uma obra pública para construção de uma fossa. Quando o prefeito soube que as obras caminhavam bem, os funcionários estavam motivados e o problema parecia que seria resolvido, apareceu para anunciar como uma Obra Pública, nesse caso, não iniciada por funcionários públicos, mas pela sociedade civil.

públicas, esse modelo não pode cooptar a esperança ingênua de que a articulação social é suficientemente forte e influente para mobilizar a agenda.

Uma ação social realizada na esfera pública, individual ou coletiva, tornar-se-á uma política pública, a partir do modelo *bottom-up* se, e somente se, houver um ator político influente que assuma o problema como causa e encampe pessoalmente, mobilize grupos de interesse e um número significativo de *policy makers*.

Estes aspectos já foram denunciados por Dagnino (2002) e Paiva, Rossetto Junior e Bógus (2015a, 2015b). Políticas públicas, especialmente no Brasil, são determinadas pelos atores da esfera política, conforme será debatido em seção específica²¹.

3.4.6 Avaliação da política pública

A penúltima etapa do ciclo de políticas públicas, a avaliação, deve considerar os efeitos de sua implementação nos problemas identificados e inseridos na agenda, as alternativas adotadas e a solução (ou ao menos a diminuição) dos aspectos indesejados da realidade cotidiana percebida.

Sem dúvida é um dos momentos mais complexos e críticos do ciclo de políticas públicas, afinal, serão mensurados e expostos se, e em que medida, obtiveram sucesso ou fracassaram os atores, os atores executantes, os *policy makers* e toda a miríade de sujeitos envolvidos nos ciclos precedentes da política pública.

O que permitirá uma análise detalhada e eficaz dos impactos de uma política pública serão os mecanismos de monitoramento/indicadores de avaliação de ordem quanti-qualitativa, estabelecidos com base em níveis, parâmetros e padrões, preferencialmente, pré-estabelecidos.

Quando da definição dos mecanismos de avaliação de quaisquer políticas públicas é necessário que se observem alguns critérios relacionados aos objetivos das políticas na solução do problema público. Tais critérios devem responder, no mínimo, às questões sobre eficiência econômica (custo benefício efetivo da implementação) e administrativa (forma como foram executadas as atividades previstas e o quão fiéis foram as práticas dos colaboradores às ordens

²¹Item 2.5 atores no cenário político

estabelecidas), eficácia (nível de alcance das metas previstas) e equidade (trata da homogeneidade de distribuição de benefícios e/ou sanções aos destinatários de uma política pública).

Cabe salientar que, dependendo das intenções do gestor e dos *policy makers*, os resultados da avaliação serão enfatizados num âmbito específico, seja eficiência financeira ou administrativa, eficácia ou equidade, amplificando o discurso que permitirá anunciar à população a consecução das metas.

Por exemplo, o Ministro dos Esportes anuncia à população o aumento de 35% no atendimento de crianças e jovens em programas esportivos e de lazer numa determinada região do país na transição de um ano para o outro. Neste caso, o gestor utiliza a eficácia e a comparação com as metas de atendimento para justificar os resultados da política pública. No entanto, este atendimento pode ter consumido 60% do orçamento previsto para um ciclo de vários anos. Dependendo do ponto de vista, e do critério de análise, os resultados mostrarão maior ou menor consecução do objetivo.

Por esse motivo, a forma mais conspícua de realizar as avaliações é fragmentar os pontos de observação, ou como sugere Secchi (2014).

Apesar de suas potencialidades, avaliações completas e significativas são difíceis de realizar. Levando-se em consideração as informações e o tempo necessários, a avaliação sistemática é uma tarefa dispendiosa. Basta imaginar que a produção e a manutenção constantes de dados atualizados para as tarefas de avaliação requerem esforços organizativos, materiais e humanos. Na falta desses recursos, as avaliações acabam se traduzindo em verificação de alguns indicadores básicos que frequentemente não mostram aspectos qualitativos dos processos e resultados produzidos. Existem situações em que avaliações são difíceis de executar porque os objetivos da política pública não estão claros. Em outras situações, os objetivos são explícitos, mas servem apenas para fins simbólicos (p51).

Há, ainda, que se considerar outro ponto fundamental que é a multicausalidade dos resultados. Existem tantas relações entre os fenômenos humanos que a tarefa de identificar um único motivo que tenha ocasionado a modificação do problema público é praticamente impossível. Embora, invariavelmente, os atores políticos busquem reduzir os resultados à política adotada.

No campo esportivo há exemplos claros que podem contribuir para o entendimento do leitor. Os programas Segundo Tempo e Programa Esporte e Lazer na Cidade tem como objetivo democratizar o acesso ao esporte no território nacional. O Ministério do Esporte anunciou um incremento de atendimento juvenil no fim da primeira década do século XXI como resultado do aumento de verbas aos programas, mas como já foi apresentado, as políticas públicas nacionais estavam voltadas à realização de megaeventos esportivos, jogos pan-americanos, Copa Do Mundo, jogos olímpicos, tais eventos podem ter contribuído para a motivação dos jovens procurarem espaços e programas públicos de prática esportiva.

3.4.7 Extinção da política pública

A última etapa do ciclo de políticas públicas é, a partir da análise dos resultados, do fim de recursos, do fim de interesse político, ou, ainda, da solução do problema público, sua extinção. Segundo Howlett, Ramesh e Perl (2013), Raeder (2014), Rua e Romanini (s/d), Secchi (2014) os estudos sobre extinção de políticas públicas estão correlacionados temporalmente ao definhamento das políticas de garantia do *Welfare State*²², principalmente na Europa, a partir da década de 1970.

De acordo com Giuliani (2005, citado por Secchi, 2014 p.53), as causas da extinção de uma política pública são basicamente três:

1. o problema que originou a política é percebido como resolvido;
2. os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes;
3. o problema, embora não resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu das agendas políticas e formais.

Há que se considerar, no entanto, alguns aspectos para que se considere a extinção de políticas públicas e para tornar o texto mais próximo às temáticas deste estudo, os exemplos serão no âmbito esportivo²³.

Imagine o leitor os altos custos de implementação da política pública de redistribuição de uma porcentagem dos valores arrecadados pela loteria federal ao esporte, aos clubes, federações e ao Comitê Olímpico Brasileiro. Tais custos não devem ser computados apenas no aspecto financeiro. Os lobbys, as reuniões, as

²²Estado de Bem-Estar

²³A reforma da previdência e o fim de certos direitos trabalhistas historicamente conquistados pelo povo brasileiro já seriam suficientes para elucidar a questão.

tentativas de aprovação, a delimitação dos beneficiários, entre tantas outras decisões. Por certo que os mais críticos e comprometidos com uma análise sociológica do fenômeno esporte sugeririam o fim desta política redistributiva, uma vez que em nada contribui para os processos de democratização de acesso ao esporte. No entanto, os grupos de interesse citados não aceitariam sem antes manifestar publicamente sua insatisfação. Isso mobilizaria atletas, mídia, clubes e o impacto negativo aos políticos que propusessem tal extinção seriam nefastos. Mesmo com os escândalos envolvendo o COB, corrupção, entre outros, não seriam suficientes para extinguir esta política.

Da mesma forma, a lei de incentivo ao esporte, pressupõe em seus textos de apresentação um mecanismo de fomento ao esporte de maneira universal. No ano de 2015 findava o prazo de validade da lei. Mas, grupos de interesse, igualmente como supracitados, se mobilizaram e, não só impediram sua extinção, como garantiram uma prorrogação até 2022.

Vale chamar atenção ao fato que, assim como a implementação de políticas públicas também pode ser abruptamente modificada por uma Janela de oportunidades, a extinção vale-se da mesma regra. A crise financeira que assolou o Brasil imediatamente após a realização da Copa 2014 e os Jogos Olímpicos 2016, o rombo da previdência²⁴, a subutilização das arenas, os escândalos de corrupção envolvendo ONGs, COB, F.I.F.A., COI, atletas, dirigentes, entre tantos outros argumentos, compõem o quadro convergente para a abertura da janela de oportunidades para extinção das políticas de fomento ao esporte.

3.5 Atores do cenário político

Um dos termos mais utilizados pelos diferentes escritores que se debruçaram sobre a literatura das políticas públicas, como por exemplo, Andrade (2006), Dagnino(2002), Macedo et al (2016), Procopiuck e Frey (2009) e Romanini (s/d), Souza (2006), dentre tantos outros que não caberia listar aqui, é “atores”. Usam-no, com a sutil certeza de que todos os leitores compreenderão do que se trata.

²⁴Ao menos, o anunciado pelo governo vigente quando da escrita deste texto

Por certo que não há nenhuma novidade no uso do termo, mas quem melhor apresenta a acepção que se busca dar, e que deixa bastante clara a coerência da adoção do termo, é Secchi (2014, p.99).

A palavra “ator” é importada das artes cênicas para as ciências políticas, porque explicita a conotação de interpretação de papéis. Nesse sentido, há um entendimento de que os indivíduos, grupos e organizações que influenciam o processo político não tem comportamentos ou interesses estáticos, mas sim dinâmicos de acordo com os papéis que interpretam. Os atores interagem, alocam recursos, constroem coalizões, resolvem conflitos em um cenário político. Há também um viés elitista no emprego da palavra “ator”, pois, enquanto os atores interpretam seus papéis em um enredo e cenário, a plateia assiste passivamente ao desenrolar da história.

Existem diferentes formas de agrupamento e categorização dos atores. Individuais ou coletivos, públicos ou privados, mas o esquema apresentado por este último autor qualifica a atuação de acordo com a esfera governamental ou não-governamental.

É importante salientar que as categorias não são mutuamente excludentes, uma vez que um ator político individual pode ser público, ou, ainda, um ator coletivo, não governamental, enfim. O que se busca mostrar é que os atores interagem de acordo com interesses ora similares, ora conflitantes.

O cenário onde ocorrem as encenações políticas é comumente chamado de arena política. O mesmo ator pode perpassar diferentes arenas. Por exemplo, os atores políticos da área do esporte frequentam e militam, com razoável frequência, nas arenas da educação e saúde. Um atleta pode ser um ator de um grupo coletivo não governamental na arena do esporte, mas ser, ao mesmo tempo, ator individual na arena da segurança pública, do turismo, do comércio exterior, do marketing.

Frequentemente os atores buscam encenar nas arenas em que sua função social é diretamente afetada²⁵. As próprias ONGs e OSCIPs do Esporte estão cotidianamente buscando benesses em conclaves sobre fomento ao esporte, mas pouco se vê os mesmos atores em arenas pelos direitos e cotas para certas minorias em empregos ou escolas públicas.

²⁵Tomemos a bancadas ruralistas e do agronegócio com exemplo.

O esquema abaixo apresenta a qualificação dos atores sugerida por Secchi(2014)



Figura 1253 Categoria de atores (Secchi, 2014)

Existem aqueles que acreditam que as políticas públicas são elaboradas exclusivamente pelos atores governamentais. Este é um modelo de interpretação de prevalência conhecido como elitista. A proposta *top-down* é uma clara expressão do modelo elitista. Por outro lado, há um modelo conhecido como pluralista, que sugere que atores não governamentais também influenciam a tomada de decisão e implementação. Mais recentemente, Andrade (2006), Macedo et al (2016), Procopiuck e Frey (2009), Saraiva (2007) e Secchi(2014), com o advento das hiperconectividade, estão propondo um modelo de intrincada relação e complexas conexões e influencias, uma rede de políticas públicas, uma estrutura predominantemente informal entre atores governamentais e não governamentais, individuais e coletivos, públicos e privados diretamente envolvidos na proposta, formulação e implementação de políticas públicas. O que aglutina os diferentes atores é o interesse comum em torno de algum problema público. As redes podem ter um (centralizada) ou mais (descentralizada) líderes ou, ainda, ser auto-organizada e autônoma, com total liberdade de permanência, entrada e saída de seus membros, com controle disperso e relações não hierárquicas(distribuídas)

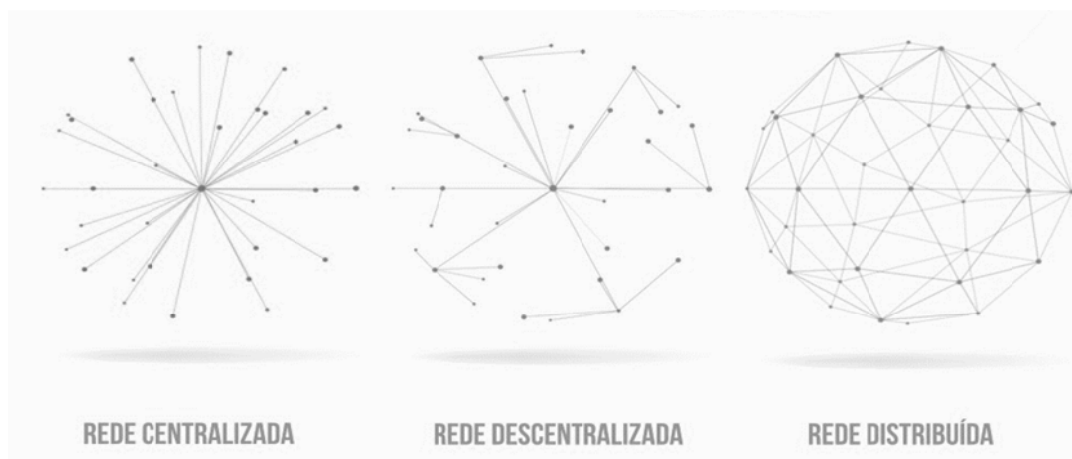


Figura 13 Representação esquemática de redes centralizadas, descentralizadas e distribuídas (goo.gl/zTUWCn)

A seguir, serão apresentados os atores governamentais e não governamentais categorizados por Secchi (2014).

3.5.1 Atores Governamentais

- Políticos são os atores fundamentais no processo de políticas públicas por serem, em primeiro lugar, os portadores da autoridade legislativa, mas também os representantes de interesses da coletividade com acesso privilegiado às esferas de poder estatal. Representam seus próprios interesses, dos seus partidos políticos, os interesses de grupos de pressão e gerais do eleitorado e de certas e determinadas localidades.
- Designados politicamente, no Brasil, podem exercer sua função de duas formas, como Funções de confiança ou Cargos comissionados. A principal diferença é que um cargo de confiança só pode ser atribuído à um funcionário público, que atua, temporariamente, em uma condição diferenciada da de seu emprego, como por exemplo, um diretor de escola nomeado coordenador pedagógico regional. Já o cargo comissionado é de nomeação livre à escolha do político.

Aqui cabe um interessante debate sobre a designação e nomeação para cargos na esfera pública.

A proposta de Secchi (2014) é a de que existe uma ambiguidade latente, existe sempre um conflito no momento da nomeação dos designados. Por um lado, uma escolha eminentemente técnica qualificaria o serviço prestado e promoveria bons burocratas de carreira, mas os políticos se embatem com aqueles que o apoiaram durante os ciclos de campanhas e esperam algum retorno, como por exemplo, empregos públicos. Por outro, se a escolha prioriza a recompensa ao apoio eleitoral, o desempenho técnico tende a ser precarizado, o que implica em percepção de fracasso social por parte dos eleitores.

Já Paiva, Rossetto Junior e Bógus (2015b), ao realizarem aproximações inéditas entre o modelo maquiaveliano, em o príncipe, e as políticas de gestão de esportes no Brasil, sugerem que a guerra era uma prática comum no século XVI como forma de conquista ou manutenção do poder. Quando Maquiavel presenteou Lourenço de Médici com a obra *O PRÍNCIPE*, de certo supunha que tais ensinamentos, se seguidos com precisão, conduziram aos domínios de novos principados. Indubitavelmente, Maquiavel não poderia imaginar que tais métodos fossem transpostos para a gestão pública em praticamente todas as instâncias, como por exemplo, a esportiva. Os políticos de maneira geral, e os gestores das instituições esportivas, de forma específica, esforçam-se de maneira sobre-humana para se perpetuarem no poder com mandatos infindáveis. Tal qual sugeriu Maquiavel, ao assumirem as funções de líderes eliminam toda a linhagem do gestor anterior, substituem, demitem e nomeiam a sua equipe de trabalho com pessoas de confiança. Cria-se um ciclo de dívidas de favores. Para fortalecer o seu reino, os dirigentes e gestores esportivos buscam conquistar cada vez mais. Negociam com a mídia e o governo que os fortalecem com capital e poder. As equipes administrativas, técnicas e atletas revelados pelos clubes agem como as milícias próprias do príncipe, que se empenham ao máximo pela glória de seu Estado/equipe, sendo que as dissidências são rigorosamente punidas (afastados, expulsos, exonerados).

- Burocratas, quando tomado com a conotação da ciência política, sugere o corpo e funcionários públicos do Estado. Tem como função precípua manter a administração pública ativa e de forma eficiente, independente dos ciclos eleitorais. São eles que agem de maneira mais próxima aos destinatários das políticas públicas. São também, os que melhor conhecem o funcionamento estrutural da

“máquina estatal”. São indispensáveis para o funcionamento de qualquer política pública com eficiência, e garantem a perpetuidade das ações quando da chegada de novos políticos e comissionados que desconhecem as engrenagens administrativas do Estado.

- Juízes interpretam a justa ou injusta aplicação de uma lei por parte dos cidadãos e da própria administração pública.

3.5.2 Atores Não Governamentais

- Grupos de Interesse, ou grupos de pressão, se caracterizam por associações voluntárias de pessoas que buscam mobilizar recursos das mais variadas formas como financeiros, intelectuais, organizacionais, midiáticos, entre outros, para influenciar decisões que possam impactar a agenda de políticas públicas. Estranhamente, a literatura apresenta um paradoxo do tamanho do grupo (SECCHI, 2014). Quanto maior o grupo de interesse, maior a dificuldade em mobilizar e organizar seus membros. Esse fato ocorre principalmente se houver, ainda, dispersão territorial. Os custos de organização, articulação e mobilização acabam por inviabilizar muitas propostas destes grupos. Por outro lado, grupos menores, mais coesos, especialmente concentrados territorialmente, tem maiores chances de exercer pressão para implementação de políticas públicas.

- Partidos políticos são organizações formalmente constituídas em torno de um projeto político. A principal diferença de um partido para um grupo de interesse é que o primeiro influencia as decisões governamentais diretamente, seja como aliados ou como opositores do governo, medem suas forças por meio de eleições, são organizações exclusivamente formais e que aglutinam atores individuais relevantes. Já os grupos de interesse, não tem poder de influenciar a agenda sem mobilização esporádica.

- Meios de comunicação, mídia. Uma das categorias não governamentais mais relevantes das democracias atuais. Além de

exercer a função de fiscalizar a administração pública, também pode influenciar a agenda hipertrofiando ou ignorando os problemas públicos.

- Think Tanks ou organizações de pesquisa e aconselhamento. Órgãos científicos, estatísticos, centros de estudos que produzem dados capazes de balizar e sensibilizar a formação da agenda pública.

- Destinatários das políticas públicas são todos os indivíduos, grupos e organizações para as políticas foram elaboradas. Uma nova abordagem sugere que os *Policytakers*²⁶, por meio das novas formas de comunicação em massa, da internet e das redes sociais, assumem, cada vez mais, um papel relevante como ator não governamental PROCOPIUCK e FREY (2009)

- ONGs, ou organizações do terceiro setor, referem-se à uma forma interpretativa de complementaridade ao primeiro setor(Estatal) e ao segundo setor (Empresarial). São organizações privadas sem fins lucrativos que lutam por algum interesse coletivo. Atuam em áreas sociais em que a ação estatal é ineficiente. As ONGs se diferenciam dos grupos de interesse, uma vez que as estes procuram influenciar a agenda para obtenção de vantagens próprias, enquanto aquelas o fazem em busca dos interesses de outrem.

Não restam dúvidas de que os modelos e teorias explicativas sobre políticas públicas não se esgotam neste texto, mas os elementos apresentados são suficientes para embasar os debates que serão realizados quando das discussões. Por agora, serão apresentados os desdobramentos destes complexos emaranhados de teorias no cotidiano do cidadão brasileiro, mais precisamente, no âmbito esportivo. Em outras palavras, de que forma o país tem lidado com a questão das políticas públicas de esporte. Vale salientar, novamente, que o foco das análises será, recorrentemente, os mecanismos legais adotados pelo país para a universalização ao acesso ao esporte.

26Destinatários das políticas públicas

3.6 Políticas Públicas de Esporte no Brasil

3.6.1 Disposições legais de democratização do esporte no Brasil

“É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais; como direito de cada um (...)” Constituição Federal; artigo 217.

O esporte é, indiscutivelmente, um direito constitucional de todo cidadão brasileiro. Historicamente os documentos legislativos do país indicam a importância de universalizar o acesso ao esporte, a obrigação do Estado no fomento e garantia de acesso ao esporte e o direito universal, livre e irrestrito. No entanto, longe de caminhar com os ditames legais, as práticas políticas executadas no Brasil no âmbito do esporte sinalizam uma incompetência permanente em garantir o acesso ao esporte como direito de todos.

Paradoxalmente, as duas primeiras décadas do século XXI denunciam um incremento inédito no investimento em eventos esportivos destinados à prática esportiva por pequena parcela da população, que possibilitam a projeção internacional do país, dos atletas e para-atletas, das federações e clubes e entidades relacionadas ao esporte sem precedente histórico em quaisquer localidades do planeta, sinalizando que a agenda de políticas política de esportes no Brasil está claramente direcionada à realização de megaeventos esportivos (MASCARENHAS et al, 2014).

Por certo que é aconselhável que sejam ofertadas condições ótimas de treinamento e desenvolvimento esportivo aos atletas que representam a flamula brasileira em eventos internacionais. Mas que isso não ocorra em detrimento dos processos de democratização e universalização do acesso ao esporte previstos nos marcos constituintes do Brasil.

Cabe ressaltar que o envolvimento do Estado brasileiro com políticas públicas de esporte não é recente.

A história institucional do esporte no Brasil teve início em 1937, quando, por intermédio da Lei nº 378 de 13/03/37²⁷, foi criada a DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA do Ministério da Educação e Cultura. Quatro anos depois o esporte foi redimensionado para um Conselho específico, o Conselho Nacional de Desportos (CND), instituído por meio do Decreto-Lei nº 3.199/41²⁸ e proclamava:

Art. 3º Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Desportos:

- a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais;
- b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade;**
- c) decidir quanto à participação de delegações dos desportos nacionais em jogos internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, e bem assim fiscalizar a constituição das mesmas;**²⁹
- d) estudar a situação das entidades desportivas existentes no país para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal, e ainda fiscalizar a aplicação dessas subvenções.

É possível observar que desde a publicação do Decreto e fundação do CND, em 1941, o Estado brasileiro demonstra um ambíguo comprometimento com o esporte. De um lado com o desenvolvimento do amadorismo e da educação física e de outro com o esporte de rendimento e os eventos internacionais.

O que não se podia prever é que tais ambiguidades perdurariam por mais de sete décadas e se fariam presentes no país por todo o século XX e início do XXI, perpassaria governos (ditaduras e democracias), constituições, invadiria o que atualmente se entende por pós-modernidade e, ainda assim, não seja minimamente possível prever o fim desta dúbia função pública.

O leitor familiarizado com os textos da literatura das ciências sociais, provavelmente, se recordada das palavras de Holanda (1936, p.160), ao mencionar

²⁷Disponível em <https://goo.gl/erK1Dr>

²⁸Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em <https://goo.gl/uAP7Ym>

²⁹ Grifos meus

que a “democracia do Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido”. O mesmo se pode dizer das políticas públicas de esporte no país, que certamente jamais se configuraram qualquer coisa além de um paradoxo e um eterno mal-entendido.

Após mais de três décadas, o decreto que instituía o CND sofreu algumas alterações, tendo como pano de fundo o desporto durante o regime militar, por meio da Lei 6.251/75, que designava normas gerais sobre o esporte em âmbito nacional, mas sem mudanças significativas do texto original.

Pouco tempo depois, em 1977 o movimento conhecido como “Esporte para Todos” mobilizou milhares de voluntários num programa de massificação de práticas esportivas. Diversos estádios foram construídos por todo o país e surge o Campeonato Brasileiro de Clubes de Futebol. Longe de se constituir o que se busca debater neste texto, o EPT, não se configurava como uma proposta de garantia do acesso universal ao esporte como mecanismo de inclusão cidadã, mas como uma estratégia ditatorial de inculcação de valores por meio das práticas esportivas. O que se viu foi uma expansão sem igual do número de espectadores do fenômeno no Brasil, que não se configurou diretamente em maior número de praticantes.

Os interesses do Estado brasileiro, ao intervir, direta ou indiretamente, nas relações que se estabelecem entre a organização esportiva e educacional sempre foram os mais variados. No entanto, o discurso fundante que legitimou as políticas públicas das últimas décadas do século XX baseou-se, prioritariamente, sobre dois aspectos (BRACHT e ALMEIDA, 2003, p90):

- a) o esporte como instrumento de ação política no plano internacional (o desejo declarado por medalhas);
- b) a ideia de que a prática de esportes em massa é promotora da saúde e de uma melhor qualidade de vida da população, compensando os problemas advindos da vida urbana crescentemente tecnologizada, típico daquilo que caracterizamos como o Estado de bem-estar social.

É a partir desse último enfoque que a prática esportiva vai ser considerada um direito do cidadão e dever do Estado e começa a aparecer na constituição nacional.

Somente no texto da Constituição Cidadã de 1988, designou-se, de forma inédita, o Estado brasileiro como protagonista de uma cidadania emancipatória com preceitos sociais abrangentes, dentre os quais, o esporte e as demais práticas corporais surgem como direitos constituintes de cada cidadão e dever do Estado:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, *como direito de cada um*, observados:³⁰

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - *a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento*³¹;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

As décadas de 1980 e 1990 foram caracterizadas pelos processos de intelectualização dos profissionais de Educação Física e esportes e fomento aos Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs), no âmbito das escolas básicas e das universidades. (COSTA, 2015). Os JEBs, que surgiram no Rio de Janeiro no final da década de 1960 por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, viram uma espécie de amplificação nas décadas seguintes e delinearam, definitivamente, a partir da década de 1980, as estruturas fossilizadas das principais políticas públicas de incentivo à vivência esportiva no ambiente escolar.

A proposta parecia razoável, simples e eficiente.

Em sendo a escola a instituição social democrática e universal por sua natureza, e, o esporte, um direito de todo cidadão, promover a prática do esporte no contexto escolar garantiria de forma inequívoca o acesso universal a todos os cidadãos que passassem pelos estabelecimentos estudantis em todo território nacional oportunidades de práticas esportivas.

Os mecanismos prioritários de fomento ao esporte de maneira universal viam-se destinados ao fracasso. O modelo adotado nas escolas, que foi, e ainda é criticado por diversos intelectuais da área da Educação Física e esportes, é o esporte de rendimento, que por características inerentes ao seu modelo, seleciona, segrega, prioriza os mais habilidosos, ou seja, oportuniza acesso aos que já o acessaram.

Já na década de 1990 foi possível observar a eclosão de novos marcos legais que buscavam dinamizar o esporte no país tendo em vista o avanço das

300 texto da lei orienta as políticas públicas almejadas neste trabalho. A garantia universal e irrestrita às práticas esportivas a todos os cidadãos como direito constitucional. Grifos meus

31A perpetuação dos mal-entendidos já denunciados por Holanda(1936). Grifos meus.

políticas neoliberais na América. Exemplos disso são a Lei 8.672/93, conhecida como Lei Zico, que propunha alguns princípios e diretrizes para a organização e funcionamento das entidades esportivas, visando minimizar os conflitos e contradições entre os interesses liberais e conservadores dos dirigentes esportivos do país.

Outro aspecto fundamental deste período, de acordo com Rossetto Junior (2016, p81)

O esporte conseguiu pasta própria somente em 1995, quando foi criado o Ministério Extraordinário do Esporte, mas ainda cabia à Secretaria de Desportos, vinculada ao MEC, seu apoio técnico e administrativo. Em março de 1995, a secretaria foi transformada no Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), sendo desvinculado do MEC e subordinado ao novo ministério. Em 31 de dezembro de 1998, pela Medida Provisória nº 1.794-8, o ministério englobou o tema de turismo e passou a ser chamado Ministério do Esporte e Turismo.

Logo em seguida foi aprovada a Lei 9.615/98, que se popularizou como a Lei Pelé. O fulcro da Lei era a extinção do passe de atletas do Futebol, a mais expressiva e representativa modalidade do país, criando de fato as condições de livre arbítrio para estabelecer relações trabalhistas entre jogadores, empresários, dirigentes de clubes e patrocinadores. Outros pontos importantes desta lei dizem respeito à natureza e finalidades do desporto. Em outras palavras, a lei ratificou o entendimento do esporte como fenômeno multidimensional:

Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

IV - desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática

desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição. (Incluído pela Lei nº 13.155, de 2015)

Outras iniciativas importantes criaram condições materiais para que as Entidades de Administração do Esporte agissem com autonomia – A Lei 10.264/01, denominada Agnelo-Piva, que destina 2% dos concursos prognósticos aos Comitês Olímpico e Paraolímpico, e a Lei 10891/04 conhecida como Bolsa Atleta, que possibilita aos protagonistas do espetáculo esportivo – os atletas – melhores condições materiais de trabalho.

Somente por meio da medida provisória nº 103, de 01 de janeiro de 2003, o esporte passou a ter definitivamente um ministério exclusivo, instituído pelo governo do então presidente da república Luís Inácio (LULA) da Silva, tendo como missão, “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano.”

As principais atribuições do Ministério do Esporte, de acordo com o texto original da lei 103/03, são:

- a) política nacional de desenvolvimento da prática dos esportes;
- b) intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- c) estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades esportivas;
- d) planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e de ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte (BRASIL, 2003).

Buscando inserir e valorizar o esporte como forma de inclusão social, os programas e ações propostos, pelo então Ministério do Esporte, apresentam-se, prioritariamente, como um direito social que cabe às crianças e aos adolescentes na condição de cidadãos. Cria-se uma rede de cooperação entre diversas entidades esportivas e outros Ministérios, inaugurando a prática de um esforço coletivo em prol do desenvolvimento do esporte no país. O caráter democrático e participativo dessa gestão manifesta-se, no tocante à popularização da prática esportiva na comunidade, na introdução de mecanismos de consulta e deliberação popular sobre as ações esportivas.

Os esforços demonstrados no início do Ministério do Esporte denunciavam a negligência histórica com as possibilidades de inclusão social por meio da prática

esportiva no Brasil. Os discursos anteriores de universalização do direito ao acesso não passavam de falácias que não se operacionalizariam, entre outros motivos, pelas próprias estruturas organizacionais das pastas às quais o esporte estava vinculado.

A explicitação de Rossetto Junior (2016, p.199) permite que sejam identificados alguns avanços:

A criação do novo Ministério do Esporte acarretou, inicialmente, alguns avanços quanto à regulamentação e democratização do esporte. A organização e hierarquização do Ministério consistia em: Secretaria Executiva; Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED); Secretaria Nacional de Esporte de Alto-rendimento (SNEAR); Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SNDEL); Consultoria Jurídica; Gabinete do Ministro; além de um órgão consultivo, o Conselho Nacional de Esporte. Essa organização reflete uma estrutura que demonstra, ao menos, a intenção de fomentar os esportes em todas as dimensões e manifestações.

Ainda no ano de 2003 foram lançados dois projetos nacionais de fomento e universalização do esporte como direito constitucional que se configuraram como os mais importantes elementos de democratização do acesso ao esporte. O Programa Segundo Tempo (PST) e o Programa Esporte e Lazer nas Cidades (PELC)³².

O PST sinalizava que o Brasil, finalmente, estabeleceria os alicerces daquilo que se poderia chamar de uma política pública de estado de esporte democrático. O PST configura-se como uma plataforma estratégica do Governo Federal que tencionava democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social (SEGUNDO TEMPO).

Os princípios norteadores do PST são:

Da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social;
Do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado;
Da universalização e inclusão social;
Da democratização da gestão e da participação.

³²<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/diretrizesPELCEdita12013.pdf>

O PELC é um programa de atendimento direto de crianças, jovens e adultos nas mais variadas regiões do país, implantado e gerenciado pelo Ministério do Esporte e, se caracteriza como uma proposta de política pública e social que atenda às necessidades de esporte recreativo e de lazer da população. A ampla abrangência do PELC sugere que, para além da promoção de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, deve, ainda, o programa estimular a convivência social, as lideranças comunitárias de forma a contribuir para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos. A principal justificativa para a consolidação do PELC e de quaisquer outras políticas nos diferentes subníveis de governo, a conscientização dos parceiros a respeito da importância do investimento nas políticas públicas de esporte e lazer, no sentido de contribuir para que estas avancem do atual estágio de política de um governo para a dimensão mais ampla de Política de Estado.

Notadamente, os programas PST e PELC objetivavam desatar o cipoal em que se encontravam as propostas e políticas pontuais de atendimento de esporte, priorizando a democratização e a inclusão social em todo o território nacional por meio de atividades propositivas de esportes nas dimensões educacionais e de lazer, em detrimento das políticas de fomento exclusivo do esporte de rendimento.

Simultaneamente ao lançamento do PST e PELC, ocorreram outras iniciativas que, coadunadas, potencializariam a democratização do acesso no Brasil. A realização de Conferências Públicas e o mapeamento do cenário nacional do esporte.

Sobre o mapeamento duas atividades paralelas ocorreram. Uma diretamente ligada ao setor público e outra não. O Ministério do Esporte desenvolveu Diagnóstico Esportivo Nacional em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP –, buscando obter elementos de informação fidedignos e representativos da real estrutura esportiva e da prática das diferentes manifestações esportivas, através de pesquisa realizada junto às 5561 prefeituras do país. Tal investigação que se propunha minuciosa contaria, ainda, com informações sobre entidades particulares, condomínios, confederações, clubes, entre outros espaços sistemáticos e assistemáticos de prática esportiva. O segundo empreendimento foi o Atlas do Esporte, organizado por DaCosta org (2005) e o

terceiro uma sequência de conferências municipais, estaduais e nacionais do esporte, estratégias de verificação dos desafios e possíveis impactos destes programas foi dar início à compreensão do real cenário nacional de práticas esportivas. Estavam lançadas as pilastras do mais amplo projeto de pesquisa e mapeamento de informações sobre esportes que o país já conheceu, o Atlas do Esporte, publicado no ano de 2005³³.

um produto que teve como objetivo geral a produção de um estudo sobre a dinâmica de desenvolvimento do esporte e atividades correlatas na perspectiva de suas categorias centrais de importância regional e nacional. E como investigação, pretendeu-se que tivesse acesso facilitado e compreensão junto à opinião pública, aos poderes do país e aos profissionais do setor, de modo a inserir no devido lugar o papel de tais atividades na sociedade brasileira. Esta delimitação para o presente estudo deveu-se à necessidade de se ter um resultado de curto prazo, de baixo custo e de maior benefício possível, reduzindo o risco de empreender um projeto de metodologia mais apurada, porém de longo prazo e assim sujeito ao abandono diante das dificuldades habituais das organizações nacionais em meio a sucessivas crises econômicas e institucionais (DaCosta, 2005, p8).

Por certo que não se faz necessário denunciar ao leitor que o Atlas encomendado pelas instituições privadas ficou pronto e assumia, destarte, suas limitações, enquanto o mapeamento panaceico nacional proposto pelo governo nunca se concretizou³⁴ (DIESPORTE, 2016).

Outro projeto nacional que tencionava acelerar os processos de universalização de acesso ao esporte teve início no ano de 2004.

A Conferência Nacional do Esporte, proporcionou, de forma inédita, uma aproximação de diversos setores da sociedade relacionados ao Esporte. Foram realizadas etapas antecedentes nos diferentes subníveis de governo municipal e estadual até que se produzissem os documentos representativos das múltiplas localidades que comporiam a etapa nacional. Não apenas a comunidade esportiva,

33Estranhamente, em alguns artigos o ano de publicação aparece de forma recorrente como 2004. No entanto, no site do documento (<http://www.atlasesportebrasil.org.br/index.php>) pode-se verificar que a data apresentada é de 2005

34 Historicamente, oito estudos foram realizados no intuito de mapear o cenário nacional do Esporte. a) Diagnóstico da educação física e esporte no Brasil (DACOSTA, 1971); b) Inventário da infraestrutura desportiva brasileira (IBGE, 2000); c) Atlas do Esporte do Brasil (DACOSTA, 2005); d) Perfil dos municípios brasileiros (IBGE, 2006a); e) Pesquisa do Esporte 2003 (IBGE, 2006b); f) Dossiê Esporte (IPSOS MARPLAN, 2006); g) Análise Técnica de Estatística do Esporte: (KASZNAR, 2010); h) IPSOS BUS – SESC ESPORTES (IPSOS 2013). (DIESPORTE, 2016, p 9).

mas todos aqueles que se relacionavam com a saúde, a educação, o lazer, o turismo, a economia, entre outros setores, foram convidados a participar de um amplo debate para estabelecer as bases fundamentais para o que se pretendia constituir como *sistema nacional do esporte*.

Diante deste alargado conjunto de representantes sociais, quatro princípios foram estabelecidos como norteadores dos debates que pronunciariam o compromisso com a elaboração de políticas de esporte e lazer que possibilitassem a consecução do direito cidadão ao esporte e ratificasse o compromisso constitucional do Estado (Brasil, 2004):

1. O do projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa população.
2. O do reconhecimento do esporte e lazer como direitos sociais.
3. O da inclusão social, compreendido como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião, gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer natureza.
4. O da gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos.

Não restam dúvidas, a partir dos princípios orientadores, que a I Conferência Nacional do Esporte tinha intenção declarada de fundamentar o esporte nacional a partir dos mecanismos de inclusão e democratização.

De acordo com o documento final da I Conferencia (BRASIL, 2004):

Sua tarefa é assegurar e facilitar o acesso de todos às atividades esportivas e de lazer, que quando orientadas, sejam por trabalhadores qualificados, como parte do compromisso do governo de reverter o quadro de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social que aflige a maioria da população brasileira. Leva em conta, para isso, que o esporte e o lazer são direitos sociais e, por isso, interessam à sociedade civil organizada, devendo ser tratados como questões de Estado, ao qual cabe promover sua democratização, colaborando para a construção da cidadania.

Essa é uma tarefa de grandes dimensões, porque passa pelo reconhecimento do papel que a atividade esportiva e de lazer desempenha em nossas vidas. Trata-se de quebrar mitos e preconceitos e de assegurar maior transparência e participação popular no processo de gestão esportiva e de lazer.

Após a realização desta Conferência tornou-se evidente o quão premente era a constituição de uma política pública, em seu sentido amplo, que originaria o Sistema Nacional de Esporte, fomentando todas as manifestações e dimensões do

fenômeno esportivo. Mas, os maiores destaques das discussões e de maior peso político foram as propostas de construção da Política Nacional do Esporte (ROSSETTO JUNIOR, 2016 p.203).

O mesmo autor apresenta uma análise um tanto mais detalhada sobre os desdobramentos da I Conferência Nacional do Esporte. Se por um lado possa ter se configurado como um marco no processo democrático de elaboração de políticas públicas de esporte no país, por outro, em nada atendeu às expectativas nela depositada pelos diferentes setores da sociedade comprometidos com a democratização do acesso ao esporte. No cipoal de acontecimentos que envolviam o esporte no Brasil, os documentos produzidos na conferencia viram-se frustrados quando da efetivação dos orçamentos, destinação de recursos e priorização dos mecanismos de inclusão por meio do esporte, conforma apresenta

Observa-se que a I Conferência Nacional do Esporte impactou a formulação dos documentos do Ministério do Esporte, como a Política Nacional do Esporte (2005) e a II Conferência Nacional do Esporte e influenciou a elaboração de algumas leis de fomento ao esporte. Porém, ao analisar o balanço financeiro executado, ao longo dos quatro anos do primeiro Governo Lula, pelo Ministério do Esporte, constata-se que as deliberações da I Conferência se restringiram a demarcar alguns documentos, mas sem ações práticas e de democratização do esporte nacional, tanto na gestão e controle, como também na garantia do direito à prática. [...] os investimentos em esporte de alto rendimento e Pan Rio 2007 (evento de esporte espetáculo) somam, no primeiro mandato de Lula, 43,84% das verbas do Ministério do Esporte, muito próximo do montante dos investimentos em esporte educacional (Projeto Segundo Tempo) e esporte de participação ou lazer (Projeto Esporte e Lazer na Cidade) que, somados nos quatro anos, atingem 53,09% do orçamento do Ministério do Esporte no período. Essa informação, porém, contraria o artigo 217 da constituição que prioriza os recursos para o esporte educacional, pois o Programa Segundo Tempo recebeu durante os quatro anos apenas 15,58%, abaixo do PELC e do Projeto Rumo ao Pan 2007. [...] Os recursos investidos revelam que os quatro princípios norteadores da Primeira Conferência Nacional, que sinalizavam para a inclusão social, democratização e garantia de direitos ao esporte, não foram observados na estrutura [...] (p204).

Após dois anos da realização da primeira etapa de conferencias, o Ministério do Esporte promoveu, em 2006, um novo ciclo de debates nos múltiplos subníveis de governo dando início ao percurso da II Conferência Nacional do Esporte. Desta vez, com o tema claramente definido: “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”. Para a orientação dos trabalhos e debates

foram, novamente, elaborados quatro eixos, a saber: 1) estrutura (organização, agentes e competências); 2) recursos humanos e formação; 3) gestão e controle social e; 4) financiamento. (BRASIL, 2006)

Dentre os diversos aspectos discutidos durante os muitos encontros por todo o território nacional, certamente o fulcro dos resultados foi a proposta e aprovação da lei que previa incentivos fiscais para os investidores em esportes, a Lei 11.438/2006³⁵, tendo como referência o estímulo e incentivo à prática esportiva, por meio da dedução fiscal de pessoas jurídicas e físicas e, representando até 1% de dedução de imposto para as primeiras e 6% às últimas. A proposta ancorou-se nas experiências precedentes da lei de incentivo à cultura, conhecida como lei Rouanet³⁶. No entanto, o valor estipulado para a renúncia fiscal por parte do Estado foi pífio, quando comparado com a “irmã mais velha das leis de incentivo”.

De acordo com Castelan (2011), no eixo sobre o financiamento do esporte no país, o aspecto mais relevante foi a estipulação de uma emenda constitucional que garantiria um orçamento anual para o esporte vinculado ao ganho da União, da ordem de 1% e 1,5% dos Estado e municípios.

Aqui, vale chamar a atenção e recorrer à Dagnino (2002). O desconhecimento dos membros partícipes da II Conferência Nacional do Esporte sobre a Vinculação das Receitas da União³⁷ acabou por inviabilizar as propostas de fomento.

No ano de 2007 o Brasil sediou os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro e priorizou o investimento em estruturas e fomento ao esporte de rendimento, em detrimento da redistribuição de verbas para as dimensões do esporte de lazer e educação. Tais dimensões potencializam os mecanismos de democratização muito mais do que o esporte de rendimento.

35Conhecida como a Lei de Incentivo ao esporte: Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm). Sancionada em dezembro de 2006 e com duração prevista até o ano de 2015, a Lei foi prorrogada pela emenda 13155/2015.

36Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm).

37Nenhuma parcela da receita geral poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos casos ou a determinado gasto. Ou seja, a receita não pode ter vinculações. Essas reduzem o grau de liberdade do gestor e engessa o planejamento de longo, médio e curto prazos. (<http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/principios.html>)

Na esteira destes acontecimentos estavam lançadas as bases do que se configuraria como agenda de políticas públicas de esporte no Brasil: investimento em megaeventos esportivos.

Nos anos de 2009 e 2010 realizaram-se novas etapas de discussões sobre o Sistema Nacional de Esporte, em âmbitos municipais e estaduais e em 2010 ocorreu a III Conferência Nacional do Esporte. Estiveram presentes representantes de mais de três mil municípios, portanto, mais de 50% do território nacional esteve representado nesta Conferência. O objetivo principal deste encontro era a formulação do Plano Decenal de Esporte e Lazer que possibilitassem o desenvolvimento do esporte no país. Paradoxalmente, a delegação da III Conferência que deveria estabelecer metas e princípios orientadores para os processos de universalização do acesso ao esporte, viu-se compelida a estabelecer ações e metas exequíveis que no intervalo de dez anos deve colocar o país entre as dez maiores potências esportivas do mundo”(BRASIL, 2010).

Não seria um exagero anunciar ao leitor que as expectativas dos diversos setores envolvidos nas muitas etapas locais, até as nacionais, realizadas nas conferências anteriores não passaram do que se pode chamar de “um voo de galinha”

Diversos intelectuais comprometidos com as análises críticas das políticas públicas de esportes no Brasil como Castelan (2011), Paiva e Rossetto Junior (2014), Rossetto Junior (2016) e Moser, Rossetto Junior e Paiva (2016) já desvelavam a mudança dos rumos das políticas de esporte enfatizando, a partir de 2007, quando da realização dos jogos Pan-Americanos e da eleição do Brasil como país-sede da Copa do Mundo F.I.F.A., a realização de megaeventos esportivos em detrimento de ações continuadas de atendimento direto de crianças e jovens por todo o país.

O que se pode vislumbrar desde a realização da III Conferência Nacional de Esporte foi o comprometimento com o esporte de rendimento, com o quadro de medalhas, com a projeção de atletas e federações esportivas, a conjuração com empresas de marketing esportivo, construtoras de grandes arenas, emissoras de televisão, dentre tantos outros que se beneficiariam de uma política voltada para a elitização do fenômeno esportivo.

Rossetto Junior (2016, p211) é crítico o suficiente quando denuncia:

Nota-se uma política governamental dicotômica com relação aos documentos oficiais que indicavam a participação e controle popular e o debate democrático nas Conferências Nacionais – espaço e momento de deliberação de políticas públicas. Contrariamente aos princípios de participação democrática, a decisão de sediar os megaeventos foi verticalizada de cima para baixo, decidida entre poucos e antigos interlocutores do Estado brasileiro, que desenvolveu uma postura de subordinação voluntária em relação a essas entidades próximas, ou componentes do governo – empresários, políticos, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Comitê Olímpico Brasileiro (COB), F.I.F.A. e COI. O interesse econômico e de poder com a realização desses megaeventos esportivos no Brasil resultou no alinhamento das políticas públicas de esporte com as intenções da fração conservadora do campo esportivo.

Apenas um ano após a III Conferência, longe do holofote da opinião pública e da participação da sociedade civil, em 2011, a reestruturação do Ministério do Esporte extingue a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer³⁸ e Esporte Educacional substitui pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

As Secretarias Executiva e Nacional de Esporte de alto rendimento não sofreram alterações. No entanto, criou-se a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, fazendo menção à chegada do megaevento Copa do Mundo F.I.F.A. 2014.

Somente em 2015, após a realização do evento nas doze cidades-sede do Brasil o Sistema Nacional de Esporte voltou a ser debatido sob a flâmula de ação prioritária no Ministério do Esporte. Desta vez, com caráter muito mais elitista, Ministros, doutores das universidades federais, atletas renomados, investidores, jogadores e técnicos famosos do futebol e representantes de ONGs ligadas diretamente ao esporte e à lei de incentivo dialogavam sobre o esporte para todos, desta vez, sem realizar um novo convite para todos, como nas conferências anteriores, ou como sugere Rossetto Junior (2016), abdicando do caráter de participação e controle popular e construção democrática.

O que se pode inferir com a análise do percurso histórico das políticas públicas de esporte no Brasil é que:

38 Decreto 7.529/2011 : Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte (<https://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1028464/decreto-7529-11>)

- a) O que se pretende chamar de política pública de estado (não de governo) de esporte no Brasil é um campo que ainda está em constituição
- b) O mal-entendido, paradoxo, investimento em esporte de rendimento sob a alegação de democratização do acesso condena as possibilidades reais de garantia de universalização
- c) Em diversos setores da sociedade, também no esporte, os documentos e marcos legais e constituintes são ferramentas obsoletas nos processos de garantia de direitos cidadãos
- d) O financiamento do esporte por parte do Estado brasileiro está claramente comprometido com agenda de eventos e com o esporte de rendimento
- e) As leis de incentivo privilegiam clubes, federações, atletas e ex-atletas famosos, ONGs, clubes e federações e aqueles que dominam tecnologias e mecanismos de captação de recursos
- f) O envolvimento da sociedade civil em encontros, debates, conferências e outros mecanismos de “participação social” não devem iludir o povo, uma vez que não se configurarão em nada mais do que falácias. O povo brasileiro é plateia das políticas públicas.

3.6.2 Inspirar crianças e jovens de todo o mundo a praticarem esportes e atividades físicas

“To encourage and support the development of sport for all”. (Olympic Charter, 2015)

Londres, 6 de junho de 2005. A euforia toma conta da cidade. A esperada notícia é anunciada pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). Naquele dia a capital inglesa havia sido eleita como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2012 e se tornaria a primeira cidade do mundo na história da era moderna a receber o evento três vezes, incluindo as edições anteriores de 1908 e 1948.

O processo teve início aproximadamente três anos antes, com a oficialização das candidaturas de oito cidades: Havana (Cuba), Istambul (Turquia), Leipzig (Alemanha), Madrid (Espanha), Moscou (Rússia), Nova Iorque (Estados Unidos),

Paris (França), e Rio de Janeiro (Brasil). Após uma análise pormenorizada das condições reais de execução dos projetos submetidos, o COI reduziu a disputa para apenas cinco candidatas oficiais: Londres, Madri, Moscou, Nova Iorque e Paris. Teria início, então, uma sequência de visitas técnicas às candidatas para a produção de um relatório final que permitiria definir qual cidade seria o palco do maior espetáculo esportivo do mundo.

Embora todas as cidades estivessem competindo “ponto a ponto”, havia rumores de que Paris seria favorita para receber os Jogos. No entanto, quando da época da visita do COI, dois eventos, praticamente simultâneos, macularam fortemente a imagem e o charme da “cidade luz”. Diversas greves e manifestações populares preocuparam o COI e, ainda, acusações e indícios de que Guy Drut, ex-atleta olímpico francês e membro do alto escalão do ministério dos esportes e Comitê Olímpico Francês (COF) estava envolvido em um esquema de corrupção e propinas em obras públicas.

Estavam criadas as condições ideais para Londres ser escolhida como cidade-sede. Na esteira destes acontecimentos, cabe dizer, que o dossiê de candidatura da capital do Reino Unido apresentava, ainda, um diferencial em relação às demais cidades da disputa: um projeto ambicioso de inspirar 12.000.000 de crianças e jovens, em 21 países ao redor do mundo, à praticarem esportes e atividades físicas frequentemente. As sementes do chamado legado de Londres seriam cultivadas a partir de 3 estratégias básicas, influenciar políticas públicas, qualificar profissionais e voluntários que trabalham com esportes e democratizar o acesso ao esporte com oferecimento de atividades corporais para crianças e jovens, prioritariamente, em condições de vulnerabilidade social.

International Inspiration worked on three levels: with policymakers, practitioners and directly with children and young people. We supported policy makers with national policies that promote physical education (PE) and sport in schools. Teachers and coaches in the UK and around the world received the skills and access to training resources to make PE lessons more meaningful, innovative and exciting for young people.[...] From the beginning in 2007 the target was to take International Inspiration to 20 countries and inspire the lives of 12 million children. (<https://www.britishcouncil.org/society/sport/current-programmes/international-inspiration>)

Com o programa *International Inspiration* Londres atendia não apenas às exigências administrativas para a realização dos Jogos, mas as expectativas do COI

em construir uma imagem positiva de associação entre as cidades-sede e os Jogos Olímpicos.

Entrava em cena, de forma oficial e como exigência do COI, uma prospecção de legado dos Jogos Olímpicos. A Carta Olímpica, documento que regula e normatiza a realização do maior megaevento esportivo do universo, é escrita e reeditada desde 1908 e está em sua 67ª edição. Somente no ano de 2003 o COI incluiu a palavra legado, no Capítulo 2, Papel do Comitê Internacional, item 13:

Takes measures to promote a positive legacy from the Olympic Games to the host city and the host country, including a reasonable control of the size and cost of the Olympic Games, and encourages the Organizing Committees of the Olympic Games (OCOGs), public authorities in the host country and the persons or organizations belonging to the Olympic Movement to act accordingly (Olympic Charter, 2003 p15)

O vultoso volume de investimentos financeiros (na maioria das vezes, públicos) necessário para a construção dos equipamentos esportivos, para as reformas estruturais dos grandes centros urbanos das cidades-sede dos Jogos Olímpicos, é um impeditivo nebuloso para legitimar socialmente a candidatura de qualquer cidade à sede dos Jogos.

O COI e os governos proponentes adentram o Século XX com um novo argumento, desta vez, suficientemente convincente para a legitimação social: o legado.

Os megaeventos, especialmente esportivos, que inspiram e inflamam paixões na população em geral, tinham, a seu favor, a qualidade de serem amplamente aceitos. O legado convencia e gerava consenso.

A proposta era simples. Conforme supramencionado, bastava associar os projetos de reurbanização e requalificação das cidades-sede aos megaeventos esportivos. Os Jogos Olímpicos (COI) e a Copa do Mundo de futebol (F.I.F.A.), “os eventos esportivos mais importantes do planeta, passaram a ser disputados ferozmente pelas principais cidades do mundo” (FERREIRA, 2014, p9). A “fórmula mágica” encontrada pelos governos e entidades esportivas para legitimação e aprovação social para investimentos tão altos em eventos esportivos que duram pouquíssimos dias era divulgar amplamente o legado prospectado. A partir de Barcelona, sede dos jogos de 1992, estava criado o modelo infalível que serviria de inspiração e argumento irrefutável para as demais candidaturas futuras.

Claro que as demais cidades pleiteantes (Madri, Moscou, Nova Iorque e Paris) também prospectaram legados. No entanto, o programa de impactar milhões de pessoas ao redor do mundo com práticas corporais e esportivas acabou por ter um papel decisivo na eleição. A marca registrada da terceira edição dos jogos em solo britânico seria o legado esportivo. Londres é cidade-sede.

Para entender um pouco mais o programa *International Inspiration*, cabe dizer que, 21 países (incluindo o Reino Unido) receberam atividades de encorajamento e inspiração ao esporte. São eles, África do Sul, Azerbaijão, Bangladesh, Brasil, Egito, Etiópia, Gana, Índia, Indonésia, Jordânia, Malásia, Moçambique, Nigéria, Paquistão, Palau, Tanzânia, Trinidad e Tobago, Turquia, Uganda e Zâmbia.(INTERNATIONAL INSPIRATION).

O programa desembarcou em terras tupiniquins em novembro de 2008. Uma parceria estabelecida entre o Fundo das Nações Unidas pelas Crianças (UNICEF), Concelho Britânico (*British Concil*) e Ministério dos Esportes do Reino Unido (*UK Sports*) Um ano após ter início em outros quatro países, ao cravar em solo brasileiro a bandeira inglesa, a meta mundial do programa já havia sido ampliada para 20.000.000 de crianças e jovens, 67% a mais do que a proposta original (UNICEF,2008).

O parceiro estratégico escolhido para desenvolver o programa no Brasil foi o Instituto Esporte e Educação (IEE), incumbido de realizar formações de professores em uma metodologia de democratização de acesso ao esporte educacional em quatro regiões do semiárido, Alagoas, Ceará, Minas Gerais e Pernambuco.

Como será demonstrado a seguir, o IEE ficou verdadeiramente inspirado com o projeto de legado esportivo.

No intervalo entre a escolha de Londres como cidade-sede, dos Jogos Olímpicos de 2012, e a chegada do programa Inspiração Internacional por aqui, o Brasil sediou os Jogos Pan-Americanos em 2007 e disputou, também de forma voraz, o direito de realizar os maiores megaeventos esportivos do mundo. E em 30 de outubro de 2007 a F.I.F.A. anunciava sua decisão. A Copa do Mundo de Futebol de 2014 seria realizada na terra da jabuticaba.

Aliás, a jabuticaba é uma espécie de fruta que só existe por aqui. Como tantas outras coisas, costumes e comportamentos idiossincráticos que não se replicam ao redor do globo, também quando diz respeito à megaeventos esportivos, o Brasil se mostra ímpar. Ao mesmo tempo em que recebera a notícia de que

ganhara o direito de sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014, o país ainda participava do processo de candidatura para sediar, também, os Jogos Olímpicos de 2016.

Engana-se quem julgar que estaria saciado o apetite tupiniquim pela realização de eventos esportivos na década: Jogos Mundiais Militares (2011); Copa das Confederações (2013); Copa Do Mundo de futebol F.I.F.A. (2014); Copa América (2015) e os Jogos Olímpicos (2016). A realização dos megaeventos esportivos passou a compor, prioritariamente, a agenda política do setor esportivo do país. (MASCARENHAS et al, 2014).

As etapas de seleção de uma cidade para sediar os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol F.I.F.A. são bastante similares e coadunam uma antecipação de sete anos à data do evento. A confirmação do Brasil como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016 ocorreu em outubro de 2009.

O cenário não poderia “parecer” mais favorável ao esporte no Brasil. O período que antecedia os megaeventos esportivos, envolvendo candidatura, preparação, fomento, investimentos, construção de equipamentos esportivos, arenas globais, entre outros, incluindo o discurso de legado, ficou conhecido entre os profissionais do esporte e educação física como a década de ouro do esporte no país.

O que ninguém poderia imaginar, do embaixador oficial das olimpíadas de Londres, David Beckham, à rainha Elizabeth ou qualquer outra pessoa de influência que desfilasse pelos corredores do Palácio de Buckingham é que o programa *International Inspiration* acabaria por “inspirar” em solo brasileiro mais do que crianças e jovens, mais do que professores, técnicos, treinadores ou voluntários que atuam com o processo de democratização de acesso ao esporte, mas também um grupo de atletas, ex-atletas empreendedores sociais influentes no cenário nacional e ativistas sociais que advogam a favor do esporte no Brasil, coligados em uma Organização Não-Governamental (ONG) a replicar a *best-practice* britânica: um legado social e esportivo dos megaeventos esportivos no Brasil.

Fundada em 2006 a ONG Atletas pela Cidadania³⁹ descrevia-se assim:

A Atletas pelo Brasil é uma organização sem fins lucrativos que reúne, em uma iniciativa inédita no mundo, atletas e ex-atletas de

³⁹Atualmente o nome da organização mudou para Atletas Pelo Brasil.

diferentes gerações e modalidades pela melhoria do esporte e, por meio do esporte, pelos avanços sociais do país. **(e próprios)**⁴⁰ (ATLETAS PELO BRASIL. QUEM SOMOS)⁴¹

“Inspirados” pelo programa londrino, no ano de 2011 a associação elaborou um conjunto de metas para o legado esportivo dos megaeventos Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos.

Enquanto os Atletas pela Cidadania arquitetavam um plano de legado esportivo pautado no *Advocacy* político, visitando prefeitos eleitos buscando a reeleição e candidatos à prefeitura de todos os partidos em todas as cidades-sede, objetivando a assunção de certos compromissos com uma agenda positiva a favor do esporte por parte dos gestores municipais e tendo como principal projeto o Cidades do Esporte, que pressupunha um levantamento de todos os programas de oferecimento e incentivo à prática esportiva e de atividades físicas nos locais onde a Copa do Mundo aconteceria e, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, também os jogos olímpicos, outra instituição esportiva de renome e abrangência nacional (Instituto Esporte E Educação – IEE), presidida por uma ex-atleta olímpica e membro da presidência da Atletas pela Cidadania, projetava um programa para o legado de políticas públicas de esporte no Brasil: o Projeto Cidades da Copa.

Numa espécie de conluio corporativista do bem, sob a égide de que a universalização de acesso às práticas corporais e esportivas seria o principal ou mais relevante legado dos megaeventos Copa do Mundo e Jogos Olímpicos no Brasil, teve início uma busca, também voraz, por financiamento para as caravanas de reuniões, encontros e contratos para que todo e qualquer brasileiro em toda e qualquer cidade-sede pudesse acessar toda e qualquer prática corporal em todo e qualquer momento que lhe aprouvesse. O leitor atento entenderá, agora, o motivo da inserção realizada no texto acima, refletindo sobre os possíveis interesses próprios de cada atleta, ex-atleta e instituições conveniadas que seriam “indiretamente” beneficiadas com um legado esportivo dos megaeventos esportivos.

Pressupor que as estratégias de sucesso adotadas por outros governos, em outros tempos e em outras localidades do globo, indiferente das dessemelhanças e peculiaridades, de cada subnível de governo, servirão como recurso panaceico para

40 Inserção própria

⁴¹<http://atletaspelobrasil.org.br/quem-somos/>

o enfrentamento de demandas locais, resultará, infalivelmente, em investimentos de recursos de todas as ordens e frustração das expectativas depositadas na solução ou boa-prática milagrosa. Alguns estudos sobre o assunto já foram realizados com abrangência genérica (Farah, 2008) e específica na dimensão do esporte (PAIVA, ROSSETTO JUNIOR e BÓGUS, 2015b).

Estes últimos apresentam a seguinte interpretação sobre o modelo de replicação de experiências divorciadas da análise da realidade local:

Assumindo a realidade brasileira em que a maioria das crianças e adolescentes não tem oportunidades de praticar esportes, é fundamental que sejam elaboradas e implantadas políticas públicas que viabilizem o acesso universal, irrestrito e imediato da população à programas de exercícios físicos e de esportes. O modelo básico adotado nos níveis subnacionais (inclusive internacionais) de governo é a replicação de experiências prévias sob a denominação de replicação ou *best-practices* (boas-práticas). A literatura específica da economia política demonstra que a replicação ignora as características de cada localidade e as boas práticas veem-se inviabilizadas em curto prazo. Uma maneira possível de que se concretizem as propostas de políticas públicas para o esporte é a assunção de novas tecnologias e metodologias de acesso esportivo consideradas inovações como a resposta a um desafio ou problema, que pode ser útil a outros, como parte de um repertório de alternativas a serem consideradas por aqueles que enfrentam problemas similares, mas que não esgotam as possibilidades de intervenções no amplo espectro de atividades do esporte educacional, no entanto, se configura como uma alternativa, em um vasto repertório de possibilidades [...]

Não parece que Atletas pela Cidadania e Instituto Esporte e Educação consideraram a *best-practice* londrina como “uma das” opções no cabedal de possíveis soluções para o enfrentamento das dificuldades globais de envolvimento de crianças e jovens em práticas esportivas e corporais, mas, sim, que encontraram “a opção” que resolveria, se replicada em terras do pau-brasil, o problema das políticas públicas de esporte e que o legado dos megaeventos seriam o catalisador para este acontecimento.

Segundo Piaget (apud Lima, 1980), uma das tarefas mais complexas com as quais os seres humanos se deparam é o ato de copiar. Copiar é reproduzir de maneira idêntica ou semelhante uma ação de outro ser humano. Considerando as inúmeras variáveis disponíveis no contexto e múltiplos graus de liberdade que devem ser controlados quando da condição de reprodução, inovar, inventar e criar são, para este autor, tarefas menos complexas que a própria reprodução.

Este debate com Piaget permite-nos analisar que replicar uma *Best-practice* não é tarefa fácil. Em outras palavras, a menos que as mesmas necessidades sejam identificadas, em contextos semelhantes, com recursos disponíveis parecidos e possibilidades de intervenção muito próximas, haverá uma pequena probabilidade de que em eventos futuros, com as mesmas condições ambientais, pessoais e políticas antecedentes haja um resquício de esperança de que as replicações surtam resultados positivos. Em quaisquer outras condições incorrem-se ao menos dois riscos, nulidade de resultados, ou, ainda, efeitos colaterais desastrosos, como perda de tempo, recursos e investimentos.

Mas o ponto central que se lhe pretende chamar atenção é que, por dificuldade, por falta de entendimento, por esquecimento ou por quaisquer outros motivos implícitos ou incompreensíveis, a “inspiração” no “inspiration”, parece ter desconsiderado um dos pontos mais relevantes do modelo britânico: envolver 20.000.000 de crianças e jovens em práticas corporais, começando por elas e prospectando a perpetuação do programa com formação de professores e *Advocacy* político.

Os programas Cidades do Esporte, de maneira geral, e, especificamente, Cidades da Copa, que será melhor debatido em capítulo específico, em momento algum julgaram como a condição subjacente do processo de universalização de acesso às práticas corporais o atendimento qualificado de crianças e jovens brasileiras. Aparentemente, o legado corporal dos megaeventos esportivos Jogos Olímpicos Rio 2016 e Copa do Mundo F.I.F.A. 2014 seria decidido e perpetuado nas salas de reuniões, com mapas e diagnósticos, debates e promessas de candidatos que compreendiam muito bem a validade, apenas simbólica, de seus compromissos verbais e acordos com o legado esportivo.

Se com todas as qualidades de uma *best-practice* o modelo de replicação se mostra inviável, o que de dizer de uma replicação parcial, aleijada, de um projeto estrangeiro, europeu, que desconsidera o fulcro das ações, o atendimento?

Talvez tenha mesmo sido bom que nos corredores de Buckingham nem um sopro da tentativa tupiniquim de fazer com que o *International Inspiration* fosse replicado por aqui.

O legado de universalização de acesso às práticas corporais, dos megaeventos esportivos, preconizado, pelos programas supracitados, não poderia efetivar-se em sua plenitude e via-se condenado ao insucesso logo de início, por

pelo menos três motivos. 1º) o histórico brasileiro denuncia a fragilidade das promessas e compromissos assumidos por candidatos a quaisquer cargos de gestão pública em todos os subníveis de governo. Especialmente promessas veladas com pequenos grupos de interesse, acordos, documentos, compromissos de gaveta e sem nenhuma validade pública oficial; 2º) mesmo que todos os planos e propostas desenhadas administrativamente nos diferentes espaços proporcionados por estes programas, de alguma forma mística ou fabulosa, se concretizassem, ainda estaríamos diante de um “gap” entre o a) plano burocrático, o *advocacy*, e formação dos professores e b) o atendimento universal de crianças e jovens; 3º) Ainda, mesmo que neste texto não haja nenhuma pretensão de glorificar a iniciativa do governo britânico e do *International Inspiration*, uma vez que o próprio programa londrino sofreu reduções drásticas em suas metas e financiamentos e definhou com o advento da crise econômica e política que assolou o mundo, em especial a Europa, no ano de 2008, há que se considerar que os projetos Cidades do Esporte e Cidades da Copa assumiram cedo demais o modelo como uma *best-practice* a ser replicada. A análise longitudinal do programa *International Inspiration* terminaria por frustrar as expectativas dos tupiniquins, considerando a discrepância entre as promessas, as metas, os investimentos e a efetiva modificação de comportamento da população para a prática esportiva. (GIBSON, 2015 e WOODHOUSE, 2016).

Tomando como referência as ideias de Dacosta, et al., (2008), Preuss (2008), e Ribeiro (2008), os impactos multidimensionais dos megaeventos são muito difíceis de mensurar e terão alguma credibilidade, se, e somente se, monitorados por longo período após a realização do evento.

Neste sentido, antes mesmo de haver dados suficientemente convincentes de que programas de incentivo às práticas esportivas resultantes da realização dos megaeventos esportivos tenham se efetivado de maneira plena em experiências anteriores nos demais países que sediaram a Copa e as Olimpíadas, contrariando pesquisas como Cashman (2003), Girginov e Hills (2008), Bloyze e Lovett (2012) e Mast, Reis e Puhse (2017), Atletas pela Cidadania e Instituto Esporte Educação não hesitaram em impingir uma agenda de reuniões com gestores do alto-escalão do governo, custeada com dinheiro público por meio de renúncia fiscal via lei de incentivo ao esporte (Brasil, lei 11.438/2006), às doze cidades-sede no território brasileiro.

Faz a denúncia de Rossetto Junior (2016), de que assumir os discursos falaciosos sobre legados dos demais países-sede, ignorando definitivamente os estudos e publicações sobre a discrepância entre as promessas e os dados da realidade objetiva, seria, no máximo, “temeridade” ou imponderação.

4 Primeiro tempo⁴²

4.1 Projeto Cidades da Copa⁴³

No capítulo anterior, ainda no aquecimento, quando se buscou desvelar ao leitor as interrelações existentes entre o programa britânico *International Inspiration* de legado do megaevento esportivo e seus desdobramentos quando da chegada em solo brasileiro, não foi possível, ou ainda não era o momento oportuno, descrever a forma como o Projeto Cidades da Copa foi perspectivado para contribuir para o legado social e esportivo do megaevento Copa do Mundo de Futebol F.I.F.A. (2014).

Agora que “entramos em campo”, no primeiro tempo, é hora de deixar a bola rolar e acompanhar todas as emoções que a partida Cidades da Copa X Legado no reserva.

Diante da agenda política brasileira comprometida com os maiores eventos esportivos do planeta, líderes influentes de ONGs esportivas atuantes no país vislumbraram uma janela de oportunidades (Secchi, 2014) para alavancar o esporte em todos os níveis. O cenário nebuloso sobre o futuro do esporte no Brasil dividia opiniões. Alguns atores sociais e políticos mais otimistas vislumbravam a possibilidade de o esporte ser dinamizado e popularizado com o advento. Na contramão do ufanismo, autores como Bracht e Almeida (2003), Capela e Tavares(2014), Almeida, Mezzardi e Marchi Junior (2009) entre outros denunciavam os riscos inerentes ao megaevento e os efeitos colaterais que o setor poderia sofrer com uma agenda pautada no espetáculo e não na universalização.

42A primeira tentativa de escrever este texto resultou em um livro (MOSER, ROSSETTO JUNIOR E PAIVA, 2015). Por se tratar de um programa financiado por instituições privadas, viabilizado com recursos públicos por meio de renúncia de impostos disponíveis pela Lei de Incentivo ao Esporte, quaisquer conteúdos dissonantes dos interesses capitalistas dos financiadores foram suprimidos do texto original. Agora, no espaço acadêmico, comprometido com a transparência que for possível, os acontecimentos e os bastidores do Projetos Cidades da Copa poderão tornar-se públicos. Nada mais justo, uma vez que o recurso financeiro que o possibilitou foi proveniente de impostos, portanto, dinheiro também público. De certo que não haverá nenhum constrangimento em expor, o quanto possível, os impactos reais do programa, haja visto que as instituições que o promoveram declaram-se compromissadas com o legado social, a verdade, a transparência, a igualdade social e de oportunidades e deverão, presume-se, sentir-se muito mais aliviadas com seu compromisso moral perante o povo brasileiro do que consternadas frente os interesses escusos dos empresários financiadores que visam o lucro e a exploração do megaevento.

43Projeto aprovado para financiamento pela Lei de Incentivo ao Esporte, processo nº 58701004692/2010-28

Côncios das incertezas sobre o porvir do esporte no Brasil e preocupados, por um lado com o legado social e esportivo da Copa, por outro com a longevidade das instituições que capitaneavam, grupos de interesses relacionados ao esporte iniciaram um conjunto de ações coadunadas para garantir, na medida do possível, que a realização da Copa do Mundo F.I.F.A. no Brasil e dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro perpetuassem a possibilidade de desenvolvimento das atividades desempenhadas por suas ONGs, além do assunto esporte e dinamizassem as possibilidades de práticas esportivas em todas as cidades-sede dos megaeventos.

No bojo destes acontecimentos, Atletas pela Cidadania, Rede de Esporte pela Mudança Social⁴⁴ e Instituto Esporte e Educação arquitetam um amplo esquema que poderia beneficiar, além si mesmos, toda a população das cidades-sede se colocado em prática. Mas para que o plano funcionasse, seria preciso uma conspiração de interesses, atores políticos nos diversos subníveis de governo, pressão social e financiamento para a realização de um maciço *advocay* em todas as cidades-sede da Copa Do Mundo e jogos olímpicos.

Foram elaborados projetos e submetidos à aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte que fomentassem a prática esportiva em todas as regiões do país, mais precisamente, em todas as cidades-sede da Copa do Mundo F.I.F.A. 2014 e o Rio de Janeiro, sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Atletas pela Cidadania elaboraram um projeto chamado Cidades do Esporte que perspectivava um mapeamento nacional do cenário de oferecimento de práticas esportivas e corporais nas cidades-sede dos megaeventos.

Instituto Esporte e Educação, por sua vez, submeteu o Projeto Cidades da Copa, objetivando promover o legado social e esportivo por meio de formações de

44 A Rede Esporte pela Mudança Social reúne 104 instituições que acreditam no esporte como fator de desenvolvimento humano e, juntas, realizam mais de 200.000 atendimentos diretos por ano. A REMS busca trazer visibilidade ao trabalho das organizações, demonstrando o impacto social e o poder transformador do esporte, que inspira pessoas, instituições e governos para promoção de saúde, desenvolvimento humano, ética e cidadania. As organizações que integram a REMS desenvolvem ações ligadas ao esporte pela transformação social, dialogando com diversos temas transversais, como cultura de paz, direitos humanos, saúde, família, desenvolvimento econômico, diversidade, comunicação, gênero, raça, etnia, meio ambiente e inclusão de pessoas com deficiência. (disponível em <http://rems.org.br/br/quem-somos/>) acessado em 20/11/2017

professores de educação para democratizar o acesso a partir do método desenvolvido de esporte educacional.

Cidades da Copa e Cidades do Esporte, dizigóticos, fruto da relação das duas Organizações não-governamentais, presididas por ex-atletas de renome, mais envolvidas com a causa do esporte no Brasil, foram geridos no ventre da Lei de Incentivo ao Esporte.

As similitudes não param nos nomes dos projetos. A ação principal do Cidades do Esporte era, também, uma ação prevista pelo Cidades da Copa, qual seja, realizar um mapeamento a partir do chamado “diagnóstico do esporte”. O modelo utilizado pelo Instituto Esporte e Educação (ANEXO 1), buscava identificar elementos referentes ao orçamento, espaços de prática, existência de leis, federações, ONGS, escolas públicas entre muitos outros dados sobre práticas esportivas e físicas em cada cidade-sede. Conforme serão apresentados em tópicos a seguir, o leitor verá que a sistematização dos dados de prática em todas as cidades-sede era precária.

- NA TRAAAAA VVEEEEEEEEEEE.....

Neste momento, é importante apresentar mais uma face sombria do sistema mundo, capitalista, de Wallerstein (1998). A busca por expansão e acumulação.

As empresas financiadoras não se dispuseram a fomentar o Projeto Cidades da Copa integralmente. O valor arrecadado pelo projeto era insuficiente para pôr em prática o plano de visitar todas as cidades-sede do território nacional. Diversas tentativas de prorrogar o prazo ou redistribuir o orçamento foram realizadas, sem sucesso. A única saída encontrada foi reduzir o número de cidades visitadas pelo projeto, de doze, para apenas seis. Uma espécie de legado pela metade.

A escolha não foi, obviamente, aleatória. Muito menos técnica ou pautada nos parâmetros de justiça social. Por exemplo, visitar as cidades mais carentes de recursos, projetos e oportunidades democráticas de prática esportiva. Ao contrário, as cidades escolhidas para a primeira fase de caravanas foram as mais ricas, com maior número de projetos e orçamento destinado ao esporte e, não por acaso, aquelas em que as empresas financiadoras exerciam funções econômicas.

Estava escalado o time: Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

O eixo sul-sudeste e a capital federal foram premiados com a “sorte” de sediarem, além da Copa do Mundo, empresas engajadas com o desenvolvimento social e esportivo do país. Curiosamente, o Diagnostico Nacional do Esporte aponta estas cidades do eixo como as que também reúnem os maiores índices de praticantes de esportes e atividades físicas. Outro paradoxo, ou, a perpetuação da cultura de mais do mesmo.

Um olhar apurado sobre estes “acazos” já foi direcionado por autores como Filgueira (2008) e Moser, Rossetto Junior e Paiva (2016), que sugerem que o projeto de uma sociedade justa, que se pretenda democrática e comprometida com a garantia dos direitos à prática de esportes e atividades físicas à população deve ser a referência para o debate acerca da importância dos legados de megaeventos esportivos e não os interesses escusos de grupos de poder e beneficiários da exploração financeira advinda da realização dos megaeventos.

Somente no ano seguinte, outros financiadores aceitaram a consecução do projeto nas cidades do Norte e Nordeste e Centro-Oeste, permitindo que todas, finalmente, fossem contempladas com o Projeto. Nesta segunda fase participaram, Cuiabá, Fortaleza, Manaus, Natal, Recife e Salvador.



Figura 14 Distribuição Territorial da Copa do Mundo F.I.F.A. no Brasil e abrangência do Projeto Cidades da Copa nas doze cidades-sede

Definidas as cidades e os conteúdos, era hora de acertar, de acordo com o orçamento disponível e as intenções institucionais, o formato de execução do projeto⁴⁵.

4.1.1 Objetivos gerais do Projeto Cidades da Copa:

- ✓ Contribuir para elaboração de um plano de ação de esporte para todos em cada cidade-sede da Copa;
- ✓ Apoiar a constituição do Comitê do Legado Social da Copa do Mundo F.I.F.A. 2014;

⁴⁵Uma vez que o projeto já estava desvirtuado do seu propósito conforme aprovação pelo ministério, não importava mais como seria executado. Bastava, no entanto, atentar ao fato de que no momento da prestação de contas os dados deveriam, de alguma forma, responder às metas prenunciadas.

- ✓ Construir uma rede para discussão e disseminação do esporte como direito, nas cidades-sedes da Copa do Mundo;
- ✓ Identificar os programas e projetos existentes no município, diagnosticando as potencialidades e desafios para a garantia do esporte como direito

4.1.2 Metas de execução do Projeto Cidades da Copa:

- ✓ Construir um o Plano de Ação Municipal Esporte para Todos;
- ✓ Fortalecer o Comitê da Copa, com a participação da sociedade civil e do poder público;
- ✓ Realizar uma apresentação pública do Plano de Ação Municipal de Esporte para Todos;
- ✓ Contribuir para que o número de praticantes de exercício físico nas cidades-sedes da Copa duplique até 2016;
- ✓ Colaborar para garantir o acesso ao esporte educacional nas escolas públicas para todas as crianças e os adolescentes brasileiros até 2016.

Sobre os objetivos, por hora, cabe dizer que o mais pertinente era a elaboração de um plano de ação para democratizar o acesso na cidade-sede, uma vez que, conforme apresentado nos capítulos anteriores, no Brasil as ações realizadas nos diferentes subníveis de governo esporte ainda não se configuram políticas públicas nacionais de esporte.

Sobre a constituição do comitê, toda cidade-sede já tinha um comitê do megaevento, mas por questões político-financeiras, este comitê era impermeável. Então, constituir um segundo comitê, extra-oficial, sem reconhecimento social ou validade, não passou de um conjunto de assinaturas de pessoas bem-dispostas em participar das etapas do projeto.

• CARTÃO AMARELO

O terceiro objetivo, certamente o mais problemático, nunca se efetivou. O que se pretendia chamar de rede nacional de articulação para o esporte como direito acabou, não só por frustrar as expectativas institucionais, como também, gerou uma diligência do ministério do esporte. Se acima foi denunciada a miopia do ministério do esporte quando da análise dos projetos, isso não significa total cegueira. Saltou aos olhos dos analistas o fato de nada ter sido feito a respeito deste objetivo

previsto no plano de execução do projeto. Considerando a fração dos recursos solicitados que deveriam ser direcionados à elaboração de um portal de rede nacional e formações à distância, os avaliadores do ministério chegaram a sugerir que o projeto seria inócuo sem esta ferramenta, umas das principais previstas, mas que nunca se efetivou. A saída encontrada para justificar a “existência” de uma rede foi submeter à análise dos avaliadores comunicações eletrônicas realizadas durante o percurso todo do projeto, como por exemplo, e-mails solicitando reuniões, e-mails enviando convites ou resultados parciais obtidos para os membros participantes em cada cidade-sede, sinalizando que se recebiam informações em rede, então, havia uma rede existente. Ainda, confiando na visão embaçada dos analistas, justificou-se a rede a partir de uma plataforma⁴⁶ de *crowdfunding*⁴⁷ onde projetos e pessoas de qualquer localidade do país realizam um cadastro e solicitam um valor financeiro para realização de alguma ação esportiva.

Sobre o último objetivo, realizar um diagnóstico, pressupunha que não seria cabível propor ações às cidades-sede sem que se conhecesse o cenário atual de práticas corporais.

Em relação às metas do programa, construir o plano de ação, todos foram confeccionados e serão melhor apresentados a seguir. Já, fortalecer o comitê bastou que em cada reunião se incentivasse aos membros que continuassem retornando nas etapas seguintes para que tenha sido considerada atingida.

- **BOLA FORA. É TIRO DE META.**

Sobre a quarta meta, duplicar o número de praticantes de atividade em todo o país até 2016⁴⁸, sinaliza uma tentação tupiniquim ainda mais ambiciosa que a *best-practice* londrina. Superar dificuldades entremeadas em todo o mundo em conseguir mobilizar a população às práticas corporais, dizimar os males causados pela hipocinesia em decorrência do estilo de vida pós-moderno, caracterizado por

⁴⁶<https://www.esporteemrede.net/home>

⁴⁷Financiamento coletivo

⁴⁸A data não é arbitrária, afinal, 2016 foi o ano da realização dos Jogos Olímpicos do Rio e simbolicamente, representava o fechamento da janela de oportunidades políticas para o esporte.

hipertecnologização, parece tarefa que deve ser perseguida por longo prazo e com estabelecimento de metas exequíveis, com aproximações sucessivas, para que não se corra o risco, como no caso do *London Legacy* ou de outros discursos ufanistas de que basta que se realizem os megaeventos esportivos para que haja um implemento significativo do número de praticantes de esportes e atividades físicas nos países-sede (BLOYZE e LOVETT, 2012; CASHMAN, 2003; GIBSON, 2015; GIRGINOV e HILLS, 2008; MAST, REIS e PUHSE, 2017 E WOODHOUSE, 2016).

Pior do que isso, se os dados encontrados pelo Diagnóstico Nacional do Esporte⁴⁹, edição 2013, estiverem corretos, o cenário brasileiro de adesão ao esporte e outras práticas de atividades físicas durante o percurso do Projeto Cidades da Copa era o seguinte.

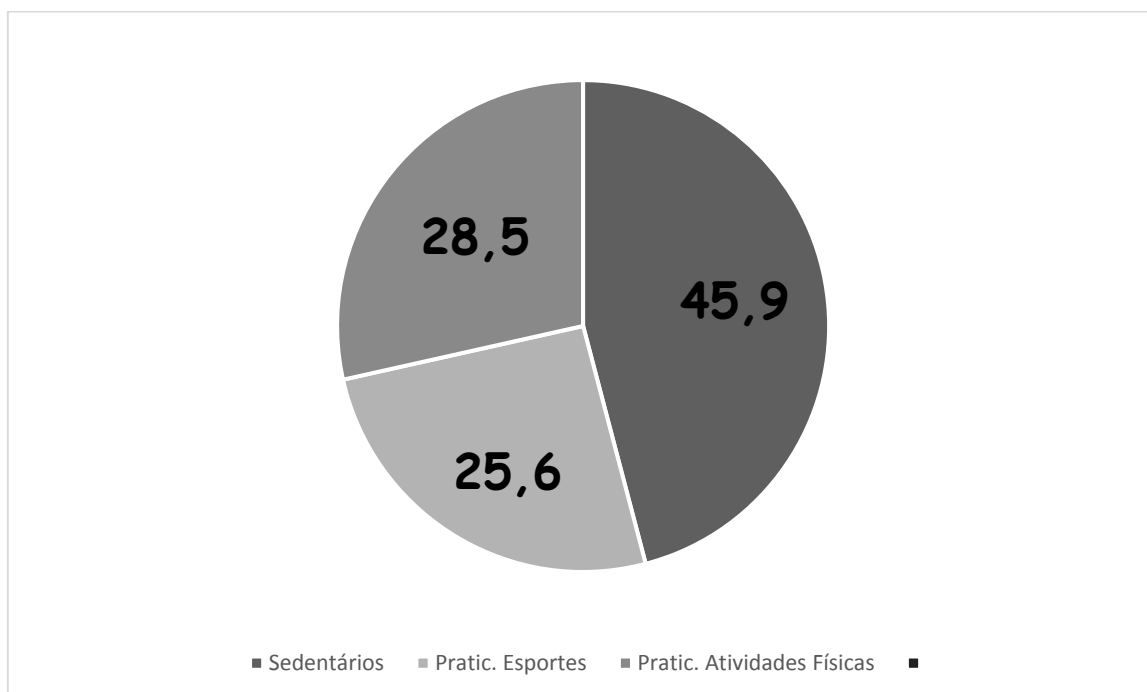


Figura 15 Perfil do praticante de Esporte e Atividade Física no Brasil (Diagnóstico Nacional do Esporte, 2013)

A soma do número de praticantes de esportes e atividades físicas é igual a 54,1% da população brasileira. Ainda não atingimos, como Portugal, por exemplo, o percentual de mais da metade da população sedentária. Sendo assim, a meta é irreal. Ou, visto de outra forma, duplicar o número de praticantes de atividade físicas e esportes até 2016 seria erradicar, definitivamente, o sedentarismo do país tornando o Brasil o único país do mundo com 100% da população fisicamente ativa.

49 <http://www.esporte.gov.br/diesporte/2.html>

Neste momento, parece ser conveniente recorrer à metáfora do fabricante de sapatos que, sabendo da existência de uma província distante, onde ninguém utilizava calçados, envia um de seus vendedores para dar início ao processo de vestimenta dos pés daquele povo.

Este texto é pertinente quando da análise da última meta do projeto. Garantir o esporte educacional em todas as escolas do país, também até 2016. A principal organização nacional de fomento ao esporte educacional é o Instituto Esporte e Educação. É, também, o maior captador de recursos provenientes da lei de incentivo ao esporte na dimensão do esporte educacional. A consecução desta meta traria, além dos inúmeros benefícios à população escolar, que são inegáveis, a necessidade de que todos os professores que atuam neste ambiente, em todo o território brasileiro, fossem capacitados para tal tarefa. Claro que a instituição que despontaria como aquela mais preparada para realizar estas formações, por certo que não sozinha, mas capitaneando, inclusive outras sob sua tutela, seria o IEE.

4.1.3 Etapas do Projeto Cidades da Copa

A proposta de execução previa que fossem realizados três encontros de dois dias de duração, em cada cidade-sede, para discutir o legado social dos megaeventos esportivos e o direito à prática esportiva. O fulcro dos trabalhos era a elaboração do diagnóstico da cidade-sede e a elaboração de planos de ação a serem entregues aos atores políticos de cada localidade.

4.1.3.1 Reunião de Trabalho e Apresentação do Projeto

Para alcançar os objetivos do projeto, a primeira tarefa foi realizar reuniões de articulação e apresentação do Cidades da Copa com os representantes dos setores sociais de cada localidade. O estabelecimento do contato em cada cidade-sede se dava, inicialmente, entre a coordenação do Instituto Esporte e Educação e o gestor público esportivo das cidades, prioritariamente, o secretário de esportes.

A partir do diálogo IEE / Secretário de Esportes, foi possível ampliar a rede de relacionamentos em cada cidade-sede, convidando para uma primeira reunião de trabalho e apresentação do projeto aos representantes das secretarias de

educação, saúde, segurança pública, meio-ambiente, direitos das pessoas com deficiência, assistência social entre outras, além de parceiros estratégicos nas esferas municipal, estadual e federal, que preferencialmente favoreçam a interlocução do projeto com o maior número possível de atores esportivos, da sociedade civil, pesquisadores acadêmicos do tema esportes e legado, líderes comunitários e quaisquer outros membros das comunidades locais que representem as atividades esportivas do município.

Nessa reunião os representantes do Instituto Esporte e Educação apresentavam e esclareciam as dúvidas sobre o Projeto Cidades da Copa aos parceiros locais, detalhavam as atividades que seriam desenvolvidas nas etapas subsequentes, ampliavam a rede de associações e parceiros interlocutores e construíram, em parceria com os representantes de todos os setores envolvidos, uma agenda compartilhada de etapas definindo previamente datas, locais, autoridades e atletas que seriam convidados em cada momento.

Também nesta reunião de trabalho eram estipuladas as tarefas que cada colaborador local poderia desenvolver para organizar e potencializar a realização das etapas.

Imediatamente após a definição das datas e locais era confeccionado um convite oficial, que principiava a divulgação e mobilização para a primeira etapa e, simultaneamente, era disponibilizado release publicitário para utilização das mídias locais e assessorias de imprensa e gabinetes tomarem conhecimento do evento de lançamento.

4.1.3.2 1ª - Lançamento Oficial do Projeto

A primeira etapa do projeto, lançamento oficial, tinha como principais atividades a apresentação do Projeto Cidades da Copa para toda a comunidade da cidade-sede, com a tentativa de sensibilizar o maior número possível de atores locais envolvidos com o fomento ao esporte em cada municipalidade. O lançamento ocorria em evento aberto ao público com ampla divulgação da mídia local e da equipe de parceiros responsáveis pela mobilização. Em algumas cidades foi possível contar com o apoio da assessoria de imprensa e do cerimonial da prefeitura local, resultando em participações de mais de 100 pessoas (DF). Em outras, a divulgação foi pífia e estiveram presentes menos de 30 pessoas (RJ, AM)

A primeira etapa, de caráter fortemente midiático, envolvia as autoridades políticas locais, atletas membros da REMS, representante do UNICF, redes de televisão, etc.

A etapa começava com uma apresentação do percurso do Instituto Esporte e Educação e na sequência do Projeto Cidades da Copa, seus objetivos e metas.

Cada uma das autoridades componentes da mesa solene realizava uma fala sobre as atividades desenvolvidas nas instituições ou secretarias que representavam, enfatizando as ações consonantes com os objetivos de universalizar o acesso ao esporte.

Também nesta etapa acontecia um debate acadêmico sobre o legado.

Neste momento, um professor pesquisador local, o gestor de esporte da cidade-sede, o atleta e o coordenador do Instituto Esporte e Educação versavam sobre os acontecimentos, os dados, as publicações, as tendências da literatura atual sobre o papel social dos megaeventos esportivos e as políticas públicas de esporte na cidade-sede.

As duas principais estratégias adotadas pelo Instituto Esporte e Educação para garantir que os debates fossem centrados no tema legado social e esportivo e universalização do acesso ao esporte em todas as cidades-sede, evitando que o evento se tornasse uma plataforma política ou debates sobre legados de outras esferas, era apresentar um *briefing*⁵⁰ aos participantes da mesa solene e, ainda assim, dar início aos debates sempre pelo coordenador do IEE pautando o público participante e os debatedores sobre o assunto esporte para todas e todos como legado do megaevento.

O IEE sempre apresentava uma distinção entre as manifestações sociais do fenômeno esportivo⁵¹, a saber:

- ✓ Esporte de rendimento
- ✓ Esporte de participação
- ✓ Esporte educacional.

⁵⁰*Brief (eng) = Dossiê*, ou conjunto de informações antecipadas, dados, fatos ou assuntos que servirá de pauta de discussão e reflexão.

⁵¹Para saber mais sobre as manifestações sociais do esporte, consultar a dissertação de mestrado deste autor, realizada sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio V. Luna (PAIVA, 2011)

Após a mesa de debates e aprofundamentos sobre legado, eram apresentados aos participantes o cronograma dos encontros e o documento para elaboração do diagnóstico (ANEXO 1), o convite para a participação da 2ª etapa do projeto e a constituição do Comitê Social do Legado, que nada mais era que uma assinatura das pessoas presentes se comprometendo em participar das demais etapas.

4.1.3.3 2ª - Elaboração do Plano de Ação

A segunda etapa objetivava a elaboração coletiva do Plano de Municipal de democratização do acesso ao esporte.

O intervalo entre a primeira e segunda etapa era variável. A princípio pressupunha uma variação de aproximadamente sessenta dias, para que as instituições parceiras, secretarias, federações e os membros da sociedade civil tivessem tempo suficiente para realizar o levantamento das informações constantes do diagnóstico.

Com o desenrolar do projeto e a percepção de que as cidades e instituições não realizavam nenhum diagnóstico, o prazo passou a atender, exclusivamente, agendas do IEE e disponibilidade de espaços concedidos para a etapa na cidade local.

- **CARTÃO VERMELHO!!!!**

Durante a realização da primeira etapa, na mesa de debates acadêmicos, ecoava, em uníssono, como se tivessem ensaiado previamente, mesmo que à distância, a voz dos pesquisadores convidados das universidades locais: “sem o envolvimento e a participação das universidades, dos pesquisadores e da ciência, não haverá legado”. Embora a entonação deixasse claro que a consecução do legado perpassaria pela participação dos “DOUTORES”, somente em uma cidade o pesquisador retornou na segunda etapa e participou ativamente, como cidadão, e não como professor, da elaboração do plano de ação.

No momento de elaborar os planos de ação, as discussões eram pautadas pelas informações constantes no diagnóstico preenchido no intervalo entre as etapas, assumindo os dados constantes no documento como linha de base. A relevância deste instrumento de captação da realidade local era permitir elaborar

objetivos e metas condizentes com as características e necessidades de cada cidade-sede.

As poucas cidades que conseguiram realizar, minimamente, qualquer tipo de diagnostico, sinalizaram uma enorme dificuldade em fazê-lo, uma vez que os dados de esportes nas cidades não estão sistematizados.

Aqui um ponto importantíssimo. A visita às cidades-sede denunciou um cenário catastrófico de sistematização de dados do esporte no Brasil.

Após a aglutinação das informações trazidas pelos participantes e o preenchimento de um documento síntese diagnostico, era realizada uma atividade de identificação de desafios e oportunidades para o esporte com o advento do megaevento, conforme o exemplo abaixo:

Quadro 4Exemplo de quadro de Desafios e Potencialidades

<u>DESAFIOS IDENTIFICADOS</u>	<u>OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS</u>
1. <u>Oferecer atividades esportivas em todas as regiões da cidade;</u>	1. <u>Número de equipamentos esportivos no município;</u>
2. <u>Orçamento municipal destinado ao esporte;</u>	2. <u>Quantidade de Instituições de Ensino Superior que oferecem Curso de Educação Física;</u>
3. <u>Distanciamento das atividades realizadas pelas secretarias de esportes, educação e saúde quanto às práticas de esportes, exercícios e atividades físicas;</u>	3. <u>Indústrias e empresas multinacionais localizadas no município que podem se tornar parceiras caso haja lei de incentivo local.</u>
4. <u>Ênfase em ações voltadas ao esporte de rendimento</u>	4. <u>Redimensionamento do orçamento para as três dimensões do esporte</u>

A construção do quadro possibilitava a visualização dos principais pontos que deveriam ser debatidos para a elaboração do Plano de Ação e encetava as atividades coletivas dos Grupos de Trabalho (GT) para a elaboração dos Objetivos (geral e específico), Metas, Estratégias de alcance e mecanismos de Avaliação (Indicadores e Evidencias de ocorrência / Instrumentos de mensuração).

Adotando a construção coletiva como principal metodologia de mediação democrática e descentralizada, os Grupos de Trabalho (GT) eram heterogêneos, compostos por gestores, professores⁵², representantes das secretarias públicas, das instituições sociais e da sociedade civil de diferentes regiões da municipalidade,

⁵²Professores, técnicos, instrutores, estagiários, voluntários e outros comprometidos com o ensino do esporte. Vale lembrar, apenas, os professores universitários, com exceção de Manaus, jamais retornaram para construir o plano.

garantindo assim maior representatividade dos diferentes pontos de vista sobre os desafios de democratizar e talvez universalizar o esporte na cidade-sede.

A proposta neste momento era integrar as experiências pessoais e institucionais da localidade, conferindo um perfil bastante municipalizado de cada plano.

Não restam dúvidas que uma das maiores contribuições que o Projeto Cidades da Copa proporcionou às cidades-sede foi a aproximação, especialmente nesta segunda etapa, de membros de diferentes instituições, secretarias, federações para dialogarem especificamente sobre o assunto esporte. Em algumas cidades o encontro foi inédito.

Ao término da dinâmica de elaborações dos Objetivos os participantes realizavam uma espécie de plenária, quando toda a produção dos GTs era debatida abertamente para que todos os membros de todos dos GTs pudessem sugerir melhorias, inserções ou modificações nas propostas.

A composição das metas, das estratégias e dos mecanismos de avaliação foi absolutamente idêntica ao modelo de diálogo nos pequenos GTs e das plenárias.

Quando todos os elementos constituintes (Objetivos e Metas, Estratégias e Avaliação) do Plano de Ação estavam finalizados era realizada uma discussão para elaborar o nome que melhor representasse as propostas de ação para democratização do esporte contidas no documento.

O segundo encontro se encerrava com a organização de agenda coletiva de articulações sociais no período precedente à etapa final, que se realizou, geralmente, com intervalo de dois meses. As instituições se mobilizavam para aglutinar o maior número possível de parceiros e representantes do esporte em cada cidade-sede para garantir ampla representatividade dos diferentes públicos de interesse, democratizando as oportunidades de gestão social do esporte e construindo um grupo suficientemente grande para participar da apresentação pública do plano de ação para o gestor da cidade.

4.1.3.4 3ª - Apresentação Pública do Plano

A terceira e última etapa era caracterizada pela devolutiva à sociedade das atividades realizadas nos encontros precedentes e, principalmente, a solenidade pública de apresentação do plano de ação de esportes.

Quando possível, esta apresentação ocorria na câmara de vereadores em uma audiência pública solicitada por um vereador local sensibilizado e comprometido com o esporte e a Educação Física como direito (MG, BA). Em geral, algum vereador que se elegera tendo o esporte como plataforma.

Como nem tudo são flores, em AM a apresentação aconteceu em uma sala de aula da Universidade federal, espaço conseguido no dia do evento com a presença de 19 pessoas, das quais, 2 eram do IEE e 15 alunos da Universidade. Ou seja, apresentação do plano para 1 autoridade e 1 professor da universidade que esteve presente na elaboração do plano. Já em CE, o parceiro local divulgou errado o local da realização da etapa e não apareceu ninguém. O que resultou na necessidade de um retorno à Fortaleza para uma “segunda terceira etapa”.

- **JOGO PERIGOSO. MAIS UM CARTÃO VERMELHO!!!!**

No caso de duas cidades-sede (DF e RN), esta etapa nem aconteceu como programado. No DF, depois da segunda etapa os representantes locais deixaram de atender os contatos do IEE, não retornavam os e-mails e outros contatos e não articulavam um local ou pessoas para a apresentação pública, o plano foi apresentado em um evento sobre esportes pela presidente do Instituto Esporte e Educação que não estabelecia nenhuma relação com o Projeto Cidades da Copa, mas que se prestava a servir como comprovação para os mecanismos de prestação de contas do ministério do esporte. O mesmo aconteceu em RN, mas neste caso, havia comunicação frequente, mas a dificuldade em agendar, reunir pessoas, dar visibilidade ao plano, fez com que o coordenador geral do Instituto visitasse Natal para participar de um evento sobre Legado do Esporte do Ministério com mais de 300 pessoas, que atendeu ao objetivo da prestação de contas e, ainda, alavancou significativamente o número de participantes na cidade e no projeto de uma forma geral.

Abaixo uma representação dos locais onde se realizaram as apresentações pública dos planos de ação.

Quadro 5 Local de realização da apresentação pública do plano de ação

CIDADE SEDE	Local de apresentação do plano de ação
Belo Horizonte – BH	Câmara Municipal de vereadores
Brasília – DF	Centro de Convenções Ulysses Guimarães
Cuiabá – MT	Câmara Municipal de vereadores
Curitiba – PR	Câmara Municipal de vereadores
Fortaleza – CE	Auditório Central Universidade de Fortaleza
Manaus – AM	Universidade Federal do Amazonas (sala de aula)
Natal – RN	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude(auditório)
Porto Alegre – RS	Câmara Municipal de vereadores
Rio de Janeiro – RJ	Auditório da Casa Amarela - Centro Sul América.
Salvador - BA	Câmara Municipal de vereadores
Recife – PE	Auditório Municipal da Prefeitura de Recife
São Paulo - SP	Museu Nacional do Futebol Estádio Paulo Machado de Carvalho

4.1.3.5 4ª- Monitoramento dos Planos

A etapa de monitoramento, consistia em retornar às cidades-sede para verificar se, e em que medidas, as metas estabelecidas no plano de ação tinham sido alcançadas ou quais encaminhamentos poderiam ser dados.

No entanto, como o plano elaborado era extraoficial, não tinha nenhuma validade jurídica, tornava-se um encontro para rever os participantes e dialogar sobre os acontecimentos, uma vez que sem ingerência nada mais poderia ser feito a não ser coletar dados e ouvir histórias.

• PERTO DO ENCERRAMENTO, MAIS DOIS CARTÕES!

• VERMELHO.

Nas cidades-sede do DF e RJ esta etapa nem aconteceu. Com a equipe toda desarticulada, sem os parceiros locais organizando as instituições foi impossível retornar para debater os planos.

- AMARELO.

Em AM a etapa aconteceu, mas o secretário que participou do projeto durante sua execução candidatou-se nas eleições seguintes e deixou o cargo. Seu sucessor não tomou conhecimento do projeto, do plano e não fazia ideia do que se tratavam as metas propostas.

Já no RS, a etapa de retorno não trouxe informação útil. Nada mais que um relatório inócuo. Houve mobilização, alguns participantes retornaram, mas os relatórios demonstram que o foco do encontro não foi o monitoramento das metas e produziram informações do tipo “o projeto foi bom”, “a cidade” está bem “ocupada” com a copa, ou ainda, “o encontro foi importante para retomar o trabalho”, mesmo que o encontro não tenha produzido nada.

- FIM DO PRIMEIRO TEMPO.

5 Segundo Tempo

Durante todo o processo de realização do Projeto Cidades da Copa foram coletados dados e produzidas informações que permitiram a realização de uma ampla avaliação dos anos de execução do projeto.

Nos gráficos de mapa que se seguem, as ocorrências serão demonstradas em escala de cinza. As cores mais escuras representam maiores incidências e as mais claras, menores.

Nos gráficos de área optou-se por manter as células de categorias sem nenhuma ocorrência. Dessa forma, o leitor poderá, sempre, identificar elementos relevantes em diferentes regiões que não foram lembrados em alguma localidade específica.

Os primeiros dados que serão apresentados dizem respeito à participação e adesão ao projeto. Foram 1650 pessoas em todo o território nacional.



Figura 16 Distribuição de frequências dos participantes no projeto por Cidade-Sede

É possível verificar, que as cidades de Natal, Brasília, Recife, Porto Alegre, São Paulo e Mato Grosso apresentam maiores índices de participação na soma direta das três etapas. As duas cidades com maior mobilização tiveram seus dados

contaminados, uma vez que a etapa de apresentação ocorreu em contexto divergente do proposto, em dois eventos não relacionados ao Projeto Cidades da Copa. No outro extremo, Rio de Janeiro mobilizou apenas 13% do público de Recife, por exemplo.

Especial atenção deve ser dada ao fato de, no Rio de Janeiro, o projeto não ter causado mobilização ou repercussão relevantes. O RJ, além de sede da Copa do Mundo, receberia, anos depois, os Jogos Olímpicos. Acreditava-se, de início, que seria a cidade-sede mais envolvida com as questões do legado social, mas a realidade não tardou a desmentir as expectativas. Atualmente, na virada dos anos de 2017 e 2018, os escândalos de corrupção envolvendo o RJ, a Copa e as Olimpíadas parecem sinalizar o real interesse dos atores políticos com a realização dos megaeventos⁵³.

Quando se põe em tela o número de instituições envolvidas (477), como se observa a seguir, a incidência não se apresenta igual ao primeiro cenário.

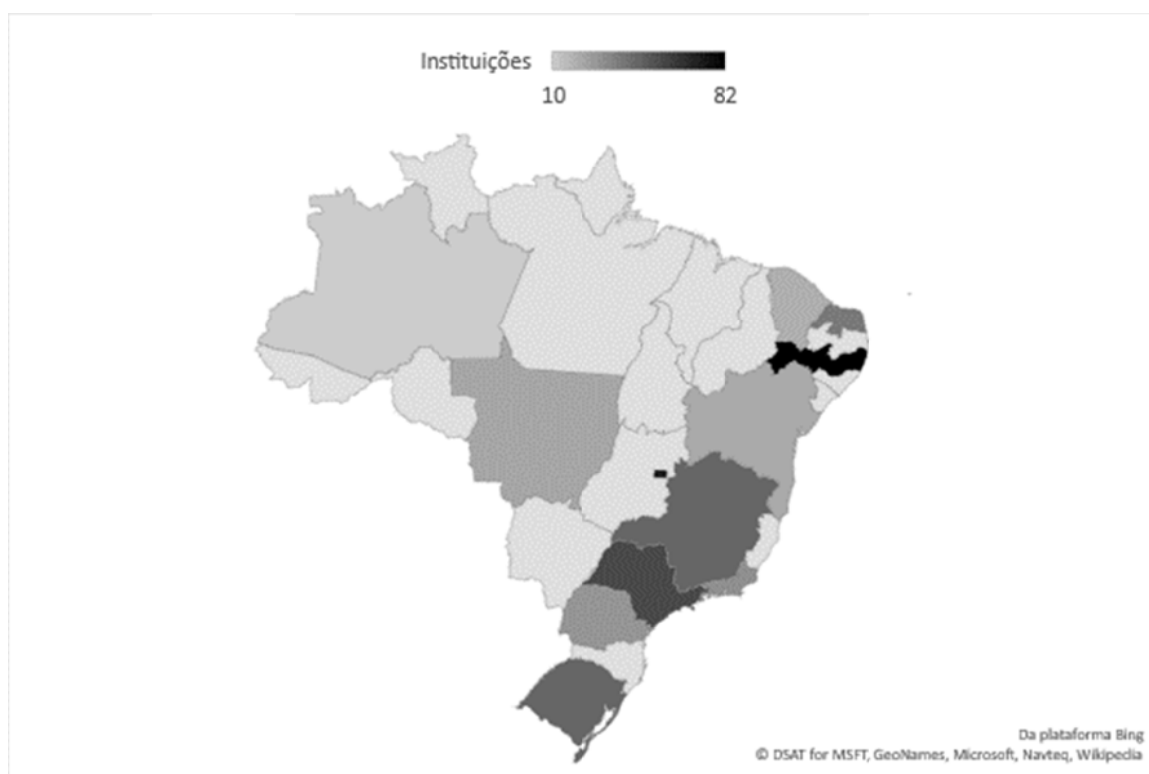


Figura 17 Distribuição de frequências das instituições no projeto por Cidade-Sede

⁵³ CARTA CAPITAL, Lava Jato mira corrupção nas Olimpíadas do Rio. 5/09/2017 disponível em (<https://goo.gl/qffwPK>)

Recife, Brasília e São Paulo foram as cidades com maior pluralidade de instituições. Teoricamente, tal diversidade amplifica as possibilidades de representações de interesses e pontos de vistas, ideias e percepções sobre as reais necessidades experimentadas pelas sedes no processo de democratização do esporte. Novamente, DF beneficiou-se pelo evento de apresentação. Neste sentido, SP e PE mostram que não há regularidade por região, o que pode sinalizar que o ponto mais importante quando da articulação de instituições e pessoas é menos a localidade e mais a o envolvimento dos atores que se comprometem com o projeto.

Pode ser feita também uma análise a partir dos apontamentos de Secchi (2014), sobre os grupos de interesse. Mobilizar grupos amplos, e dispersos territorialmente, é tarefa árdua.

Em Manaus, por outro lado, participaram apenas 10 instituições. Considerando que entre elas estão representadas mais de uma secretaria (pessoas designadas pelos secretários), o IEE e a UFAM e a “sociedade civil”(pessoas sem vínculo institucional), pode afirmar sem risco de erro que não houve absolutamente nenhuma representatividade dos interesses e anseios da população manauara em relação ao legado social e esportivo da Copa do Mundo⁵⁴.

Os dados se apresentam ainda mais complexos quando são sobrepostas as informações referentes às pessoas e instituições.

54 Vale dizer. Há que se ponderar o número de pessoas e instituições que se relacionam com o esporte em cada cidade-sede, proporcionalmente à população local. Talvez tais discrepâncias não se apresentassem. No entanto, como os dados sobre instituições envolvidas com o esporte não estão sistematizados nacionalmente, tal proporcionalidade seria impossível de se conseguir, por isso, tal nota se justifica.

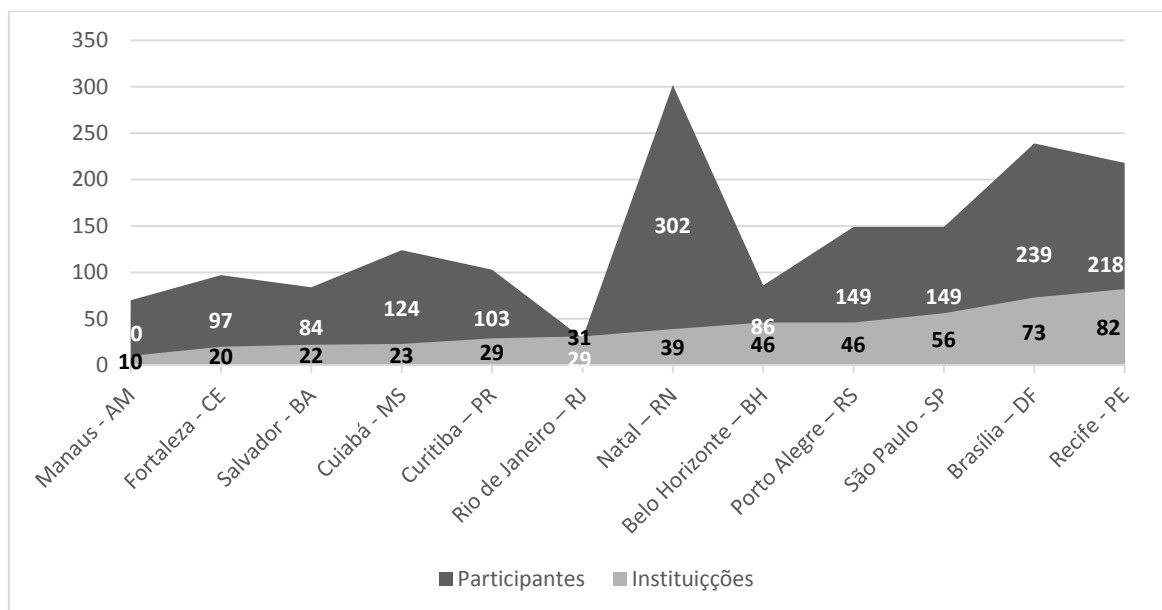


Figura 18 Sobreposição da frequência de participantes e instituições

Não parece possível, para este autor, neste momento, identificar nenhuma correlação entre as pessoas e as instituições. No entanto, duas inferências podem ser feitas. 1- Frequentemente as instituições promoviam um rodízio de pessoas, no mesmo dia ou entre uma etapa e outra; 2- Somente no Rio de Janeiro o número de instituições é maior que o número de pessoas, pois lá, mesmo com baixa frequência, um mesmo sujeito se dizia representante de várias instituições simultaneamente.

Se por um lado o maior número de pessoas participando por instituição representou amplitude de perspectivas, diversidade de interesses, mais pontos de vista e de análise, por outro, significou também que as discussões eram sempre reiniciadas por haver uma notada ruptura do processo, quando da substituição de quaisquer participantes ou instituições. Segundo Dagnino (2002), um dos principais impedimentos da participação da sociedade civil no controle social das políticas públicas é o baixo nível de preparo técnico. Esta rotatividade de públicos pode perpetuar a condição de segregação das pessoas e não envolvimento efetivo com a causa do legado da Copa F.I.F.A., mas não das instituições que se qualificam por aglutinar os saberes de todos os que participaram no processo articulado e desenvolvido pelo Cidades da Copa.

Conforme foi apresentado por Secchi (2014), os burocratas compreendem muito mais o funcionamento das estruturas organizacionais da “máquina pública” do que os próprios políticos eleitos. Sem eles, a “máquina” pararia. O mesmo se pode

discutir em relação à rotatividade de pessoas no projeto. Compreender o cipoal de lei e mecanismos burocráticos para a elaboração de políticas públicas não é tarefa fácil. Com a pouca representação institucional e alta rotatividade de pessoas, sempre as mesmas instituições, sejam elas do terceiro setor, ou não, capitanearão os debates e propostas.

- **JOGADA DE CRAQUE.**

É pertinente notar que as instituições que se fizeram representar, claro que com algumas exceções, se destacam no cenário nacional e, provavelmente, são craques conhecidos da torcida.

Por questões morais, serão preservados os nomes dos representantes de cada instituição. Embora, seria socialmente justo, e ético com a população, que alguns nomes fossem postos em tela. Daqueles que mais se comprometeram com suas funções profissionais e cidadãs, assim como daqueles que, por exemplo, compareciam ao programa em troca do coffee-break ou da camiseta.

Como dito anteriormente, são as consequências de um comportamento que modificam sua probabilidade de ocorrência futura em condições contextuais semelhantes. Se alguns nomes fossem aqui explicitados seria possível hipervalorizar aqueles que desempenham corretamente seus desígnios. No entanto, com o contrário é igualmente verdadeiro, para evitar receber também um cartão amarelo, este autor evitará a marcação corpo a corpo.

Os atletas participantes não serão mencionados.

Principais Instituições⁵⁵

- ✓ Gestores Públicos (prefeitos e vice-prefeitos, secretários municipais e estaduais de educação, saúde, turismo, esporte e lazer, juventude, Secretarias da Copa do Mundo)
- ✓ Entidades do terceiro setor
- ✓ Mídia (CBN, Rádio Globo, Rede Globo de Televisão)
- ✓ Universidades (Universidade de São Paulo - USP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Minas Gerais – PUC SP/PUC MG, Universidades Federais do Amazonas, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Universidade Estadual de Pernambuco, Universidade

⁵⁵Referência as mais conhecidas. Nenhum juízo de valor ou demérito a todas as outras do território nacional.

Estadual de Fortaleza, Universidade Potiguar, Universidade Católica de Brasília e Universidade Mauricio de Nassau)

✓ Unicef

Mesmo com a imponente que tais nomes possam causar em qualquer ambiente, sua frequência esteve, na maioria das vezes, condicionada às primeiras e terceiras etapas. O lançamento e apresentação, justamente onde a mídia amplificava a visibilidade destas instituições

As segundas etapas, justamente as mais importantes, por serem de elaboração do plano de ação, se viam esvaziadas.

Obviamente que não se pretendia que os gestores públicos (prefeito, secretários e assessores diretos), atletas e autoridades elaborassem o documento na segunda etapa, mas o afastamento do campo acadêmico/universitário, do apoio da imprensa e de representantes do escalão diretivo das instituições e do próprio poder público, exigiu esforços dos presentes para garantir a representatividade de todos os interesses sociais no plano. Os funcionários não tinham suficiente autonomia para representar os interesses e ideologias de suas instituições, e, ainda, projetavam expectativas irreais em muitas ocasiões quando da elaboração das metas.

Pode-se afirmar que a etapa de elaboração não contou com a participação efetiva daqueles que detinham a competência decisória, ou, de forma técnica, atores com capacidade de influenciar a agenda formal ou midiática (ANDRADE, 2006; DAGNINO, 2002; MACEDO et al, 2016; PROCOPIUCK e FREY, 2009; RUA e ROMANINI, s/d; SOUZA, 2006).

O que se observou foi uma dúzia de planos preenchidos de esperança, ilusões e utopias, mas nenhuma garantia de implementação por pessoas de boa intenção, mas que compõem a platéia política (Secchi, 2014).

Neste sentido cabe ressaltar que para a efetiva participação popular e democrática no controle e gestão pública, de acordo com Farah (2008, p.80) quaisquer propostas que se pretendam configurar como ações que serão implementadas na agenda pública, quer como programas de governo, quer como políticas públicas dependem da sensibilização, participação e adoção das propostas por “atores sociais e políticos nas localidades receptoras”.

É possível aproximar, ainda, tais eventos às interpretações de Bourdieu (1983), segundo o qual a sociedade consome o esporte que lhes é oferecido. O gosto é socialmente construído. Em outras palavras, as instituições que elaboraram os planos de ação, prioritariamente, por meio de seus representantes, impingiam à sociedade suas intenções, visões, expectativas, ideologias, entre outros. Ou seja, todos aqueles interessados no desenvolvimento esportivo da região que não se fizeram presentes, por quaisquer motivos impeditivos, ou até, por nem sequer saber da realização dos encontros, relegaram seus interesses à capacidade de generalização do grupo de elaboração que participou desta etapa.

A estrutura básica de formatação dos planos de ação era idêntica em todas as cidades-sede e sistematizava todas as pretensões para a consecução do legado, as formas pelas quais seriam alcançadas, os mecanismos de monitoramento e registro, assim como suas respectivas métricas.

Para demonstrar, de forma mais precisa, como se dava a confecção dos documentos, que pautarão todo o desenrolar da discussão nas páginas que se seguem, abaixo, um trecho real, extraído do documento de uma cidade-sede que estipulou como maior prioridade o fortalecimento das políticas públicas de fomento ao esporte.

Todas as cidades-sede confeccionaram seus planos. Uns mais elaborados com diversas áreas em tela. Outros, mais condensados, mas igualmente ambiciosos.

A cidade de SP optou por desdobrar muitos objetivos específicos com poucas metas para cada. Por outro lado, Fortaleza estipulou um número sem igual de metas para alcançar o que chamou de legado da copa (Figura 16).

Apenas para certificar, os objetivos gerias foram estipulados pelo Projeto Cidades da Copa e incorporados pelo município.

Quadro 6 Exemplo de Plano de Ação do Projeto Cidades da Copa

OBJETIVOS GERAIS				
Contribuir para que o número de praticantes de exercício físico nas cidades-sedes da Copa duplique até 2016; Colaborar para garantir o acesso ao esporte educacional nas escolas públicas para todas as crianças e os adolescentes brasileiros até 2016.				
Objetivo Específico	Metas	Estratégias	Instrumentos de monitoramento	Indicadores de alcance
1. Ampliar e fortalecer as políticas públicas de esporte no município de XPTO	1.1 Criar e implantar Conselho Municipal de Esportes no primeiro semestre de 2014.	1.1.1. Nomear e instalar comissão para organizar/apresentar proposta de criação do Conselho Municipal de Esportes.	1.1.1 Diário Oficial 1.1.2 Ata da Plenária	1.1 Publicação no DOM

Foram estipulas 313 metas em todo o país, nas doze cidade-sede.

Para que o leitor possa conhecer todas elas, mas ao mesmo tempo, na expectativa de deixar o texto mais fluido e agradável, a partida mais atraente, os objetivos gerais, específicos, as estratégias e mecanismos de avaliação foram suprimidos. Todas as metas, o fulcro da análise do alcance ou não do Projeto Cidades da Copa se encontram organizadas por cidade-sede, em ordem alfabética das cidades no ANEXO 2.

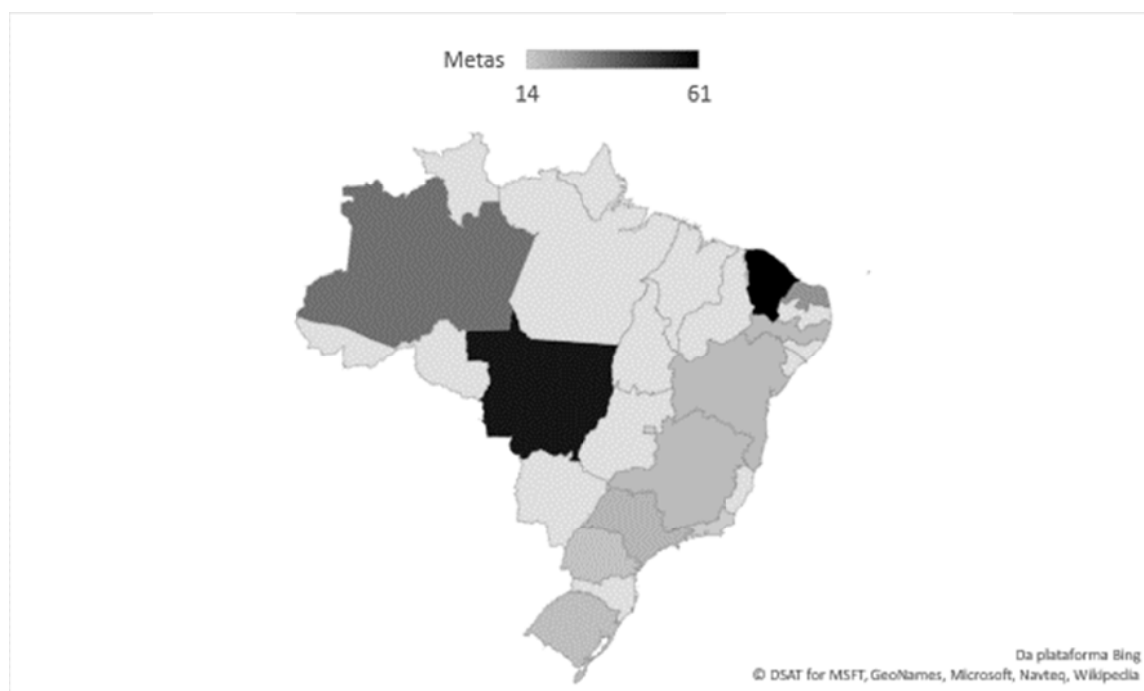


Figura 19 Distribuição nacional das metas estipuladas

A análise geral demonstra que a distribuição é razoavelmente homogênea em 9 cidades quanto ao número de metas estipuladas. A discrepância surge, respectivamente, em Natal, Cuiabá e Manaus.

As metas foram enquadradas em categorias de análise, apresentadas a seguir e, também, suas reduções textuais que irão compor os gráficos:

- CAMPANHAS - campanhas de incentivo à população
- CLIMA - interferências climáticas
- COMUNIDADE - envolvimento comunitário
- CONSELHO - conselho municipal
- CONTRATAÇÃO - contratação profissional
- DADOS - sistematização dos dados
- DESCENTRALIZAÇÃO - descentralizar o atendimento
- EQUIPAMENTOS - construção e manutenção de equipamentos
- ESCOLAR - educação física escolar
- EVENTOS - torneios e eventos esportivos -
- FORMAÇÃO - qualificar os profissionais
- GESTÃO - qualificar a gestão
- INCLUSÃO - inclusão
- MATERIAIS - materiais esportivos
- MODALIDADES - diversificar as modalidades
- ORÇAMENTO - ampliar do orçamento
- PLANO - plano municipal de esportes
- POLÍTICAS - políticas de incentivo
- CIÊNCIA - produção científica
- TRAB.INTER - trabalho intersecretarial e institucional

Ainda assim, algumas metas, pela natureza complexa de suas pretensões, foram enquadradas em mais de uma categoria. Por exemplo, na cidade-sede XPTO, estipulou-se a seguinte meta: “disponibilizar transporte público gratuito às pessoas com deficiência quando no trajeto para os equipamentos esportivos e educação física escolar”. Esta meta foi enquadrada em políticas de incentivo, inclusão e educação física escolar”

As categorias de clima e produção científica aparecem acima e no cômputo geral pois, não se enquadram, na visão deste pesquisador, em nenhuma outra sem

que se estabeleça uma análise forçosa. Talvez a produção se enquadrasse em gestão e clima em envolvimento comunitário ou equipamentos, mas não parecia o caso. A categoria gestão considera também uma referência recorrente à distribuição equilibrada do orçamento público das secretarias de esporte. No Brasil, é frequente uma discrepância entre a porcentagem destinada ao esporte de rendimento e ao lazer ou educacional. No entanto, aparentemente, as reflexões dos participantes neste quesito não eram de ampliar o orçamento, mas dinamizá-lo, sendo assim, uma questão de gestão. A cidade de Cuiabá foi onde esta meta apareceu com maior recorrência.

A distribuição nacional das metas de acordo com a categorização pode ser observada abaixo

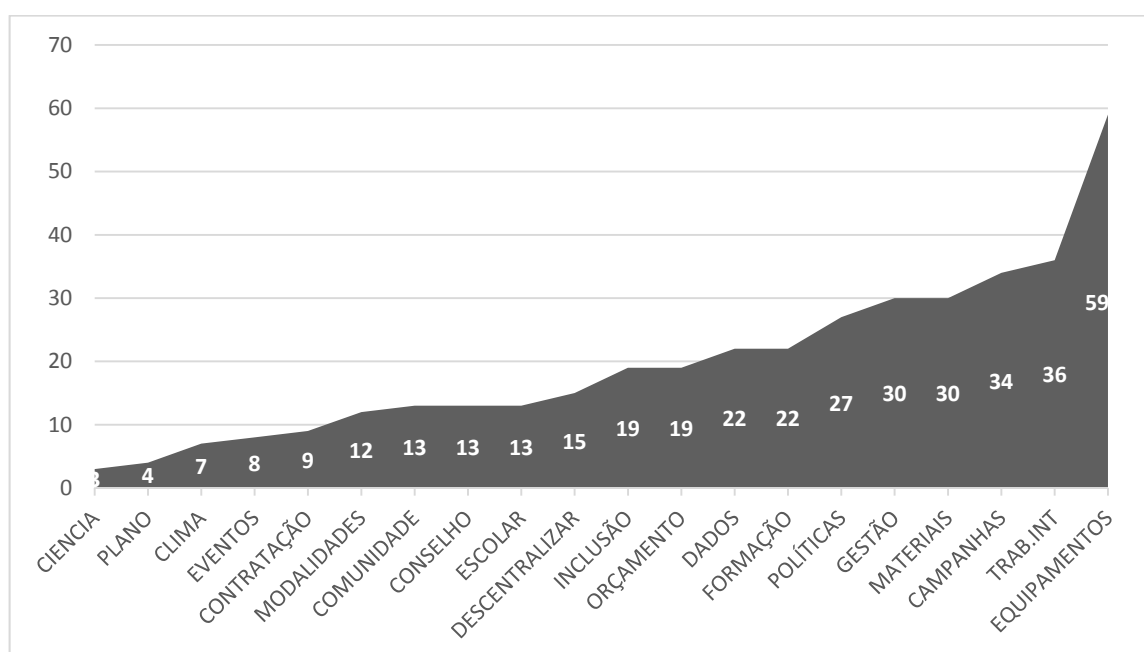


Figura 20 Prioridades Nacionais para a consecução do legado de acordo com as metas estipuladas nas cidades-sede

Diferentemente do que se possa imaginar, ampliação dos recursos destinados ao fomento do esporte no país não é a principal expectativa em relação ao legado esportivo da Copa do Mundo. De acordo com os participantes do projeto, os cinco pontos principais são: 1- construção e manutenção de equipamentos, deixando-os em condições e qualidade para a prática frequente; 2- desenvolvimento de ações, programas e projetos de forma intersecretarial ou interinstitucional; 3 - ampliação de campanhas de sensibilização e incentivo à população em geral; 4 –

aquisição e distribuição de materiais esportivos em quantidade e qualidade suficientes nos diferentes ambientes de prática esportiva e, 5- qualificação da gestão do esporte e todos os subníveis de governo e as instituições privadas, assim com uma distribuição equânime dos recursos entre as dimensões de rendimento, lazer e educacional.

Inclusão, descentralização das oportunidades de prática e Educação Física escolar são ações com atenção mediana. O aspecto menos relevante, de acordo com estes achados, é a produção de artigos.

Este é um elemento que corrobora os dados do Diagnostico Nacional do Esporte(2015), onde 77,6% da população, nas cinco regiões do país, compreendem os riscos e benefícios das práticas de atividade física. As campanhas e a produção do conhecimento científico terão validade se, e somente se, conseguirem transformar o discurso em comportamento. Saber que se deve realizar exercícios não significa realizá-los.

- **SUBSTITUIÇÃO**

Estes dados divergem dos encontrados por Moser, Rossetto Junior e Paiva (2016). Como o número de categorias elencadas por estes autores era menor, os resultados sugeriam outros cinco fulcros para o legado, a saber: contratação de pessoas em regime de urgência; qualificação dos profissionais do esporte em todas as instâncias; monitoramento e avaliação do esporte; aumento da verba destinada ao esporte e interpretação equivocada do papel social do esporte.

De qualquer forma, esta representação não se replica de maneira uniforme nas diferentes regiões do país.

Para uma análise mais aprofundada do comportamento das metas, em cada região, a seguir serão direcionados esforços no sentido de compreender as necessidades a partir do contexto (BRONFENBRENNER, 1996).



Figura 21 Cidades-sede da região norte

Na região norte, apenas o estado do Amazonas participou da copa do mundo e a cidade-sede foi Manaus (Arena da Amazônia).

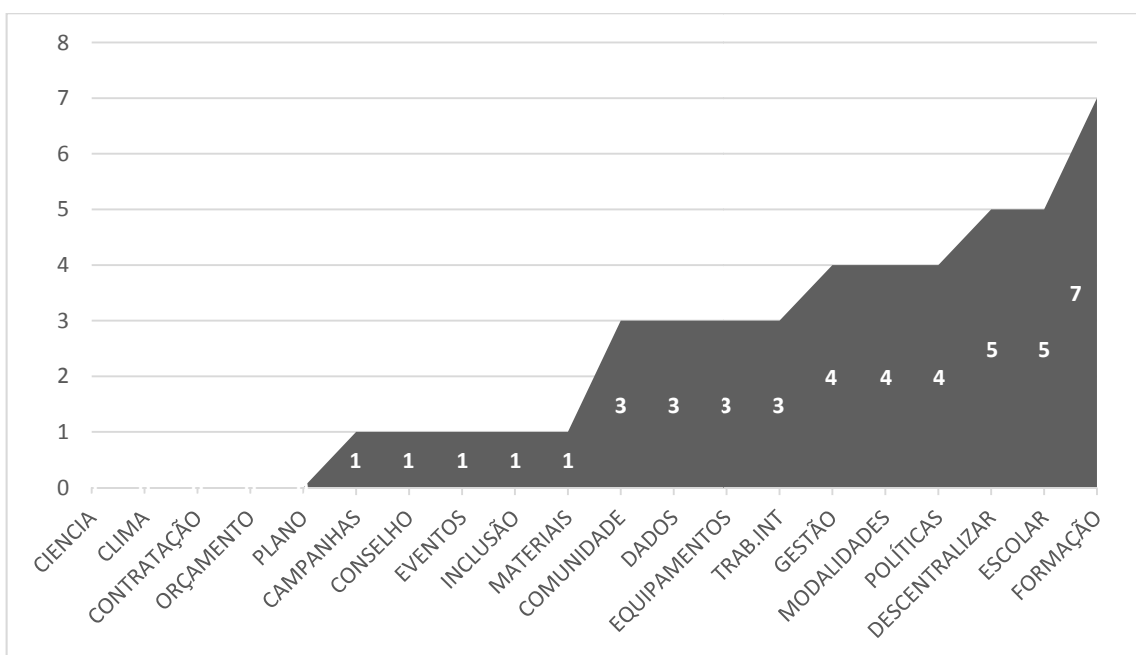


Figura 22 Metas prioritizadas na região norte

O ponto principal destacado nas metas do plano de ação é o desenvolvimento pessoal. A qualificação, formação dos profissionais que atuam com o oferecimento do esporte e das atividades físicas. Os processos de descentralização das oportunidades de prática também com ponto destaque, mas o mais importante é explicitar ao leitor que a ênfase dada em Manaus à qualificação

da Educação Física Escolar não só não se replica em nenhuma região, sendo a cidade-sede que maior preocupação demandou a este ambiente, como também, elevou o número de incidência desta meta. Sem esta incidência a Educação Física escolar estaria entre os últimos pontos nacionais.

Curiosamente, o objetivo geral prenunciado pelo Projeto Cidades da Copa era garantir o esporte educacional em todas as escolas e em todos os ciclos até 2016. Mesmo que as cidades tenham assumido este objetivo geral, quando da elaboração das metas ignoraram a escola como local propício para a democratização.

Os dados de Manaus contribuem no cômputo geral, mas divergem das prioridades no cenário nacional.



Figura 23 Cidades-sede da região nordeste

Quatro cidades sediaram a copa do mundo na região nordeste, Salvador (Arena Fonte Nova) na Bahia, Recife (Arena Pernambuco) em Pernambuco, Natal (Arena das Dunas) no Rio Grande do Norte e Fortaleza (Arena Castelão) no Ceará.

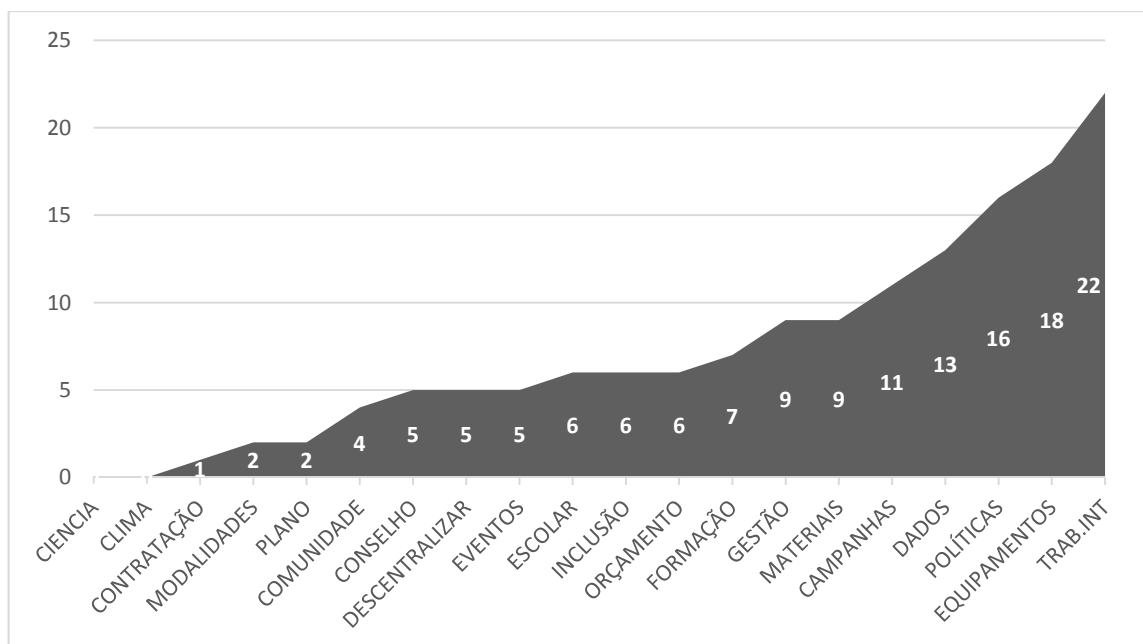


Figura 24 Metas prioritizadas na região nordeste

- **MARCAÇÃO CERRADA.**

Um dos pontos mais relevantes que devem ser observados quando da análise dos resultados da região nordeste, conforme a figura acima, é a amplitude das expectativas abrangendo, praticamente, todas as categorias. Apenas ciência e clima não pareceram assuntos prementes na localidade.

Deve ser ponderado, no entanto, que este dado foi fortemente influenciado por Fortaleza ter elencado o maior número de metas dentre todas as cidades-sede. A verificação minuciosa das escolhas em Fortaleza denuncia que os três pontos menos apontados na região nordeste são, justamente, os que a cidade não enfatizou.



Figura 25 Cidades-sede da região centro-oeste

Além da capital nacional, Brasília (Arena Mané Garrincha) no Distrito Federal, a copa do mundo na região Centro-oeste ocorreu também no estado do Mato Grosso, na cidade de Cuiabá (Arena Pantanal).

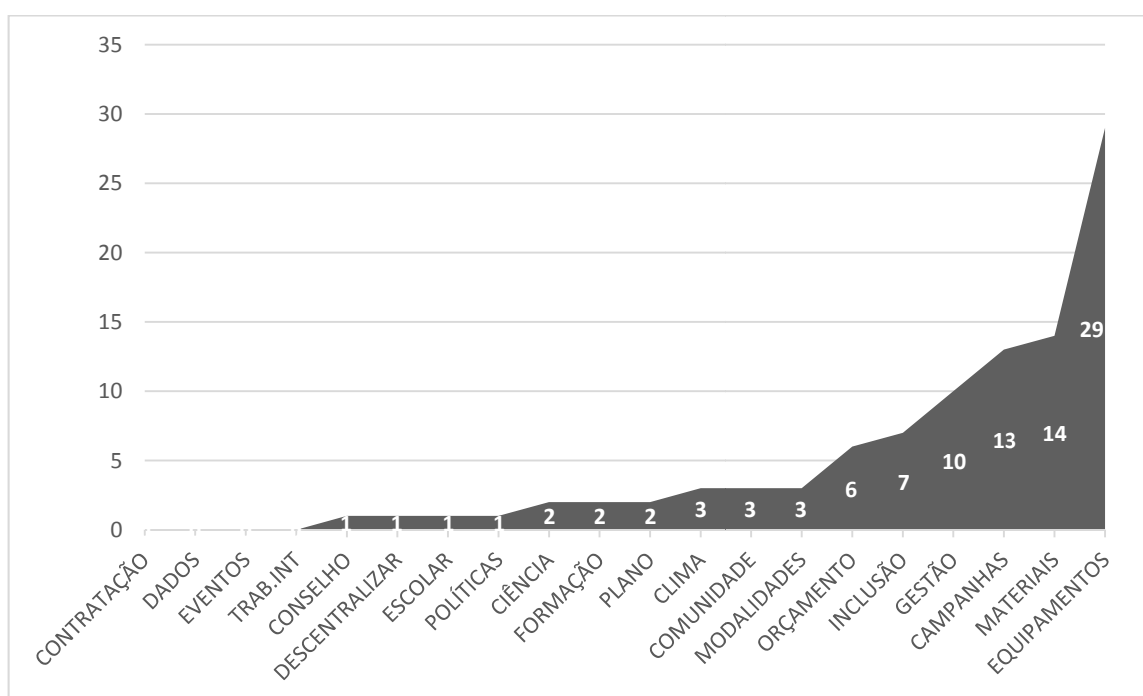


Figura 26 Metas prioritizadas na região centro-oeste

A observação fria dos dados deixa claro ao leitor que as principais reivindicações no centro-oeste dizem respeito à construção e manutenção de

equipamentos esportivos. Mais que o dobro da segunda meta mais anunciada, aquisição e distribuição de materiais esportivos.

No entanto, a presença deste pesquisador nas cidades-sede da região permite debater o grande equívoco em que incorreriam os gestores públicos se admitissem estas solicitações e investissem energia na elaboração de políticas públicas para atender estas metas nesta região.

Segundo Howlett, Ramesh e Perl (2013), Secchi (2014) e Raeder (2014) o ciclo de políticas públicas se inicia com a identificação do problema. Mas estes autores sinalizam que o modelo é meramente heurístico. O problema pode parecer problema para uns, mas não para outros grupos.

Durante as etapas, nas duas cidades, um dos pontos mais frágeis foi a realização do diagnóstico de programas, projetos, equipamentos entre outros. Por certo que em todas as cidades este diagnóstico foi difícil. Mais, em nenhuma os dados apresentados são fiáveis.

Este pesquisador chama especial atenção a pelo menos dois fatos relevantes: 1- no Distrito Federal, estiveram presentes representantes de várias Regiões Administrativas⁵⁶ (RA) de Brasília. O Projeto Cidades da Copa, por seu caráter democrático percebia com bons olhos a participação generalizadas, mas cabe dizer que a elaboração do documento compreendia as necessidades prementes na cidade-sede, não nos municípios adjacentes. Claro que o que se busca no processo de universalização é romper com regionalismos e prioridades locais, mas por meio da consecução de metas específicas e aproximações sucessivas se perseguiria a democratização do esporte. Além disso, mesmo os dados referentes aos espaços eram confusos, incertos, dúbios, alguns “achismos”, por exemplo, “acho que tem uma quadra perto do bairro X”. Todos estes aspectos são os custos de realização de uma sondagem não oficial do município e; 2- em Cuiabá, as dificuldades aqui apresentadas anteriormente se replicam, mas, adicione-se a isso, o fato de que não era do conhecimento da equipe da secretaria a existência de um “miniestádio” na cidade. Não nos referimos a uma quadra poliesportiva ou uma praça de bairro com equipamentos esportivos, mas sim um estádio de futebol. Os técnicos da prefeitura diziam gerenciar 32 destes

⁵⁶cidade-satélite

equipamentos e no período de levantamento de informações para o diagnóstico demonstraram estar surpresos com o 33º miniestádio⁵⁷.

O que se pretendeu com esta discussão é demonstrar que a assunção do plano de ação, elaborado no Projeto Cidades da Copa, com as metas para a consecução do legado esportivo, por parte dos gestores municipais, deveria ser apenas o ponto de partida para uma análise pormenorizada das questões urgentes em cada sede.

No bojo deste debate não se pode deixar passar o lado oposto da incidência. Contratação de profissionais não aparece nenhuma vez na região Centro-oeste. O que se via era uma reivindicação por políticas de incentivo aos profissionais de carreira.



Figura 2754 Cidades-sede da região sudeste

A região sudeste foi a que mais sediou, proporcionalmente, a copa do mundo.

Composta por quatro Estados, apenas o Espírito Santo não recebeu o evento. Os jogos aconteceram em São Paulo (Arena Corinthians)⁵⁸ no Estado de São Paulo, Rio de Janeiro (Maracanã) no Estado do Rio de Janeiro e Belo Horizonte (Estádio Mineirão) em Minas Gerais.

57A prefeitura iniciou um programa de vistorias nos 33 mini-estádios(disponível em <https://goo.gl/kAXgvU>)

58Embora este seja o nome oficial, em todo o território nacional o estádio é chamado de Itaquerão.

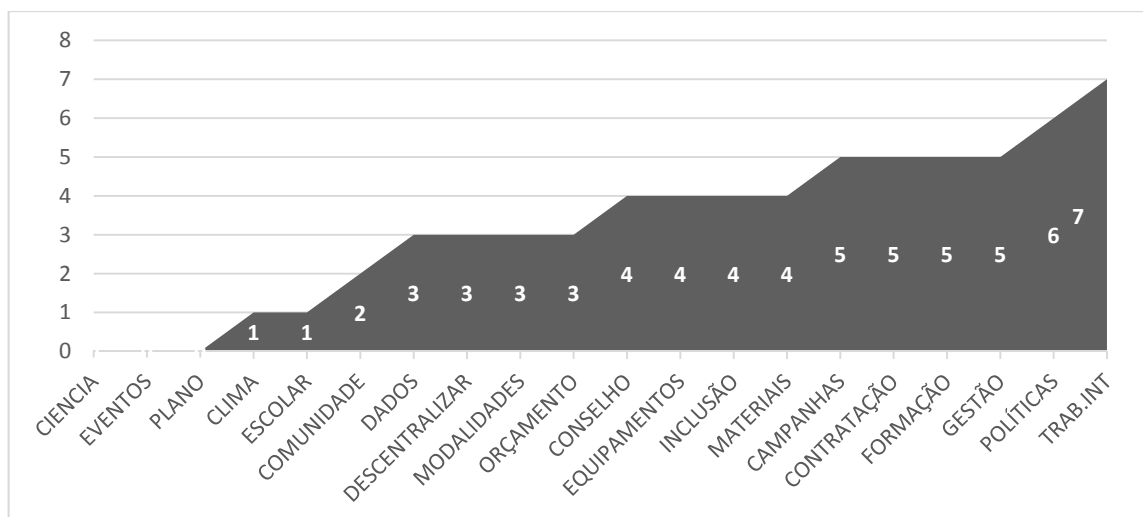


Figura 2855 Metas prioritizadas na região sudeste

Mais uma vez o contato do pesquisador permitirá um debate sobre os dados, que os gráficos não explicitariam.

Em São Paulo e Belo Horizonte três peculiaridades se apresentam nos resultados acima. A cultura de trabalho por meio de parcerias entre instituições, entre ONGs, entre prefeitura e ONG, ou ainda, outras configurações, perfaz o dia a dia dessas cidades. Ainda, a participação de funcionários públicos vinculados às secretarias de educação e esportes nestas cidades-sede foi o maior em todo o país. Neste contexto o pesquisador aprendeu a complexidade de realizar ações que integrem mais de uma secretaria (vale lembrar que este aspecto de gestão perpassa todas as cidades da copa, mas apareceu com maior destaque no Sudeste). Não por menos, este é o fulcro das metas da região. Um terceiro aspecto que, provavelmente, chamará a atenção do leitor, é uma aparente aversão nestes locais à realização de mais eventos. O orçamento das secretarias é consumido pela dimensão do rendimento esportivo e, em muitos casos, a proporção de destinada aos eventos é superior a 50% dos recursos.

Em São Paulo, por exemplo, em um dos encontros do projeto, a então vice-prefeita relatou que a Fórmula 1 consome um percentual elevadíssimo da secretaria de esportes, mas o retorno financeiro obtido com o evento vai para um fundo municipal que não se converte em reinvestimento no esporte.

Por fim, as categorias Campanhas, Contratação, Formação e Gestão, com o mesmo número de ocorrências, sinalizam similaridade aos achados de Paiva e Rossetto Junior (2014) e Moser, Rossetto Junior e Paiva (2016).

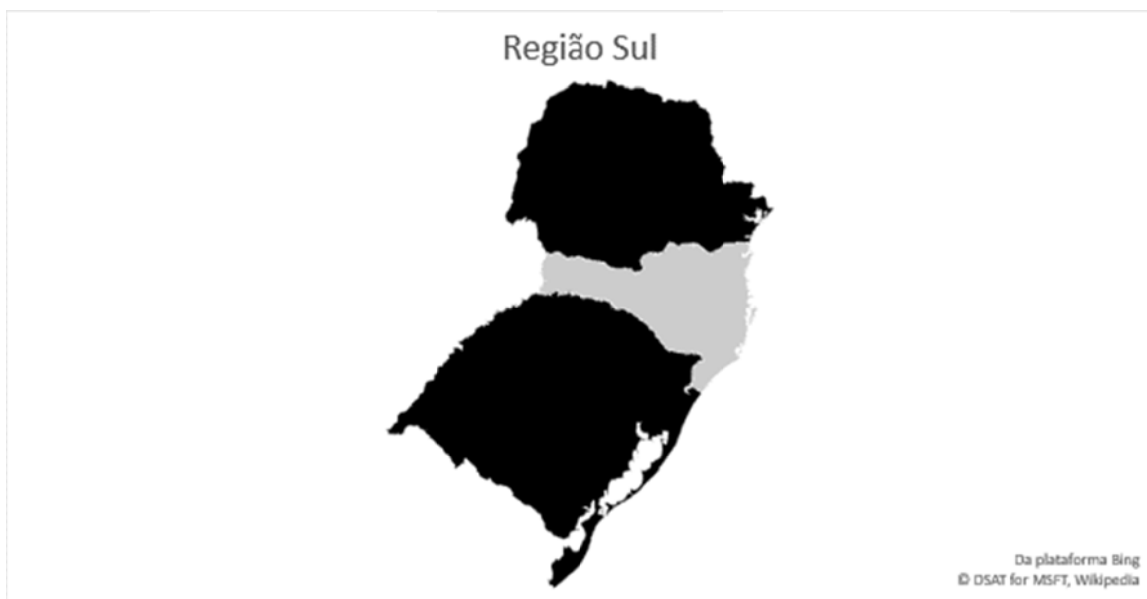


Figura 29 Cidades-sede da região sul

A copa visitou o país de Norte a Sul. Os estados de Rio Grande do Sul e Paraná receberam nas cidades, respectivamente, de Porto Alegre (Estádio Beira Rio) e Curitiba (Arena da Baixada).

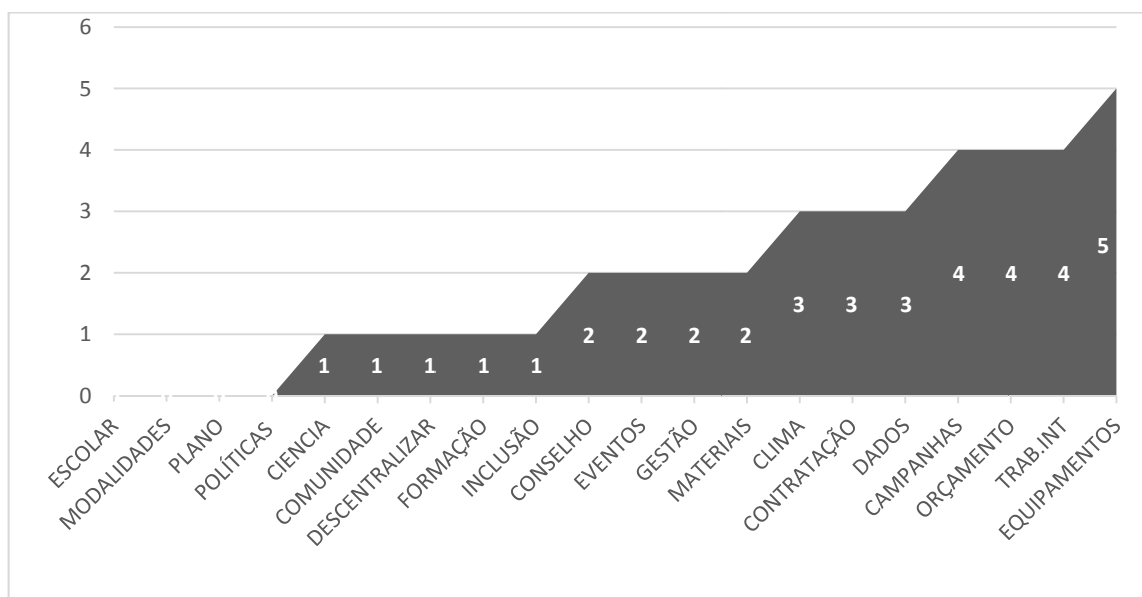


Figura 30 Metas priorizadas na região sul

- **DRIBLOU A MARCAÇÃO.**

Na região Sul, a análise indica a urgência de que se observe, não as metas com maior incidência, mas as com menos. Dizer ao leitor que Porto Alegre e Curitiba elegeram os equipamentos como categoria fulcral é ignorar o que foi

ignorado. Nestas cidades-sede alguns pontos fundamentais refletidos por profissionais da Educação Física e do esporte no século XXI foram menosprezados. A diversificação de modalidades e variabilidade de conteúdos de acordo com as novas exigências e expectativas das crianças e jovens e o fato de não considerarem nenhuma meta à Educação Física escolar.

Claro que, como Bracht e Almeida (2003), este pesquisador não acredita ou pressupõe que a escola deva ser o ambiente para formação de novos atletas, ou, nas palavras daqueles autores, um celeiro. Mas o que aqui se questiona é que a formação de uma nação desportivamente culta, competente, crítica, saudável e entusiasta deve passar, indiscutivelmente, pelo ambiente escolar, tão somente pelo fato de que é o ambiente universal social, por natureza, onde todas as crianças e jovens entram em contato com a sistematização para as práticas corporais.

- FIM DO SEGUNDO TEMPO.

O que foi até aqui apresentado explicitava a maneira como cada região se comportou em relação às metas.

Na próxima fase da partida, demonstrar-se-ão as distribuições das metas, cidade a cidade, e discutidos se, e em que medida, impactaram as políticas públicas e proporcionaram o que se buscou chamar de legado da Copa.

6 Prorrogação

O jogo até aqui não permite inferir o vencedor. Equipe treinada, estratégia experimentada, craques em campo.... metas escritas, planos entregues, mas a partida ainda não saiu do empate.

Nesta etapa veremos como as metas foram priorizadas em cada cidade-sede e imediatamente serão apresentados os impactos reais nas políticas públicas.

A descrição dos resultados e efeitos das metas leva em consideração uma generalização dos acontecimentos em todas as cidades.

Como é possível depreender, a elaboração de um documento por diversos atores sociais (não atores políticos), representantes de múltiplas instituições e funcionários de carreira do Estado se configura como proposta de políticas públicas dos modelos *botton-up* e pluralistas (RAEDER, 2014 E SECCHI, 2014).

Estes modelos pressupõem que existe, sim, permeabilidade da agenda formal às questões e demandas populacionais. Ensina-nos, ainda, que grupos de interesse são suficientemente influentes para inserir pautas no ciclo de políticas públicas.

Difícilmente algum leitor duvide que a articulação social, a mobilização de grupos de interesse e a agenda da mídia não modifiquem a agenda política e, conseqüentemente, a agenda formal. Também este pesquisador coaduna desta posição.

O que se pode questionar é: seriam os participantes do programa um grupo de interesse entregando um plano de intervenção ou mera plateia política escrevendo um rascunho de intenções? Grupos de pessoas não se configuram, necessariamente, grupos de interesse e, muito menos, atores políticos. Da mesma forma, a extra oficialidade dos documentos não poderia conferir mais que esperança aos seus portadores. Teriam os planos de ação suficiente força social para impactar as agendas? Os documentos elaborados, com o apoio inicial de todos os gestores municipais e secretários envolvidos com o Projeto Cidades da Copa, seriam levados em conta quando do desenvolvimento dos programas e projetos esportivos nas doze cidades-sede da copa do Mundo no Brasil?

Estas perguntas não serão respondidas à luz da literatura ou das opiniões e impressões deste pesquisador quando da realização do projeto, mas sim com a objetividade dos dados a seguir.

Os gráficos que se seguem demonstrarão ao leitor como cada cidade-sede ansiava pelas metas, analisadas categoria a categoria e seguidas, imediatamente, do impacto causado.

- FALTA GRAVÍSSIMA. É PENAAAAALIDADE MÁXIMA.

Os dados de quatro cidades-sede não contribuirão para a interpretação geral e final do legado do Projeto Cidades da Copa.

Em Brasília e no Rio de Janeiro a etapa simplesmente nem aconteceu. A articulação para as etapas de execução foi extremamente complexa, no Rio os encontros eram esvaziados e sem representatividade e em Brasília, após a elaboração do plano os parceiros locais deixaram de responder aos contatos realizados pela equipe do Cidades da Copa.

Em Manaus, a substituição do secretário de esportes inviabilizou qualquer possibilidade de análise. Na ocasião do retorno o secretário sequer conhecera o projeto Cidades da copa e viu as metas pela primeira vez impressas no documento do relatório de retorno.

Em Porto Alegre, os relatórios não produziram nenhuma informação relevante que pudesse compor a análise, como já mencionado.

Definidas as condições de análise das informações, os dados compreendem os retornos às demais cidades-sede, Belo Horizonte - MG, Cuiabá - MT, Curitiba - PR, Fortaleza - CE, Natal - RN, Recife - PE, Salvador - BA e São Paulo - SP.

Será utilizada a metodologia de medição de desempenho e descrição de dados a partir de imagens de *Based Score Cards* (Kaplan e Norton, 1997).

Com esta estratégia o leitor poderá identificar rapidamente quais cidades avançaram ou não na consecução das metas. Em seguida são discutidos os acontecimentos qualitativos que justificam o enquadramento das cidades, representadas pela sigla do Estado, nas categorias Positiva (+) ou Negativa (-). Em nenhuma circunstância uma cidade-sede foi enquadrada nas duas categorias.

As categorias aparecerão seguindo as prioridades nacionais para a consecução do legado de acordo com as metas estipuladas as cidades-sede (FIG 20).

As categorias Interferências Climáticas e Produção Científica não serão apresentadas por dois motivos: 1 – foram prioridades características, quase exclusivamente de Curitiba – Cuiabá também fez uma menção à ciência, que foi duplamente categorizado em políticas de incentivo e 2 - não avançaram em nada, tornando improdutiva a demonstração com gráficos de algo que não aconteceu numa única localidade.

CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

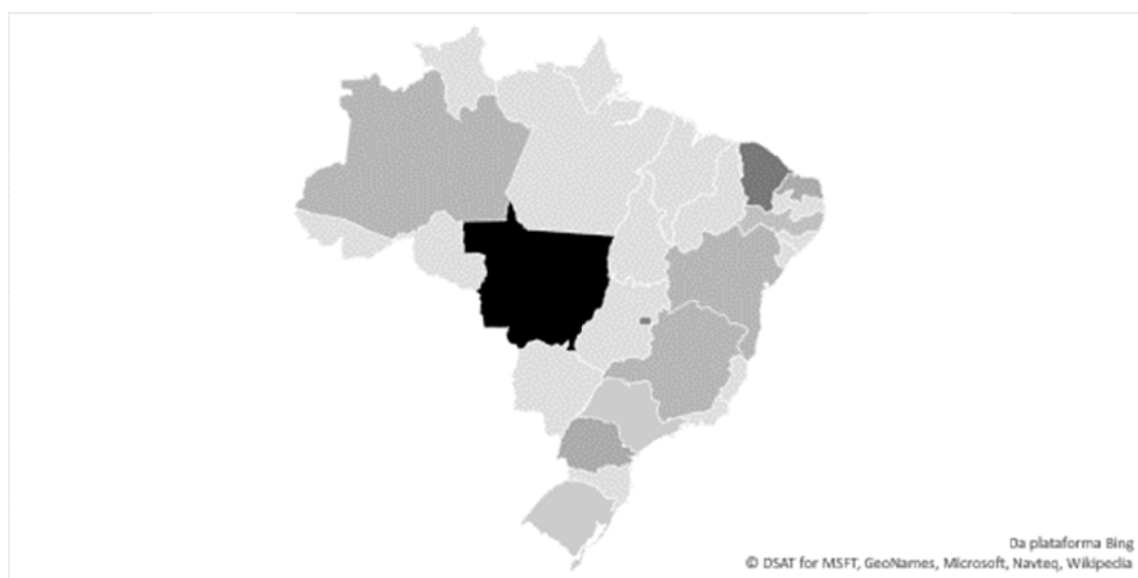
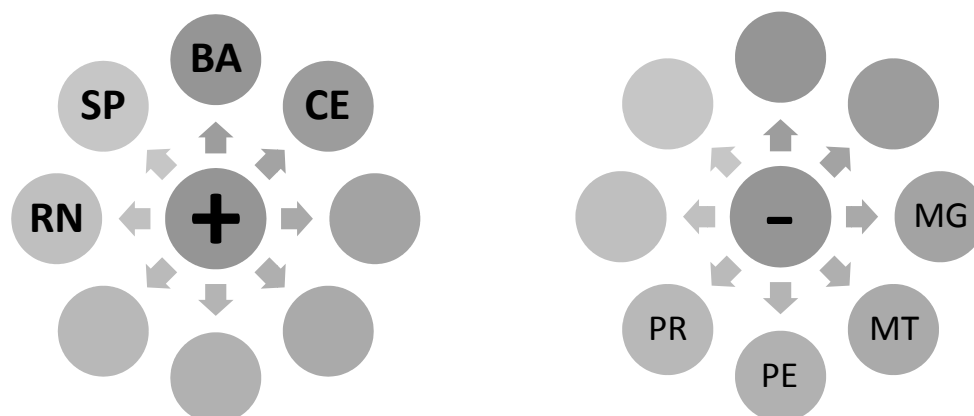


Figura 31 Incidência da meta CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS por cidade-sede



Cuiabá, a cidade que mais pleiteou construção ou aquisição de equipamentos para a prática esportiva não demonstrou avanço. Não foram construídos ou reformados nenhum equipamento no intervalo entre a entrega do plano e o retorno.

Fortaleza, por outro lado, foi considerada na categoria positiva pois os recursos para manutenção dos equipamentos e construção das “Areninhas” foram incluídos na Lei de Orçamento Anual do ano de 2016. Não é possível afirmar que os

recursos foram efetivamente executados, mas já é, certamente uma conquista conseguir que o orçamento municipal preveja estas ações.

Em Recife, Belo Horizonte e em Curitiba não foram dados encaminhamentos às questões estruturais.

Em Salvador, após a realização da Copa do Mundo, o Estádio ficou subutilizado e o governo concedeu à exploração da marca SCHIN, que em contrapartida, reformou 40% dos campos de futebol da cidade.

As duas cidades-sede onde o impacto foi maior foram São Paulo e Natal.

Em São Paulo foram reformados diversos (não foi possível precisar quantos) equipamentos e construído o parque municipal de esportes radicais.

Já em Natal a prioridade foi a manutenção. À época do retorno estavam licitadas reformas em aproximadamente 40% dos equipamentos e previsão de outros 40% no ano seguinte. Também não é possível saber se foram executadas, uma vez que orçamento destinado não significa orçamento executado. No entanto, é, certamente, um avanço conseguir que a administração insira estes custos nas previsões.

O que é importante depreender destes resultados é que em São Paulo e em Natal, as ações já estavam previstas no plano de governo. Os investimentos em equipamentos já compunham as ações estratégicas do plano plurianual.

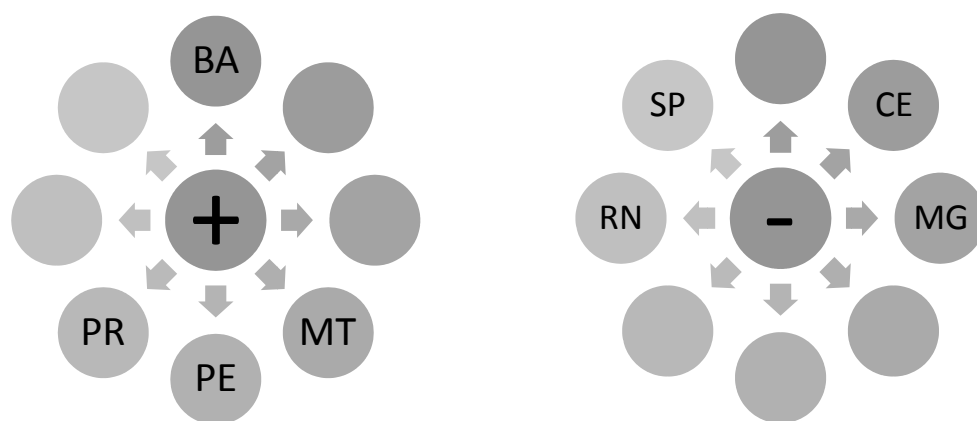
No entanto, em ambos os locais, a realização do Projeto Cidades da Copa influenciou, ao menos parcialmente, os encaminhamentos às questões de construção e manutenção, uma vez que nas metas de São Paulo apareceu a importância de diversificar as modalidades e, em Natal, mesmo com as poucas informações que compuseram o diagnóstico, foi possível notar que o número de equipamentos era adequado na cidade, mas a qualidade de uso não acompanhava proporcionalmente a quantidade.

Quando estes dados são contrastados com o Diagnóstico Nacional do esporte (2015), verifica-se que 32%, praticamente um terço dos brasileiros que praticam esportes o fazem em instalações pagas, como clubes esportivos, ginásios e academias e outros 5,1 em casa ou nas dependências do condomínio. Portanto, 62,7% da população dependem ou prefere equipamentos públicos para realizar atividades físico-esportiva.

TRABALHO INTERSECRETARIAL E INTERINSTITUCIONAL



Figura 32 Incidência da meta TRABALHO INTERSECRETARIAL E INTERINSTITUCIONAL cidade-sede



Especial atenção deve ser dada à análise Cuiabá. Ainda que no plano de metas não constasse a categoria Trabalho Intersec.Intersint. após a realização da última etapa, os funcionários e parceiros envolvidos propuseram ao gestor municipal a constituição de uma comissão permanente para assuntos relacionados ao

esporte, mas o pedido foi negado. Mesmo sem apoio governamental direto realizaram um curso de formação em parceria com a UFMT.

Também em Belo Horizonte, Natal e Fortaleza, duas cidades-sede que manifestaram a importância desta categoria com razoável ênfase, não houve um avanço. Em Belo Horizonte e Natal a situação é muito semelhante. A comissão proposta não foi criada. Existem encontros esporádicos com integrantes de outras secretarias, mas a pauta oficial nunca é o esporte. Fortaleza realiza algumas parcerias com federações para a realização de cursos e eventos e, solicita contrapartida de materiais esportivos ou arbitragem de eventos municipais às federações. No caso de Parcerias público privadas, a concessão de espaços às empresas fica vinculada também a uma contrapartida como, por exemplo, aquisição de materiais, conserto do ar condicionado da secretaria, entre outros.

A ideia é muito boa e fácil de se replicar em outras cidades. Além disso, resolveria, parcialmente, o problema que se estabelece nacionalmente com as federações que solicitam regularmente benesses às secretarias. No entanto, não é frequente ou sistematizado e não foi fruto de nenhuma ação do Projeto Cidades da Copa.

EM São Paulo a articulação é igualmente complexa, mas há algumas parcerias que já se estabeleciam entre ONGs e Secretarias via prefeitura. A informação obtida é de que mais de 20 clubes privados ocupam terrenos públicos e tem dívidas impagáveis, mas a aproximação para realização de práticas sociais esportivas nestes clubes não é tarefa fácil e, além disso, não são fruto de nenhum desdobramento do Projeto Cidades da Copa.

Para as três cidades que demonstraram algum avanço o projeto sinalizou um verdadeiro marco, deixando um legado administrativo.

Em Salvador, por exemplo, a partir dos apontamentos do plano de ação, promoveram aproximações entre as federações e executaram o Primeiro Seminário de Formação de Professores.

Já em Curitiba e Recife as reuniões continuaram, as instituições se aproximaram, como em Curitiba em que as secretarias de Esporte e Lazer e a do Meio-ambiente, passaram a desenvolver programas esportivos juntas. Ainda, um hospital e uma instituição que se aproximaram em uma etapa do projeto firmaram uma parceria definitiva para atendimento de crianças que praticam esportes.

CAMPANHAS DE INCENTIVO À POPULAÇÃO

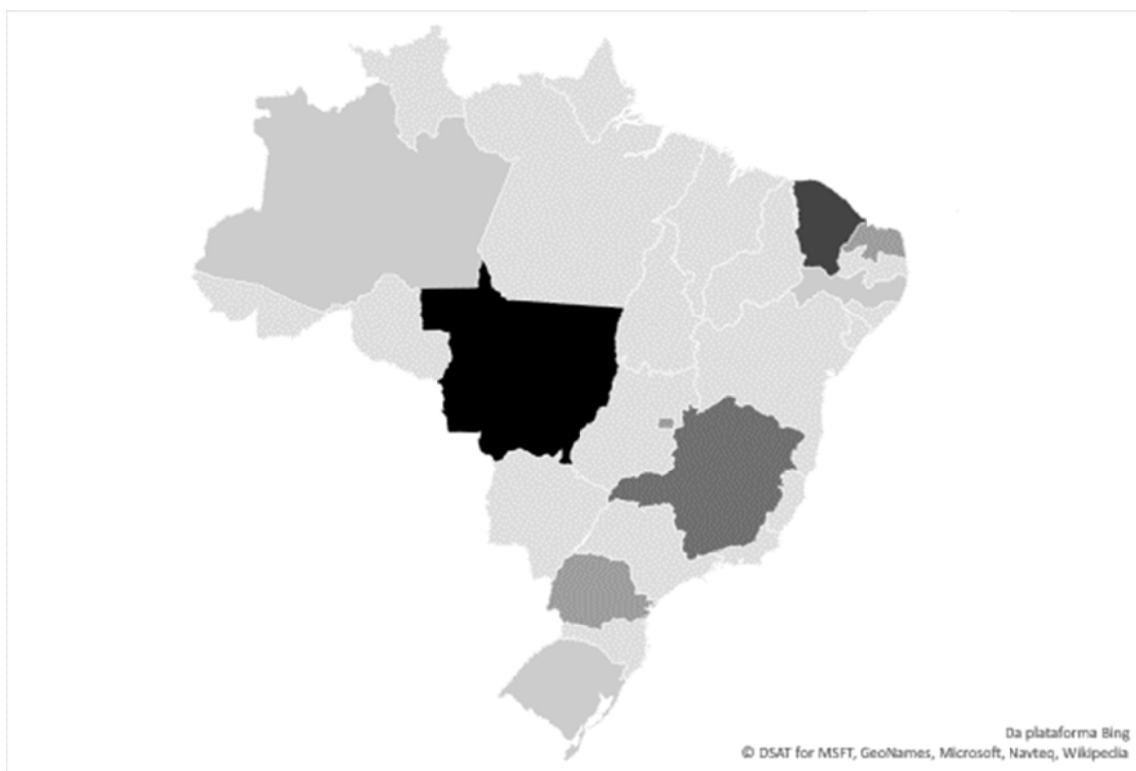
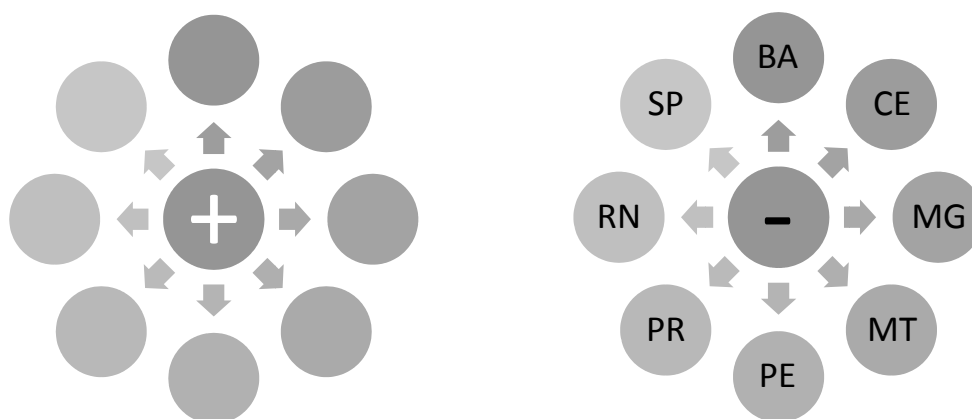


Figura 33 Incidência da meta CAMPANHAS DE INCENTIVO À POPULAÇÃO por cidade-sede



Esta é uma análise certamente muito delicada. Isso não significa que nenhuma cidade-sede da Copa do Mundo tenha feito alguma campanha para incentivar a população à prática esportiva ou de atividades físicas.

Ora, diante da realização dos maiores megaeventos esportivos do mundo não é de se supor que as cidades tenham negligenciado, por exemplo, propagandas na mídia do tipo “use bicicleta” que seria uma forma de campanha de incentivo à população.

No entanto, de acordo com a percepção dos participantes do programa que compuseram as etapas de retorno, as campanhas são assistemáticas, esporádicas e não favorecem a mudança de comportamento dos fisicamente inativos.

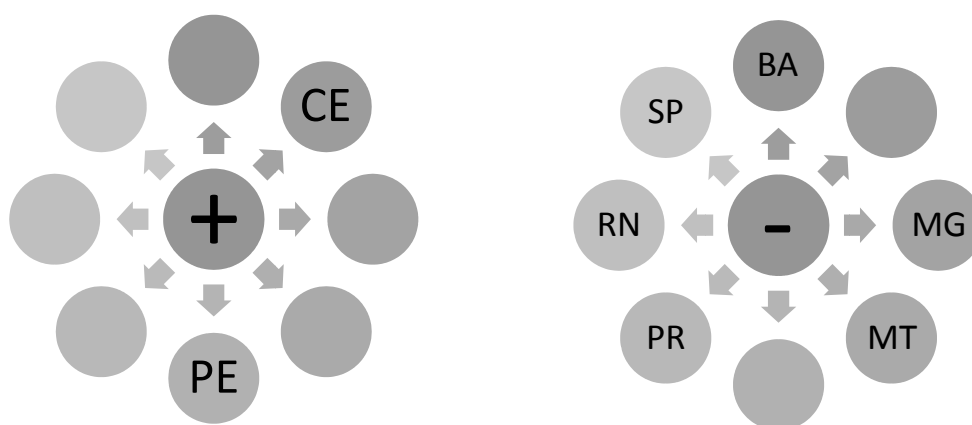
Mais uma vez, observando os dados do Diagnostico Nacional do Esporte (2015), aparentemente a questão central em trono da adesão ou não às práticas esportivas não é a informação.

De maneira geral, os brasileiros têm consciência dos riscos que correm por não praticarem esportes ou atividades físicas. Mas se destaca o percentual (41,5%) registrado na região Sudeste para aqueles que, a despeito de saber dos riscos, não demonstram esforço para sair do sedentarismo (p31)

AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAS ESPORTIVOS



Figura 34 Incidência da meta AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS por cidade-sede



A única região que avançou num dos pontos mais importantes para os participantes, a aquisição e distribuição de materiais esportivos, foi o Nordeste.

Ainda que os ganhos às cidades com a aquisição de materiais sejam inegáveis, não se pode deixar de clarificar ao leitor que nem Recife nem Fortaleza realizaram tais ações em decorrência do Projeto Cidades da Copa.

Recife conseguiu uma verba não revelada para aquisição de materiais que já haviam sido cotados e licitados, mas não adquiridos. Assim, pode ser que o que se está chamando de avanço não o seja. Imprescindível dizer que parte significativa dos recursos para estes materiais seria destinada para um único programa de escolas de futebol, Recife Bom de Bola.

Agora, em Fortaleza, a cidade realizou uma compra histórica de R\$600.000,00 reais em materiais esportivos que seriam distribuídos entre as secretarias de Educação e Esportes. Ainda que, sim, seja um grande avanço, mesmo que não como resultado do projeto, não se iluda o leitor com o montante financeiro.

Numa pesquisa rápida⁵⁹ é possível verificar que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, em 2003 Fortaleza existiam 377 escolas municipais. Já os equipamentos esportivos⁶⁰ municipais adequados à prática esportiva e abertos ao público em geral eram 62.

Se nenhuma escola ou equipamentos foram construídos em 15 anos, o que pode se julgar bastante improvável, o ticket médio de cada estabelecimento é de aproximadamente R\$1300,00.

59IBGE. Quantidade de escolas públicas municipais, total de escolas públicas municipais com instalações esportivas e por instalação esportiva e quantidade de instalações esportivas e ginásios esportivos localizados nas universidades/faculdades públicas municipais (disponível em <https://goo.gl/QJbF5a>)

60Quantidade de equipamentos esportivos existentes, segundo a infra-estrutura de funcionamento e capacidade de público (nº de pessoas assistentes), exclusive os complexos esportivos e os ginásios localizados nas universidades/faculdades públicas municipais (disponível em <https://goo.gl/Np7Ewu>)

QUALIFICAR A GESTÃO

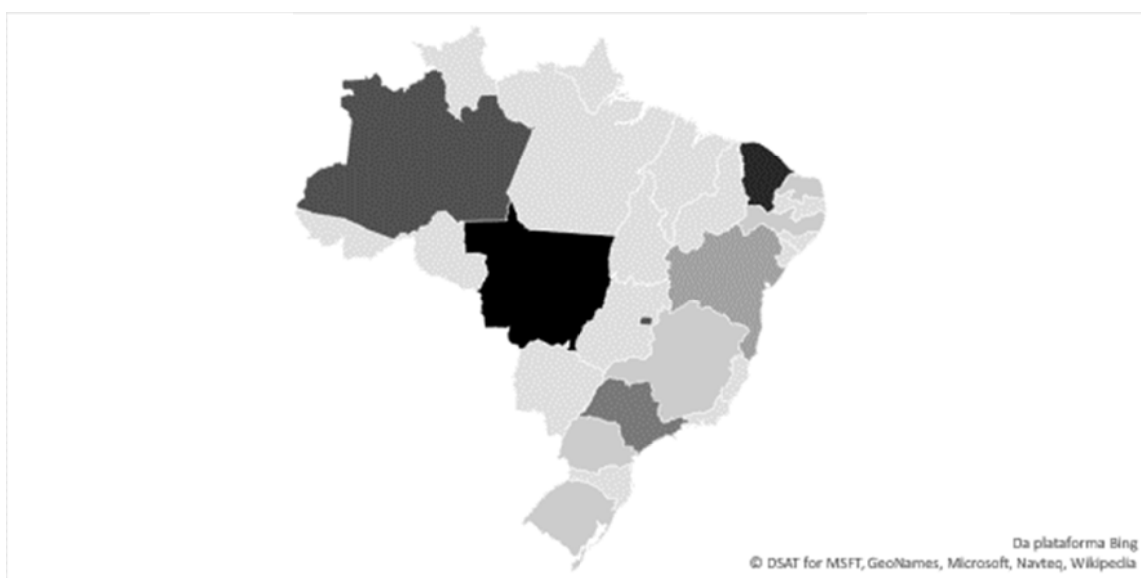
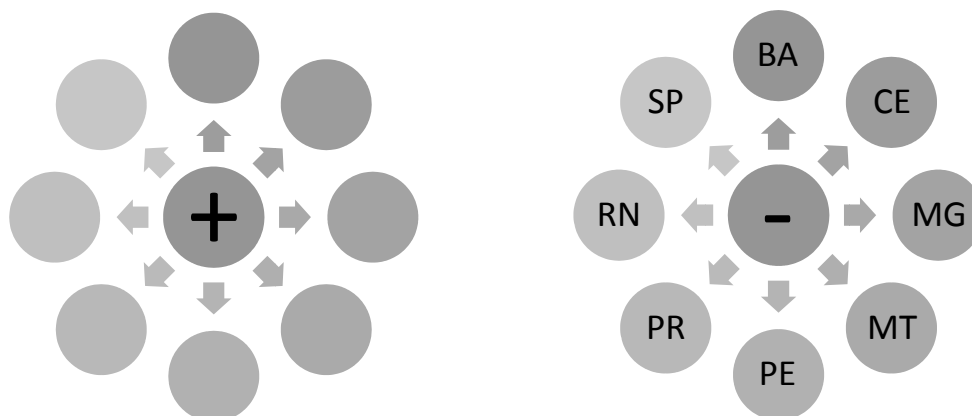


Figura 3556 Incidência da meta QUALIFICAR A GESTÃO por cidade-sede



Este deve ser o aspecto mais desanimador. De acordo com Paiva e Rossetto Junior (2014), Preuss (2008) e Rossetto Junior (2016), a mensuração dos legados é complexa e envolve, também, elementos intangíveis, como por exemplo, o desenvolvimento de inteligência organizacional das cidades-sede.

A qualificação da gestão seria um legado intangível, mas infinitamente válido e promissor num país como o Brasil.

Na contramão destas expectativas anunciadas, principalmente, em Cuiabá, Fortaleza, Manaus, Brasília e São Paulo, não houve nenhum avanço em decorrência do Projeto Cidades da Copa.

Moser, Paiva e Rossetto Junior (2016) denunciaram um cenário idêntico, mas ainda não possuíam detalhes mais precisos sobre os desdobramentos do Projeto.

Em Fortaleza o que se viu foram promessas políticas de que seriam realizados cursos e workshops para formar os gestores.

Em Natal, Recife, Curitiba e São Paulo, nem isso. Nada aconteceu neste aspecto.

Existe um problema quase nacional com a gestão e o calendário. Por exemplo, em Brasília, segundo relato dos participantes, num mesmo dia, 3 eventos relacionados ao esporte, de 3 secretarias distintas, concorriam na mesma região administrativa.⁶¹

Em Cuiabá houve um retrocesso. Tentaram diminuir o mandato dos membros do conselho municipal de esportes e conferir maior transparência às ações deste órgão, mas não foi aprovado na câmara de vereadores. Ainda, buscaram unificar o calendário com as demais secretarias e federações para mitigar conflitos de agenda, mas algumas secretarias não tinham o calendário pronto no ano corrente para o ano seguinte e outras federações sequer disponibilizaram os calendários.

Em Salvador, o número de eventos é grande e existe uma preocupação em dar visibilidade aos acontecimentos. A Maioria dos eventos não tem cobertura de imprensa e a população não toma conhecimento nem para participar. É um desafio cumprir o calendário estipulado por eles mesmo e a proposta para sanar estas dificuldades é realizar mais eventos.

O Instituto Esporte e Educação sugeriu que diminuíssem a quantidade de eventos e tentassem garantir maior qualidade e visibilidade aos poucos que restassem conferindo-lhes status diferenciados.

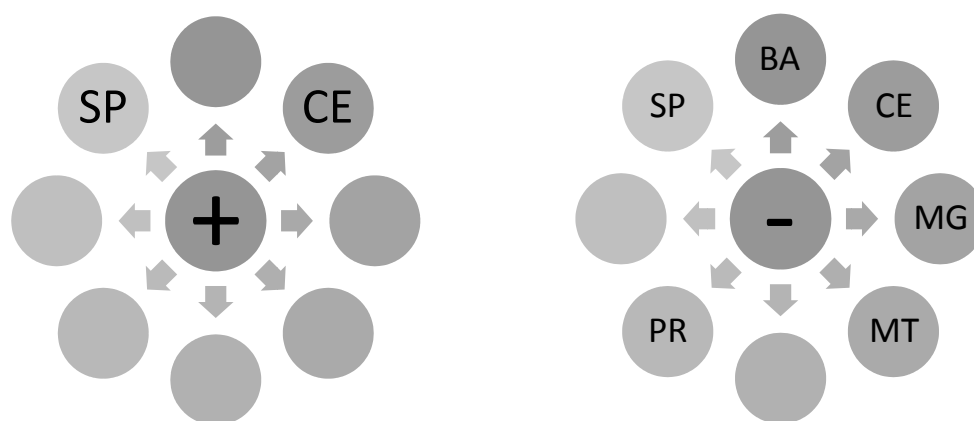
Um claro problema de gestão que não foi sequer suavizado com a passagem da Copa do Mundo, muito menos com o Cidades da Copa.

⁶¹Secretaria de Saúde – Caminhada contra o câncer; Secretaria do Idoso - caminhada pela vida; Secretaria de Esportes - corrida de rua

POLÍTICAS DE INCENTIVO



Figura 3657 Incidência da meta POLÍTICAS DE INCENTIVO por cidade-sede



Em Natal o orçamento praticamente dobrou de um ano para o outro. Em Recife o orçamento também aumentou em decorrência da copa e o número de projetos esportivos aumentou e a cidade conseguiu implementar o Programa Esporte e Lazer nas Cidades e o Programa Segundo Tempo (já mencionados em políticas de esportes).

O impacto do Projeto Cidades da Copa, especificamente em Recife, foi o de propor a descentralização e diversificação das modalidades que serão promovidas pelos projetos supracitados.

Em Fortaleza, estranhamente, anunciaram a aprovação da Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, por isso está computado na categoria de avanços, mas a lei não foi publicada, segundo o II Relatório Cidades do Esporte (2015)⁶².

Em São Paulo a mesma lei foi aprovada e publicada.

Nas cidades de Belo Horizonte, Cuiabá e Salvador houve um retrocesso.

Em Cuiabá a secretaria de esportes foi extinta e retornou à posição de diretoria dentro da pasta da Educação. Em Salvador, que já era uma diretoria, a proposta de criação de uma secretaria foi refutada pelo prefeito e a diretoria saiu da pasta da Educação e passou a compor a pasta Promoção Social, Combate à Pobreza e Esportes. Ainda em Salvador, a prefeitura criou uma central única de gestão de eventos que os organiza, capta recursos, redistribui, mas as atividades do esporte não são contempladas. Resolveria um grande problema de gestão, conforme foi encimado.

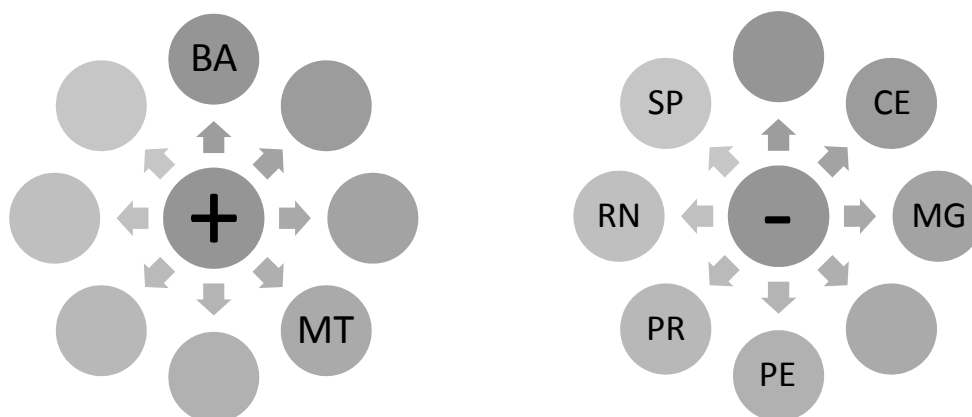
Já em Belo Horizonte, os projetos de universalizar a prática da educação física escolar foram reprovados na câmara de vereadores e a lei de incentivo ao esporte não foi aceita, mas vale lembrar que a realização do Projeto Cidades da Copa trouxe à luz as questões pertinentes ao esporte quando da elaboração do Plano Plurianual e no planejamento da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude.

⁶²Disponível em <https://goo.gl/uDzEB4>

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL



Figura 3758 Incidência da meta QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL por cidade-sede



Das duas cidades-sede em que este aspecto avançou, Salvador e Cuiabá, o mérito ao Projeto Cidades da Copa é inegável.

Conforme já foi anunciado, além de ser integrada na categoria de Trabalhos Intersecretariais e Institucionais, em Salvador a aproximação com as federações esportivas resultou no Primeiro Seminário de Qualificação de Profissionais de Educação Física. Já em Cuiabá, a mesma proposta de formação com as federações foi feita, mas ainda não estava em andamento. No entanto, a articulação

proveniente do Projeto com a Universidade federal do Mato Grosso resultou em um curso de extensão para professores de Educação Física e esportes que já estava sendo desenvolvido à época do retorno.

Em Fortaleza, Natal e Recife a qualificação profissional não passou de metas que se ratificaram em promessas de cursos quando do monitoramento, mas efetivamente não ocorreram programas de formação. Cabe salientar que, em Pernambuco, havia programas de formação de professores de Educação Física oferecidos, gratuitamente, pelo Instituto Esporte e Educação e diversos convites foram feitos aos profissionais da rede pública, via gestão municipal e secretarias, para participarem, mas por questões de gestão e logística não havia participação deste público.

Em Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo existem programas de formação de professores. Nas duas primeiras, realizados pelas secretarias de educação, mas que não contemplam todos os profissionais e a pasta do esporte. Na última cidade, em parceria, por exemplo, com a Unesco, mas que não estabelece relação nenhuma com o Projeto Cidades da Copa.

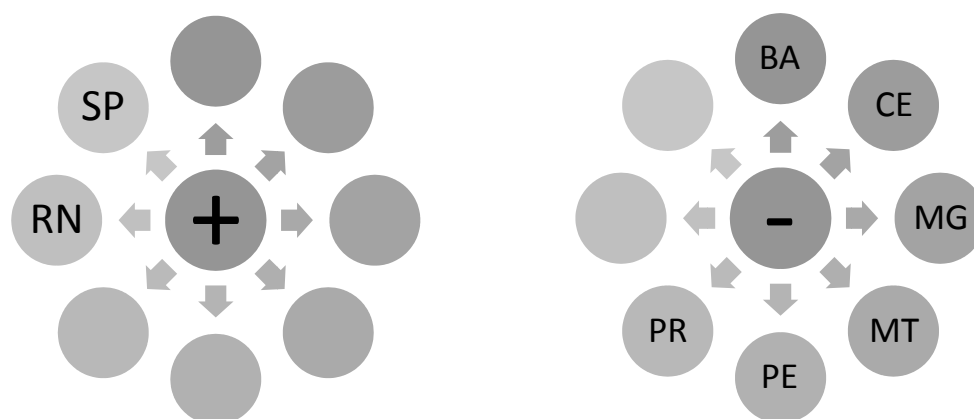
Neste sentido, permanece o aspecto apontado por Moser, Rossetto Junior e Paiva (2016, p.136)

A formação continuada de estagiários, monitores, agentes esportivos comunitários, professores, técnicos e gestores parece ser um fator fundamental para o aprimoramento do sistema municipal de esportes. As instituições sinalizam necessidade de apoio; as prefeituras precisam de mais parceiras; os professores de Educação Física têm pouco tempo ou incentivo para realizarem cursos de formação continuada. Por vezes os programas de formação são esporádicos, como cursos e palestras, mas não contribuem efetivamente para a qualificação pedagógica do professorado. Situação agravada pela pouca ou quase nenhuma participação das universidades no diálogo sobre legado e democratização do esporte nas cidades da Copa FIFA, demonstrando o desinteresse pela qualificação e democratização do esporte na cidade e explicitando o enclausuramento da área acadêmica do país (p. 136).

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS



Figura 38 59Incidência da meta SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS por cidade-sede



Em Fortaleza, Recife e Salvador não houve nenhum avanço. Em Fortaleza, especificamente, a cidade que mais investiu nesta meta, foram feitas diversas promessas de que não deixariam de atentar para os dados e que no futuro enfatizariam os monitoramentos.

Em São Paulo, na data da etapa de monitoramento, a cidade estava envolvida em três programas distintos de diagnóstico do cenário do esporte, um deles, o Cidades do Esporte, estava ajudando a sistematização geral.

Em Natal, o mapeamento foi feito como desdobramento direto do Projeto Cidades da Copa. Identificaram todos os equipamentos públicos e sua condição de uso. Mérito exclusivo do Projeto.

Agora, nas cidades de Belo Horizonte e Curitiba, a interlocução com os parceiros locais sinaliza fator que complexifica a categorização. Foram consideradas, ambas, sem avanços, mas os argumentos oferecidos pelos representantes nestas cidades são de que o tempo para a realização de tais monitoramentos e sistematizações de dados não fora suficiente, considerando a data de realização da entrega do plano e a data do retorno.

As duas cidades-sede compuseram o chamado ano I do projeto que contemplou o Sul e Sudeste. Efetivamente o intervalo entre as etapas foi de poucos meses.

Cabe recorrer a Bronfenbrenner (1996), que sugere que as mudanças que ocorrem com a natureza humana envolvem a dimensão do tempo, da pessoa, do processo e do contexto. O Contexto e o tempo, neste caso, são notadamente fatores que comprometem o desenvolvimento de políticas públicas neste intervalo.

Os desdobramentos dentro do ciclo de políticas públicas, mesmo que heurístico, sugerem que desde a identificação do problema até a implementação, é fundamental que um ator político insira na agenda política e depois na formal as propostas de solução do problema. Foi visto que em um modelo de lata de lixo, as soluções buscam problemas e os problemas buscam soluções. Mas, no caso em que não há soluções, nem há problema.

Este é o contexto. Também Moser, Rossetto Junior e Paiva (2016) apontaram a sistematização do dados como um desafio nacional a ser superado e, na perspectiva dos parceiros das cidades-sede de Belo Horizonte e Curitiba, reforçada por Preuss (2008) e Rossetto Junior (2016), o acompanhamento das modificações e impactos do legado devem ser realizados a longo prazo. A variável tempo pode ser um impeditivo ou facilitador do desenvolvimento das ações.

AMPLIAÇÃO DO ORÇAMENTO

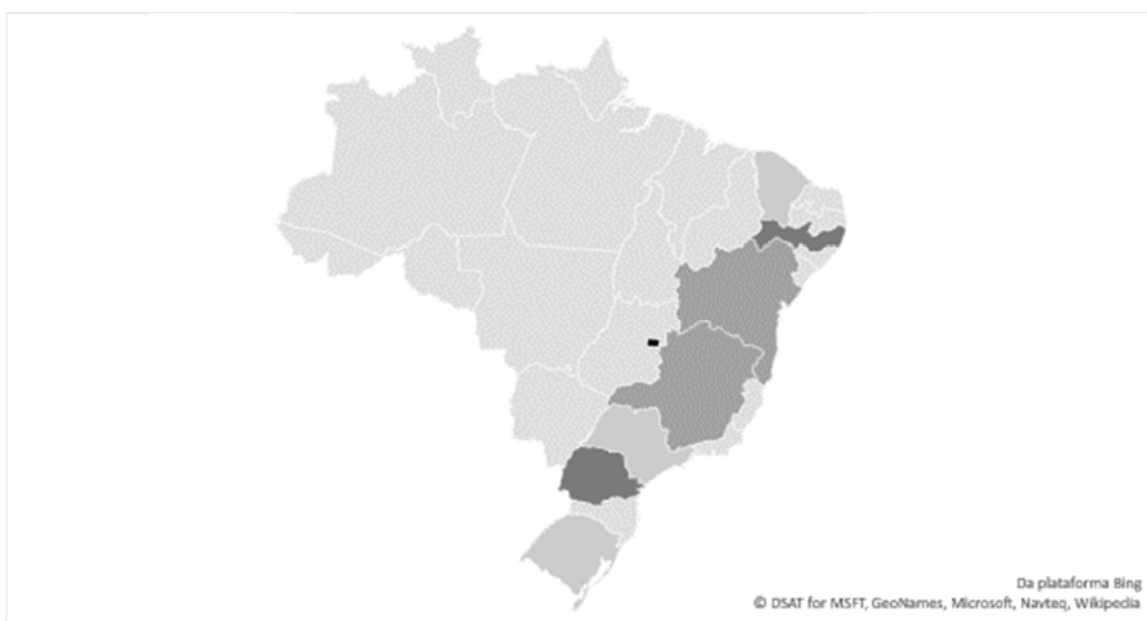
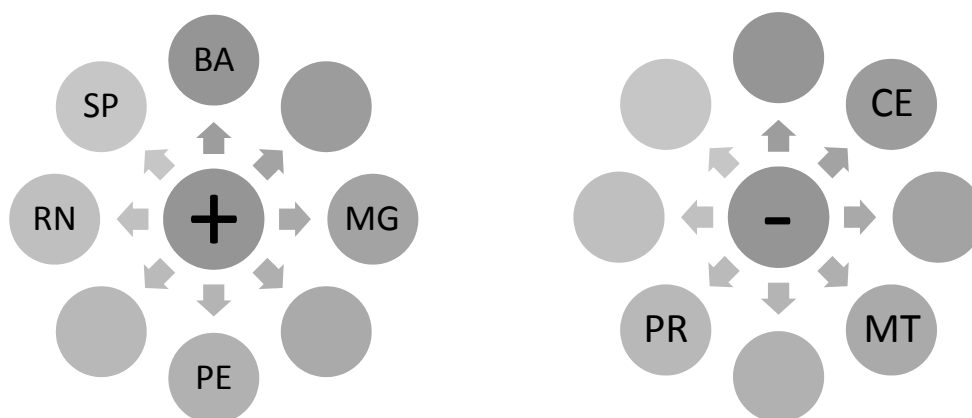


Figura 39 Incidência da meta Ampliação do Orçamento por cidade-sede



As cidades que elegeram o dinheiro como uma das prioridades foram, respectivamente, Brasília, Curitiba e Recife. Salvador e Belo Horizonte destinaram razoável energia à esta meta e Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo e Cuiabá fizeram alguma menção ao aumento de verbas.

Antes de anunciar os desdobramentos desta meta é de extrema importância convidar o leitor para um passeio em uma das mais interessantes utopias que rondam o cenário nacional do esporte. O termo utopia é aqui utilizado com a

acepção apresentada por Paiva, Rossetto Junior e Bógus (2015c). À luz da teoria das utopias do polonês Jerzy Szcahi, estes autores a relacionam com o esporte e os megaeventos, não como fantasia, como algo irreal ou impossível. Utopia seria o inédito viável. Uma espécie de contraposição à uma realidade que se pretende modificar. É inédita, mas é viável.

Isto posto, as pretensões anunciadas nas etapas do Projeto Cidades da Copa, no que diz respeito ao financiamento do esporte no país, se espelham nas aspirações das Conferências do Esporte (municipais, estaduais e nacional).

Na Conferência chegou-se a um número arbitrário que passou a ser proferido como um mantra em todo o país: 1% do orçamento destinado ao esporte.

Conforme Dagnino (2002), este é um efeito do desconhecimento dos procedimentos burocráticos por parte da população geral.

Durante a segunda etapa em Recife, por exemplo, um participante (representante da sociedade civil e de uma pequena associação de moradores), sugeriu um orçamento de 5% dos recursos de Recife para a pasta do esporte. Os funcionários do instituto orientaram que esta era uma meta irreal, uma vez que no cenário nacional a meta seria 1%.

Já foi apresentado anteriormente que as receitas públicas não podem ter vinculações, exceto as já existentes para educação e saúde.

Alguns municípios conseguem atingir um valor proporcional a 1%, mas isso ocorre como resultado de emendas parlamentares, bastante comuns, inclusive, realização de eventos ou parcerias público privadas.

Cuiabá, por exemplo, propôs uma meta de que a cidade destinasse um orçamento no mínimo igual ou superior ao do ano anterior à pasta do esporte. Se essa vinculação fosse possível, real e realizada, um dia o orçamento da prefeitura seria exclusivo do esporte.

Os dados encontrados na etapa de retorno demonstram que em algumas cidades o efeito foi positivo e a meta foi alcançada. Em outras houve retrocesso.

Por exemplo, em Curitiba, não avançou além de conversas com o vereador para propor leis de incentivo.

Natal, Recife e Salvador tiveram ampliação do orçamento para o esporte em decorrência da realização da Copa do Mundo, mas não há previsão futura de manutenção deste orçamento.

Na contramão do nordeste, Fortaleza vislumbrou um cenário menos promissor. Após a realização da Copa do Mundo o orçamento foi drasticamente reduzido, o quadro de funcionários foi reduzido e a secretaria experimentou o maior arrocho de todos os tempos na pasta do esporte.

O mesmo se pode dizer de Cuiabá.

Já no Sudeste, São Paulo e Belo Horizonte avançaram. São Paulo aprovou a lei de incentivo ao esporte e em Belo Horizonte as emendas parlamentares destinadas ao esporte permitiram a execução de, proporcionalmente, 1% do orçamento do município no ano da Copa.

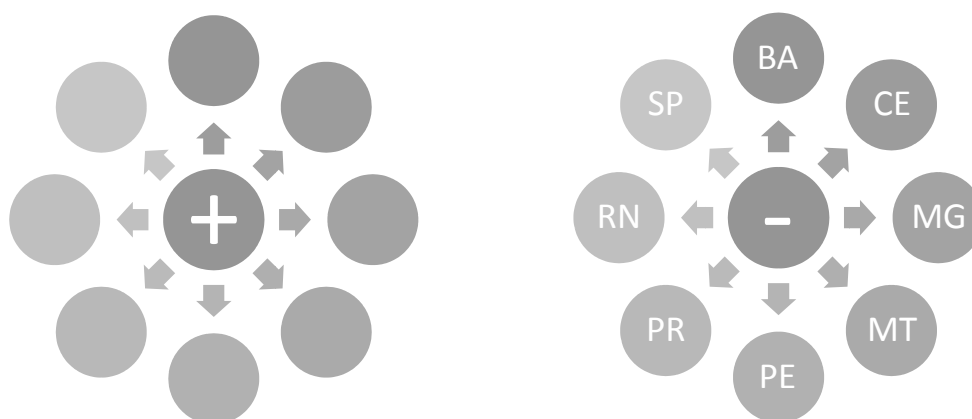
A atenção do leitor deve ser direcionada a este último aspecto. Não raro o orçamento ao esporte é amplificado por emendas parlamentares que geram benesses à localidade, mas não possibilitam um planejamento de longo prazo.

Se recorrermos novamente a Bronfenbrenner(1996), o contexto impede que o tempo haja. Mas, esse é o processo.

INCLUSÃO



Figura 40 Incidência da meta INCLUSÃO por cidade-sede



Nenhuma cidade-sede avançou. Mesmo Cuiabá, Fortaleza e Rio de Janeiro que despenderam maior atenção à questão, conforme a Fig. 40, em nenhuma delas, nem demais, foram feitas quaisquer ações que ampliassem as condições de participação para as pessoas com deficiência. A complexidade desta categoria, como qualquer outra, por certo, mas esta, em especial, se dá pelo fato de que não houve avanço substancial no território nacional em três questões centrais já debatidas, quais sejam Construção e Manutenção de equipamentos, ou seja, os programas de acessibilidade indispensáveis para o aumento da população com deficiência acessar os locais de prática e os próprios equipamentos; 2 – as Políticas

de Incentivo que favoreçam a participação como a mobilidade urbana, reserva de vagas ou quaisquer outras ações que priorizem esse público e 3 – a Qualificação Profissional que permitiria, na ausência destas duas últimas, oferecer condições para que os profissionais do movimento ofertassem oportunidades de práticas qualificadas que atendessem as características e necessidades das pessoas com deficiência.

Esta análise corrobora os dados apresentados há mais de uma década por Gimenez (2006) que aponta fatores como carência de recursos financeiros, humanos e materiais destinados ao atendimento nas áreas da saúde, educação, esporte e preparação para o trabalho.

Também Gimenez e Onha (2016, p.170) apontam outros elementos que possam contribuir para que a Educação Física e os esportes não sejam associados diretamente às políticas nacionais de inclusão.

No âmbito da educação física escolar, a inclusão de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais não tem sido um assunto tão amplamente discutido [...] em parte, por se acreditar que a educação física não contribui efetivamente para o processo de inclusão social da pessoa com deficiência. Outra premissa é a de que a Educação Física desfruta de uma conotação social historicamente atrelada à técnica e cujas práticas corporais propostas podem se tornar essencialmente excludentes. Vale ressaltar, ainda, o pressuposto de que os problemas de identidade, especificidade e objeto de estudo, próprios da área, contribuiriam para afastá-la de parte dos debates prementes na área da educação.

Neste momento, faz muito sentido recorrer às ideias apresentadas por Gimenez (2015). Para este autor, há uma visão reducionista por parte da sociedade em geral e dos profissionais da educação física, de maneira específica, quando o assunto é inclusão. Frequentemente o termo remete, exclusivamente, às pessoas com deficiência, mas não se levam em considerações as múltiplas facetas da exclusão. Por exemplo, as crianças menos habilidosas, os gordinhos, os baixinhos, as mulheres, os homossexuais, os alunos de diferentes etnias que se encontram no ambiente escolar. Para este autor, ainda que existam políticas nacionais que garantam a inclusão em certos contextos a partir de leis, a mesma não ocorre por legitimidade. Daí se depreende, por exemplo, haver inclusão na escola, mas não da escola.

Por fim, há um aspecto que deve ser considerado, mas que jamais é posto em tela. Sob um falso discurso da inclusão, atualmente, os mais habilidosos ficam de fora das práticas corporais ou esportivas. As aulas, muitas vezes, na tentativa de democratizar as oportunidades de prática acabam por segregar os mais habilidosos. Estes se tornam o ajudante do professor, do colega, o arbitro, entre outras tarefas que não estabelecem relações diretas com as práticas motoras ou esportivas planejadas pelos professores, mas invariavelmente, este grupo de alunos não encontra nas aulas de educação física e esportes que se pretendem inclusivas, oportunidades genuínas de desenvolverem suas capacidades e habilidades.

O paradoxo da inclusão excludente.

Diante deste cipoal de demandas, as cidades-sede optaram por “não incluir” o tópico em suas ações cotidianas.

DESCENTRALIZAR O ATENDIMENTO

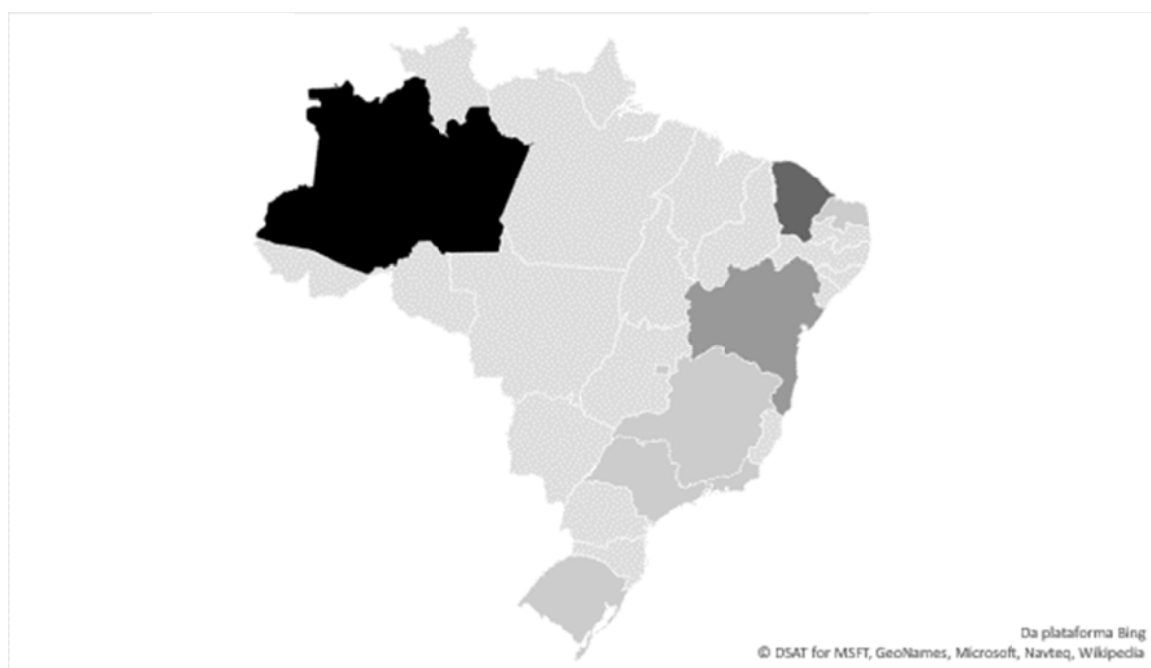
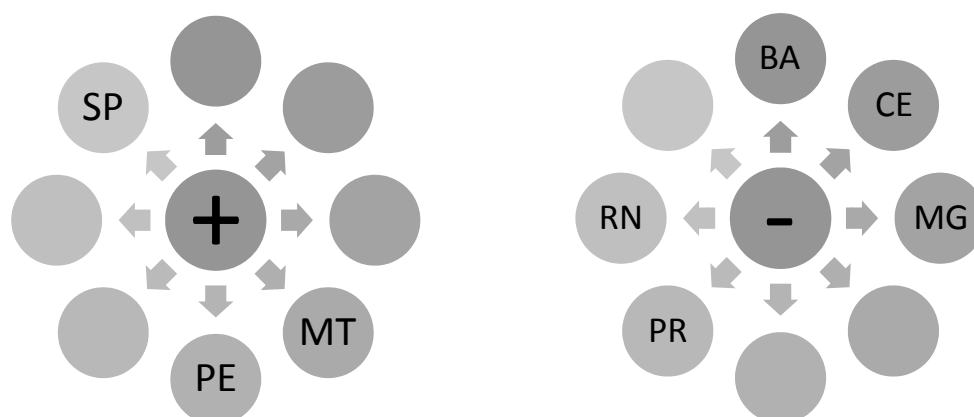


Figura 41 Incidência da meta DESCENTRALIZAR O ATENDIMENTO por cidade-sede



Seria importante conhecer os dados de Manaus para recorrer à expressão, em casa de ferreiro, espeto é de pau. As cidades que mais indicaram a descentralização do atendimento com meta para garantir o legado de democratização do acesso ao esporte foram as que menos avançaram neste item.

Fortaleza não conseguiu desenvolver programas que atendessem todas as localidades do município e, em Salvador, o quadro era idêntico ao encontrado

quando da elaboração do plano. A diretoria de esportes realiza eventos esportivos como ruas de lazer de forma itinerante em diferentes bairros, mas com intervalo muito dilatado de retorno nas comunidades atendidas de mais de um ano. Eventos esporádicos não produzirão os efeitos esperados de sensibilização da população à prática esportiva.

Em Natal a explicação do atendimento não ter se dilatado foi que a Zona Norte é a que tem maior vulnerabilidade social e por isso os programas de esportes estavam direcionados, prioritariamente para lá. Moser, Rossetto Junior e Paiva (2016) já sugeriam que existe, no Brasil, uma visão muito equivocada sobre o papel social do esporte. É quase como dizer que os que não estão em condições de vulnerabilidade social não necessitem ou tenham o direito à prática oferecida pelos órgãos públicos.

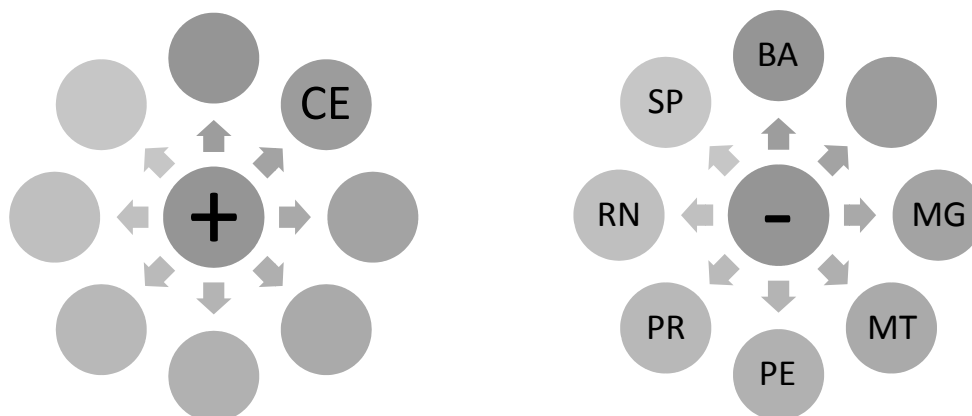
Já em Cuiabá e Recife a introdução dos programas federais PELC e Segundo Tempo possibilitou atender outros pontos da cidade menos favorecidos.

Em São Paulo a prefeitura identificou que o atendimento em áreas de risco social era realizado por ONGs. Estrategicamente optou por estabelecer parcerias público privadas e aumentou o atendimento. Avançou em locais e quantidade de público, mas os dados não eram absolutos e consistentes.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR



Figura 42 Incidência da meta EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR por cidade-sede



Outro ponto crítico para o legado social e esportivo. As metas propostas para a educação física escolar não avançaram , com exceção de Fortaleza.

Já se discutiu anteriormente que o que aqui se propõe, não é como também sugerem Bracht e Almeida (2003), que a escola se transforma o celeiro de futuros atletas. Mas o que está em tela é que o ambiente escolar tem um potencial inigualável para construir, ou desconstruir, o hábito por certos comportamentos, por exemplo, o de praticar atividades físicas, esportes jogos e brincadeiras.

A interconexão de metas não executadas como políticas de incentivo, aquisição de materiais e manutenção de equipamentos, qualificação profissional e inclusão acabam por inviabilizar o fomento universal ao esporte.

Os processos de universalização do ensino que o Brasil experimentou nas últimas décadas permitiram, ainda que com algumas exceções, que todas as crianças em idade regular para o ensino fundamental I tivessem acesso à educação.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Nacionais da Educação (9394/1996), a educação física é um componente curricular obrigatório da educação infantil.

Moser, Rossetto Junior e Paiva (2016 p.5) apontaram que:

Ainda mais quando o esporte é entendido como direito do cidadão, como é o caso da Brasil, regulamentado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e Adolescente, o que torna o Estado responsável pelo seu desenvolvimento. Entretanto, em pesquisa realizada pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Pesquisa) apontou que 30% das escolas públicas brasileiras não possuem espaço destinado a Educação Física – na zona rural chega a 50% e no Nordeste aumenta para 51% (REVISTA EF, 2012).

Este pesquisador analisa de forma crítica a maneira como a lei 9394/96 é executada no país. A educação básica compreende os ciclos Infantil, Fundamental e Médio. O ciclo infantil, por sua vez é subdividido em creche e pré-escola. Em ambas etapas não há obrigatoriedade de que a Educação Física seja ministrada por um especialista. O ensino fundamental, também é compartimentalizado em etapas I e II. Onde no fundamental I não exige a presença de um professor de Educação Física. Somente a partir da segunda etapa do fundamental I e no ensino médio é que este requisito aparece na lei.

Este texto não pretende fazer nenhuma apologia à presença de especialistas da disciplina nos ciclos não contemplados, mas por em tela que há leis nacionais previstas na constituição que consubstanciam o esporte e a educação física escolar como direito de todos os cidadãos, mas que na prática não se efetivam.

Mesmo em Fortaleza, as propostas de implantar a Educação Física em todos os ciclos e contratar professores não se concretizaram. O avanço foi considerado devido a aquisição e distribuição de materiais (FIG 34).

Recife pretendia distribuir materiais nas escolas, mas o foco do material recaiu sobre o Programa Recife Bom de Bola. Ainda, propôs uma meta interessante de criar uma comissão de Educação Física e esportes na Secretaria de Educação,

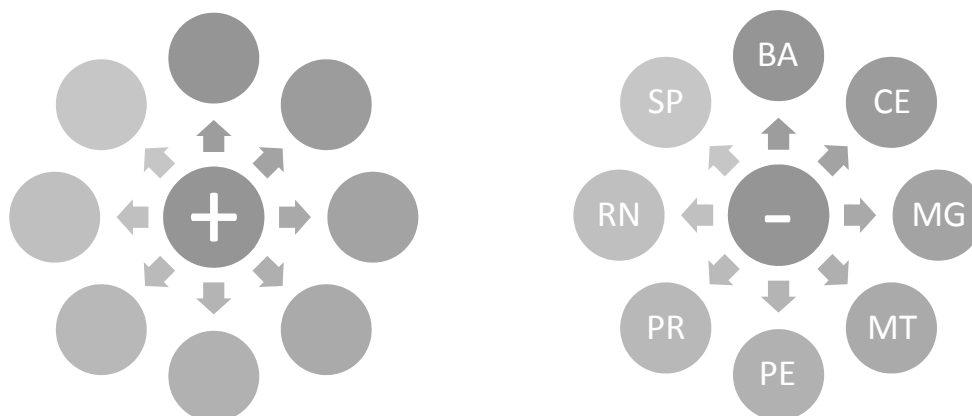
mas foi negada pelos secretários. Em Cuiabá e Belo Horizonte os diversos projetos de lei para asseverar a Educação Física de qualidade foram reprovados nas câmaras de vereadores respectivas.

As demais cidades declaram simplesmente não conseguir nenhum avanço.

CONSELHO MUNICIPAL



Figura 43 Incidência da meta CONSELHO MUNICIPAL por cidade-sede



Instaurar, dinamizar, dar transparência, aumentar a participação, envolver os setores público, privado e a sociedade civil, entre tantas outras aspirações das diferentes cidades-sede, parecem sinalizar uma tentativa de transfigurar os sujeitos locais envolvidos, de alguma forma, com a prática esportiva, de plateia para atores políticos.

Fica claro que todos querem alguma representatividade na tomada de decisão sobre o esporte nas cidades.

Retomando o debate realizado nos capítulos anteriores, os participantes pressupõem que há possibilidade de interferir nos desdobramentos das políticas públicas. Os modelos pluralistas e *botton-up* (Secchi, 2014) ratificam estas expectativas.

Para que se instaure um Conselho Municipal de qualquer secretaria ou área social em uma cidade, é necessário que o mesmo seja aprovado em votação aberta na câmara dos vereadores.

Em todas as cidades-sede da região nordeste (Fortaleza, Natal, Recife e Salvador) o projeto foi reprovado na câmara municipal.

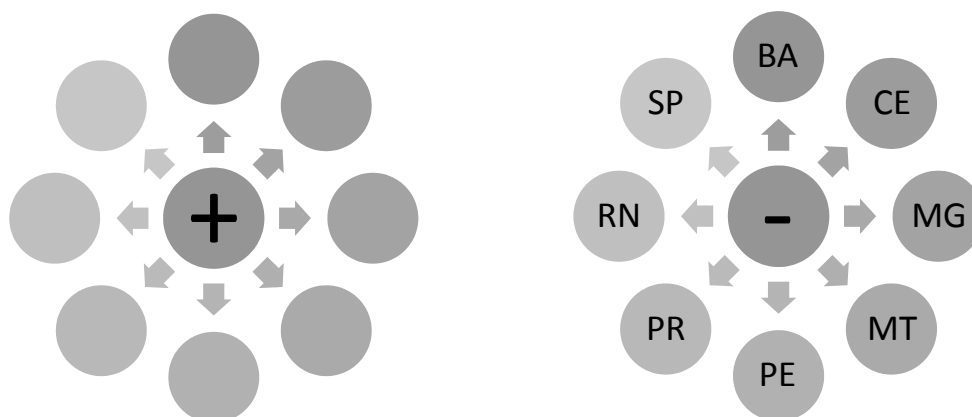
Em Cuiabá, onde o conselho já existia, houve retrocesso, por exemplo, a secretaria de educação saiu do conselho e o mandato de dez anos é muito extenso. A proposta de redução não foi aprovada.

Vale chamar atenção às denúncias realizadas por Paiva, Rossetto Junior e Bógus (2015a, 2015b e 2015c). Não é porque uma cidade permite a instauração de um conselho municipal que esta prática deva se replicar em todas as demais. O fato de haver um conselho não significa, de forma alguma, que este participará efetivamente da tomada de decisões da agenda formal. Ainda, toda vez que houver troca de gestão, os mecanismos de tomada e manutenção de poder propostos por Maquiavel são utilizados. Os subordinados são substituídos, as ações se cercam de obscuridade, toda força contrária aos interesses dos governantes será fortemente combatida. O conselho, ainda que se pretenda configurar como um espaço legítimo de participação social nas decisões sobre os rumos do esporte em cada cidade-sede, não se demonstra mais que uma utopia, no sentido Szachiano, no presente momento.

ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO



Figura 44 Incidência da meta ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO por cidade-sede



Neste aspecto também não houve avanço em nenhuma cidade.

Em Fortaleza existe um projeto de conceder a gestão das Areninhas de esporte ao conselho gestor das comunidades. Algumas experiências já estavam em andamento e com resultados aparentemente positivos. No entanto, estas ações não estabelecem relação alguma com o Projeto Cidades da Copa por dois motivos: 1 – já aconteciam antes da chegada do projeto fazem parte do plano de governo e 2- as

metas estipuladas pela cidade de envolvimento comunitário pressupunham a constituição do conselho, o que não ocorreu.

Este pesquisador sugere que há uma espécie de incoerência ou paradoxo neste ponto.

Se o que se esperava, por exemplo, com a meta anterior do Conselho Municipal era que houvesse uma maior permeabilidade das ações governamentais às ações das instituições e funcionários de carreira das próprias secretarias, por extensão, devia haver igual permeabilidade à participação da sociedade civil e dos líderes comunitários nas ações desenvolvidas pelas secretarias e instituições.

O que se viu com as etapas de retorno é que nenhuma instituição ou secretaria realizou ações concretas de aproximação com as comunidades.

Sem estabelecer juízo de valores, apenas para clarear o que pode ter acontecido, se há uma escala em que o governo está no topo das decisões e as comunidades estão na base, secretarias e instituições, à medida em que não conseguiram ascender ao nível governamental, proporcionalmente não permitiram ou criaram canais de ascensão das comunidades às atividades desenvolvidas por estes órgãos ou instituições.

Uma espécie de toma lá, dá cá. Mesmo que não intencional, a permeabilidade e transparência que tanto se propaga ou se roga não passa de discurso vazio.

Ao mesmo tempo, prenunciar que o legado depende de maior envolvimento social e comunitário é realmente falacioso por, pelo menos, dois aspectos: 1 – as cidades não realizaram esforços efetivos de envolvimento comunitário, como se viu acima e 2 – Como já foi anunciado por Dagnino (2002), a sociedade em geral desconhece os mecanismos e estruturas burocráticas de funcionamento das ações dos governos e instituições. Por esse motivo se perpetuam sempre as mesmas pessoas e instituições no poder.

São inversamente proporcionais a vontade de ascender e a recusa em permitir maior permeabilidade e participação generalizada na tomada de qualquer decisão.

Assim, Conselhos não se efetivam da mesma forma que o envolvimento comunitário não avança.

DIVERSIFICAR AS MODALIDADES

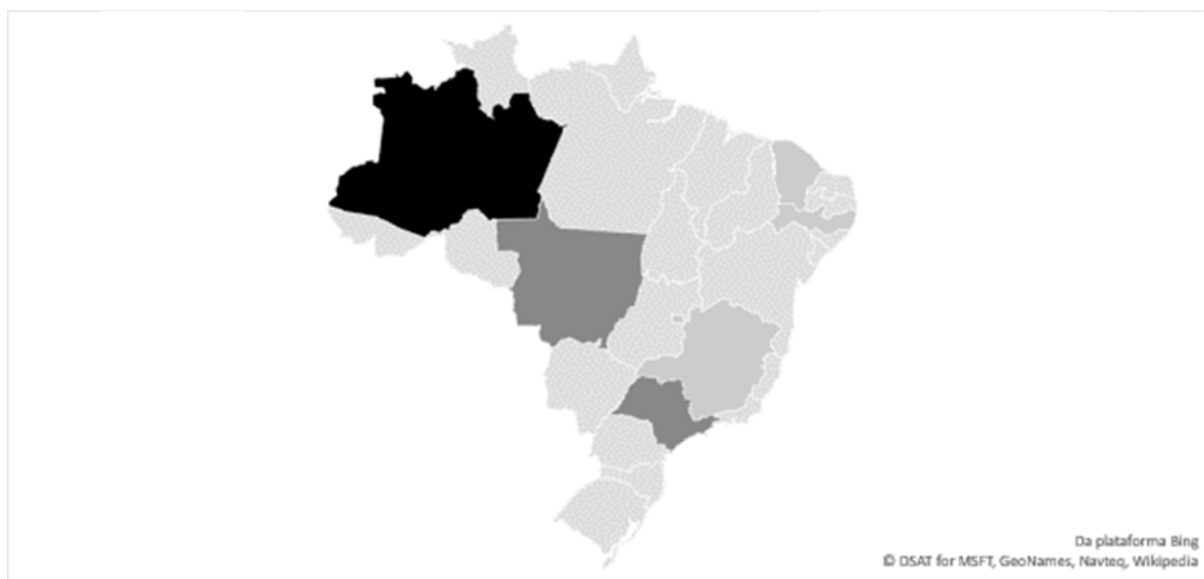
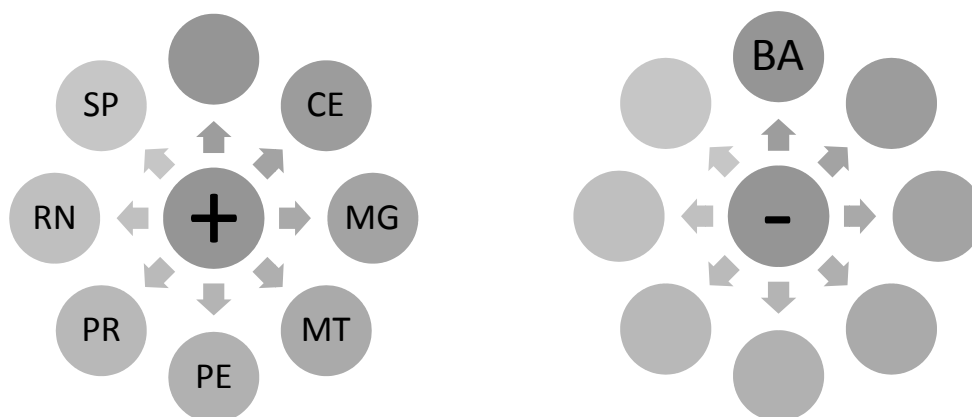


Figura 45 Incidência da meta DIVERSIFICAR AS MODALIDADES por cidade-sede



Em relação à diversificação das modalidades foi possível identificar avanço não apenas nas cidades que estipularam esta meta, mas também em outras, com, por exemplo, Curitiba.

Salvador não demonstrou nos planos de ação necessidade de diversificar as modalidades e não despendeu nenhum esforço para que isso acontecesse. Não avançou;

Em Cuiabá, Curitiba e Recife o avanço se deu em função de parcerias entre governos municipal e federal e adoção de programas como o Programa Esportes e Lazer nas Cidades e Segundo Tempo. Tais programas oferecem apoio aos municípios e dinamizam atividades por meio, inclusive, do oferecimento de diferentes modalidades.

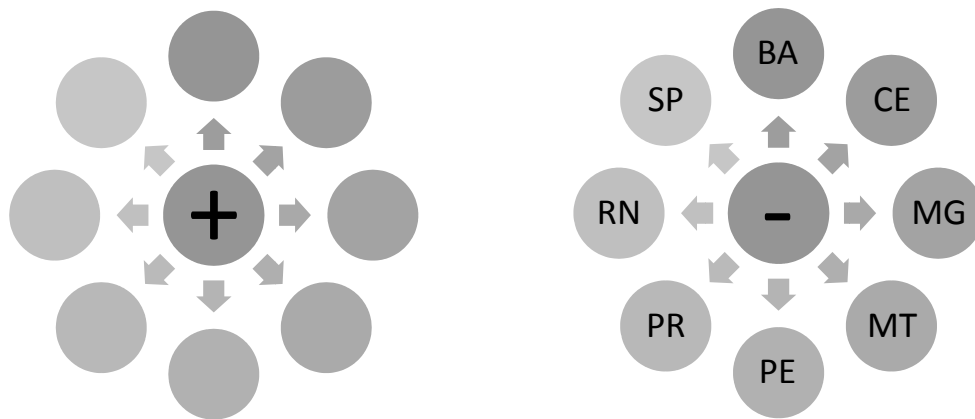
Curitiba, que não estipulou esta meta nos planos, aderiu a um programa chamado Projeto Portal do Futuro Nacional.

Fortaleza, Natal e São Paulo ampliaram o número de modalidades e os gestores disseram que mesmo com razoável fragilidade, o levantamento de dados diagnósticos para o Projeto Cidades da Copa permitiu identificar uma fragilidade quanto à diversificação. Avançaram e o mérito é do Projeto Cidades da Copa.

CONTRATAÇÃO PROFISSIONAL



Figura 46 Incidência da meta CONTRATAÇÃO PROFISSIONAL por cidade-sede



Mais um aspecto em que nenhuma cidade-sede da Copa do Mundo conseguiu avançar com as metas que possibilitariam a consecução do legado social e esportivo do megaevento.

Os argumentos utilizados pelos representantes quando da etapa de retorno são de conhecimento de todos e não surpreenderão o leitor.

Os participantes não têm ingerência pois compõem a plateia política.

Os atores políticos de verdade não identificam a falta de profissionais como um problema que valha a pena ser inserido nas agendas política e ou formal (RAEDER, 2014). Recorrendo ao que foi debatido, a inserção de um problema na agenda depende de atenção de atores, resolubilidade e competência (COBB e ELDER, 1983 citados por CAPELLA e TAVARES 2014). A contratação de profissionais na esfera estatal depende da realização de concurso público e pressupõe manutenção vitalícia do servidor no cargo. Por este motivo é muito ponderada antes de ser autorizada. Nos setores privados e nas ONGs, depende de ampliação dos lucros e igual crescimento de dívidas futuras com o passivo trabalhista, também por isso evitados quando possível.

São Paulo demonstrou certas particularidades. Em primeiro lugar porque foi a única cidade que mencionou contratação diversificada de profissionais relacionados ao esporte e, não necessariamente, professores de Educação Física. A explicação dada é que os especialistas acabam sendo transferidos para trabalhos administrativos e burocráticos e deixam lacunas no atendimento à população no aspecto de práticas esportivas. Ainda, que a constituição de uma equipe multidisciplinar como pedagogos, nutricionais, psicólogos e administradores para os trabalhos internos na secretaria contribuíram para uma maior qualificação das atividades oferecidas. Era também a cidade com maior número de profissionais aposentados ou prestes a se aposentar compondo os cargos da secretaria o que sinalizava um risco alto que em curto prazo houvesse uma redução do número de profissionais caso não acontecesse uma reposição via concurso com urgência.

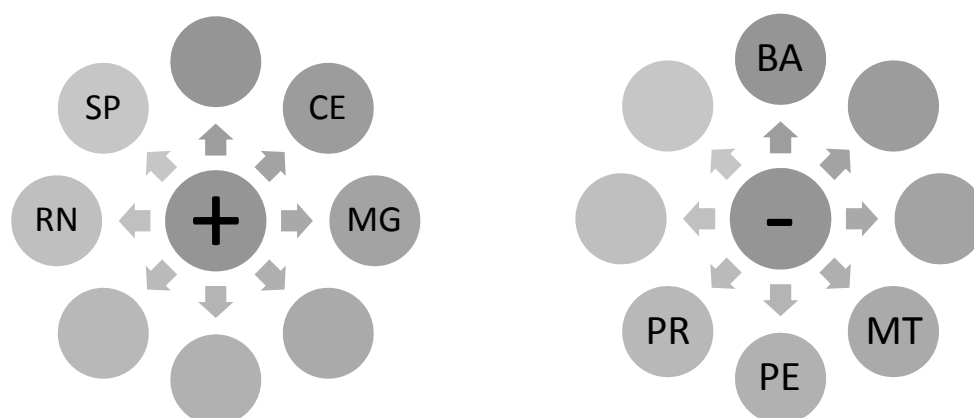
Não aconteceu.

Cuiabá e Fortaleza retrocederam. Logo as duas cidades que sequer manifestaram necessidades de ampliação nesta meta, sofreram cortes drásticos do orçamento após a realização da Copa do Mundo, o que resultou em demissão elevada de funcionários não concursados.

TORNEIOS E EVENTOS ESPORTIVOS



Figura 47 Incidência da meta TORNEIOS E EVENTOS ESPORTIVOS por cidade-sede



Das cidades que mais manifestaram interesse em aumentar ou dinamizar o número e frequência dos eventos e torneios esportivos, Curitiba e Fortaleza, somente a segunda conseguiu realizar alguma ação que possibilitasse a consecução da meta.

Foram desenvolvidos eventos esportivos em parceria com as federações das diferentes modalidades. Vale lembrar que uma das estratégias adotadas por

Fortaleza foi vincular o apoio às federações concedendo materiais e espaços públicos mediante alguma contrapartida. Os eventos e cursos técnicos efetivaram o que se propôs com as parcerias.

Curitiba não sinalizou nenhum novo evento ou qualquer outra forma de dinamizar o que já acontecia no município.

Salvador demonstrou imensa fragilidade na gestão, não consegue divulgar os eventos realizados, tem o orçamento mais baixo para a pasta entre as cidades-sede, problemas com calendário e dificuldade em cumprir os eventos propostos e estabeleceu, ainda assim, como meta, ampliar o número de torneios e eventos como legado da Copa do Mundo. Estava anunciado o fracasso. Não avançou em nada. Nem em número novos nem na gestão dos que já aconteciam.

A cidade de Natal, com o aumento do orçamento, pode realizar mais ações esportivas no período de realização da Copa do Mundo. Pretendiam desenvolver uma rua de lazer por mês e quatro eventos esportivos de diferentes modalidades. Entregaram 78 eventos no período de um ano, registrados com imagens e listas de participação.

As cidades de São Paulo e Belo Horizonte avançaram justamente por terem diminuído o número de eventos. Ainda que estas cidades não tenham anunciado a intenção de ampliar o número de eventos, este pesquisador registrou, durante a execução das etapas, um certo incomodo com o grande número de eventos e torneios esportivo que não se configuram processos viáveis de sensibilização e fidelização do público às práticas esportivas. Ao contrário, sinalizaram uma concentração elevada de recursos aos eventos e à dimensão esportiva de rendimento, sucateando programas e projetos subfinanciados de atendimento direto e frequente das crianças e jovens.

A reorganização com redistribuição do orçamento entre as três manifestações do esporte são um avanço.

Autores como Mascarenhas et al (2014), Moser, Rossetto Junior e Paiva (2016) e Rossetto Junior (2016) já chamaram atenção ao fato das agendas da mídia, política e formal no Brasil, no âmbito esportivo, estarem comprometidas prioritariamente com eventos. Não há de se ignorar que a agenda da mídia comprometida com eventos é esperada, mas a agenda política e formal seguirem seus percursos nos trilhos da mídia apresentam um efeito colateral conhecido de

todos: evasão, afastamento das práticas corporais, sedentarismo, oportunidades seletivas priorizando os habilidosos, entre outros.

PLANO MUNICIPAL DE ESPORTES

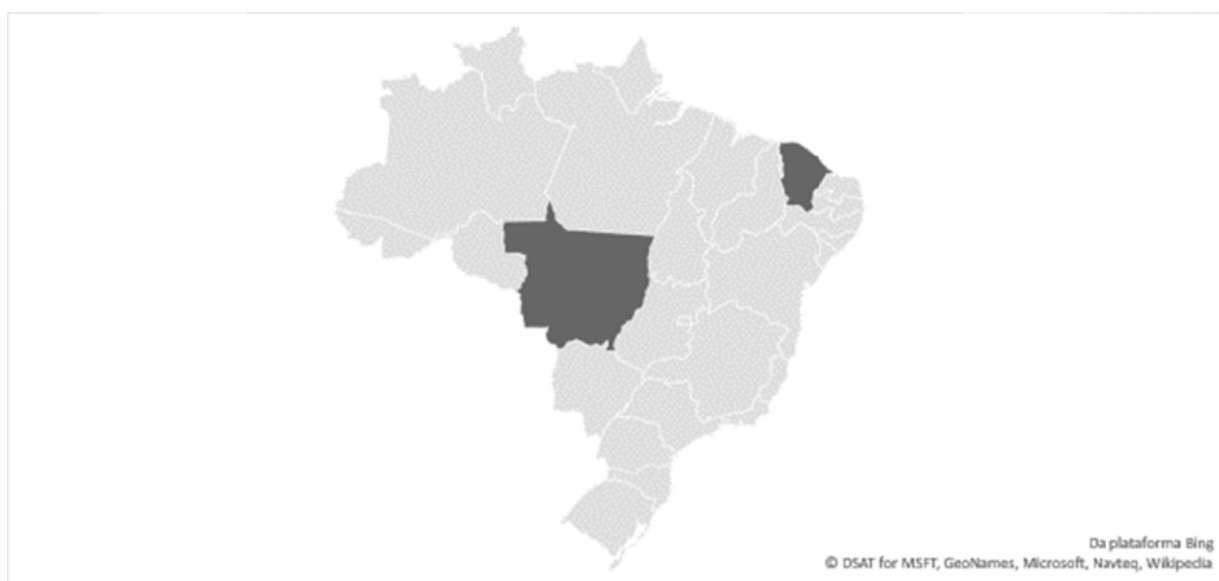
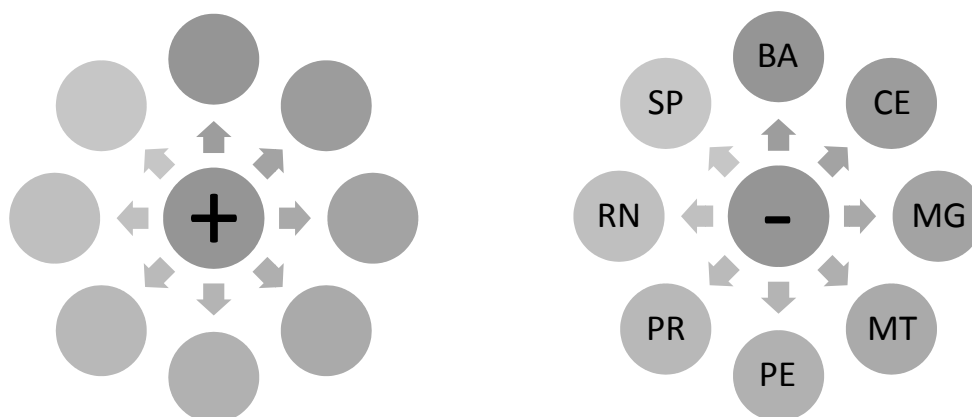


Figura 48 Incidência da meta PLANO MUNICIPAL DE ESPORTES por cidade-sede



Curiosamente, ou não, a meta de Plano Municipal de Esportes foi praticamente ignorada pelas cidades-sede (10 de 12). Somente Cuiabá e Fortaleza mencionaram que um legado social e esportivo de um megaevento esportivo passa pela sistematização e documentação de um plano de metas que orientem as ações dos gestores dos municípios.

O Projeto Cidades Da Copa tinha como principal produto um Plano Municipal, no entanto extraoficial.

Para este pesquisador, é como se um país ratificasse Dagnino (2002) que afirma que o desconhecimento da população em relação aos tramites burocráticos acaba por impedir que esta participe das ações governamentais.

Autores como Coakley e Souza (2013), Moser, Rossetto Junior e Paiva (2016), Paiva e Rossetto Junior (2014), Preuss (2008), Rossetto Junior (2016) Rubio (2008), entre outros, já renunciaram que existem legados positivos e negativos. Haverá um legado social esportivo positivo se, e somente se, houver planejamento e comprometimento intencional com a consecução de metas previamente definidas a serem perseguidas pelos diferentes subníveis de governo.

Na ausência destes documentos orientadores, só discurso vazio, promessas e falácias.

7 Pênaltis

7.1 Considerações Finais

Como em toda partida da Copa FIFA, especialmente aquelas em que a seleção canarinho está em campo, o povo brasileiro torce de forma sem igual em todo o mundo e experimenta emoções únicas. Estas emoções que se apresentam de quatro em quatro anos, possibilitam um maior espírito nacionalista, aproximam as pessoas nas ruas, diminuem as percepções sobre as mazelas que assolam o povo durante o período que antecede e sucede os jogos e trazem a esperança de que a taça simbolize as possibilidades de vitória de toda uma nação.

Infelizmente, na Copa do Mundo FIFA de 2014, não houve qualquer motivo para o povo brasileiro comemorar. Nem taça. Nem hino. A característica mais marcante do esporte de rendimento se fez presente nas arenas tupiniquins. Para que haja um vencedor, é necessário que haja um perdedor.

Autores como Paiva e Rossetto Junior (2014) Preuss (2008), Rossetto Junior (2016) já alertaram para este fato. Quando da realização de um megaevento esportivo há sempre um legado, seja ele positivo ou negativo. Existem ganhadores e perdedores.

Muitos saíram ganhando com a Copa no Brasil. A FIFA, principalmente, ao criar um Estado de exceção nas leis sobre impostos, regulamentações, entre outras. As grandes construtoras envolvidas no conluio de corrupção para construção de arenas descartáveis, estradas, rodovias, avenidas, túneis, viadutos, aeroportos e mais um sem número de obras financiadas com dinheiro público. Dinheiro de impostos cobrados do povo brasileiro. Os atores políticos comprometidos com o enriquecimento ilícito. Os clubes de futebol que se vincularam ao capital estrangeiro e fazem da Copa a vitrine para “anunciar” seus jogadores-produto, ou atletas-mercadoria como sugerem Capela e Tavares (2014) e Rossetto Junior (2016).

Aqui não se pretende, de forma alguma, sugerir que os avanços nas áreas de telecomunicações, transportes públicos, segurança, mobilidade urbana, entre outros que possam ter ocorrido em decorrência do megaevento não sejam legados positivos para a população. Ou, conforme Carvalho (2013), Filgueira (2008) e Proni (2014) com as melhorias realizadas, como infraestrutura,

conhecimento, tecnologia, entre outras áreas, para a realização de megaevento esportivo, provavelmente, parcelas significativas da população terão acesso às benfeitorias consideradas como legado.

No entanto, não se pode perder de vista que, quando da realização de um megaevento, em quaisquer áreas, é esperado que haja um legado positivo para o país ou cidade-sede. No caso dos eventos esportivos, estes legados não têm se concretizado.

Este trabalho pretendeu verificar se, e em que medida, as doze cidades-sede brasileiras que receberam a Copa do Mundo de Futebol F.I.F.A. planejaram programas de democratização esportiva como legado do megaevento e qual o impacto de um projeto de promoção do legado social e esportivo na constituição de políticas públicas de universalização de acesso ao esporte.

O monitoramento das ações desenvolvidas pelos diferentes subníveis de governo permite afirmar que não houve planejamento, por parte das doze cidades-sede, para promover um legado esportivo. A ampliação das oportunidades de prática de atividade física e esportes fez parte dos discursos políticos, das metas estabelecidas pelos governos, dos documentos que orientam os programas de esporte e lazer no país, mas efetivamente, em decorrência do megaevento Copa do Mundo F.I.F.A de Futebol 2014 não houve projeto de fomento ao esporte de maneira universal.

Outros países que sediaram o megaevento também impuseram a si mesmos, de maneira mais ambiciosa ou discreta, propostas de democratização e universalização de acesso ao esporte. Os dados da literatura apontados por Cashman (2003), Gibson (2015) Girginov e Hills (2008), Bloyze e Lovett (2012), Mast, Reis e Puhse (2017) e Woodhouse (2016) sugerem que não há correlação percebida entre sediar eventos esportivos e aumentar o número de adeptos frequentes às práticas corporais.

Uma das campanhas mais audaciosas neste sentido, o programa *London Legacy- International Inspiration* fracassou em movimentar milhões de crianças e jovens em todo o mundo. Quando da ocorrência da crise financeira de 2008, o financiamento global de programas de incentivo ao esporte foi cortado e, mesmo no Reino Unido, o programa não obteve sucesso como pronunciado (GIBSON, 2015; WOODHOUSE, 2016).

No Brasil, organizações do terceiro setor que se iludiram com as possibilidades de universalização do acesso ao esporte, a partir do megaevento, agiram de forma precoce em percorrer o país com dinheiro de renúncia fiscal. Inspirados no programa inspiração internacional deixam claro mais uma vez que o modelo de replicação de boas práticas é infrutífero (FARAH, 2008). Especialmente quando as boas práticas nem são tão boas.

O acompanhamento durante os anos de 2012 até 2016 das ações realizadas pelo Projeto Cidades da Copa em todas as doze cidades-sede da Copa do Mundo F.I.F.A. 2014, antes e depois do megaevento, permitiu verificar que dentre as 313 metas enquadradas nas 22 categorias, o legado deixado pelo Projeto foi pífio, mas deixou lições preciosas para outras cidades que sediarem megaeventos esportivos no futuro. Cabe lembrar que estas lições não podem e não devem ser assumidas como práticas para serem replicadas ignorando as características de cada localidade, para que não se incorra o mesmo erro cometido pelas instituições que capitanearam o Cidades da Copa (FARAH, 2008; PAIVA E ROSSETTO JUNIOR, 2014; PAIVA, ROSSETTO JUNIOR E BÓGUS, 2015B; ROSSETTO JUNIOR, 2016).

A principal ação do Projeto Cidades da Copa, a elaboração do Plano de Ação e entrega às autoridades, apareceu como última prioridade das cidades-sede. Lembrado por apenas duas e não avançou absolutamente nada em nenhuma delas. Aparentemente, os participantes do Projeto não compreendem a importância de elaborar um documento que registre e oriente o legado. Conforme Filgueira(2008) Preuss (2008), Paiva e Rossetto Junior (2014) e Rossetto Junior (2016), os megaeventos proporcionarão um legado positivo se, e somente se, houver um planejamento estratégico previamente estabelecido e monitorado durante um longo período de tempo. Sem planejamento, não há legado. Talvez o acaso possibilite alguns resultados que não se perpetuem a longo prazo.

Quando parece que se está descortinando uma realidade que se replica em todo o mundo, mas que deve ser analisada no contexto nacional, a de que ações e políticas públicas acontecem sem nenhum tipo de comprometimento com estudos mais sérios, a comunidade acadêmica que participou do Projeto Cidades da Copa não deixou de dar seu mal exemplo e sua módica contribuição.

Os conselhos municipais, que pressupõem a participação da população na tomada de decisão na elaboração da agenda, não progrediram.

Não por menos, sinaliza Dagnino (2002), que a população não compreende o funcionamento da estrutura de burocracia do estado e a inexistência de espaços de participação democrática colabora para que poucas pessoas ou instituições se perpetuem no palco político na condição de ator, enquanto a população em geral não passa de plateia.

O envolvimento comunitário e os programas de incentivos à população não se concretizaram em nenhuma cidade.

Moser, Rossetto Junior e Paiva (2016) alertavam ao fato de que era improtelável o aumento do número de profissionais para trabalharem com esporte nas prefeituras, secretarias e instituições participantes. Este aspecto não só foi corroborado neste estudo, mas identificou-se que algumas cidades tiveram uma diminuição do número de profissionais depois da Copa do Mundo. Neste sentido, a realização da Copa comprometeu oportunidades de prática esportiva nestas cidades-sede.

Nenhuma cidade que se comprometeu com metas sobre inclusão demonstrou quaisquer avanços na consecução das propostas. Isso demonstra, acima de tudo, uma interpretação equivocada sobre o conceito de inclusão, claramente delimitado sob a perspectiva de deficiências.

Outro aspecto já identificado em pesquisas anteriores (Paiva E Rossetto Junior, 2014; Moser, Rossetto Junior E Paiva, 2016) demonstrava o quão precárias eram as estruturas e os mecanismos de gestão do esporte no país. Outro texto (Paiva, Rossetto Junior e Bógus, 2015^a) analisava a forma medieval como o esporte é gerido no país. Mais uma vez estas metas não receberam qualquer atenção e nenhuma cidade avançou na qualificação da gestão.

Algumas ações foram realizadas e permitiram a consecução de uma ou outra meta, mesmo que de forma embrionária.

Todas as cidades-sede da Copa do Mundo, em maior ou menor escala, tem problemas sérios de sistematização dos dados referentes à prática esportiva. Interessante chamar atenção do leitor ao fato de que, se for realizada uma pesquisa no IBGE, por exemplo, ou no INEP, sobre o número de crianças em idade escolar numa determinada cidade-sede da Copa do Mundo e qual a porcentagem de matrículas em escolas públicas, estes dados estarão disponíveis em segundos. Se for perguntado a qualquer secretaria de educação alguns dados

referentes ao número de escolas, média de alunos matriculados em cada unidade e porcentagem de frequência dos alunos, rapidamente esta informação estará disponível. No caso do esporte, não. Estes dados são confusos, inferidos, em muitos casos ultrapassados e mesmo assim, diante de um quadro onde praticamente não se conhece o cenário real de administração do esporte, apenas duas cidades demonstraram algum avanço.

As tentativas de fomentar o esporte por meio de leis e políticas de incentivo se viram frustradas. Apenas São Paulo conseguiu aprovar uma lei de incentivo ao esporte. Em Fortaleza não foi possível confirmar, uma vez que a aprovação anunciada não foi publicada. Em outras cidades as leis foram, efetivamente, vetadas. Como sugerem Bracht e Almeida (2003), há uma pseudo-valorização da educação física e do esporte no país. Os discursos anunciam o quão importantes são estas práticas para a população, mas as políticas públicas em nada colaboram para a qualificação das oportunidades de práticas, por exemplo, nas escolas.

Não por menos, estes autores citados dizem que os profissionais que atuam na escola não têm um ambiente adequado e que as escolas não recebem materiais qualificados. Os dados deste estudo corroboram a afirmação. Apenas Fortaleza e Recife adquiriram materiais que chegariam às escolas. Mas vale lembrar, em Recife a prioridade dos materiais era para o programa Recife Bom de Bola e em Fortaleza, os dados, se atualizados, mostram que cada escola recebera um valor relativamente pequeno para adquirir materiais.

Sobre este aspecto é interessante notar que, diferente do que este pesquisador e, provavelmente, outros comprometidos com a Educação Física no país acreditavam, a Educação Física escolar não esteve nem entre as dez metas mais recorrentes nas cidades-sede. Duas coisas podem ser inferidas: 1- os professores que atuam neste ambiente não puderam participar das atividades do Projeto Cidades da Copa por não terem sido liberados das unidades e, neste sentido, não foram representados nos planos e; 2- os participantes, vinculados ou não ao ambiente escolar, realmente não julgam que a qualificação de quaisquer fatores relacionados à Educação Física escolar contribuiria para os processos de universalização de acesso ao esporte e às práticas corporais.

Os programas de formação profissional que foram identificados segregam profissionais da Educação Física das secretarias de esporte. O

mesmo cenário que Moser, Rossetto Junior e Paiva (2016) que identificaram. É urgente que se realizem programas qualificados de formação de professores para ampliar a visão reducionista sobre o papel social do esporte. Algumas cidades-sede já os fazem, mas não de forma generalizada. As que avançaram (BA e MT) a partir da realização do Projeto Cidades da Copa sinalizam novas possibilidades que não perpassa as relações intersecretariais.

A realização destas parcerias possibilitaria a dissolução de alguns problemas identificados nesta pesquisa, como o citado de formação de professores. O Projeto Cidades da Copa deixou alguns legados neste aspecto, como aproximação de instituições, realização de programas de formação entre secretarias e federações, mas curiosamente, as secretarias não se aproximaram ou passaram a desenvolver programas conjuntos. Este é o comportamento do sistema, ou como diria Bronfenbrenner, (1996), o contexto.

Neste ponto é interessante notar que os aspectos que demonstraram algum avanço são, aparentemente, e não leitura deste pesquisador, os mais efêmeros.

Os resultados demonstram que as atividades passaram a acontecer de certa forma, a partir do Projeto Cidades da Copa, em locais descentralizados nas cidades-sede. No entanto, em nenhuma delas com ações diretas da prefeitura. Ocorreram por meio de parcerias com Governo Federal ou ONGs. Como já demonstraram Paiva, Rossetto Junior e Bógus (2015a) basta que haja uma troca dos governantes e todas as alianças serão desfeitas para que novos conchavos se estabeleçam. Aliás, as parcerias, mesmo anunciadas como prioridade, avançaram pouquíssimo e tendem a se dismantelar.

O financiamento ampliado não é oriundo de políticas perenes, mas de emendas sem nenhuma garantia de continuidade. Mesmo assim, causam euforia e satisfação nos que veem com bons olhos o direcionamento sazonal de verbas ao esporte no município. Cabe ainda salientar que Rossetto Junior (2016) se debruçou sobre o direcionamento das verbas públicas para o esporte educacional e demonstrou que a Copa do Mundo canalizou os recursos para o esporte de rendimento.

É forçoso desvelar à população que persegue uma vinculação de 1% do orçamento ao esporte que isso jamais acontecerá. Talvez o valor em alguma

circunstância supere proporcionalmente este número, mas vinculações de receitas não são permitidas para além da educação e saúde.

A realização de ainda mais eventos permitiu a diversificação das modalidades, mas que não contribuem para a adesão às práticas corporais. Um comportamento não muda com um único evento. Mas o mérito desta diversificação deve ser dado ao Projeto Cidades da Copa. Foi por meio dos debates e diagnósticos que se ratificou a percepção nacional de monocultura de práticas ofertadas. Este pesquisador, no entanto, questiona se a descentralização do acesso e diversificação das modalidades por meio de eventos aumenta a probabilidade futura de um não praticante aderir ao esporte.

Seria, portanto, o legado esportivo da Copa do Mundo os equipamentos esportivos que foram reformados ou construídos? Para a frustração de todos aqueles intelectuais que se comprometeram em debater, e rapidamente criticar, a construção de tantas arenas pelo país, parece que também o Projeto Cidades da Copa ratifica este legado. Algumas cidades realizaram reformas ou construções em equipamentos que poderiam, sim, significar um legado esportivo.

No entanto, quando se verifica que não foram aprovadas políticas de incentivo, envolvimento comunitário, campanhas de inclusão e incentivo à população e que o orçamento futuro não tem nenhum comprometimento com a manutenção destes equipamentos, assim como as arenas se tornam pouco a pouco elefantes brancos custosos e obsoletos, também estes equipamentos, em pouco tempo, requererão manutenção, e poderão compor o quadro de praças abandonadas, quadras sem trave, campos sem alambrado, escorregadores enferrujados e tantas outras cenas que rapidamente veem à mente de qualquer munícipe das cidades-sede da Copa do Mundo F.I.F.A. no Brasil.

A realização da Copa do Mundo F.I.F.A. de Futebol 2014 no Brasil se configurou, efetivamente, como uma janela de oportunidades (Secchi, 2014) para a implantação de políticas públicas de universalização de acesso ao esporte no país.

Os compromissos assumidos e os discursos prenunciados pelos gestores públicos, nos diferentes subníveis de governo, inclusive pelo Ministério do Esporte, de que haveria um legado social e esportivo dos megaeventos não passaram de ufanismo e falácias.

Diversos autores já alertaram, mas não custa lembrar às próximas cidades-sede. Não basta que se realizem os megaeventos esportivos para que haja um incremento no nível de práticas esportivas na população local (BLOYZE E LOVETT, 2012; CASHMAN, 2003; GIBSON, 2015; GIRGINOV E HILLS, 2008; MAST, REIS E PUHSE, 2017; PAIVA E ROSSETTO JUNIOR, 2014; ROSSETTO JUNIOR 2016 e WOODHOUSE, 2016).

Países futuros que por quaisquer motivos encontrarem alguma justificativa para sediar o megaevento Copa Do Mundo F.I.F.A., caso queiram deixar um real legado social e esportivo à sua população devem considerar os aspectos: planejamento antecipado e monitoramento frequente das ações que conduzirão à universalização do acesso ao esporte. É fundamental que as ações sejam planejadas previamente, de preferência, quando do momento da candidatura e que o conjunto de metas e indicadores de alcance seja amplamente difundido entre a população para que haja acompanhamento social.

A agenda das políticas públicas é, sim, permeável e influenciada pelas ações dos grupos de interesses (RAEDER, 2014; SECCHI, 2014). No entanto, pelo que foi visto, Projetos Sociais ou Esportivos capitaneados por Organizações do Terceiro Setor não tem impacto suficiente na delimitação dos problemas que serão assumidos pelos gestores públicos. Para que isso aconteça é fundamental que haja a participação de algum ator político que assuma as propostas (Paiva, Rossetto Junior e Bógus, 2015b) como plataforma de atuação. Caso contrário, os participantes sequer chegarão a compor o que se pode chamar de grupo de interesse. Permanecerão na condição de plateia política.

Envolver a população em programas e projetos privados, com interesses dúbios, e transparecer-lhes que há uma possibilidade de democratização nos mecanismos de elaboração de políticas públicas é, no mínimo, como diria Assis (1994), mentir-lhes às esperanças.

Restaram os megaestádios, os megacustos, as megapromessas.

Os discursos proferidos pelos gestores públicos sobre o legado, do ponto de vista esportivo, não passaram de promessas vazias, exageros e falácias.

- **FINAL DA PARTIDA.**

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, B. S; MARCHI JÚNIOR, W. O Brasil e os megaeventos esportivos: subsídios da política externa. **Revista Motrivivência**. v. 26, nº 42, p. 13-26, jun./2014.
- ALVES, P.B. (1997) A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. **Psicologia: Reflexão e crítica**, PortoAlegre, v. 10, n. 2, p. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000200013&lng=en&nrm=iso. access on 05 Nov. 2017.
- ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. (2000). O Planejamento de Pesquisas Qualitativas. IN: **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**, PIONEIRA
- ANDERSON, P. (1999) **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- ANDRADE, J.A. (2006). Redes de atores: um nova forma de gestão das políticas públicas no Brasil? **Gestão e Regionalidade** , n.64
- ARANTES, O. (2002) Uma estratégia fatal. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E.. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes.
- ASSIS, S. (2005) **Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica**. 2ªEd. Campinas: Autores Associados.
- BAUMAN, Z. (1999) **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- BENTO, J. O. (1997) **O outro lado do esporte**. Porto: Campo das Letras.
- BETTI, M. (2002) Esporte telespetáculo e mídias: implicações para a qualidade da vida. In: MOREIRA, W.; SIMÕES, R. **Esporte como fator de qualidade de vida**. Piracicaba: UNIMEP.
- BLOYCE, D.; LOVETT, E.. (2012) "Planning for the London 2012 Olympic and Paralympic legacy: a figurational analysis," **International journal of sport policy and politics**, 4(3): 361-377.
- BOBBIO, N. (2002). Política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G.. **Dicionário de política**. 12 Ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, V2
- BOURDIEU, P. (1983) Como se pode ser esportivo ? In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- BOURDIEU, P. (1990) Programa para uma sociologia do esporte. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C; PASSERON, J. C. (2015) **A profissão dosociólogo:metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes

BRACHT, V. (1989) Esporte, estado e sociedade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. São Paulo, v 7, nº 2, p 69-73.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. (2003) A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Revista Brasileira De Ciências Do Esporte**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p 87 – 101.

BRASIL. (2006) Lei de incentivo ao esporte. Disponível em www.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/lei-de-incentivo-ao-esporte Acessado em 04/11/2017.

BRASIL.(2006) **II Conferência Nacional do Esporte: Sistema Nacional do Esporte**. Brasília.

BRONFENBRENNER, U. (1996) **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas.

CAPELA, P. R. C; TAVARES, E. (Orgs.) (2014) **Megaeventos esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina**. Florianópolis (SC): Editora Insular.

CAPELLA, A.C.N.; BRASIL, F.G. (2014). A trajetória dos estudos sobre a agenda de políticas públicas. Teoria e Pesquisa: Revista de Ciencia Política. V24 N2

CARVALHO, M.L.; BARBOSA, T.R.C.G., SOARES, J.B. (2010). Implementação de políticapública: uma abordagem teórica e crítica. Anais: **X Coloquio Internacional de Geston Universitaria em America del Sur**, Argentina.

CARVALHO, R. B. (2013) Megaeventos esportivos: legados para a economia. In MARCELINO, N.C. **Legados de megaeventos esportivos**. Campinas: Papirus.

CASHMAN, R.. What is “Olympic Legacy”. In Morogas, M., Kennett, C. e Puig, N. (org.) (2003) **The Legacy of the Olympic Games 1984- 2000**. Lausanne: IOC.

CASTELAN, L. P. (2011) **As Conferências nacionais do esporte na configuração da políticaesportiva e de lazer no Governo Lula (2003-2010)**. Dissertação de Mestrado do programade pós-graduação em Educação física e sociedade, da Faculdade de Educação Física, na UNICAMP, Campinas.

COAKLEY, J. (2008) **Sports in Society: Issues and Controversies**. 9. ed. New York: McGraw-Hill.

COAKLEY, J; SOUZA, D. L. (2013) Sport mega-events: Can legacies and development be equitable and sustainable? **Motriz**, Rio Claro, v.19 n.3, p.580-589.

COAKLEY, J; SOUZA, D. L. (2015) Legados de megaeventos esportivos: considerações a partir de uma perspectiva crítica. **Revista Brasileira Educação Física Esporte**, São Paulo, 29(4):675-86.

COTTLE, E. (org.). (2014) **Copa do Mundo na África do Sul: um legado para quem?** Florianópolis: Insular.

COTTLE, E.; CAPELA, P.; MEIRINHO, A.F. (2014) Uma lição vinda da África do Sul: os carteis da construção estão aumentando significativamente os custos de infraestrutura da Copa do Mundo F.I.F.A. 2014 no Brasil?. In: COTTLE, E. (org). **Copa do Mundo na Africa do Sul: um legado para quem?** Florianopolis: Insular.

DA COSTA, L.(2005) **ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL**. Consorcio CONFEF Sesi, SESC, FENABB, ACM, CBC e COB

DACOSTA, L.; et al. (2008) **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte.

DACOSTA, L. P.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAIA, A. (Orgs.) (2008) **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte.

DAGNINO, E (org.).(2002) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra/Unicamp.

DIAS, R. (2012) **Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp

DUNNING, E. (2014) **Sociologia do esporte e os processos civilizatórios**. São Paulo: Annablume.

ELIAS, N.; DUNNING, E. (1985) **A busca da excitação**. Lisboa: Difel.

FARAH, M.F.S. (2008) Disseminação de políticas públicas e programas governamentais no nível subnacional de governo. **Revista Administração e Diálogo**, n.11, v.2, p. 69- 89.

FERREIRA, J. S. W. (2014) Apresentação – Um teatro milionário. In: LASSANCE, A. et al. **Brasileiro jogo**. O que fica depois da Copa e Olimpíadas ? São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

FILGUEIRA, J.C.M. (2008) Importância dos Legados de Megaeventos Esportivos para a Política Nacional do Esporte: cidade, cidadania e direitos

dos cidadãos. In: DACOSTA, L.; et al. **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte.

FREY, K. (2000). Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. N. 21, p. 211- 259

GIBSON, O. (2015) Olympic legacy failure: inspiring London 2012 message has become a millstone. **The Guardian**. Disponível em www.theguardian.com/sport/blog/2015/jul/05/olympic-legacy-failure-london-2012-message-millstone acessado em 09/07/2016

GIDDENS, A. (1991) **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP. Tradução de Raul Fiker.

GIMENEZ, R. (1996) A inclusão de indivíduos portadores de necessidades especiais nas aulas regulares de educação física: repensando sobre a prática. **Revista Lecturas** - Año 11 - N° 98

GIMENEZ, R. (2015) Percurso da educação física adaptada: do paradigma teológico a uma prática inclusiva: IN: GIMENEZ,R;FREITAS,A. (2015) **Educação física inclusiva na educação básica: reflexões, propostas e ações**. Curitiba: CRV

GIMENEZ, R.; ONHA, A.M. (2016) Educação Física Inclusiva: Impactos da Tutoria no Desempenho de Jovens com Deficiência Intelectual num Jogo Pré-Desportivo. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 28, p.169-188

GIRGINOV, V. (2011) Governance of London 2012 Olympic Games legacy. **International Review for the Sociology of Sport** 1-16.

GIRGINOV, V.; HILLS, L. (2008) "A sustainable sports legacy: creating a link between the London Olympics and sports participation," **The international journal of the history of sport**, 25(14): 2091-2116.

GODOY, A.S.; (1995) Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de Empresas** São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63

GODOY, L. (1996) **Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga**. São Paulo: Nova Alexandria/Unimes.

GOELLNER, S. V. (2004) Esporte moderno: memória e história. **Lecturas Educación Física yDeportes**, Buenos Aires, v. 10, n. 77.

GUNTHER, H. (2006) Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa:

Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Vol. 22 n. 2, pp. 201-210

HOLANDA, S.B. (1936) **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T.(Org.) (1977) **A Invenção das Tradições**. – Tradução de Celina Cardim Cavalcante – Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. (2013) **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier.

INTERNATIONAL INSPIRATION. Disponível em: www.internationalinspiration.org/about-us acessado em 20/05/2017.

JENNINGS, A. (ORG). (2014) O Brasil em jogo: o que fica da Copa de das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo.

KAPLAN, R. S; NORTON, D. P.(1997). **Balanced Score card: a estratégia em ação**. São Paulo, Editora Campus

KORSAKAS, P.; ROSE JUNIOR, D. (2002) Os encontros e desencontros entre esporte e educação: uma discussão filosófica pedagógica. Revista Mackenzie de Educação Física e Esportes, São Paulo, v. 1, n.1, p.83-93.

LIMA, L.O. (1980) **Piaget para principiantes**. São Paulo: Summus.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A.(1986) **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária.

LUNA, S.V.de. (1997) **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ.

MACEDO, A.S.; ALCANTARA, V.C.; ANDRADE, L.F.S.; FERREIRA, P.A. (2016) O papel dos atores na formulação e implementação de políticas públicas: dinâmicas, conflitos e interesses no Programa Mais Médicos. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, Edição Especial, Artigo 10, Rio de Janeiro

MARCHI JUNIOR, W. (2014) Pensando num conceito para o Esporte. **Anais do IV Encuentro ALESDE** –Congresso Latinoamericano de Estudos Socioculturales del Deporte. Colômbia.

MARCHI JUNIOR, W; AFONSO, G. F. (2007) Globalização e Esporte: apontamentos introdutórios para um debate. In: RIBEIRO, Luiz Carlos (org.) **Futebol e Globalização**. Jundiaí: Fontoura.

MARQUES, R. F. R; ALMEIDA, M. A. B; GUTIERREZ, G. L. (2007) Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 03, p. 225-242.

MARQUES, R.F. R; GUTIERREZ, G.L; ALMEIDA, M.A.B. (2008). **A transição do esporte moderno para o esporte contemporâneo: tendência de mercantilização a partir do final da Guerra Fria**. 1º Encontro da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales Del Esporte. Curitiba, p 1 -8.

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H.. (2004) **A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias**. Estud. pesquis. psicol., Rio de Janeiro. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812004000100006&lng=pt&nrm=iso. acessos em 05 nov. 2017.

MASCARENHAS, F.; ATHAYDE, P.F.A.; SANTOS, M.R.; MIRANDA, N.N. (2014) O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da Agenda Rio 2016. In: COTTLE, E. (org). (2014). **Copa do Mundo na Africa do Sul: um legado para quem?** Florianópolis: Insular.

MAST, F.R.S.; REIS, A.C.; PUHSE, U. (2017) Politics and the democratization of sport: discussing the sport participation legacy of the rio 2016 olympic games IN: MATARUNA DOS SANTOS, L.J.; PENA, B.G. (org) **Megaevents footprints: past, present and future**. Rio de Janeiro: Engenho.

MAY, T. (2001) **Pesquisa social. Questões, métodos e processos**. Porto Alegre, Artemed.

MOROGAS, M., KENNETT, C.; PUIG, N. (2003) **The Legacy of the Olympic Games 1984- 2000**. IOC, Lausanne.

MCKINLEY, D.T.. (2014) F.I.F.A. e o complexo desportivo de acumulação. In: COTTLE, E. (org).. **Copa do Mundo na Africa do Sul: um legado para quem?** Florianópolis: Insular.

OLIVEIRA, A.F.S.; MUSSINO, A.; DaCOSTA, L.P.; NASCIMENTO, R. (2016) Diagnostico Nacional do Esporte. Disponível em http://www.esporte.gov.br/diesporte/diesporte_revista_2016.pdf acessado em 04/06/2017

OLIVEIRA, N. G. (2014) Jogo espetáculo, jogo negócio. In. LASSANCE, A. et al. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

OLYMPIC CHARTER. (2003) disponível em <https://www.britishcouncil.org/society/sport/current-programmes/international-inspiration>

ONU.PNUD. (2003) **Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/esporteParaDesenvolvimentoPaz.pdf>. Acesso em 17.09.2015.

OURIQUES, N. (2014) Megaeventos no Brasil, o desenvolvimento do subdesenvolvimento e o assalto ao Estado. In: CAPELA, P.; TAVARES, E. **Megaeventos Esportivos: suas consequências , impactos e legados para a America Latina**. Florianopolis: Insular.

PAIVA, R. (2011) **Contribuições da Análise do Comportamento à superação de desafios que se interpõem ao desenvolvimento do esporte educacional**. Dissertação de mestrado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PAIVA, R. P; ROSSETTO JUNIOR, A. J. (2014) Garantia do direito ao esporte: possibilidades das Cidades da Copa do Mundo F.I.F.A. 2014. **Anais V Seminário Nacional de Sociologia &Política**. Disponível em http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais_2014. Acesso em 29/10/2014.

PAIVA, R.; ROSSETTO JUNIOR, A.J.; BÓGUS, L.M.M. (2015a). Príncipe esporte clube: Especulações sobre a gestão esportiva à luz dos apontamentos de Maquiavel. In: BETTINE, M. **Estudos interdisciplinares em sociologia do esporte**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

PAIVA, R.; ROSSETTO JUNIOR., A.J.; BÓGUS, L. M. M. (2015b). Disseminação de políticas públicas de esporte educacional no Brasil: debates e limitações à luz dos conceitos de best practices e inovações. In: IV Congresso De La Asociación Latinoamericana de Gerencia Deportiva, 2015, Sao Paulo. **Anais do IV Congreso de La Asociación Latinoamericana de Gerencia Deportiva**, 2015. p. 8485.

PAIVA, R ; ROSSETTO JUNIOR, A.J.; BÓGUS, L. M. M.(2015c) . Legado social e esportivo do Megavento Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil: um diálogo com as utopias Szachianas nas 12 cidades-sede. In: **1.º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**, 2015, Lisboa. ATas do 1.º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015.

POPPER, K.R.(1980) A ciência normal e seus perigos. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. São Paulo: Cultrix

PREUSS, H. (2008) **Economics of the Olympic Games**. Sydney: Walla Walla Press.

PROCOPIUCK, M. e FREY, K. (2009) Redes de políticas públicas e de governança e sua análise a partir da websphere analysis . **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 63-83

PRONI, M. W. (1998) **Esporte-espetáculo e futebol-empresa**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas.

PRONI, M. W. (2014) Megaeventos esportivos e acumulação de capital. In CAPELA, P; TAVARES, E. (orgs.) **Megaeventos Esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina**. Florianópolis (SC): Editora Insular.

PRONI, M. W. (2002) Brohm e a organização capitalista do esporte. In: Proni, M.W.; LUCENA, R. F. (orgs.) **Esporte: História e sociedade**. Campinas: Autores Associados.

PRONI, M. e LUCENA, R. (Orgs.)(2002). **Esporte: História e sociedade**. Campinas: Autores Associados.

PROUDHON, P.J. (2007) **Sistema de Contradições Econômicas ou Filosofia da miséria**. Tomo II. São Paulo, Editora: Escala.

QUEIROZ, D.T.; VALL,J.; ALVES e SOUZA, A.M.; VIEIRA, N.F.C. (2007) Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, 15(2):276-83.

RAEDER, S. (2014). Ciclo De Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**. V 7 p 121-146

REVISTA EF. (2012) **Raio-X da Educação Física Escolar**. Ano X, nº 44, p. 18-19.

RIBEIRO, F.T. (2008) Legado de Megaeventos Esportivos Sustentáveis: a importância das instalações esportivas. In: DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte.

RIBEIRO, L.C.Q.; SANTOS JUNIOR, O.A. (2015) Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira. IN: SANTOS JUNIOR, O.A.; GAFFNEY,C. e RIBEIRO, L.C.Q.(org.). **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-Papers.

ROSSETTO JUNIOR, A.J. (2016) **Copa Do Mundo F.I.F.A. - Brasil 2014: Realidades, Mitos E Legados Na Cidade De São Paulo**. Tese de doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

RUA, M.G.; ROMANINI,R.(s/d) **Para entender políticas públicas**. Instituto de Gestão, economia e políticas públicas.

RUBIO, K. (2002) Do Olimpo Ao Pós-Olimpismo: Elementos Para Uma Reflexão Sobre O Esporte Atual. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, 16(2): 130-43.

RUBIO, K. (Org) (2008) **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

SANTIN, S. (2009) Megaeventos esportivos no Brasil: benefícios - contradições. **Revista Motrivivência**, Ano XXI, n. 32/33, p. 332-334.

SARAIVA, E. (2007) Política pública: dos clássicos às modernas abordagens. Orientações para leitura. In: SARAIVA, E. e FERRAREZI, E. (orgs). **Políticas públicas: Coletânea**. Vol 1. Brasília: ENAP.

SECCHI, L. (2014) **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises e casos práticos**. 2ªed. São Paulo: Cengage Learning.

SÉRGIO, M. (2003) **Para uma nova dimensão do desporto**. Lisboa: Instituto Piaget.

SIGOLI, M. A., DE ROSE JR., D. (2004) A história do uso político do esporte. **Revista brasileira de Ciência e Movimento**. v.12, n.2, p.111-119.

SOUZA, C. (2007) Estado da arte em políticas públicas. In HOCHMAN, G; ARRETCHE, M.T.S.; MARQUES, E.C. (orgs) **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

SOUZA, C. (2006) Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/p. 20-45.

TAYLOR, T.. (2014) O greenwashing da F.I.F.A.: a Copa do Mundo e o aquecimento Global. In: COTTLE, E. (org). **Copa do Mundo na África do Sul: um legado para quem?** Florianópolis: Insular.

TUBINO, M. J. G. (2010) **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte educacional**. Maringá: EUEM.

TUBINO, M. (1996). O esporte educacional como uma dimensão social do fenômeno esportivo no Brasil. In: **CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ESPORTE EDUCACIONAL**. Memórias: conferência brasileira de esporte educacional. Rio de Janeiro: Editora central da Universidade Gama Filho.

UNESCO. (1978) **Carta Internacional de Educação Física e Esporte**. Paris, 1978. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002164/216489por.pdf>. Acesso em: 20/09/2015.

UNICEF. (2008) **Inspiração Internacional é lançado no Brasil**. Disponível em www.unicef.org/brazil/pt/media_13633.html. Acesso em 04/06/2015.

VALENTE, E. (1997) **Esporte... para todos?** Maceió: EDUFAL

VON CLAUSEWITZ, C. (1979) **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes.

WALLERSTEIN , I. (1998) **A reestruturação capitalista e o sistema mundial.** Tradução BERTTERO, J.F.; ROSA E SILVA, A.M.O. Perspectivas, São Paulo, 20/21, 249-267.

WOODHOUSE,J.. (2016) London Olympics 2012: a Sporting legacy? London: House of Commons Library.

Anexos

Anexo 1 Documento diagnóstico

Área 1 – Informações Gerais

Nome do Município: _____ Estado: _____ Número de Habitantes: _____

Quantas pessoas residem na área urbana, periférica e rural (quando houver)?

População	Rural	Urbana
De 0 a 4 anos		
De 5 a 9 anos		
De 10 a 19 anos		
De 20 a 50 anos		
Acima de 50 anos		
TOTAL		

População em Idade Escolar

População (Número de alunos e alunas)	Escolas da Rede Pública	Escolas da Rede Particular
Educação Infantil(0 a 5 anos)		
Ensino Fundamental 1(6 a 10 anos)		
Ensino Fundamental 2(11 a 14 anos)		
Ensino Médio(15 a 17 anos)		
EJA - Ensino de Jovens e Adultos		
TOTAL		

Área 2 – Processos de Gestão e Mecanismos de Controle

1. Existe uma secretaria específica para esporte e lazer?(☐ Sim ☐ Não
2. Existe Conselho Municipal de Esporte?(☐ Sim ☐ Não
3. Existe Lei Municipal de incentivo ao esporte?(☐ Sim ☐ Não
4. Existe Fundo Municipal de Esporte?(☐ Sim ☐ Não
5. Qual o percentual de recursos públicos municipais investidos no esporte, proporcionalmente ao orçamento municipal? _____

Área 3 – Recursos Físicos e Humanos

6. Existe uma secretaria específica para esporte e lazer?(☐ Sim ☐ Não
7. Existe Conselho Municipal de Esporte?(☐ Sim ☐ Não
8. Existe Lei Municipal de incentivo ao esporte?(☐ Sim ☐ Não
9. Existe Fundo Municipal de Esporte?(☐ Sim ☐ Não
10. Qual o orçamento (valor \$) municipal reservado para a secretaria de esportes e lazer?

11. Como o orçamento está dividido (é gasto) nas dimensões do esporte de rendimento, esporte de participação e esporte educacional? (Valor gasto com cada dimensão).

Para facilitar o entendimento oferecemos exemplos de atividades em cada dimensão esportiva:

Rendimento – jogos olímpicos, campeonato de futebol do estado, jogos regionais que visam à identificação dos melhores atletas e a promoção do espetáculo esportivo.

Lazer – futebol de praia ou de várzea, corridas e caminhadas, exercícios físicos praticados nas praças, nos clubes ou academias ao ar livre, jogos esportivos informais em parques e clubes com intuito de socialização, promoção e manutenção da saúde e bem estar.

Educacional – atividades esportivas com objetivos e estratégias claramente educacionais, de formação para a cidadania, regras, espaços e materiais adaptados para garantirem a participação de todos, festivais esportivos de integração de diferentes modalidades.

12. Qual é o orçamento (valor \$) da secretaria de esportes e lazer destinado à aquisição de materiais esportivos?

13. Quais e quantos espaços para a prática esportiva existem na cidade?

- ECU – Em condições de uso – quadras poliesportivas ou espaços de prática devidamente estruturados, com equipamentos qualificados, pintados, que ofereçam condições seguras de prática esportiva.
- SCU – Sem condições de uso – espaços de prática que de alguma forma possam por em risco a integridade física dos praticantes, quebrados, sem equipamentos mínimos para a realização das atividades esportivas.
- ACE – Acessibilidade, ou seja, dos espaços em condições ou sem condições de uso, quantos têm acessibilidade para pessoas com deficiência? Quais equipamentos são adaptados para a garantia da participação de pessoas com diferentes deficiências, como por exemplo, rampas para cadeirantes, indicações físicas para deficientes visuais, informações visuais para deficientes auditivos, sanitários adaptados (quando houver no local) entre outros.

Espaços para a prática esportiva em:	Quadras			Ginásios			Campos			Pistas			Piscinas			Academias		
	ECU	SCU	ACE	ECU	SCU	ACE	ECU	SCU	ACE	ECU	SCU	ACE	ECU	SCU	ACE	ECU	SCU	ACE
Escolas Federais																		
Escolas Estaduais																		
Escolas Municipais																		
Escolas Particulares																		
Parques																		
Praças																		
Centros Desportivos Comunitários																		
Clubes																		

Sistema "S" e ACMS																			
Universidades																			
Academias																			
Outros: _____																			

14. Em quais ciclos de escolarização existem aulas de educação física regulares?
Qual a quantidade de aulas semanais?

ESCOLAS	NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO				
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	EJA
Municipais					
Estaduais					
Federais					
Particulares					

15. Existem documentos públicos elaborados pela secretaria (de esporte ou educação) do município ou do estado que orientam a prática dos professores de educação física na escola?

() Sim () Não

Nome do documento	Autores	Data da publicação	Conteúdo	Aplicação em quais níveis de escolarização?

16. Quantos professores graduados em Educação Física atuam nas escolas?

- Atuando em escolas municipais
 Atuando em escolas estaduais
 Atuando em escolas federais
 Atuando em escolas particulares

17. Existem programas de formação continuada oferecidos pelas secretarias do governo municipal aos professores de educação física?

() sim () não

18. Descreva os programas de formação:

Nome do Programa	Instituição responsável	Área e conteúdos	Duração	Número de participantes	Resultados obtidos

Área 4 – Alianças e Parcerias

19. Descreva os projetos esportivos realizados no município em parceria com alguma instituição:

NOME DO PROJETO	PARCEIROS REALIZADORES	TIPO DE PARCERIA E RESPONSABILIDADES

20. Existem Clubes e Federações organizadas na cidade?

() Sim () Não

21. Se sim, quantos são? Em quais modalidades?

Nome da	Modalidade(s)	Faixas-etárias	Principais	Forma de
---------	---------------	----------------	------------	----------

Instituição (Clube, Federação,...)	em que atua	que atende	“eventos”	captação de recursos

22. Descreva, se houver, o calendário anual de eventos (campeonatos, torneios e festivais) esportivos no município?

N ome do Evento	Área (Educaci onal, Lazer ou Rendime nto?)	Períod o de realiza ção	Respons áveis pela organizaç ão e realizaçã o (Parceria s)	Públi co	Modalid ades	Número de participa ntes (instituiç ões)	Quais são os objetiv os?	Quais são os resultad os?

BELO HORIZONTE

1. Criar uma plataforma de informação/ diagnóstico, sempre atualizado, referente ao esporte e lazer no município.
2. Mapear 100% das instituições que possam responder o banco de dados/ diagnóstico
3. Aprovar um projeto de lei, já em tramitação, que garanta a aula de Educação Física qualificada, ministrada por profissional graduado pleno em Educação Física em todos os ciclos.
4. Formalizar o Comitê Social do Legado da Copa com diversos atores envolvidos no seguimento de Esporte e Lazer (poder público, sociedade civil e setor privado)
5. Garantir o funcionamento do Conselho Municipal do Esporte e Lazer, com reuniões bimestrais.
6. Ampliação para 1% a destinação dos recursos do orçamento para a SMEL
7. Criação ou Aprovação do fundo municipal de Esporte e Lazer
8. Criação ou Aprovação da lei municipal de incentivo ao Esporte e Lazer (iss, nf, outros)
9. Aumento do número de equipamentos em condição de uso
10. Aumento da eficácia dos projetos e programas
11. Rediscutir a distribuição das verbas entre programas, projetos e eventos, nas três manifestações (educacional, rendimento e participação) para o poder público e sociedade civil.
12. Profissionalizar e qualificar a gestão do esporte e lazer do município garantindo concurso público de professor de Educação Física para todos os cargos técnicos.
13. Dispor dois professores de Educação Física por turma nas aulas de Educação Física Escolar
14. Realizar ações, torneios e festivais entre as escolas, que favoreçam diferentes modalidades esportivas e corporais.
15. Oferecer em cada regional um "Núcleo de Esporte e Lazer para Todos" de práticas esportivas diferenciadas que contemplem diferentes públicos (crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiência e outros)
16. Garantir transporte público gratuito para os alunos em idade escolar
17. Promover 1 simpósio técnico científico anual, para capacitação dos profissionais do Esporte e Lazer de BH
18. Criar um programa de formação permanente aos profissionais de Esporte e Lazer

BRASÍLIA

19. Realizar 04 reuniões mensais, de julho a outubro, com os diversos órgãos relacionados ao esporte para a finalização do calendário do ano seguinte, no máximo em outubro.
20. Realizar eventos esportivos entre RAs.
21. Realizar congresso de gestão do esporte do distrito federal no primeiro semestre de 2013.
22. Realizar um programa de formação continuada, para professores, gestores, atletas e agentes relacionados das 32 RAs em parceria com IES/ONGs e

- OSCIPS com competência comprovada, assim como a escola do governo e demais instituições ligadas ao tema.
23. Criar uma legislação para garantir e preservar os espaços para as práticas esportivas.
 24. Realizar licitações para compra coletiva de materiais esportivos para as RAS.
 25. Ampliar o número de equipamentos públicos, espaços, estruturas físicas e acessórios para a prática esportiva nas comunidades.
 26. Realizar concursos públicos para pelo menos 400 professores de educação física até 2013.
 27. Readaptar e recuperar os espaços para a prática de educação física em 300 escolas públicas.
 28. Realizar fóruns trimestrais em todas as RAs entre os anos de 2013 e 2016.
 29. Realizar fórum distrital quadrimestral.
 30. Criar um comitê do esporte em cada RA.
 31. Reunião bimestral entre as gerências de esportes e a secretaria de esportes e educação.
 32. Criar e aprovar projeto de lei para carreira da educação física na secretaria de esportes GDF.

CUIABÁ

33. Certificar que 50% dos equipamentos municipais esportivos e de lazer sejam acessíveis às diferentes deficiências
34. Disponibilizar transporte gratuito para estudantes, idosos e pessoas com deficiência aos equipamentos esportivos
35. Definir na PPA, LDO e LOA recurso para manutenção de 100% dos equipamentos esportivos durante a gestão
36. Vincular 2% do orçamento geral das secretarias de educação, saúde, esporte e obras para a manutenção dos equipamentos de esportes, lazer e atividade física e saúde
37. Desenvolver 1 plataforma municipal de informações sobre esportes, lazer e atividade física
38. Destinar responsável semestral para atualizar as informações da plataforma em cada secretaria
39. Implementar calendário com informações de instituições do setor social e escola privadas
40. Definir 1 equipe intersecretarial para elaboração e acompanhamento da plataforma
41. diagnosticar a quantidade e condições de uso de todos os equipamentos esportivos do município
42. Identificar os equipamentos esportivos das instituições sociais e rede privada de ensino
43. Realizar X audiências participativas em cada região para mapear as expectativas comunitárias
44. Realizar eventos esportivos trimestrais em cada regional administrativa
45. Garantir projetos de animação esportiva em 100% dos equipamentos municipais
46. Ampliar 15% as modalidades ofertadas no município
47. Distribuir materiais esportivos, de lazer e atividades físicas em 100% dos equipamentos públicos
48. Cadastro e calendário para 1 distribuição anual de materiais às Federações e Instituições Sociais que concedam contrapartida pública
49. Distribuir materiais esportivos adaptados em 100% dos equipamentos municipais
50. Promover 1 congresso municipal anualmente com professores e profissionais de educação física

51. Realizar 1 curso semestral sobre métodos de ensino de esportes, de lazer e de atividades físicas
52. Implantar 1 programa continuada de formação de professores sobre inclusão e universalização do acesso
53. Incentivar os funcionários a realizarem cursos de capacitação esportiva com auxílio de X% incidentes sobre os vencimentos durante o período do curso e mediante frequência máxima e aprovação
54. Criar parcerias com 1 IES pública e 1 IES privada para capacitação dos professores e profissionais do esporte no município
55. Executar 1 curso anual de atualização de agentes comunitários que trabalham com esportes no município
56. Realizar 2 publicações acadêmicas anuais
57. Incentivar 2 programas de pesquisa anuais
58. Realizar parcerias com federações para 1 capacitação anual dos professores da rede (contrapartida obrigatória de apoios solicitados)
59. Oferecimento de 1 curso anual para os professores de cada modalidade
60. Incentivo municipal a cada professor/profissional que realizar 2 cursos anuais (não contabilizados os oferecidos pelo município)
61. Realizar 1 torneio anual de cada modalidade
62. Vincular mínimo de 0,75% do proporcional ao orçamento geral do município
63. Executar mínimo de 75% do orçamento previsto nos documentos PPA, LOA e LDO
64. Compartilhar recursos com secretarias de Educação, Saúde, Obras e Segurança
65. Executar 30% do orçamento em esporte rendimento, 35% em esporte de lazer e 35% em esporte de educação (considerando o paradesporto em todas as manifestações)
66. Reservar porcentagem para decisão comunitária por meio de orçamento participativo
67. Oferecer 3 sessões semanais de aulas nos diferentes espaços
68. Garantir aulas de educação física escolar em todos os ciclos de ensino
69. Ampliar X% as modalidades ofertadas
70. Realizar 2 eventos anuais de cada modalidade ofertada pelas secretarias
71. Garantir um programa esportivo em cada bairro
72. Realizar 2 eventos esportivos anuais em cada bairro
73. Vincular as atividades de extensão universitária esportiva a 1 comunidade em cada região administrativa
74. Implantar programa de qualidade de vida com 30 minutos diários de atividade física para os funcionários da rede pública
75. Envolver ao menos 4 secretarias (educação, esporte, saúde, segurança)
76. Realizar encontros bimestrais para discutir política esportiva intersecretarial.
77. certificar que os diferentes órgãos secretariais realizem divulgações bimestrais das atividades esportivas
78. Desenvolver e implantar o plano de esportes até 2015
79. Envolver ao menos 4 secretarias públicas, 1 IES pública, 1 IES privada, 10 Instituições Sociais, 10 Federações e 10 Representantes da Sociedade Civil
80. Garantir, por meio de lei municipal, a efetivação do plano por período igual ou superior a 10 anos (com revisões tri anuais)
81. Criar uma plataforma de transparência da gestão esportiva no município
82. Garantir a participação tripartite (sociedade política, civil e privada).
83. Estabelecer autonomia interna e externa do conselho.
84. Certificar rotatividade bianual dos membros do conselho
85. Envolver ao menos 4 secretarias públicas, 1 IES pública, 1 IES privada, 3 Instituições Sociais, 3 Federações e 3 Representantes da Sociedade Civil

CURITIBA

86. Elaborar o calendário do ano/exercício seguinte até novembro do ano/exercício vigente
87. Executar 2 eventos esportivos anuais com inter-relação de 3 secretarias
88. Executar 1 evento esportivo bimestral em parceria com empresa privada
89. Construção do Diagnóstico de Esporte de Curitiba
90. Mapear (segmentado e classificado) os espaços físicos destinados a prática esportiva em Curitiba
91. Mapear os programas, projetos, profissionais e praticantes de práticas esportivas desenvolvidas pelo poder público, terceiro setor e iniciativa privada
92. Aumentar 15% o número de eventos/ projetos de esporte para todos
93. Aumentar o número de participantes de atividade física em áreas de vulnerabilidade
94. Aumentar a prática da mobilidade alternativa (bicicleta)
95. Diminuir o índice de evasão nos meses de frio
96. Oportunizar a 100% dos professores de educação física da rede pública formação em variados esportes e metodologias de inclusão
97. Oportunizar a 100% dos agentes esportivos formação em esporte para todos
98. Criar um instituto de esporte para qualificação do esporte em Curitiba
99. Ampliar acima de 0,7% a destinação dos recursos do orçamento anual para a Secretaria de Esportes
100. Ampliar os recursos via lei de Incentivo Municipal
101. Reativar o conselho municipal de esporte
102. Análise da criação do fundo de esporte municipal
103. Ampliar em 5% ao ano a participação da comunidade nas práticas esportivas
104. Realizar um projeto de conscientização e divulgação dos benefícios da atividade física

FORTALEZA

105. Implantar até o ano de 2016 um plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da secretaria de esporte.
106. Criar oportunidades iguais de trabalho entre licenciados e bacharéis de educação física.
107. Criar um quadro de cargos de funcionários da secretaria de esporte, com as seguintes denominações:
108. Considerar o adicional de insalubridade para os profissionais que trabalham expostos a agentes nocivos de diversas naturezas (sol, cloro de piscina e em áreas de risco social), com o percentual mínimo de 10% da remuneração do trabalhador
109. Realizar concurso público em 2015 para a contratação de profissionais de educação física para a secretaria de esporte.
110. Realizar concurso público em 2015 para a contratação de profissionais de educação física para as escolas de ensino fundamental da secretaria de educação
111. Realizar um encontro de formação dos gestores esportivos anualmente
112. Instituir e realizar encontros de formação dos professores de educação física do município semestralmente com carga horária de aproximadamente 80 horas por ano.
113. Promover 1 congresso municipal anualmente com professores e profissionais de educação física.
114. Incentivar a participação dos profissionais em cursos de extensão, pós-graduação e congressos por meio da evolução funcional decorrente da apresentação de títulos acadêmicos.

115. Estabelecer convênios com Instituições de Ensino Superior públicas e privadas visando à formação profissional dos professores e profissionais do esporte
116. Realizar encontros trimestrais para debater estratégias de divulgação integrada entre os órgãos públicos.
117. Divulgar o calendário entre o setor de comunicação pública, mídias locais e associações e federações esportivas
118. Definir um calendário anual com atividades sócio esportivas e datas comemorativas.
119. Elaborar o calendário do ano/exercício seguinte até novembro do ano/exercício vigente contemplando diferentes secretarias e outros setores
120. Efetivar uma PPP em cada região semestralmente
121. Incentivar a adoção de PPP em regiões socialmente vulneráveis
122. Executar 1 evento esportivo anual em parceria com 1 empresa privada em cada região de fortaleza
123. Disponibilizar materiais esportivos e de lazer 100% dos locais onde haja atendimento esportivo e de lazer
124. Organizar 1 distribuição semestral de materiais às Federações e Instituições Sociais que concedam contrapartida pública no oferecimento de práticas esportivas
125. Garantir materiais esportivos adaptados em 50% dos projetos, programas e eventos esportivos, de lazer e atividades físicas para atendimento das pessoas com deficiência
126. Construir um Plano Municipal de Esporte até 2015
127. Criar o Conselho Municipal de Esporte até 2014
128. Garantir autonomia interna e externa do conselho
129. Certificar rotatividade bianual dos membros do conselho
130. Envolver ao menos 6 secretarias e coordenadorias públicas na constituição tripartite do conselho
131. Certificar a participação da sociedade civil no conselho municipal
132. Criar o grupo de trabalho Inter setorial até 2014.
133. Nomear 2 representantes por secretaria (titular e suplente)
134. Envolver ao menos 6 secretarias e coordenadorias públicas na constituição do grupo de trabalho
135. Realizar 1 encontro semestral da equipe intersecretarial para debater políticas esportivas no município
136. Realizar um fórum e três capacitações ao ano.
137. Promover a integração de 30% das federações e instituições que participam do oferecimento de esportes, atividade física e lazer no município
138. Realizar parcerias com federações para 1 capacitação anual dos professores da rede (contrapartida obrigatória de apoios solicitados)
139. Desenvolver 1 plataforma municipal de informações sobre esportes, lazer e atividade física
140. Designar 1 responsável semestral em cada secretaria para atualizar as informações da plataforma
141. Designar 1 equipe intersecretarial para elaboração e acompanhamento da plataforma
142. Realizar parceria com 2 Instituições de Ensino e Pesquisa
143. Certificar a participação mínima de 1 instituição pública e 1 instituição privada de ensino e pesquisa
144. Garantir aulas de educação física escolar em todos os ciclos de ensino
145. Realizar 2 eventos anuais de cada modalidade ofertada pelas secretarias
146. Garantir distribuição anual de materiais esportivos de modalidades não convencionais
147. Garantir um programa esportivo em cada regional administrativa

148. realizar 2 eventos esportivos anuais em cada regional esportiva
149. Vincular as atividades de extensão universitária esportiva a 1 comunidade em cada região administrativa
150. Executar 2 eventos esportivos anuais com inter-relação de 3 secretarias em cada região
151. Elaborar uma lei que estabeleça o fundo municipal no ciclo 2014-2015
152. Certificar 1% da arrecadação dos eventos esportivos seja destinado ao fundo municipal
153. Elaborar lei que estabeleça recursos para o esporte iguais ou superiores ao ano/exercício anterior
154. Executar mínimo de 60% do orçamento previsto nos documentos PPA, LOA, LDO e MAPP
155. Compartilhar recursos para fomento ao esporte com as diferentes secretarias que atuam no oferecimento de práticas de esporte, saúde, educação, assistência social e outras
156. Distribuir de maneira equilibrada o orçamento entre as dimensões de Rendimento (33%), lazer (33%), e educacional do esporte (33%).
157. Elaborar lei no ciclo 2014-2015 que incentive as empresas a adotarem espaços públicos em comunidades socialmente vulneráveis
158. Mapear todos os equipamentos esportivos no município até 2016.
159. Mapear uma regional por trimestre
160. Realizar edital anual de manutenção de equipamentos esportivos
161. Disponibilizar anualmente equipe pública para manutenção dos equipamentos esportivos
162. Apresentar proposta de construção/reforma de equipamentos esportivos 60 dias antes para análise e contribuições de equipe técnica de educação física
163. Designar dois responsáveis técnicos para análise de projetos de construção, reforma e manutenção de equipamentos
164. Alínea orçamentária para manutenção de 100% dos equipamentos esportivos no PPA, LOA, LDO e MAPP.
165. Certificar que 50% das instalações e equipamentos municipais esportivos e de lazer sejam acessíveis às diferentes deficiências

MANAUS

166. Envolver os setores de divulgação e mídias públicas e privadas no processo de registro semestral de dados de esporte do município;
167. Divulgar relatórios semestrais sobre dados esportivos do município;
168. Registrar dados das ONGs, federações e outras instituições sociais que atuem com esportes, atividades e exercícios físicos.
169. Oficializar um programa de auditoria comunitária em cada região para acompanhamento dos dados esportivos;
170. Realizar um programa de capacitação sobre avaliação de dados e impactos de programas de atividade física e esportes;
171. Implantar um programa de avaliação anual dos profissionais
172. Elaborar um portal municipal de transparência e monitoramento de dados relacionados ao esporte e atividade física em Manaus
173. realizar ao menos um curso anual com a temática específica da atividade física e esportes aos idosos
174. certificar ao menos 4 formações anuais para todos os colaboradores que atuem com atividade física e esportes no município
175. Oferecer 2 programas anuais de formação dos gestores do esporte no município
176. Realizar um seminário anual sobre universalização do acesso ao esporte

177. Organizar programa para utilização dos espaços escolares, no final de semana, para a prática esportiva, garantindo 50% das escolas públicas até 2016.
178. realizar adequações de acessibilidade universal em 20% dos equipamentos de cada região ao ano;
179. Construir ou reformar os espaços públicos esportivos viabilizando a diversidade de práticas;
180. Realizar adequações estruturais para que 100% dos espaços públicos que ofereçam atividades esportivas tenham estrutura de banheiros e bebedouros;
181. Promover eventos e programas esportivos e de atividades físicas contínuos em todas as vilas olímpicas de Manaus
182. Certificar ao menos um espaço por região (6 zonas) para a prática de esportes radicais, de aventura ou alternativos;
183. Reformar e manter os espaços esportivos para prática esportiva com intervalo máximo de dois anos
184. Disponibilizar materiais diversificados para a prática de modalidades esportivas em todas as regiões da cidade
185. Implementar o atendimento municipal em programas e projetos de atividade física e esportes na taxa de 15% ao ano.
186. Oferecer um programa de esportes e atividade física, para crianças, para jovens, para adultos e para idosos, em microrregião
187. Realizar um evento esportivo anualmente por região
188. Destinar 1% do orçamento municipal para o fomento às práticas esportivas
189. Elaborar projeto de lei e garantir aprovação legislativa de uma LEI MUNICIPAL de INCENTIVO AO ESPORTE.
190. Constituir o conselho municipal de esportes até 2015 garantindo a representação tripartite sociedades pública, privada e civil;
191. Criação ou Aprovação do fundo municipal de esportes
192. Integrar e construir ações, projetos e programas de esporte e lazer, envolvendo as secretarias municipais, o legislativo, a sociedade civil organizada, clubes, iniciativas privada, universidades, sistema S e federações.
193. Constituir uma comissão trimestral com representações das secretarias de Educação, esporte, Saúde, juventude, segurança para proposição de ações voltadas ao fomento esportivo
194. Atender 100% das crianças em aulas de educação física escolar
195. Ampliar 10% do atendimento de educação física escolar, por ciclo, ao ano até atingir a totalidade das crianças.
196. Ampliar o número de aulas de educação física escolar para no mínimo 3 sessões semanais
197. Realizar programas de qualificação dos professores que atuam com a educação física escolar
198. promover dois eventos anuais de capacitação dos gestores escolares sobre a utilização dos recursos destinados ao esporte por meio dos programas Mais Educação e Segundo Tempo;
199. Incentivar a diversidade de práticas esportivas nas escolas, incluindo as atividades radicais e esportivas em pelo menos 50% das escolas que ofereçam educação física escolar.
200. Estruturar um programa de incentivo às escolas que oferecerem bolsa escolar para atletas

NATAL

201. Promover encontros entre os três setores para levantamento das ações de esporte e lazer realizadas na cidade;
202. Criar uma comissão de secretarias municipais ou grupo para promover o acompanhamento das ações existentes;

203. Fazer o levantamento das ações e equipamentos esportivos das instituições dos três setores;
204. Mapear e diagnosticar as condições de uso, projetos existentes e profissionais atuantes nos equipamentos esportivos;
205. Sistematizar processo de avaliação;
206. Promover no mínimo quatro encontros bimestrais entre seis secretarias, dez empresas privadas e dez representantes do terceiro setor
207. Reformar todos os equipamentos públicos esportivos até 2017;
208. Construir 10 novos equipamentos esportivos na cidade do natal para ampliar/melhorar a prática do esporte educacional;
209. Construção de dois equipamentos esportivos por praia, para prática de vôlei, futebol e ginástica;
210. Estruturar espaços para a prática de Educação física nas escolas;
211. Estruturar os espaços para a prática de esportes na orla marítima;
212. Iluminar as praias (Ponta Negra, Do meio e Redinha)
213. Realizar 2 ruas de lazer por mês;
214. Realizar 4 eventos por ano nas modalidades: futebol, futsal, atletismo, vôlei, basquete, ciclismo e corrida de rua.
215. Desenvolver campanhas educativas para preservação de equipamentos públicos;
216. Valorizar as boas práticas de esporte;
217. Desenvolver novos projetos esportivos para os munícipes;
218. Promover 1 workshop bimestral para 50 profissionais e agentes esportivos
219. Realizar 1 fórum anual de esporte educacional
220. Ampliações de 30% do Projeto de escolinhas
221. Promover 3 encontros de discussão entre os três setores, durante o ano;
222. Organizar comissão intersecretarial formado por 6 secretarias (Esporte, saúde, educação, assistência, cultura, segurança) para fomentar o esporte na cidade do natal;
223. Criar o Conselho gestor formado pelos 3 setores (público/privado/terceiro setor) para gerenciar e articular os programas esportivos da cidade
224. Destinar 1% do orçamento municipal para o fomento às práticas esportivas
225. Criar a lei de Incentivo Municipal ao esporte
226. Criar o conselho municipal de esporte
227. Criação ou Aprovação do fundo municipal de esportes

| PORTO ALEGRE

228. Espaços ampliados e concluídos até 2017
229. Integrar ações da SME e SMAM para ocupação e otimização das praças para a prática de esportes.
230. Até o fim do ano de 2017 todas as regiões devem ter uma quadra esportiva coberta para a prática do esporte e do lazer
231. Até o fim do ano de 2017 viabilizar recursos materiais para todos os espaços públicos de prática esportiva e de lazer (manutenção).
232. Qualificar e construir espaços esportivos em áreas de vulnerabilidade social
233. Manter as piscinas dos centros comunitários em funcionamento dentro do período adequado
234. Oferecer curso de capacitação em esporte educacional para a formação de multiplicadores, em todas as 17 Regiões do Orçamento Participativo de POA
235. Ampliar o número de profissionais atuando com esporte educacional no município
236. Um representante de cada órgão do governo, participando do Comitê do Legado Social
237. Fomentar recursos junto as entidades prestadoras e investidoras deste serviço

- 238. Aumento da capacidade de atendimento nos projetos e programas
- 239. Elaborar o mapeamento das manifestações esportivas (projetos e programas) que são desenvolvidas no município
- 240. Ampliação da Rede de Convênios.
- 241. Aumento no número de participantes nos programas já existentes.
- 242. Ampliar as parcerias com o 3º setor
- 243. Criar um sistema de gestão dos dados relacionados ao esporte no município
- 244. 1 Envolver os atores esportivos e sociais nas discussões

| RECIFE

- 245. Criar e implantar Conselho Municipal de Esportes no primeiro semestre de 2014.
- 246. Criar o Fundo Municipal de Esporte.
- 247. Fortalecer a Secretaria de Esporte através da ampliação do seu orçamento.
- 248. Agregar novas atividades aos espaços esportivos utilizados na política pública municipal.
- 249. Criar e implantar a Comissão Esportes e educação física da Secretaria de Educação.
- 250. Garantir a aquisição de materiais esportivos em quantidade e qualidade para desenvolver o esporte nas Escolas Municipais e nos diversos equipamentos públicos esportivos.
- 251. Criar uma política pública municipal consonante com as normas do conselho nacional de educação.
- 252. Ampliar o atendimento dos programas da Secretaria de Esportes
- 253. Realizar diagnóstico das condições dos diferentes espaços públicos da cidade do Recife voltados para a prática esportiva.
- 254. Garantir recursos orçamentários para as ações de reforma e manutenção de equipamentos esportivos públicos municipais.
- 255. Estabelecer estratégia e calendário de manutenção dos equipamentos esportivos públicos.
- 256. Assegurar o acompanhamento permanente dos órgãos de segurança nos equipamentos esportivos
- 257. Ampliar a acessibilidade nos espaços públicos municipais.
- 258. Realizar diagnóstico das condições dos diferentes espaços nas Escolas do Recife voltados para a prática esportiva.
- 259. Garantir manutenção dos equipamentos esportivos nas Escolas do Recife.
- 260. Prover em 100% dos espaços esportivos nas Escolas Municipais condições de acessibilidade até 2016.
- 261. Implantar a Escola de Esportes de Recife para a formação permanente de recursos humanos no esporte.
- 262. Implementar ações de formação e valorização dos professores de educação física nas escolas municipais.

| RIO DE JANEIRO

- 263. Garantir transportes urbanos acessíveis para os equipamentos públicos destinados a prática esportiva e atividade física 100 % até 2014
- 264. Construção de rotas acessíveis internamente e no entorno dos equipamentos públicos municipais destinados a prática esportiva e atividade física e escolas municipais até 2014
- 265. Elaborar um estudo para analisar a viabilidade do uso do Riocard para o acesso dos alunos do ensino fundamental aos equipamentos públicos municipais destinados a prática esportiva e atividade física e escolas municipais em 2013

266. Garantir equipamentos e materiais esportivos adequados à PcD em todos os equipamentos públicos municipais destinados a prática esportiva e atividade física e escolas municipais
267. Garantir até 2014 a formação e a melhorias das condições de trabalho para o atendimento adequado a todos os usuários dos equipamentos públicos municipais destinados a prática esportiva e atividade física e escolas municipais
268. Criação do fórum permanente das iniciativas na área de atividade física, esporte e lazer e sócio educacional em todas as regiões da cidade até junho de 2013
269. Oficializar e formalizar Núcleos Distritais (Vilas Olímpicas, Centro Esportivo e Parques) de Esportes e Lazer da SMEL por áreas de planejamento para o acompanhamento e monitoramento dos Projetos Sociais Esportivos do seu entorno. (Até o final de 2013)
270. Criar módulos de aperfeiçoamento por modalidades esportivas, aprofundando nas três dimensões do esporte (rendimento, lazer e educacional) nos próximos 2 anos
271. Capacitar 100% de profissionais de educação física nas dimensões esportivas, proporcionando maior qualidade e acesso ao esporte, atividade física e lazer atendendo as demandas da população (nos próximos 2 anos)
272. Apoiar a constituição do Conselho Municipal de Esporte e Atividade Física em 2013. (Responsável Comitê do legado Social da Copa)
273. Criar a Lei Municipal de Incentivo ao Esporte
274. Criar Coordenadorias de Esportes e Lazer dentro da Secretaria de Educação
275. Mapear espaços, modalidades esportivas oferecidas, quantos profissionais estão envolvidos. (Até junho de 2013)
276. Construir um banco de dados

| SALVADOR

277. Criar 1Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.
278. Efetivar o Conselho Municipal de Esporte e Lazer
279. Indicar o percentual mínimo de 1% garantido por Lei para ser destinado ao Esporte e ao Lazer.
280. Indicar a criação da lei municipal de incentivo ao esporte e lazer para financiar as ações/projetos propostos por meio da parceria público/privada
281. Criação de 1 banco de informações "online"
282. Desenvolver ações/projetos de esporte e lazer em comunidades das 11 regionais.
283. Desenvolver ações/projetos nas 11 regionais da rede pública de ensino.
284. Garantir aulas de educação física com professores de educação física, conforme a lei 9696/98, para 100% das escolas de ensino fundamental e o médio
285. Ampliar 50% dos eventos de visibilidade internacional, nacional, estadual e municipal, potencializando a imagem da cidade como sede de grandes eventos esportivos;
286. Garantir a visibilidade em 100% das ações esportivas e de lazer, por meio da articulação do poder público, iniciativa privada e sociedade civil;
287. Garantir a integração dos diversos setores (público, privado e social), nas 11 regionais para facilitar a realização dos eventos/projetos esportivos e de lazer
288. Diagnosticar 100% dos espaços esportivos e de lazer existentes
289. Construir e requalificar 100% dos espaços esportivos e de lazer, conforme PPA, considerando as especificações técnicas definidas pelos setores de esporte e lazer
290. Cumprir 100% do calendário estabelecido no ano

- 291. Realizar 1 seminário por semestre
- 292. Realizar uma conferência anual
- 293. Estabelecer um canal de discussão com a população
- 294. Tratar pelo menos 50% das questões relevantes geradas no canal (4)

SÃO PAULO

- 295. Aprimorar o sistema municipal de avaliação sistemática dos programas, projetos, equipamentos e atendimentos esportivos da cidade de São Paulo
- 296. Constituir uma comissão Inter setorial para coordenação das propostas e ações do Plano de Ação
- 297. Destinar 1% do orçamento municipal para o fomento às práticas esportivas
- 298. Garantir que ao menos 80% do orçamento da secretaria municipal de esporte sejam destinados ao fomento das manifestações de lazer e educação do esporte e no máximo 20% do orçamento para fomento ao esporte de rendimento
- 299. Realizar reuniões sistemáticas com a participação de secretarias inter-relacionadas às práticas esportivas;
- 300. Implementar pelo menos 2 NOVOS projetos compartilhados/Inter secretariais
- 301. Elaborar PLANO ANUAL de reforma e qualidade dos espaços esportivos
- 302. Implementar entre os anos de 2013 e 2014 a LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO AO ESPORTE
- 303. Contratar profissionais qualificados de Educação Física para atuação dentro da secretaria de esportes
- 304. Contratar profissionais de diferentes áreas como administração, psicologia, nutrição, dentre outras
- 305. Constituir grupo de trabalho para delimitar as diretrizes da formação continuada.
- 306. Elaborar programas/ projetos de formação continuada interdisciplinar e Inter setorial em cada uma das 32 subprefeituras
- 307. Ampliar parcerias com Universidades e o 3º setor para a formação/qualificação dos profissionais da área do esporte
- 308. Garantir que 100% das ações realizadas / programas e projetos - sejam divulgados para toda a população utilizando canais de televisão, rádio, jornais e internet, incluindo meios e modos de comunicação acessíveis para pessoas com deficiência.
- 309. Ao menos 50% dos clubes e das escolas públicas do município com parcerias com outras secretarias e ONGs para disseminar e possibilitar a prática de esportes e atividades físicas, incluindo a prática do esporte por pessoas com deficiência.
- 310. Ao menos 50% dos clubes privados, que recebam apoio municipal, oferecendo contrapartida de atendimento social
- 311. Ampliar ao menos 30% dos programas e projetos esportivos que oferecem modalidades não convencionais
- 312. Realizar ao menos 2 circuitos esportivos e de atividades físicas durante o ano em cada região da cidade (Esportes Individuais/ Esportes coletivos / esportes não convencionais/ Caminhada/ Corrida / Ginástica/ prática esportiva inclusiva)
- 313. Adequar os espaços para práticas esportivas específicas, incluindo a prática esportiva inclusiva

